



A BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

PERMANÊNCIA E METAMORFOSES

José Augusto Cardoso Bernardes

Ana Maria Eva Miguéis

Carla Alexandra Silva Ferreira

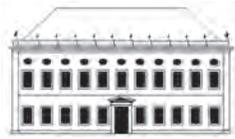
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2015

Tendo como pano de fundo as Comemorações dos seus 500 anos, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra organizou um Congresso Internacional subordinado ao tema “A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses”, que teve lugar nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2014, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.

O objetivo maior desta reunião científica foi o de refletir sobre o presente e o futuro das bibliotecas que servem públicos universitários. Numa outra vertente, procurou chamar-se a atenção para a importância de que a Biblioteca se reveste, tendo em vista o progresso do conhecimento técnico e científico. Por último, o Congresso pretendeu instituir-se como oportunidade de reflexão prospetiva e como lugar de encontro entre as sensibilidades de todos os que trabalham profissionalmente com livros e com outros suportes de natureza bibliográfica.

Nesse sentido, foram apresentadas Conferências, Mesas Redondas e sessões de Testemunhos em torno de temas como o valor das bibliotecas universitárias, a biblioteca universitária em contexto; as mudanças e os desafios; a biblioteca universitária e a sociedade da informação e conhecimento; o impacto do acesso aberto na comunidade científica, e as bibliotecas digitais.



D O C U M E N T O S



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

REVISÃO DO TEXTO

Maria da Graça Pericão

FOTOGRAFIA DA CAPA

José Mateus

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

PRÉ-IMPRESSÃO

Alda Teixeira

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões & Linhares, Lda

ISBN

978-989-26-1044-3

ISBN DIGITAL

978-989-26-1045-0

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1045-0>

DEPÓSITO LEGAL

395599/15

A BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

PERMANÊNCIA E METAMORFOSES

José Augusto Cardoso Bernardes

Ana Maria Eva Miguéis

Carla Alexandra Silva Ferreira

COORDENAÇÃO

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2015

Página deixada propositadamente em branco.

SUMÁRIO

Ana Maria Eva Miguéis, Carla Alexandra Silva Ferreira, José Augusto Cardoso Bernardes A Biblioteca e a Universidade: Uma Relação Necessária	9
CONFERÊNCIAS	
Amílcar Falcão Sessão de Abertura	37
Vítor Aguiar e Silva A Biblioteca da Universidade e a República das Letras	41
Carlos Reis As bibliotecas digitais ou a Noruega no século XXVII	55
Margarita Becedas-González El arte de mantenerse joven: bibliotecas históricas de fondo antiguo	87
António Dias de Figueiredo Bibliotecas universitárias: Regresso ao Futuro 500 Anos Depois	99
Robert Darnton Digitize, Democratize: Libraries and the Future of Books	123
COMUNICAÇÕES	
José Pedro Serra A Biblioteca, coração de uma Faculdade: o caso da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	135

Fernanda Ribeiro	
As bibliotecas universitárias: seu papel de mediação para o acesso ao conhecimento na era digital	147
A. E. Maia do Amaral	
Aberta e patente a todos!	163
Maria Beatriz Marques	
A determinação do valor das bibliotecas universitárias na Sociedade da Informação e do Conhecimento	177
Maria Manuel Borges	
Bibliotecas Universitárias: Jogos de Luz e Sombras	197
Eloy Rodrigues	
O acesso aberto e o futuro da investigação e comunicação científica	207
Aleksandra Vranes, Ljiljana Markovic, Aleksandar Jerkov	
Academic libraries in Serbia: continuity and metamorphosis	229
Manuel Portela	
O Arquivo LdoD e a Biblioteca Digital	239
Saul António Gomes	
Os novos códices medievais: uma reflexão	259
António Tavares Lopes	
Novas ecologias do controlo bibliográfico: uma perspetiva sobre os futuros das bibliotecas e da informação bibliográfica nos meios digitais	275
José Augusto Cardoso Bernardes	
A Biblioteca Geral, alegoria da Universidade	293
Fabian Franke	
Teaching information literacy: a (new) core task for the university libraries in Germany	311

TESTEMUNHOS

Rui de Figueiredo Marcos A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Direito	325
João Gouveia Monteiro As bibliotecas e a consolação da leitura	335
Guilherme de Oliveira Martins Cinco séculos da Biblioteca Geral	343
Luís Reis Torgal A biblioteca e o meu mundo	345
Maria Manuela Gouveia Delille O Projecto «Organização do Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Catalogação do respectivo Epistolário»	349
Suzete Moeda Mattos Bibliotecária de universidade brasileira: testemunho de experiência	361
Maria José Paiva Fernandes Carvalho Vivências, vozes e testemunhos dos alunos dos programas de doutoramento em parceria com o Centro de Estudos Sociais (CES)	365
Maria da Graça Simões Quinze anos na Biblioteca Geral: um percurso de aprendizagem e de afetos	383
Mário Bernardes Metamorfoses com TICs	393

Página deixada propositadamente em branco.

A BIBLIOTECA E A UNIVERSIDADE: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

O pretexto foi a celebração dos cinco séculos de existência da Biblioteca da Universidade de Coimbra. O documento de 12 de Fevereiro de 1513, no qual o Reitor ordenava que se fizessem obras na Casa da Livraria não é propriamente um sinal fundador. Mas é um sinal inequívoco de existência. Tratava-se, portanto, não propriamente de uma obrigação mas de um ato de vontade: chamar a atenção para uma data que assinala a vida continuada da mais antiga biblioteca do mundo de Língua Portuguesa.

Apesar do significado de muitos outros eventos (sessões evocativas, espetáculos de música e de teatro, ciclos de palestras, debates, edições) sempre quisemos que o ponto alto das comemorações coincidissem com um Congresso de reflexão sobre o papel da Bibliotecas na Universidade do nosso tempo. Uma instituição que acredita em si própria não se contenta com o seu passado, por muito nobre que ele seja, apostando também e sobretudo no seu futuro.

Foi a esse desígnio que tentou responder o Congresso celebrado em Coimbra, entre os dias 16 e 18 de janeiro de 2014. E é ainda a essa mesma necessidade que procura responder o presente livro, composto pela maioria das conferências e comunicações que então se fizeram ouvir no Auditório da Universidade.

Sob os pontos de vista técnico e organizacional, não há dúvida de que a Biblioteca se transformou muito nas últimas décadas. As mudanças ocorridas, porém, não causaram só entusiasmo. Não se podem ignorar nomeadamente aqueles que reagem a essas mudanças com ceticismo, desencanto ou mesmo desconfiança.

E não se lhes pode negar alguma razão: independentemente das melhorias significativas que se operaram no plano dos equipamentos, não deve esquecer-se que a técnica está longe de ser uma metafísica. A tendência para reduzir as dificuldades das bibliotecas às transformações tecnológicas que nelas se vêm verificando não pode sobrepor-se a um conjunto de questões que, dizem respeito aos planos institucional e político. Cito apenas três questões que vêm de muito longe e se projetam para além das mudanças infraestruturais e dos procedimentos correntes:

- qual o papel que hoje se reconhece às bibliotecas no processo de estudo e de investigação, sabendo nós que são cada vez mais os estudantes universitários que nunca entraram numa biblioteca e os professores que nunca recomendam aos seus alunos que o façam?
- como intervir no escrutínio da informação disponibilizada?
- como conciliar o acesso à informação com os direitos de quem a produz?

Com o incremento do acesso aos documentos em regime livre e “em linha” pode pensar-se que as bibliotecas constituem um lugar dispensável ou, no limite, reservado apenas aos mais aplicados. Nessa linha de pensamento, os progressos tecnológicos equivalem sobretudo a uma diminuição de custos no armazenamento, na catalogação e nas formas de disponibilizar os documentos aos utentes.

Esta crença, porém, assenta numa distorção de pensamento. O investigador aspira a ter acesso mais fácil e direto ao acervo e, de facto, torna-se necessário investir na digitalização e na disponibilização dos originais. Infelizmente essa tarefa está longe de ser gratuita ou isenta de riscos. Mas a digitalização não basta. Uma vez digitalizados, os originais continuam a necessitar de cuidados de conservação e restauro.

Num outro plano, os investigadores e os estudantes que hoje procuram as bibliotecas têm direito a encontrar, pelo menos, as mesmas condições de conforto que tinham os seus colegas de há 50 anos. E mais uma vez, esse desiderato não se consegue sem despesas, uma vez que os materiais se degradam e os edifícios requerem dispendiosos cuidados de manutenção.

A Biblioteca necessita, em cada momento, de incorporar documentos

novos, em formato impresso ou digital e isso requer investimento. Em todo o mundo vêm hoje a público cerca de 1 milhão de títulos novos cada ano (cerca de 14 mil em Portugal) e, mesmo contando com o facto de uma grande maioria não interessar a uma biblioteca universitária, resta ainda uma parte significativa que não deveria lá faltar, havendo dinheiro e espaço.

Ao contrário do que pode pensar-se, as bibliotecas continuam, portanto, a requerer gastos e, nessa medida, torna-se inevitável ponderar qual o patamar de prioridade em que as universidades devem situar essas despesas. Trata-se de despesas prioritárias, laterais ou dispensáveis? Por outras palavras, é necessário situar com clareza o lugar que a Biblioteca ocupa na estratégia de ensino e investigação da Universidade do nosso tempo. Esse foi, decerto, o principal repto lançado aos autores dos textos que integram este livro.

O título do Congresso que deu origem à presente publicação foi longamente discutido. Depois de se considerarem várias outras possibilidades, alcançou-se esta fórmula centrada em duas palavras: *permanência* e *metamorfozes*. Reconheceu-se, desde logo, a vantagem de, na disposição contígua em que surgem, elas encerrarem uma tese: a de que a biblioteca da universidade passou e passa por metamorfozes; mas isso não colide com uma importante margem de permanência (e até de reforço) no que toca a algumas funções.

A nossa convicção, reforçada com a leitura dos textos que integram o presente livro, é a de que as bibliotecas universitárias são hoje, pelo menos, tão importantes como foram no passado. A diferença maior é que essa importância era mais facilmente reconhecida no passado do que hoje.

Em Portugal, não se têm feito muitos debates sobre esta temática. Existem alguns contactos entre os profissionais de bibliotecas; mas são esporádicos, quase sempre empreendidos a título pessoal e incidindo sobretudo em questões processuais. Também entre nós pairou essa tentação: promover um Congresso essencialmente destinado a que uns, os mais *avançados* e apetrechados, nos trouxessem testemunho de práticas mais inovadoras.

Como não poderia deixar de ser, este livro contém algumas demonstrações de boas práticas. Decidimos, contudo, ir um pouco mais além e fazer o que raramente se tem feito: colocar os bibliotecários em diálogo com os investigadores (alunos e professores). Trazer os bibliotecários da universidade para este debate significa, desde logo, dizer-lhes que não são profissionais periféricos e que não se espera deles uma atitude estritamente técnica. Pelo contrário: ontem como hoje, os bibliotecários situam-se no âmago da instituição universitária. É bom que reforcem esse sentimento de pertença à Universidade e à sua estratégia de ensino e investigação. Só assim poderão também quebrar a atmosfera de incompreensão que tantas vezes injustamente os envolve.

Por outro lado, quisemos ouvir aqueles que se servem das bibliotecas. Para o universitário, a Biblioteca não constitui um equipamento qualquer. Não é apenas o lugar onde se vai estudar ou investigar. Entre muitas outras funções, a Biblioteca representa um importante *conceito agregador*, onde cabem os ideais nobres da pesquisa perseverante e séria, envolvendo o manuseamento de fontes, o confronto entre o que julgava saber-se e aquilo que, afinal, se descobre que ainda não se sabia. A biblioteca é, enfim, um espaço de encontro entre cultivadores de vários tipos de saber. Numa universidade ideal deveriam reproduzir-se espaços assim, onde um matemático pudesse falar com um humanista e um físico pudesse contactar regularmente com um jurista.

Ao longo das páginas que se seguem, vai pensar-se a Biblioteca da Universidade; mas vai também pensar-se a Universidade, ela própria.

Para além dos textos das conferências e das comunicações, haverá também depoimentos. O propósito foi o de chamar a depor pessoas que têm com as bibliotecas uma relação mais íntima, porque muito nelas trabalharam, tendo colhido experiências muito diferentes consoante investigaram numa biblioteca antiga ou numa outra mais recente, numa biblioteca possuidora de recursos ou noutra que deles carece.

Os estudos são assinados por nomes escolhidos pela Comissão Organizadora e confirmados pela Comissão Científica do Congresso. Foi possível reunir autores de muitas gerações, de muitas experiências e também de várias latitudes. A variedade que daí resulta faz-nos crer, sem falsas

modéstias, que o presente volume constitui uma peça relativamente rara no pensamento publicado sobre o assunto, pelo menos em Portugal.

A obra que agora se dá a conhecer (e o Congresso que antes se celebrou) só foram possíveis porque muitas pessoas e entidades se revelaram sensíveis aos nossos apelos. É-nos muito grato registar esses apoios, tanto mais que apoiar uma biblioteca não assegura grandes retornos de visibilidade.

Referimos, com muita gratidão, as Fundações Calouste Gulbenkian, Engenheiro António de Almeida e Luso-Americana, o Banco Santander Totta e a Critical Software.

Num outro plano, estamos gratos ao Senhor Reitor e à sua equipa, designadamente ao Senhor Vice-Reitor Amílcar Falcão, que tem a seu cargo o pelouro das bibliotecas. Para além de naturais diferenças de formação e de perspetiva, temos sempre encontrado num e noutro recetividade e compreensão institucional e pessoal; sentimos que partilhamos com ambos uma ideia de Universidade onde cabem a exigência, o escrutínio, a perseverança e o culto do rigor. Ambos nos têm escutado e nos têm dito que a concretização dessa ideia não é possível sem boas bibliotecas.

É devida igualmente uma palavra de apoio a todos os nossos convidados (incluindo os moderadores de sessão, que tão bem corresponderam ao nosso pedido para incentivar o debate). Muitos deles tinham já reflexão publicada sobre estes assuntos mas, independentemente do seu trajeto e da área disciplinar de que provêm, todos confluem em torno de um mesmo estado de espírito: acreditam na universidade e prezam as bibliotecas.

Esperamos sobretudo que em Coimbra possa nascer aquilo de que, afinal, as bibliotecas universitárias neste momento mais carecem: a consciência de uma identidade comum, onde exista lugar certo para a partilha e para a esperança.

ANA MARIA EVA MIGUÉIS

CARLA ALEXANDRA SILVA FERREIRA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

FOTOGRAFIAS E PROGRAMA

Página deixada propositadamente em branco.



Sessão de abertura: Amílcar Falcão e José Augusto Cardoso Bernardes



Conferência de Abertura: *A Biblioteca da Universidade e a República das Letras*
Vitor Manuel Aguiar e Silva e Joaquim Romero Magalhães



Mesa-redonda: *A Biblioteca Universitária em contexto: as mudanças e os desafios*
A.E. Maia do Amaral, Maria da Graça Simões, Fernanda Ribeiro e José Pedro Serra



Testemunhos 1
Rui Figueiredo Marcos e João Gouveia Monteiro



Mesa-redonda: *A Biblioteca Universitária e a Sociedade da Informação e do Conhecimento*
Ana Bela Jesus Martins, Inês Cordeiro e Maria Beatriz Marques



Testemunhos 2

Maria Manuela Gouveia Delille, Luís Reis Torgal e Fernando Taveira da Fonseca



Conferência: *As Bibliotecas Digitais*
Fernando Catroga e Carlos Reis



Conferencia: *El arte de mantenerse joven: bibliotecas históricas de fondo antiguo*
José Pedro Paiva e Margarita Becedas González



Mesa-redonda: *O impacto do Acesso Aberto na Comunidade Científica*
Aleksandar Jerkov, Ljiljana Markovic, Aleksandra Vranes, Delfim Leão,
Eloy Rodrigues e Maria Manuel Borges



Testemunhos 3
Hans-Richard Jahnke e Zulmira Santos



Mesa-redonda: *Bibliotecas Digitais*
António Tavares Lopes, Saúl Gomes, Ana Maria Miguéis e Manuel Portela



Testemunhos 4

Suzete Moeda Mattos, Rosa Margarida Umbelino e Maria José Carvalho



Conferência: *Regresso ao Futuro, 500 Anos Depois*
Mário Bernardes e António Dias de Figueiredo



Mesa-redonda: *O Valor das Bibliotecas Universitárias*
José Augusto Cardoso Bernardes, Carlos Fiolhais e Fabian Franke



Conferência de Encerramento: *Digitize, Democratize: Libraries and the Future of Books*
Amílcar Falcão e Robert Darnton



Sessão de Encerramento: João Gabriel Silva

Página deixada propositadamente em branco.

PROGRAMA

CONGRESSO INTERNACIONAL

A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses

16 a 18 de janeiro de 2014

Quinta-feira, 16 de janeiro

08:30 – 09:00 Recepção

Entrega da documentação

09:00 – 09:30 Sessão de abertura

Presidida pelo Magnífico Reitor

09:30 – 10:15 Conferência de abertura

A Biblioteca da Universidade e a “República das Letras”

VÍTOR MANUEL AGUIAR E SILVA, Univ. de Coimbra/Univ. do Minho

Presidente: JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES, Univ. de Coimbra

10:15 – 11:40 Mesa-redonda: **A biblioteca universitária em contexto:**

as mudanças e os desafios

A Biblioteca, coração de uma Faculdade: o caso da FLUL

JOSÉ PEDRO SERRA, Univ. de Lisboa

As bibliotecas universitárias: seu papel de mediação

para o acesso ao conhecimento na Era Digital

FERNANDA RIBEIRO, Univ. do Porto

“Aberta e patente a todos”: um programa para a Biblioteca da Universidade de Coimbra

A. E. MAIA DO AMARAL, Univ. de Coimbra

Moderador: MARIA DA GRAÇA SIMÕES, Univ. de Coimbra

11:40 – 12:00 Intervalo

12:00 – 12:45 **Testemunhos**
GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS, Presidente do Tribunal de Contas
JOÃO GOUVEIA MONTEIRO, Univ. de Coimbra
Moderador: RUI FIGUEIREDO MARCOS, Univ. de Coimbra

12:45 – 14:00 Almoço

14:00 – 15:15 Mesa-redonda: **A biblioteca universitária e a sociedade da informação e do conhecimento**

A biblioteca universitária criadora de dinâmicas para a construção do conhecimento: o caso das bibliotecas da UA

ANA BELA JESUS MARTINS, Univ. de Aveiro

A determinação do valor das Bibliotecas Universitárias na sociedade da informação e do conhecimento

MARIA BEATRIZ MARQUES, Univ. de Coimbra

Moderador: MARIA INÊS CORDEIRO, Biblioteca Nacional

15:15 – 16:00 **Testemunhos**

MARIA MANUELA GOUVEIA DELILLE, Univ. de Coimbra

FERNANDO TAVEIRA FONSECA, Univ. de Coimbra

Moderador: LUÍS REIS TORGAL, Univ. de Coimbra

16:00 – 16:15 Pausa

16:15 – 17:00 Conferência

As bibliotecas digitais, Carlos Reis, Univ. de Coimbra

Presidente: FERNANDO CATROGA, Univ. de Coimbra

17:00 – 18:00 Espumante de Honra, patrocinado pelas Caves da Bairrada

Sexta-feira, 17 de janeiro

09:30 – 10:15 Conferência

El arte de mantenerse joven: bibliotecas históricas de fondo antiguo

MARGARITA BECEDAS GONZÁLEZ, Univ. de Salamanca

Presidente: JOSÉ PEDRO PAIVA, Univ. de Coimbra

10:15 – 11:15 Mesa-redonda: **O impacto do acesso aberto na comunidade científica**

A Biblioteca Universitária: Jogos de Luz e de Sombras

MARIA MANUEL BORGES, Univ. de Coimbra

O acesso aberto e o futuro da investigação e da comunicação científica

ELOY RODRIGUES, Univ. do Minho

Academic libraries in Serbia: continuity and metamorphosis

ALEKSANDRA VRANES, LJILJANA MARKOVIC, ALEKSANDAR JERKOV,

Univ. de Belgrado

Moderador: DELFIM LEÃO, Univ. de Coimbra

11:15- 11:30 Pausa

11:30 - 12:15 **Testemunhos**

NELSON FERNANDO COELHO, Univ. de Coimbra

ZULMIRA SANTOS, Univ. do Porto

Moderador: HANS-RICHARD JAHNKE, Univ. de Coimbra

12:15 - 14:00 Almoço

14:00 - 15:15 Mesa-redonda: **Bibliotecas digitais**

A edição digital e a biblioteca digital: o caso do LdoD

MANUEL PORTELA, Univ. de Coimbra

Novas ecologias do controlo bibliográfico: uma perspetiva sobre os futuros da informação bibliográfica e das bibliotecas nos meios digitais

ANTÓNIO TAVARES LOPES, Univ. de Coimbra

Os novos códices medievais

SAUL GOMES, Univ. de Coimbra

Moderador: ANA EVA MIGUÉIS, SIBUC/Univ. de Coimbra

15:15 - 15:30 Pausa

15:30 - 16:15 **Testemunhos**

SUZETE MOEDA MATTOS, Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro

MARIA JOSÉ CARVALHO, CES/Univ. de Coimbra

Moderador: ROSA MARGARIDA UMBELINO, Univ. de Coimbra

16:15 - 17:00 Conferência:

Regresso ao Futuro, 500 Anos Depois

ANTÓNIO DIAS DE FIGUEIREDO, Univ. de Coimbra

Presidente: MÁRIO BERNARDES, Univ. de Coimbra

18:30 - 19:30 *A Música e a Palavra em Língua Portuguesa*, concerto dos Alma de Coimbra e declamação de poesia pela Companhia Bonifrates, no Teatro Académico de Gil Vicente

Sábado, 18 de janeiro

09:30 – 10:30 Mesa-redonda: **O valor das bibliotecas universitárias**

A Biblioteca, lugar e alegoria da Universidade

JOSÉ AUGUSTO BERNARDES, Univ. de Coimbra

Teaching information literacy – a (new) core task for university libraries in Germany?!

FABIAN FRANKE, Univ. de Bamberg

Moderador: CARLOS FIOLEAIS, Univ. de Coimbra

10:30 – 10:45 Pausa

10:45 – 11:30 Conferência de encerramento

Libraries and the Digital Future, Robert Darnton, Univ. de Harvard

Presidente: AMÍLCAR FALCÃO, Univ. de Coimbra

11:30 – 12:30 Sessão de encerramento

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO

J. A. CARDOSO BERNARDES

A. EVA MIGUÉIS

C. SILVA FERREIRA

C. GONÇALVES

P. GALVÃO

G. TOSCANO

Página deixada propositadamente em branco.



500 Anos da
Biblioteca da
Universidade
de Coimbra
1513 - 2013

Congresso Internacional

A Biblioteca da Universidade:
permanência e metamorfoses

16, 17 e 18 de janeiro de 2014
Auditório da Reitoria da UC

O valor das bibliotecas universitárias
A Biblioteca universitária em contexto: as mudanças e os desafios
A Biblioteca universitária e a sociedade da informação e conhecimento
O impacto do acesso aberto na comunidade científica
As bibliotecas digitais

Mais informações em:
http://www.uc.pt/bguc/500anos/Congresso_internacional

Entidade organizadora

Biblioteca Geral da
Universidade de Coimbra

Apoios

casino
figueira

Santander Totta

Critical

FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

FUNDAÇÃO
TOMÁS
ARQUÊDE DE ALBUQUERQUE

Universidade de Coimbra
REITORIA

Página deixada propositadamente em branco.

CONFERÊNCIAS

Página deixada propositadamente em branco.

SESSÃO DE ABERTURA.
SAUDAÇÃO DO SENHOR VICE-REITOR

Exm.º Senhor Diretor da Biblioteca Geral
Senhoras e Senhores convidados
Senhoras e Senhores Congressistas

A ideia de promover a comemoração dos 500 anos de existência da nossa Biblioteca foi acolhida pela Reitoria com grande alegria, desde o primeiro momento em que ela nos foi trazida pelo seu Diretor.

E foi também com grande concordância que verificámos que a Biblioteca quis conferir a essas comemorações um sentido de análise e de debate. A mensagem que daqui resulta é clara: apesar de ter 500 anos, a Biblioteca não se contenta com o seu passado e quer proceder a uma análise do seu presente e a uma antevisão do seu futuro.

A Biblioteca foi e continua a ser um dos principais suportes da investigação produzida na Universidade. O facto de se tratar de uma instituição patrimonialmente muito rica dá também origem a que seja procurada por investigadores nacionais e estrangeiros, contribuindo assim, em boa medida, para que a Universidade de Coimbra seja ainda mais conhecida e estimada no mundo. Sei que a Biblioteca acolhe bem esses investigadores porque são numerosos os testemunhos de agradecimento que depois tornam públicos. Essa circunstância, de resto, confirma o que muitos sabem: que hoje, como no passado, para além de todas as limitações, a Biblioteca é servida por funcionários competentes e muito zelosos, que tudo têm feito para manter e reforçar a imagem da Universidade que servem.

A Reitoria foi também muito sensível à preocupação sempre demonstrada pelo Senhor Diretor da Biblioteca Geral de envolver nas comemorações todas as bibliotecas especializadas da Universidade de Coimbra. É com particular gosto que tomámos conhecimento de que nos próximos dias será tornada pública a digitalização de 500 obras pertencentes ao acervo de todas as bibliotecas da nossa universidade. É sempre um gesto de eficácia tornar acessíveis ao público, de uma só vez, mais 500 documentos. Neste caso, porém, é também altamente revelador, do ponto de vista simbólico, que os 5 séculos de existência sejam assinalados com um gesto de união e de sintonia, que envolve todas as bibliotecas da Universidade.

Sabemos todos que as bibliotecas universitárias se encontram hoje confrontadas com desafios muito grandes. Penso, desde logo, nos edifícios em que estão instaladas (alguns deles a necessitarem de reconversão urgente); penso ainda na necessidade de modernização tecnológica; penso, por fim, na necessidade mais elementar sentida por qualquer biblioteca, que é a de se ver provida de livros, revistas e outros documentos em suporte impresso ou digital, uma vez que uma biblioteca, por mais rica que seja, nunca pode dispensar a atualização.

A Reitoria está atenta a todas estas necessidades e tudo fará para que, pelo menos as mais prementes venham a ser satisfeitas ou minoradas no mais curto espaço de tempo. Mas as circunstâncias são muito difíceis. Todas as carências que aponte exigem um considerável esforço financeiro. E todos sabem como os recursos de que as universidades hoje dispõem têm vindo a decrescer de forma dramática nos últimos anos.

Ainda assim, o compromisso do Senhor Reitor e o meu próprio compromisso, que hoje aqui reitero é o de considerar as bibliotecas na primeira linha das nossas prioridades.

Estamos conscientes de que as grandes universidades têm necessariamente de ter grandes bibliotecas, e não é por acaso que a Reitoria tanto tem investido num projeto estratégico denominado UC Digitalis.

Senhor Diretor

Prezados Congressistas

Este Congresso Internacional representa uma ocasião rara para a troca de experiências, para a reflexão sobre a biblioteca mas também sobre a universidade e a maneira como nela se ensina e investiga. Na sua essência, trata-se, portanto, de uma maneira de responder aos desafios que há pouco citava: refletir para depois ponderar caminhos e decisões.

É isso que fortemente desejo que os trabalhos que vão iniciar-se sejam frutuosos para as bibliotecas das universidades e para todos os que nela trabalham. Desejo ainda que se sintam bem em Coimbra ao longo destes dias. Os que são de cá (bibliotecários, professores, estudantes) e, em especial, os que são provenientes de outras instituições portuguesas e estrangeiras. A todos os que nos visitam, peço o favor de serem portadores das saudações gratas e calorosas do nosso Reitor para as vossas autoridades académicas.

Página deixada propositadamente em branco.

VÍTOR AGUIAR E SILVA

Universidade do Minho

University of Minho

**A BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE
E A REPÚBLICA DAS LETRAS**

THE UNIVERSITY LIBRARY AND THE REPUBLIC OF LETTERS

RESUMO: Origem e significado do termo e do conceito de *respublica litteraria*. Os ideais da *respublica litteraria* na cultura europeia desde o Renascimento até ao Iluminismo.

A *república das letras* e a modernidade iluminista.

A biblioteca como elemento fundamental das *respublica litteraria* e da *república das letras*, sob o signo da unidade do conhecimento das letras, das artes e das ciências.

A dinâmica da progressiva autonomização dos campos culturais, o «divórcio» entre as humanidades e as ciências e a irreversível especialização do conhecimento no âmbito das ciências exactas e da natureza e no âmbito das ciências humanas e sociais. As incidências destas modificações na Universidade europeia ao longo dos séculos XIX e XX. A conversão da *Universidade* numa *multidiversidade* de territórios insulares do conhecimento, do ensino e da investigação. A criação de bibliotecas especializadas nas Faculdades, nos Departamentos, nos Centros e nos Programas das Universidades.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como orientações epistemológicas e metodológicas que, nas últimas décadas, têm instituído novos modos de diálogo e de interacção entre os saberes disciplinares. O papel insubstituível das bibliotecas neste diálogo e nesta interacção.

A Biblioteca da Universidade como *locus* privilegiado da cartografia arquipelágica da Universidade contemporânea, como espaço de estudo interdisciplinar e transdisciplinar e como recuperação institucional, na modernidade do século XXI, das grandes linhas de força da *república das letras*.

ABSTRACT: Origins and meaning of the term and concept *respublica litteraria*. Ideas of the *respublica litteraria* in European culture, from the Renaissance to the Enlightenment.

The *Republic of Letters* and Enlightenment modernity.

The library as an essential component of the *respublica litteraria* and the *Republic of Letters*, reflecting unity of knowledge within the humanities, arts and sciences.

The dynamics of the gradual separation of cultural fields, the «divorce» between the humanities and sciences, and the irreversible specialisation of knowledge within

the exact and natural sciences and the human and social sciences. Incidences of these changes within the European university in the 19th and 20th centuries. The transformation of the *University* into a *multidiversity* of islands of knowledge, teaching and research. The creation of specialist libraries within university faculties, departments, research centres and teaching programmes.

Interdisciplinarity and transdisciplinarity as epistemological and methodological principles which, in recent decades, have established new forms of dialogue and interaction between disciplines. The irreplaceable role of libraries in this dialogue and interaction.

The university library as the favoured *locus* for the “island” cartography of the modern university, a space for interdisciplinary and transdisciplinary study and for the institutional regeneration of the main principles of the *Republic of Letters* within 21st century modernity.

Agradeço ao Senhor Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, o convite que teve a generosidade de me dirigir para pronunciar a conferência de abertura deste Congresso.

Comemorar cinco séculos da história de uma instituição como a Biblioteca Geral, que no início do século XVI era uma modesta «livraria» e que hoje é a mais importante biblioteca universitária do mundo lusófono, é motivo de justificados júbilo e orgulho para todos os universitários, sobretudo quando, como é o meu caso, encontraram nesta Casa muitos dos instrumentos de trabalho com os quais construíram o seu *curriculum* académico.

Há cinquenta e seis anos, no início do segundo período do ano escolar de 1957-58, entrei pela primeira vez na vasta e sombria sala de leitura da antiga Biblioteca, instalada no Pátio da Universidade. Fui consultar a obra de um autor alemão, em tradução espanhola, sobre filosofia da linguagem, por indicação do Doutor Manuel de Paiva Boléo. Depois desse baptismo, tornei-me leitor assíduo da velha e a seguir da nova Biblioteca.

A minha tese de doutoramento ficou a dever muito aos fundos bibliográficos antigos que a Biblioteca Geral possui e muito em especial aos manuscritos da secção de «Reservados». Foi numa sala desta secção que tive a sorte de encontrar, entre papéis vários do espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a cópia manuscrita da quase totalidade das

composições do *Cancioneiro Fernandes Tomás*, realizada a pedido da sábia filóloga. Como o original do *Cancioneiro* era sonogado persistentemente aos investigadores pelo director da instituição pública que o detinha – o Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia –, fiquei a dever a este achado que a minha tese de doutoramento não sofresse de múltiplas lacunas.

Relembro com saudade e gratidão os Directores desta Biblioteca que conheci, que me honraram com a sua amizade e que a morte colheu no seu regaço: o Doutor Manuel Lopes de Almeida, o Doutor Guilherme Braga da Cruz, o Doutor Luís Albuquerque e o Doutor Aníbal Pinto de Castro, meu fraterno amigo.

Quero também prestar homenagem ao Doutor Carlos Fiolhais, um Director cujo perfil académico se enquadra admiravelmente na «República das Letras» de que irei falar, e ao Doutor José Cardoso Bernardes, actual Director, a cuja inteligência e abertura de espírito e a cujo sentido de equilíbrio intelectual e institucional a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – e com ela todos nós – muito ficará a dever.

O termo e o conceito de *respublica litteraria* (ou *litteraria*) encontram-se documentados pela primeira vez numa epístola latina, datada de 6 de Julho de 1417, que o humanista veneziano Francesco Barbaro dirigiu a outro humanista, Poggio Bracciolini (1380-1459), o qual tinha acabado de descobrir, no mosteiro suíço de Saint Gall, importantes manuscritos de autores latinos, entre os quais os da *Institutio Oratoria* de Quintiliano, o das *Argonautica* de Valerius Flaccus e os comentários de Quintus Asconii Pediani a oito orações de Cícero¹. Poggio Bracciolini, numa epístola endereçada ao humanista Guarino Veronese (c. 1370-1460) na qual dá notícia de tão valioso achado, informa que «estes livros não estavam na

¹ Veja-se FUMAROLI, Marc – «La République des Lettres». *Diogène*. N.º 143 (1988), p. 137. Marc Fumaroli tem consagrado à *respublica litteraria* estudos fundamentais, agora coligidos na obra *La République de las Letras*. Trad de J.R. Monreal. Barcelona: Alcantilado, 2013. Sobre o conceito de *respublica litteraria*, vide duas obras relevantes: GOODMAN, Dena – *The Republic of Letters. A cultural history of french Enlightenment*. Ithaca-London: Cornell University Press, 1994; BOTS, Hans e WAQUET, Françoise – *La République des Lettres*. Paris: Belin, 1997.

biblioteca, como a sua dignidade requeria, mas num horroroso e escuro cárcere, onde não se prenderiam sequer os condenados à morte»².

A fórmula *respublica litteraria*, provavelmente inspirada na expressão *respublica christiana*, utilizada por Santo Agostinho na *Cidade de Deus* (II, 21; XIX, 21-26), designa uma comunidade ideal, não institucionalizada social e juridicamente, mas ao mesmo tempo real, formada por *doctissimi homines ubicumque*, congregados pelos laços das letras, do estudo e do saber (*necessitudo litterarum*), e empenhados na realização de trabalhos úteis ao bem comum (*pro communi utilitate labores*), como realça Francesco Barbaro na referida epístola. Na Itália do norte e do centro, de Roma a Veneza, de Pádua e Florença a Milão, constituiu-se, ao longo do século XV, graças à *renovatio litterarum*, que se identificava com a *renovatio antiquitatis*, e graças aos *studia humanitatis*, que consubstanciavam o ideal da *translatio studii*, um poder espiritual novo, partícipe da esfera religiosa e da esfera secular e do qual eram agentes tanto *clerici* como *laici*. Segundo as palavras autorizadas de Marc Fumaroli, Petrarca deve ser justamente reconhecido como o fundador da *respublica litteraria*, desse novo poder espiritual que o genial poeta, pensador, tratadista e epistológrafo, fez surgir nos «interstícios entre a Igreja e os Estados»³.

O ideal da *respublica litteraria* (ou *respublica litterarum*) ganhou vigor e irradiação ao longo dos séculos XVI e XVII, salvaguardando, numa Europa dilacerada com frequência por guerras políticas e por conflitos religiosos, o poder das ideias, cultivando a liberdade e a tolerância espirituais, acreditando na capacidade civilizadora das *letras humanas* e da razão crítica. Durante a primeira metade do século XVI, Erasmo foi o príncipe desta *eruditorum societas*, que se tornou progressivamente, não obstante as limitações censórias impostas pelos poderes religiosos e políticos, uma comunidade cosmopolita que congregou homens e também mulheres de diversas nações, diversas crenças religiosas e diversas

² A carta de Poggio Bracciolini está publicada em latim e em tradução italiana em QUONDAM, Amedeo (a cura di) – *Rinascimento e Classicismo. Materiali per l'analisi del sistema culturale di Antico regime*. Roma: Bulzoni Editore, 1999, p. 48-53.

³ FUMAROLI, Marc – *Rome et Paris – Capitales de la République européenne des Lettres*. Hamburg: LIT Verlag, 1999, p. 27.

condições sociais. Erasmo, com a irradiação da sua obra multiforme de pensador, de moralista, de filólogo e de pedagogo, com as suas relações de amizade com relevantes figuras da cultura europeia, muitas das quais conheceu pessoalmente durante as suas viagens pela França, pela Itália, pela Inglaterra, pelos Países Baixos e pela Suíça, alargou a *respublica litteraria*, originariamente confinada à Itália dos humanistas, até aos limites da *respublica christiana*.

Os impressores e os mercadores de livros, ao produzirem e difundirem, em toda a Europa, uma grande variedade de textos através do livro impresso, recorrendo muitas vezes à tradução, contribuíram de modo decisivo para a expansão da *respublica litteraria*. Aldo Manuzio (1449-1515), o insigne impressor e filólogo, amigo de humanistas como Poliziano, Pico della Mirandola e Erasmo, converteu Veneza, desde a última década do século XV, no mais importante centro de produção e de comércio do livro na Europa e tornou-se, com as epístolas prefaciais das suas edições, endereçadas aos *studiosi bonarum litterarum*, aos *amantissimi bonarum litterarum*, «um verdadeiro porta-voz de uma República das Letras em expansão na Europa inteira», como sublinha Marc Fumaroli. O latim, em particular o latim ciceroniano, era a língua que identificava e prestigiava os membros dessa *sodalitas litterarum*. A correspondência epistolar, tornada mais célere e mais segura com a criação do serviço postal, facilitou e fortaleceu o intercâmbio de ideias e de projectos entre os *doctissimi homines ubicumque*. Desde os primeiros anos do século XVII, os jornais e as gazetas tornaram-se um instrumento privilegiado de comunicação entre os membros da *eruditorum societas* e o público leitor. A criação e o desenvolvimento das Academias, mesmo quando estas eram tuteladas pelo poder político, como aconteceu com a Academia Francesa, contribuíram para consolidar institucionalmente a *respublica litteraria*.

A diáspora de muitos intelectuais protestantes franceses, obrigados a procurar refúgio no exílio, antes e sobretudo depois da revogação do édito de Nantes (1685), fez com que os Países Baixos, que já no século XVI tinham sido o lugar de expatriação de muitos judeus hispânicos, se convertessem no principal espaço geográfico e político de acolhimento dos homens franceses de letras exilados. Um desses intelectuais, Pierre

Bayle (1647-1706), fundou em Roterdão, em 1684, o jornal intitulado *Nouvelles de la République des Lettres* que, conjuntamente com a *Gazette de Leyde* e a *Gazette d'Amsterdam*, contribuiu para que a *respublica litteraria* humanística passasse a ser denominada com frequência *République des Lettres*, tendo no francês a sua língua hegemónica.

O Iluminismo foi o herdeiro da *respublica litteraria* humanista e da *république des lettres* de Pierre Bayle, desenvolvendo e difundindo, através de formas novas de sociabilidade e de comunicação, o combate das «Luzes» contra a ignorância, do cosmopolitismo contra o provincialismo, do racionalismo crítico contra o dogmatismo e o fanatismo, da liberdade política e religiosa contra a censura e a opressão. Nas palavras memoráveis de Pierre Bayle, «[c]’est la liberté qui règne dans la République des Lettres. Cette République est un état extrêmement libre. On n’y reconnaît que l’empire de la vérité et de la raison»⁴. Os membros desta *República* ideal reivindicam inteira liberdade de espírito, reconhecem tão-só a autoridade da razão e da experiência, exaltam a sua pertença ao «mundo literário» e ao «orbe literário», que os isenta dos particularismos e constrangimentos impostos pelas nações: «Entre os sábios não há nações», escrevera já D. Francisco Manuel de Melo no *Hospital das Letras*, «donde já disse um dos gregos que era cidadão do mundo todo».

A *res litteraria* que congregava os «eruditi homines» da *respublica litteraria*, «les savants» da *République des Lettres*, os «sábios» do *orbe literário*, não era a literatura tal como esta veio a ser progressivamente concebida, escrita e lida, desde a segunda metade do século XVIII até aos nossos dias, isto é, como a arte que utiliza a linguagem verbal para produzir textos de natureza estética. A *república das letras* congregou no mesmo ideal de conhecimento e de cultura os significados que, durante séculos, nas diferentes línguas europeias, possuíram as palavras *literatura*, *literário* e *letras*. Assim, a *república literária* compreende as várias artes, da poesia à pintura e à música, a história, a eloquência, a teologia, o direito, a matemática, a astronomia, a medicina, a física, etc., configu-

⁴ GOODMAN, Dena – *The Republic of Letters. A cultural history of french Enlightenment*, p. 12.

rando um ideal de *enciclopédia* ou *polimatia* anterior ao «divórcio» entre as ciências e as humanidades – um «divórcio que se foi desenhando e aprofundando no decurso do século XVIII e de que os *Principi di scienza nuova* de Giambattista Vico, cuja edição definitiva data de 1744, foram a primeira formulação ou a primeira revelação, para o melhor ou para o pior, segundo as palavras de Isaiah Berlin⁵.

Entre os numerosos testemunhos do significado plural, polimático e pluridisciplinar, da *res litteraria* nos séculos XVII e XVIII, mencionarei tão-só a *República literaria* de Diego de Saavedra Fajardo (1584-1648) e as *Notícias literárias de Portugal* de José Anastácio da Cunha (1744-1787).

A *República literaria* de Saavedra Fajardo, que foi um importante e cosmopolita diplomata ao serviço da monarquia espanhola, é uma extraordinária sátira menipeia – o modelo greco-latino deste género literário fora renovado por Justo Lúpsio com a obra *Satyra Menippaea. Somnium* (1581) –, cuja primeira redacção datará da segunda década do século XVII. Em vez das *laudes litterarum*, tão frequentes na tradição humanística, Saavedra Fajardo escreve uma jocosa *vituperatio litterarum* em que a *res litteraria* é representada pela poesia, pela pintura, pela escultura, pelas artes liberais, pela eloquência, pela história, pela filosofia moral e política, pelo direito, pela medicina, etc., povoando cada uma destas áreas as mais relevantes e célebres figuras, desde a antiguidade clássica até à modernidade de Seiscentos.

José Anastácio da Cunha, que foi lente de Geometria na Universidade de Coimbra, de 1773 até 1778, ano em que foi encarcerado e processado pela Inquisição, redigiu em 1780, em língua francesa, um breve memorial intitulado *Notícias literárias de Portugal* sobre a «república das letras» no nosso país – memorial que se conserva manuscrito no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que foi editado, em língua francesa e com a tradução em língua portuguesa, por Joel Serrão, em 1966 (Lisboa, Seara Nova). «O lente penitenciado», para usar a expressão de Aquilino Ribeiro, exalta reiteradamente como glória maior da «república das letras» Camões, «o

⁵ BERLIN, Isaiah – *El estudio adecuado de la humanidad*. Trad. de Francisco Gonzáles Aramburo et alii. Madrid-México: Turner e Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 261.

nosso poeta, o imortal Camões, [que] merece sem dúvida ser arrolado entre os maiores poetas do mundo, antigos e modernos», menciona os dois poetastros [*sic*] António Ferreira e Sá de Miranda, cujos versos rudes fazem «estarrincar os dentes» [«grincer les dents»], refere-se de modo vago ao labor poético dos reis D. Dinis e D. Pedro I, mofa dos homens de letras denominados no século XVII «Discretos e Cultos». Não restringe a sua informação e os seus juízos, porém, à esfera da poesia. Menciona um bom geómetra e astrónomo como Pedro Nunes, um notável geógrafo e cosmógrafo como D. João de Castro, alguns latinistas e eruditos de mérito, como André de Resende e Jerónimo Osório, uns tantos historiadores e pesquisadores de antigualhas, matemáticos como Martim Afonso de Sousa, que se notabilizou sobretudo como político e como militar, médicos como Abraão Zacuto e Amato Lusitano, alguns pintores de certo mérito. Lamenta, porém, que em Portugal não tenha existido um grande pintor, nem um escultor e um arquitecto comparáveis aos artistas medianos da Itália e da França. Sublinha o mérito minguadíssimo de alguns doutores em Direito e não faz sequer uma referência a teólogos. Em suma, segundo José Anastácio da Cunha, a «república das letras» compreende a poesia, as artes plásticas, a história, a matemática, a astronomia, a geometria, a geografia, a medicina, o direito e a ciência da agricultura.

O significado amplo e complexo do termo «literário» avulta sobremaneira no passo das *Notícias* em que é referida a criação por D. Dinis da Universidade portuguesa, passo que citarei na língua francesa original: «Nous lui devons l'université; c'est un ouvrage littéraire qui doit nous consoler de la perte des autres» [das obras escritas por D. Dinis]. Traduzir «ouvrage littéraire», neste contexto, por «obra literária» é trair o pensamento do autor, que concebe a Universidade como a instituição na qual são professados os saberes científicos e as artes que perfazem, no seu conjunto e na sua inter-relação, um domínio fundamental da «república das letras».

A modernidade iluminista revelou um claro e vigoroso entendimento de que nas Universidades e, mais alargadamente, em toda a «República das Letras», era necessário instituir e praticar a cooperação adequada entre os vários saberes constitutivos do *orbis litterarum*, de modo que

a Teologia, o Direito e a Medicina consolidassem os seus fundamentos e progredissem nos seus campos específicos, beneficiando do estudo e do conhecimento de outras disciplinas que configuram a história literária geral de baconiana genealogia. O *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1771) advoga reiteradamente esta orientação interdisciplinar, invocando a autoridade de Cícero e de Quintiliano para estatuir que há «entre as Sciencias, como entre as Virtudes, hum certo nexo, e sociedade: Com que todas mutuamente se ajudam, e nenhuma póde separar-se da outra, sem arruinar-se, ou fazer-se disforme o seu edifício» (parte II, capítulo III).

Este modelo pluridisciplinar e interdisciplinar da criação e da organização do conhecimento, cuja genealogia remonta imediatamente aos ideais de *polymathia* do Humanismo e da *pansofia* do humanista e pedagogo checo Jan Comenius (1590-1670) e que foi defendido pelas vozes mais relevantes do Iluminismo europeu, foi representado pela metáfora da árvore do conhecimento, com um tronco comum e com múltiplos ramos e sub-ramos, e foi também designado, desde o século XVII, com o termo «sistema» e até pela expressão, de impressionante modernidade semiológica, de «sistema de sistemas»⁶. Francisco Dias Gomes (1745-1795), sofrível, senão medíocre, poeta neoclássico, mas inteligente e bem informado crítico literário, no escólio que elaborou sobre a sua Elegia I, intitulada «Às Musas», escreveu que o seu poema discorre «por aquellas facultades que fazem maior vulto no systema litterario, quaes são a Escultura, a Pintura, a Mathematica, a Historia, a Eloquencia, a Musica e a Poesia»⁷.

As bibliotecas foram um elemento fundamental na actividade da *militia litterarum*, sobretudo após a difusão, em toda a Europa, do livro impresso, proporcionando aos leitores o conhecimento dos textos relevantes para as diversas artes e as diversas ciências integradas na *respublica litteraria*. Erasmo, num aditamento ao seu comentário ao adágio *Herculei labores*, exalta o papel da biblioteca de Aldo Manuzio na *propagatio litterarum*,

⁶ BURKE, Peter – *Historia social del conocimiento*. Trad. de Isidro Arias. Barcelona: Paidós, 2002, p.119.

⁷ GOMES, Francisco Dias – *Obras poeticas*. Lisboa: Typographia da Acad. R. das Sciencias, 1799, pp.12-13.

pois as edições aldinas eram uma espécie de fonte que alimentava as boas bibliotecas por toda a terra:

«Eu via claramente que esse esforço não era obra de um só homem, nem de uma única biblioteca, nem de poucos anos, e levámo-la a termo sozinhos, com as nossas armas, por assim dizer, em menos de um ano e meio, e com a ajuda, na aparência, de uma única biblioteca. Mas era a biblioteca de Aldo, riquíssima em si mesma e mais bem provida do que nenhuma outra de bons livros, em especial gregos: de tal modo que dela, como uma fonte, nascem e prosperam por toda a terra as boas bibliotecas».⁸

Com efeito, confirmando as palavras de Erasmo, multiplicaram-se por toda a Europa, nos séculos XVI e XVII, as grandes bibliotecas públicas e privadas. As Universidades, que desde os seus primórdios tiveram no livro manuscrito um instrumento fundamental na transmissão do conhecimento – «Sem *exemplares*», declaram os estatutos da Universidade de Pádua em 1264, «não haveria Universidade» –⁹, aumentaram e enriqueceram substancialmente o seu património bibliográfico graças ao livro impresso, como aconteceu com a Sorbonne e com a Universidade de Oxford, que em 1602 refundou a sua biblioteca, criada em 1334, com a famosa *Bodleian Library*.

Um exemplo elucidativo de criação e de organização de uma biblioteca geral universitária que correspondia aos ideais de cultura e de estudo da *república literária* é o da Universidade de Leiden, uma Universidade protestante criada em 1575. Uma gravura datada de 1610 proporciona uma visão muito bela do espaço luminoso da biblioteca, assinalando nos dois renques de onze estantes cada um, abertas à consulta dos leitores, a *ordo disciplinarum* segundo a qual se distribuía as espécies bibliográficas: no renque da direita, sucedem-se as disciplinas de história, de

⁸ FUMAROLI, Marc – «La République des Lettres», p. 149.

⁹ LE GOFF, Jacques – Alle origini del lavoro intellettuale in Italia. I problemi del rapporto fra la letteratura, l'università e le professioni. In *Letteratura italiana*. Volume primo. *Il letterato e le istituzioni*. Torino: Einaudi, 1982, p. 652, n. 8. O *exemplar* era um manuscrito constituído pela junção de vários cadernos de quatro folhas.

medicina e de direito; no renque da esquerda, alinham-se as disciplinas de matemática, de filosofia, de gramática e filologia e de teologia.

A expansão e a diversificação dos saberes, das artes e das ciências que formavam a *república das letras* – processo iniciado já no século XVII –, intensificaram-se ao longo do século XVIII: ganharam relevância ciências como a física, a química, a biologia e a botânica; criaram-se escolas superiores de tecnologia; autonomizou-se o domínio da estética e constituiu-se o moderno conceito de literatura; ocorreu o já referido «divórcio» entre as humanidades e as ciências, que representou a ruptura da unidade secular, complexa e difícil, da *república das letras*, no quadro de uma progressiva e irreversível especialização do conhecimento, tanto no âmbito das ciências exactas e naturais como no âmbito das ciências humanas e sociais.

Estas transformações no conhecimento e nas respectivas disciplinas originaram profundas mudanças institucionais, organizativas e funcionais, nas Universidades: foram criadas novas Faculdades, novos Departamentos, novos Institutos e novas Cátedras, que contemplaram novos domínios do saber, do ensino e da investigação. Em tempos mais recentes, foram criadas novas unidades – ou microunidades – orgânicas como os Centros e os Programas.

As Faculdades, os Departamentos, os Institutos, os Centros e os Programas constituíram em geral bibliotecas próprias, cuja especialização corresponde à especialização crescente dos saberes aí professados. Por isso mesmo, diversas Universidades prescindiram da criação de Bibliotecas gerais ou reduziram-nas às funções de custódia de valioso património bibliográfico antigo. Múltiplos factores interferem nestas opções, desde a configuração descontínua ou multipolar dos espaços universitários até à gestão de verbas próprias geradas por bolsas, projectos de investigação, patentes, etc. Não nos esqueçamos de que o princípio da autonomia que a Universidade em geral reivindicou perante o poder, religioso ou político, se manifesta isomorficamente, *ad intra*, em todo o corpo universitário. Como observou Norbert Elias, num estudo que dedicou aos estabelecimentos científicos, as metáforas territoriais que, desde o século XIX, têm sido frequentemente utilizadas para fazer referência aos diversos saberes

e ensinos disciplinares – «campo», «terreno», «domínio» – transportam consigo conotações defluentes da esfera da soberania da nação-estado, tais como a existência de fronteiras bem delimitadas, a inviolabilidade do território, a hostilidade em relação a migrantes e a franco-atiradores¹⁰.

A fim de evitar que os territórios disciplinares da *Universitas* fechem as suas fronteiras uns aos outros ou, para utilizar uma metáfora geográfica e cartográfica, a fim de evitar que a *Universitas* se fragmente numa *diversitas* arquipelágica de ilhas do conhecimento, do ensino, da investigação e da *poiesis*, torna-se necessário conceber e pôr em prática políticas que propiciem e incrementem o diálogo e a interação entre os saberes disciplinares dentro da mesma Faculdade e do mesmo Departamento e entre Faculdades e Departamentos diferentes. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade não bloqueiam nem impedem a especialização disciplinar, antes a densificam e complexificam. A interdisciplina de hoje será muitas vezes a disciplina de amanhã.

Na cartografia arquipelágica em que se encontra representada grande parte da Universidade contemporânea, a Biblioteca da Universidade poderá constituir, em meu entender, uma espécie de «Ilha Afortunada» como *locus* institucional privilegiado do diálogo, da reflexão e da prática interdisciplinares que recusam a fragmentação crescente e, no limite, o insulamento radical dos saberes. A Biblioteca da Universidade, sem lesar as bibliotecas das Faculdades, dos Departamentos, dos Institutos, dos Centros e dos Programas, proporcionará a professores e alunos os instrumentos de informação, de estudo, de reflexão e de trabalho intelectual que possibilitem recuperar, no contexto cultural e científico do século XXI, grandes linhas de força da *república das letras* humanística e iluminista.

Ilusão? Utopia? Sou dos que entendem a utopia como iluminação antecipadora de caminhos futuros e como desvelamento e fermentação do «princípio-esperança», perante a facticidade reificada da história. Aos

¹⁰ ELIAS, Norbert – «Scientific Establishments». In ELIAS, Norbert, MARTINS, Herminio e WHITLEY, Richard (eds.) – *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht: Reidel, 1982, p.3-69.

cépticos, recomendo a leitura do *Report of the Task Force on General Education* elaborado por um qualificado grupo de trabalho da Universidade de Harvard, constituído por professores das áreas das ciências exactas e naturais e das ciências humanas e sociais, que fundamentou o novo *curriculum* de educação geral em vigor desde 2007 no *College* daquela Universidade. Os ideais e os objectivos da educação liberal advogados no referido relatório exprimem e consubstanciam, na modernidade da primeira década do século XXI, muitos dos ideais da *república das letras*:

«General education courses are distinguished by their emphasis on breadth, on context, on connectedness, and on the relation between the material students are studying and things they will be doing for the rest of their lives: interpreting cultural artifacts, participating in political processes, coping with the ramifications of technological developments, interacting with people from diverse backgrounds, assessing the various scientific claims that are made in public discourse, and facing ethical dilemmas in their personal and professional lives. [...] Liberal education is vital because professional schools do not teach these things, employers do not teach them, and even most academic graduate programs do not teach them. Those institutions *deliberalize* students: they train them to think as professionals. A preparation in the liberal arts and sciences is crucial to the ability to think and act critically and reflectively *outside* the channels of a career or profession».

Os sistemas de ensino superior com orçamento relativamente pobre ou perigosamente empobrecido, ano após ano, como é o caso do sistema português, são solicitados ou são compelidos pelos decisores políticos, pelos empregadores e pelos agentes económicos em geral, a profissionalizarem rapidamente os seus alunos, que depois serão mais facilmente proletarizáveis sob todos os pontos de vista. Um *curriculum* de educação geral e de educação *liberal* como o do *College* da Universidade de Harvard seria em Portugal considerado como um luxo-desperdício. A riqueza e a pobreza de uma nação, porém, não são mensuráveis tão-só em termos de PIB e das estatísticas orçamentais. A Universidade de Harvard compreendeu, desde há muito tempo, a importância central do capital humano e

por isso o seu programa de educação geral recupera, como ficou dito, num contexto de modernidade, o ensino das artes e das ciências liberais da *república das letras*.

Referências bibliográficas

- BERLIN, Isaiah – *El estudio adecuado de la humanidad*. Madrid-México: Turner e Fondo de Cultura Económica, 2009.
- BOTS, Hans e WAQUET, Françoise – *La République des Lettres*. Paris: Belin, 1997.
- BURKE, Peter – *Historia social del conocimiento*. Barcelona: Paidós, 2002.
- ELIAS, Norbert – Scientific Establishments. In ELIAS, Norbert, MARTINS, Hermínio e WHITLEY, Richard (eds.) – *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht: Reidel, 1982.
- FUMAROLI, Marc – La République des Lettres. *Diogène*. Paris: Presses Universitaires de France. N.º 143 (1988), p. 131-150.
- FUMAROLI, Marc – *República de las Letras*. Barcelona: Alcantilado, 2013.
- FUMAROLI, Marc – *Rome et Paris: Capitales de la République européenne des Lettres*. Hamburg: LIT Verlag, 1999.
- GOMES, Francisco Dias – *Obras poeticas*. Lisboa: Typographia da Acad. R. das Sciencias, 1799.
- GOODMAN, Dena – *The Republic of Letters. A cultural history of french Enlightenment*. Ithaca-London: Cornell University Press, 1994.
- LE GOFF, Jacques – Alle origini del lavoro intellettuale in Italia. I problemi del rapporto fra la letteratura, l'università e le professioni. In *Letteratura italiana*. Volume primo. *Il letterato e le istituzioni*. Torino: Einaudi, 1982.
- QUONDAM, Amedeo (a cura di) – *Rinascimento e Classicismo. Materiali per l'analisi del sistema culturale di Antico regime*. Roma: Bulzoni Editore, 1999.

CARLOS REIS

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

**AS BIBLIOTECAS DIGITAIS OU A NORUEGA
NO SÉCULO XXVII**

DIGITAL LIBRARIES OR 27TH CENTURY NORWAY

RESUMO: A minha intervenção no Congresso Internacional “A Biblioteca da Universidade: Permanência e Metamorfoses” centra-se na articulação entre as chamadas bibliotecas digitais e as bibliotecas que há séculos conhecemos, com particular destaque para as que exercem funções de salvaguarda patrimonial. A análise proposta parte de um esforço de relativização: devemos olhar as bibliotecas digitais tendo em vista as ferramentas, as linguagens e também as oportunidades que o digital faculte e não tanto condicionados por uma visão estática ou passadista do livro e da biblioteca; a bibliomania é, neste caso, má conselheira. Não desligo a reflexão acerca deste tema da minha experiência passada como responsável por uma biblioteca em que se levou a cabo uma experiência pioneira em Portugal, em matéria digital: a Biblioteca Nacional Digital. Equacionam-se, com apoio nessa experiência, alguns dos desafios, das funções, das mudanças e também dos agentes que presentemente intervêm na constituição das chamadas bibliotecas digitais. As injunções do digital e, em geral, da indústria informática são, neste contexto, decisivas; mas não o são menos as interrogações que muitos formulam acerca do destino do livro e, com ele, das bibliotecas.

Ou então e decorrentemente, acerca nas novas funções que elas hão de desempenhar (e porventura desempenham já, por exemplo, como plataformas de distribuição de conteúdos), em particular quando se acentua a trivialização de dispositivos digitais de leitura que incentivam o leitor a consultar a biblioteca a distância.

ABSTRACT: This contribution to the International Conference “A Biblioteca da Universidade: Permanência e Metamorfoses” focuses on the link between the so-called digital libraries and the libraries we have known for centuries, with a particular emphasis on those which are responsible for preserving heritage. The analysis begins with an attempt to put things into perspective: we should consider digital libraries in terms of the tools, languages and opportunities which the digital medium offers, rather than being overly influenced by a static, backward-looking vision of books and libraries; bibliomania is, in this context, a bad counsellor. My reflections on this subject are not unconnected with my experience as the individual responsible for a library involved in a pioneering digital experiment in Portugal, namely the National

Digital Library. Drawing on this experience, some of the challenges, tasks, changes and agents currently involved in creating digital libraries will be addressed. The demands of the digital age and the IT industry in general are, in this context, crucial: nevertheless, the questions raised by many concerning the future of books and libraries are no less important.

Consequently, they concern the new functions they will have to assume (and may already be serving, as platforms for distributing content, for example), particularly given the fact that digital devices which facilitate long-distance library consultation are becoming commonplace.

1. Pouco tempo antes de começar este texto, chegou-me pela Internet (um *medium* que bem sintoniza com o tema de que me ocuparei) um contributo a que chamarei de inspiração. Trouxe-o a revista *The Atlantic*, num breve artigo assinado por Alexis C. Madrigal, em que se anunciava: «A Noruega decidiu digitalizar todos os livros noruegueses»¹. A matéria não era nova: na edição digital do *Público* de 15 de dezembro, numa peça não assinada, comentara-se a mesma iniciativa, sublinhando-se que a empresa Google, no seu vasto projeto de digitalização do acervo de muitas bibliotecas por todo o mundo, em Portugal começou precisamente por obras da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

De tudo (e não é muito) o que se diz em ambos os artigos destaco aquilo que me interessa neste contexto. Primeiro: de acordo com *The Atlantic*, a Noruega está muito à frente dos Estados Unidos, no que a esta matéria diz respeito. Segundo: apesar dos esforços da Google e de outros (como é o caso da Digital Public Library of America), «não estamos prontos para o apocalipse», avisa Alexis Madrigal. Atingindo gentes, bens materiais e, naturalmente, livros, a catástrofe global a vir limitará a busca dos arqueólogos digitais do século XXVII a pouca coisa, mas permitirá descobrir uma coleção completa da literatura norueguesa devidamente digitalizada. Terceiro: graças aos seus cuidados digitais de agora, os noruegueses serão, para o século XXVII, o mesmo que os gregos foram

¹ MADRIGAL, Alexis C. – Norway Decided to Digitize All the Norwegian Books. *The Atlantic* [Em linha]. 3 de dezembro de 2013. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: < <http://www.theatlantic.com/technology/archive/2013/12/norway-decided-to-digitize-all-the-norwegian-books/282008/>>

para o Renascimento e as crianças das colônias espaciais desse futuro chamar-se-ão Per, Henrik, Amalie e Sigrid. Por fim: «As nossas bibliotecas fazem o que podem, mas a ideia de digitalizar literalmente todos os livros publicados neste país é uma meta pela qual deveríamos trabalhar e que deveríamos financiar.»²

Há uma ideia que brilha no fundo destas conjeturas, enunciadas no tom provocatório que bem se percebe: a ideia (que é também um valor) da Memória, devidamente maiusculada aqui, para que sejam sublinhadas as suas dimensões identitária, cultural, civilizacional e antropológica. Justamente: a Memória que nos habituámos, desde há muitos séculos, a guardar nos livros das bibliotecas, por forma a que neles se cumpram os princípios de estabilidade e de permanência que a expressão *scripta manent* bem representa.

Não estou absolutamente certo, contudo, de que para os humanos remanescentes do século XXVII a dita Memória tenha o significado e a relevância que hoje ainda lhe reconhecemos. Quer isto dizer que os labores de digitalização dos noruegueses não serão devidamente reconhecidos nesse futuro longínquo? Ou que a nossa reflexão conjunta e a dos demais que nos precederam, acerca do digital e da digitalização, do livro e do seu futuro, das bibliotecas digitais e da sua função, dos leitores e da sua relação com as bibliotecas, nada disso faz sentido? Não digo tanto, mas atrevo-me a afirmar o seguinte: essa reflexão só será pertinente na medida em que nela soubermos inscrever uma marca de relatividade e mesmo de algum distanciamento crítico, quanto à valia, à função e à responsabilidade social dos instrumentos que nos servem e de que nos servimos, incluindo as bibliotecas, sejam digitais, sejam analógicas. Dito noutros termos: tendemos a olhar e a pensar o livro e a biblioteca com os olhos e com os juízos que são os nossos, herdados de muitos séculos de uso e de aprimoramento técnico. Fazemo-lo, contudo, como se ambos, livro e biblioteca, fossem eternos, o que está longe de ser verdade; poucas vezes somos capazes de perceber que, se ponderamos o presente

² MADRIGAL, Alexis C. – Norway decided to digitize all the norwegian books.

e perspetivamos o futuro do livro e da biblioteca, em formato digital e em ambiente eletrónico, então devemos relativizar conceitos (e mesmo preconceitos), valores e rotinas que vêm do passado, mas que talvez não tenham futuro. Porque o presente está a mudar, com a celeridade própria de um tempo que, além do mais, «outra mudança faz de mor espanto,/ Que não se muda já como soía».

Ao que fica dito acrescento mais alguns testemunhos, provindos ainda das fontes que citei. Na peça do jornal *Público*, o jornalista anónimo faz duas observações significativas. Uma: no cenário traçado – o das bibliotecas digitalizadas –, é possível «consultar todos os livros das bibliotecas nacionais de diferentes países através do computador». Outra (e concluindo): «Resta dizer que a completa digitalização da Biblioteca Nacional da Noruega não representará a morte da coleção física, que se manterá intacta»³. Dois comentários, abrindo caminho ao que vem depois. Primeiro: o jornalista afirma (e bem) que se trata de «consultar» e não de ler, pela razão não-dita de que o acúmulo de informação assim disponibilizada torna impossível outra coisa que não seja essa mera «consulta», com a ligeireza (com a superficialidade?) que ela pressupõe; e a isto junta a menção ao computador enquanto veículo ou terminal de acesso aos textos, como se ele fosse (e não é) o único instrumento que hoje manejamos para aquele efeito, o que fixa estas palavras num passado já anacrónico. Noutros termos: logo que escreveu o seu texto, o jornalista deixou-o desatualizado, no respeitante aos instrumentos de que nos servimos hoje para leitura de mensagens em regime digital. Segundo comentário: na afirmação de que a «coleção física» será salvaguardada, o autor insinua uma certa insegurança (de que não tem o exclusivo, como bem se sabe) em relação à capacidade de o digital cumprir cabalmente a função de preservação da memória que, por muito tempo, coube sobretudo ao livro. Como quem diz: à cautela, guarde-se o livro. Ou então aquelas

³ A Noruega vai digitalizar todos os seus livros e disponibilizá-los gratuitamente. *Público* [Em linha]. 15 de dezembro de 2013. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/a-noruega-vai-digitalizar-todos-os-seus-livros-e-disponibilizalos-gratuitamente-1616404>>

palavras expressam um certo fetichismo do impresso de que muitos tardam em libertar-se – se é que alguma vez se libertarão.

2. Postas as coisas nestes termos, esclareço a razão de ser desta minha intervenção e os parâmetros que a balizam. Fixo o seu alfa e o seu ómega em dois estádios da minha vivência pessoal, no tocante ao universo das bibliotecas, com os seus fascínios, os seus desafios, os seus mistérios e, às vezes, as suas perversidades.

Entre 1998 e 2002 (o período do alfa) fui diretor da Biblioteca Nacional (hoje Biblioteca Nacional de Portugal). Tive, então, o privilégio de conhecer por dentro uma instituição em que muito aprendi, para o tempo de então e para o que veio depois. Esse tempo que veio depois (o do ómega) é o do investigador que sou de novo, com expectativas, com solicitações, com exigências e, às vezes, com irritações em relação às bibliotecas de que continuo a necessitar como elemento de apoio fundamental para o meu trabalho; bibliotecas que, esclareço desde já, me surgem agora em vacilante e perigosa oscilação entre o passado e o futuro.

Pelo meio, ficaram, no mundo das bibliotecas e não só nele, profundas mutações técnicas, culturais, económicas, sociológicas e psicológicas, que drasticamente alteraram (e continuam a alterar) a relação do leitor com a informação de que carece, seja qual for o suporte ou o formato em que ela nos surge. Para se ter uma ideia: a simples expressão «seja qual for o suporte ou o formato» era coisa relativamente pacífica em 1998; presentemente, cada novo suporte ou formato traz consigo a premência de novas aprendizagens e competências para a utilização das máquinas e das linguagens de que nos servimos para aceder à informação. O que faz do leitor uma entidade bem diferente daqueloutro (o leitor analógico, para simplificar) a quem, até aos anos 90, bastava saber ler palavras e frases inscritas em livros e em revistas de papel e, complementarmente, dispor de uma mínima *literacia bibliotecária*. O novo leitor – o leitor do tempo digital – é uma figura obrigatoriamente tocada pela *síndrome da multiplicidade*.

Falo da *síndrome da multiplicidade* com o intuito de trazer a esta intervenção o contributo de um autor e de um livro que muito me mar-

caram nos últimos anos e que inevitavelmente aqui comparecem. Falo de Italo Calvino e das suas *Seis Propostas para o Próximo Milénio*⁴ (1985), e lembro que as propriedades que nele se anteveem como dominantes neste nosso tempo (e entre elas a *multiplicidade*) têm sido amplamente confirmadas, até mesmo no mundo das bibliotecas (voltarei a este assunto). Calvino foi, para mais, autor de um admirável romance, *Se numa Noite de Inverno um Viajante*, que é uma brilhante combinação de alegoria, paródia e movimento narrativo, colocando no seu centro o livro convencional, o leitor e a leitura, as seduções e as armadilhas da ficção.

3. Quase inevitavelmente, mencionarei o projeto e o desenvolvimento da chamada Biblioteca Nacional Digital (BND) que, na viragem do século passado para este, quis ser (e foi) uma inovação que outras instituições similares conheciam já, mas sempre pelo meio de dúvidas e incertezas de vária ordem. Para além delas, uma certeza era já possível, nesse tempo: a de que o digital entrara no trabalho bibliotecário e nas rotinas do leitor como auxiliar com um potencial operatório inquestionável; de tal forma o fez que acabaram por ser postos em causa vários componentes da entidade *biblioteca*, por muito tempo encarada como espaço pouco menos do que imutável, fechado e estabilizado em funções que pareciam perenes.

Recordo a experiência da Biblioteca Nacional Digital, servindo-me de documentos de orientação que então foram produzidos⁵, com dois propósitos: em primeiro lugar, para que se observe a relação entre a semente que se lançou e o que dela nasceu, depois se foi desenvolvendo e está à vista e uso de todos na página da Biblioteca Nacional de Portugal⁶; em segundo lugar, para que se possa apreciar o espaço que medeia entre o que então se previa e o que no presente se faz, porque mudaram as

⁴ CALVINO, Italo – *Seis propostas para o novo milénio*. Lisboa: Teorema, 1990.

⁵ Para a preparação desses documentos e sobretudo para o desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital muito contribuiu o trabalho da subdiretora de então, Fernanda Guedes de Campos, a cuja visão, dinamismo e competência aquela iniciativa muito ficou a dever.

⁶ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Biblioteca nacional digital*. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>

circunstâncias, os recursos disponíveis e as soluções técnicas. Tudo isto e as expectativas do leitor, que hoje deseja ter «tudo na Internet».

Assim, a Biblioteca Nacional Digital assentava em dois princípios ético-culturais: o princípio da responsabilidade patrimonial (que é genericamente a razão de ser de qualquer biblioteca ou arquivo nacional) e o princípio da democratização do acesso, mesmo sabendo-se que ela não é atingida só pelo passe de mágica da digitalização e da integração em rede, porque os utilizadores são cidadãos comuns, condicionados por níveis variados de info-inclusão. Deste modo, a Biblioteca Nacional Digital propunha-se estruturar instrumentos e operações facultadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, promovendo e disponibilizando edições digitais e documentos digitalizados, no quadro das funções legais próprias de uma biblioteca nacional. Para além disso, a Biblioteca Nacional Digital incidia sobre documentos de diversa natureza: livros, manuscritos, mapas, gravuras, etc. E desde logo ficava claro que esta seria uma iniciativa *em progresso*, dependendo da evolução de tecnologias e de metodologias sempre em mudança. Ou seja: um projeto em construção, sujeito, como tal, a ampliações e a reajustamentos funcionais.

De forma obviamente sintética, enuncio quatro elementos estruturantes da Biblioteca Nacional Digital:

- i. A BND contemplava, em primeira instância, conteúdos procurados pela comunidade dos leitores de uma biblioteca nacional, privilegiando-se sobretudo as chamadas fontes documentais.
- ii. A BND deveria formar um acervo coerente e orientado, com a designação Construção da Memória, traduzindo a identidade da Biblioteca Nacional e das suas coleções mais significativas.
- iii. A BND procurava cumprir funções de extensão cultural, designadamente realizando exposições virtuais, como contributo para a difusão e valorização dos fundos documentais da Biblioteca Nacional.
- iv. Uma valência específica da BND: a sua articulação com a chamada Biblioteca Nacional a distância, entendida como funcionalidade e não como entidade com densidade própria.

Parece oportuno reconhecer o seguinte: estes elementos mantêm-se praticamente intocáveis na atualidade do que hoje continua a ser a Biblioteca Nacional Digital, o que resulta também do facto, infelizmente raro entre nós, de quem veio depois ter sabido desenvolver e aprofundar o que outros lançaram.

4. Este será o momento adequado para se olhar de novo, com algum distanciamento (o meu distanciamento, entenda-se), uma iniciativa que prometia muito, cumpriu e cumpre uma parte importante das suas promessas e foi deixando por conta de outras entidades a responsabilidade de acudir a expectativas hoje muito mais complexas e diversificadas do que há quinze anos. Por outro lado, houve já tempo para que se refletisse sobre questões de natureza técnica, cultural, jurídica e social que as chamadas bibliotecas digitais desencadeiam e de encontrar as soluções possíveis para essas questões, mesmo sabendo-se que elas rapidamente se esgotam, num cenário por natureza instável.

Dessa reflexão destaco três domínios específicos: o da dimensão e alcance da biblioteca digital, o do seu potencial de disseminação da informação bibliográfica e documental (com alguns riscos inevitáveis pelo meio) e o das alternativas que ela hoje encontra e com que obrigatoriamente se articula.

Primeiro: nas condições atuais, a biblioteca digital que replique, na sua plenitude, a biblioteca de papel, é um horizonte praticamente inatingível, a não ser para os diligentes noruegueses de que falei; e mesmo estes terão que trabalhar até 2020, antes de darem a empresa por completa. A este respeito, recordo a pergunta insistente que era feita, nos começos da Biblioteca Nacional Digital, por jornalistas que se interessaram pelo assunto: todos os livros da Biblioteca Nacional estão já digitalizados? Não direi, como uma personagem de Eça, que isto era «falar com a levandade de um jornalista»; prefiro tolerar o absurdo da pergunta, levando em conta a despreparada inocência de quem a fazia. Ressalve-se que, na dita pergunta, uma coisa estava implicitamente adquirida: a biblioteca digital era (e de certa forma continua a ser) uma biblioteca *digitalizada*, não um repositório informacional de objetos nascidos digitais. Deste tipo de

repositórios – ou da biblioteca plenamente digital e não apenas digitalizada – haverá que falar noutro momento e com outra demora.

Segundo: o potencial de disseminação conseguido pela biblioteca digital carece de articulação com um outro conceito, sem o qual ela desempenhará estimáveis funções da ordem da preservação, mas pouco mais do que isso. Esse outro conceito é o de biblioteca em rede, contando com as ferramentas, com as dinâmicas e com o ilimitado alcance da World Wide Web, da Internet e dos avanços da engenharia informática: navegadores intrépidos, potentes motores de busca, nutridos servidores, protocolos engenhosos, softwares argutos, códigos em mutação (da Web 1.0 à Web 3.0 e assim por diante), nuvens que recolhem informação «lá no assento etéreo» onde ela sobe, como memória não do amor do poeta mas dos livros que um dia puros vimos. Tudo isto e o mais que não domino (voltarei a isto), sendo certo que aquilo que disse e o que ficou por dizer fazem parte de um admirável mas já não novo mundo, muito bem caracterizado por um eminente sociólogo da cultura da Internet, Manuel Castells. Disse Castells que «o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana». E acrescentou:

«As localidades são despojadas do seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em conjuntos de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir, entre si, na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo atemporal são as bases fundadoras de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta se vai tornando realidade.⁷

As bibliotecas digitais colaboram na construção do espaço de fluxos e do tempo atemporal, na medida em que permitem anular distâncias e tornar presente, de forma fulminante, o nosso passado canónico e remoto,

⁷ CASTELLS, Manuel – *A sociedade em rede*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2005, p. 492.

quase inacessível e sacralizado pela aura que se desprende do documento reservado, às vezes único e com forte carga simbólica. E assim, consultar (não digo ler), em versão digitalizada e à distância, a primeira edição d'*Os Lusíadas* é cómodo, é barato e é seguro para todos, até mesmo para o leitor, que não corre o risco de ser contaminado por uma arcaica bactéria vinda lá do século XVI e escondida entre duas rimas de uma qualquer estância do genial poema épico; em vez dela, só mesmo algum vírus informático poderá afetar a saúde do terminal de leitura. Sem a *presença real* da obra palpável perde-se o tal efeito de aura. Mas não se pode ter tudo, sendo certo que, além do mais, ninguém disse que as bibliotecas digitais eram perfeitas.

Não passo adiante sem aflorar (não mais do que isso) uma questão melindrosa, atinente a um campo de trabalho que me interessa. Falo agora da forma e dos termos em que as bibliotecas digitais lidam com coleções de reservados, em particular naquele subdomínio que é o dos documentos de arquivo literário. Os espólios, para nos entendermos. O que é claro para mim: do ponto de vista da preservação e do acesso reservado, o digital traz consigo vantagens inquestionáveis; tenho disso experiência pessoal, que só não explano para não me alongar. O que não é pacífico para mim: que documentos de espólio literário ou congéneres – manuscritos em diversos estádios de elaboração e outros materiais similares – devam ser lançados na rede (como já aconteceu), sem quaisquer critérios de acesso. Fazê-lo, é esquecer a natureza privada, às vezes íntima, de tais documentos; é cancelar, sem mais nem porquê, o princípio da reserva (que, antes do digital e da rede, vigorava por razões que não eram só da ordem da salvaguarda material); e é ignorar que, na rede, o acesso facilmente se confunde com a devassa e a consulta com intuito científico confina com o *voyeurismo*; do mesmo modo, a publicidade à escala global do que nasceu como pessoal e intransmissível comporta riscos e consequências que consabidamente preocupam os analistas da sociabilidade virtual e em rede dos nossos dias. Dar acesso irrestrito a uma carta privada de Eça ou a um borrão incipiente de Pessoa não é o mesmo que facultar sem reservas a versão digitalizada da tal primeira edição d'*Os Lusíadas* – texto que o seu autor quis que fosse público. Isto é para mim tão claro que os reparos que a esta posição

possam ser formulados (às vezes esgrimindo absurdamente a recusa de qualquer censura, coisa que só por miopia pode ser argumentada) são facilmente desarmados pela seguinte pergunta (pergunta retórica, é claro): algum dos meus leitores gostaria que, dentro de 20, 30 ou mais anos, os seus papéis privados ou mesmo os seus ficheiros informáticos pessoais fossem parar à Internet? Isto para além de se saber que a publicidade desregrada dos espólios, a par da sua fetichização, podem gerar (e geram mesmo, conheço alguns casos) efeitos perversos: o escritor pode passar a escrever e a emendar, seja em que suporte for, para depois ser estudado pela crítica genética, ao alcance de um clique.

Um terceiro e último domínio de cogitação sintetiza-se com estas palavras: não estamos sós. Ou seja: aquilo que, nos primórdios das bibliotecas digitais, teve uma feição fortemente patrimonial, por conta de instituições oficiais ou similares (as bibliotecas nacionais, mas não só elas), com configuração e com estrutura não raro semelhantes e com financiamento maioritariamente público, conta agora com outros e poderosos agentes. E com interesses, com motivações e com públicos diversificados, sendo cada vez mais evidente que a heterogeneidade desses interesses, motivações e públicos dificulta a padronização de procedimentos e a convergência de propósitos. Penso aqui em iniciativas de tão variada dimensão, fatura e alcance como o Google Books ou o Projeto Gutenberg, a Europeana ou a Digital Public Library of America⁸, a HathiTrust Digital Library ou The European Library, a Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, as ainda operativas bibliotecas nacionais digitais ou os variados repositórios construídos em contexto universitário. Ao mesmo tempo, tenho consciência de que as lógicas que eram próprias das bibliotecas digitais dos tempos pioneiros se alteraram, em especial as de índole patrimonial, que foram integrando consórcios, muitas vezes vocacionados para funcionarem como plataformas de acesso a conteúdos de proveniências muito distintas.

⁸ DARNTON, Robert – The National Digital Public Library Is Launched! *The New York Review of Books* [Em linha]. 25 de abril de 2013. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2013/apr/25/national-digital-public-library-launched/>>.

Apenas dois comentários quanto à diversidade que fica mencionada. Um: o facto de ser hoje muito amplo o leque de opções e muito abundantes os agentes em atuação não significa que o Estado possa ou deva alhear-se das responsabilidades que neste campo continua a ter. Mudaram os formatos, mas não as exigências da preservação e da divulgação patrimonial; e aos que dizem que «está tudo na Internet» é preciso explicar algumas coisas, porque a ligeireza dos juízos tem limites. Com efeito, o «tudo» que supostamente está na Internet nem sempre cumpre exigências de qualidade técnica, de validade científica, de segurança e de durabilidade que nos garantam que esse «tudo» estará ao nosso dispor por muito tempo. O segundo comentário começa por duas perguntas, formuladas a partir do conhecimento de iniciativas como a Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, com a projeção que assume no mundo de língua espanhola: como fica, neste aspeto, a chamada Lusofonia, essa de que muito se fala mas que pouco se vê? Existe ou existirá uma biblioteca digital conjunta que, a partir da experiência acumulada em Portugal e no Brasil, conduza a um amplo repositório documental em língua portuguesa, em formato digital e em rede? Só para lembrar algumas coisas básicas: o mapa-múndi das bibliotecas digitais traduz uma geografia do desenvolvimento social, do poder político e da representação linguística; o Google Books não é uma entidade gerada por desinteressada filantropia; e a hegemonia do inglês como língua de conhecimento não é uma inevitabilidade, mas sim uma opção política e económica, com efeitos culturais e cognitivos, indo muito além da escolha inocente de um idioma fácil em que «todos nos entendemos». Idioma fácil e, para alguns, abençoado, se fizermos fé nas palavras atribuídas a uma antiga governadora do Texas, Miriam «Ma» Ferguson, quando rebateu o ensino de outras línguas que não o inglês: «Se o inglês era bom para Jesus Cristo», teria dito ela, «também é bom para as crianças do Texas.»⁹

⁹ CARTER, Jimmy – Talking Peace [Em linha]. [S.l.: s.n.], 2001. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://web.archive.org/web/20090806185021/www.international.ucla.edu/burkle/article.asp?parentid=2198>>.

5. Insisto no que afirmei inicialmente: a presente reflexão situa-me no tempo-ómega que é o da minha condição de leitor e investigador, isto é, alguém que se acha dependente, às vezes carente, não raro perplexo e mesmo um pouco angustiado perante o espetáculo do mundo dos livros e dos seus sucedâneos, das bibliotecas e dos novos mistérios que elas encerram.

No seu romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, José Saramago inseriu, em epígrafe, um verso de uma ode de Ricardo Reis: «Sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo». Não contesto uma máxima que em si traz a marca da filosofia quase contemplativa do heterónimo pessoano; mas, não me conformando com ela, acrescento, por minha conta: sábio é o que, perante o espetáculo do mundo dos livros e das bibliotecas de agora, não se contenta com tudo, pergunta, discute, acautela-se e às vezes desconfia. E mais: sábio é o que, na sua condição de leitor-dependente afetado por dúvidas, está atento à injunção de poderes – por exemplo: o da indústria informática, com os seus interesses próprios – que condicionam e determinam o formato das bibliotecas e dos livros, na era digital.

De sobra sei que isso a que chamo, à falta de melhor, *era do digital*, foi anunciado desde há algumas décadas, por quem teve aquela dose de lúcida intuição que a antecipação do futuro (hoje presente) sempre requer. Em 1997, Espen J. Aarseth, um dos precursores das chamadas humanidades digitais (um norueguês, para que conste), escreveu, num livro que é já um clássico:

«É crença comum que a rápida evolução no campo da tecnologia digital desde meados do século XX até ao presente originou (entre outros resultados igualmente espantosos) formas radicalmente novas de escrita e de leitura. Esta perspetiva, estimulada pela crescente experiência pessoal de tecnologia informática entre a massa académica, pode observar-se até em estudos literários que, desde 1984, crescentemente têm procurado captar e construir textos mediados por computador como objetos de crítica literária.»¹⁰

¹⁰ AARSETH, Espen J. – *Cibertexto. Perspectivas sobre a literatura ergódica*. Lisboa: Pedro de Rosete, 2005, p. 31.

Ao escrever estas palavras, Aarseth situava-se num subdomínio específico, o da escrita literária, que neste momento não vem ao caso, a não ser na medida em que ela se processava e processa (processar é, neste contexto, um termo absolutamente decisivo) num formato e num ambiente que tudo têm que ver com o universo das bibliotecas digitais. Mas já antes de Aarseth e com a agudeza premonitória que só os grandes pensadores alcançam, Calvino esboçava, em 1985, nas *Lezione americane*, seis propostas para o presente milénio, que não chegou a completar nem a ver publicadas. Mas elas estão connosco e com uma assombrosa atualidade, para o que respeita ao mundo das bibliotecas digitais. Recordo: leveza, velocidade, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência.

Três propriedades calvinianas podemos observar na biblioteca digital, propriedades que recordo aqui, a partir do que noutra local escrevi¹¹:

- i. Leveza. A biblioteca digital é leve e desmaterializada, ocupa espaço reduzido, é eminentemente dinâmica e pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, «deslocando-se» com a agilidade do que é (rigorosamente) imponderável. A leveza de que fala o ensaísta deve-se à informática e ao digital: «É verdade», diz Calvino, «que o software não poderia exercer os poderes da sua leveza senão por meio do peso do hardware; mas é o software que comanda, que atua sobre o mundo exterior e as máquinas, que só existem em função do software, evoluindo de modo a elaborar programas mais complexos». E acrescenta: nesta segunda revolução industrial «continuam a existir máquinas de ferro, mas obedecem aos bits sem peso»¹².
- ii. Velocidade. A biblioteca digital é veloz na transmissão de dados, na rapidez de acesso, no descarregamento de documentos e na transferência de suportes. Calvino adverte, contudo: «O tema que nos interessa aqui não é a velocidade física, mas sim a relação

¹¹ Reis, Carlos – Informação e conhecimento. Propostas, presenças e ausências. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN. Série 3, n.º 8 (Abril-Outubro, 2001), p. 29-30.

¹² Calvino, Italo – *Seis Propostas para o Novo Milénio*. Lisboa: Teorema, 1990, p. 22.

entre a velocidade física e a velocidade mental»¹³. É no sentido da velocidade mental que se orienta a biblioteca digital, porque é a rapidez do conhecimento, com a sua inelutável vocação para a caducidade e com o seu poder de renovação, que a motiva e determina a sua existência. E também uma nova epistemologia do acesso à informação e aos documentos, com efeitos inevitáveis na ordem cultural, jurídica, educativa e política.

- iii. Multiplicidade. «O conhecimento como multiplicidade», escreve Calvino, «é um fio condutor que liga as obras maiores, tanto do que se designa por modernismo como daquilo a que se chama pós-moderno, um fio que (...) eu desejaria ver desenrolar-se no próximo milénio»¹⁴. Obras maiores são naturalmente as que a biblioteca guarda, como testemunho da memória cultural e artística; obra maior é a própria biblioteca digital, reconstruída sob o signo dessa multiplicidade – de funções, de linguagens, de instrumentos, de especialidades e de comportamentos –, que exige a quem nela trabalha e a quem a frequenta a aceitação de um tal princípio.

Estas (e mesmo as demais) propriedades antecipadas por Calvino determinam certamente, em diversos aspetos da constituição e do aprofundamento da biblioteca digital, métodos de gestão bibliotecária, procedimentos de acesso e opções de preservação distintos dos que regiam a biblioteca convencional. Desta, que durou e vigorou por muitos séculos, até à biblioteca digital, transitou-se com uma celeridade (outra vez a velocidade) impressionante e isso terá tido custos importantes: em poucos anos, passou-se da biblioteca a que chamo convencional para a biblioteca eletrónica, desta para a biblioteca virtual e por fim (por fim? Tenho dúvidas...) para a biblioteca digital¹⁵. O que não quer dizer que cada uma destas etapas rasure o que a anterior instalou.

¹³ Calvino, Italo – *Seis Propostas para o Novo Milénio*, p. 57.

¹⁴ Calvino, Italo – *Seis Propostas para o Novo Milénio*, p. 137.

¹⁵ Cf. Baili, Carla – *La biblioteca in rete*. Milano: Editrice Bibliografica, 1998.

Não vou adentrar-me em tão complexas noções e cogitações. Reduzo-me a uma referência com o timbre da IFLA, a poderosa federação que congrega associações de bibliotecas de todo o mundo. Em 2011, por ocasião da 36ª sessão da assembleia geral da UNESCO, a IFLA apresentou e fez ratificar um manifesto em prol das bibliotecas digitais. Apoiava-se aquele manifesto em duas orientações programáticas: por um lado, no propósito de colaborar na concretização dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, pela via da anulação da exclusão digital; por outro lado, no aprofundamento de orientações decorrentes da Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação (segunda fase, 2005), no respeitante à criação de programas nacionais de digitalização. Pois bem: em 2011 a IFLA caracterizava assim a biblioteca digital: «Uma *biblioteca digital* é uma coleção em linha de objetos digitais, de qualidade garantida, que são criados ou coleccionados e geridos em concordância com princípios internacionais reconhecidos para o desenvolvimento de coleções e tornados acessíveis de modo coerente e sustentável, suportados por serviços necessários para permitirem que utilizadores encontrem e explorem os recursos»¹⁶

6. Levaria muito longe a análise minuciosa de tudo (e muito é) o que está implicado nesta caracterização. Limito-me a algumas questões que têm que ver com o que se seguirá. Esta, antes de mais: tal como no passado (mas ele era menos veloz, mais simples e os seus objetos mais densos), as bibliotecas digitais de agora não podem deixar de ter em conta o que é (e o que será) o objeto digital que elas criam ou recebem e que organizam em coleções. Movemo-nos, assim, num espaço de ambiguidades e de provisórias definições, em geral impostas pela natureza fluida e instável dos tais objetos digitais: a condição do livro (ou do seu homólogo) no século XXI remete para a forma do chamado *e-book*, designação hoje consabidamente atravessada por ambiguidades e por imprecisões, mesmo

¹⁶ IFLA/UNESCO – *Manifesto for Digital Libraries* [Em linha]. [S.l.]: IFLA, 2010. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.ifla.org/publications/iflaunesco-manifesto-for-digital-libraries>>.

porque a sua construção conceptual e funcional deve muito, afinal, à tradição conceptual e funcional do livro de papel¹⁷.

O debate em torno do dito (mesmo que mal dito) *e-book*, com relevância para o universo das bibliotecas, arrasta outras questões, que não apenas as ambiguidades mencionadas. Envolve as novas dinâmicas (compositivas, editoriais, de distribuição, de aquisição e de acesso) geradas pelo documento eletrónico; as atitudes cognitivas e psicoculturais que ele gera; os complementos de informação multimédia que se lhe associam; as exigências de armazenamento e de atualização de software que ele requer; as singularidades de tratamento biblioteconómico que exige; os reajustamentos que o acesso ao objeto digital impõe, etc. Todo um leque de conceitos e de valorações já não emergentes mas praticamente dominantes¹⁸; foram eles que tornaram obsoletos outros conceitos e valorações, que pareciam inamovíveis e que por muito tempo condicionaram o trabalho de investigadores e de leitores, presentemente «reformatados» também eles, em função daquilo a que chamo uma nova epistemologia do documento, do seu tratamento e do seu uso, em contexto bibliotecário.

Era aqui que eu queria chegar. Olho para a biblioteca digital e situo-me nela em termos muito diversos do que acontecia nas bibliotecas em que há poucos anos investiguei e estudei; há poucos anos e ainda neste tempo, para que conste. Essa nova atitude envolve até uma diferente relação do meu corpo com a informação a que acedo (texto, imagem, som, gráfico, base de dados), com mais razão sempre que estão em causa objetos nascidos digitais, eventualmente comandados pela lógica e pela dinâmica das representações hipertextuais e hipermédia. Nesse ambiente – que já não é o de uma sala fechada, num espaço e num tempo delimitados –, tendo a navegar, mais do que a ler. Não resisto à tentação e peço tolerância para o exagero: na biblioteca digital, navegar é preciso, ler não é preciso (voltarei a esta imagem, que tem autor). Mais: na biblioteca

¹⁷ CHARTIER, Roger – Languages, Books, and Reading from the Printed World to the Digital Text. *Critical Inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press. Vol. 31, N.º 1 Autumn (2004), p. 133-152.

¹⁸ FURTADO, José Afonso – *O Papel e o Pixel. Do impresso ao Digital. Continuidades e Transformações*. Lisboa: Ariadne, 2007.

digital, a representação e a atuação dos agentes em cena é triangular e não dual, como antes acontecia.

Explico-me, com a ajuda do *ethos* do cinema e das intrigas que nele circulam. Na biblioteca do passado, desenvolvia-se uma lenta, surda e arriscada *atração fatal* entre o leitor e a bibliotecária (mais raramente entre a leitora e o bibliotecário). Movidos por uma espécie de *instinto fatal*, ambos ambicionavam possuir um *obscuro objeto de desejo* chamado livro: perseguido pelo primeiro, guardado pela segunda, ele materializava-se, por breve tempo e depois de enviesadas diligências, numa mesa de leitura, resgatado do silêncio em que jazia, entre milhares ou milhões de congêneres. Um *happy end* difícil, mas bem saboroso.

A biblioteca digital fez entrar em cena um terceiro elemento e transformou em triângulo amoroso aquela já arcaica atração dual: junta-se agora aos dois de que falei o informático, uma espécie de *alien* vindo não da Galáxia Gutenberg, mas da Galáxia Microsoft. É esta nova personagem que na biblioteca digital fortemente determina o comportamento e o destino das outras duas, a quem impõe instrumentos, atitudes e processos de conhecimento inimaginados no tempo em que o livro tinha corpo; e não falo no corpo do livro por força de expressão, como veremos. Para evitar um desenlace trágico, as personagens do triângulo (*ménage à trois* seria excessivo) assumem sem complexos a multiplicidade dos três vértices e são estimuladas (rapidamente, é claro) a fundirem-se em uma única figura, mesmo que por breve tempo. E assim, num tempo pós-moderno de fronteiras rasuradas, de papéis moventes e de acentuados relativismos axiológicos, o leitor e a bibliotecária da biblioteca digital aprendem informática, ao mesmo tempo que o *alien*, rendido aos fascínios da biblioteca, convive com algumas das suas palavras mágicas: acesso, preservação, classificação, etc. *The end?* «Not so fast», como se diz nos melhores *westerns*. Falta responder a uma pergunta insidiosa, em que ecoa um título de José Saramago: que farei com estes livros? E, consumada a transferência para outro suporte, em diferente formato, que fará a biblioteca convencional com a massa documental de revistas, jornais e miscelâneas, uma massa documental que ocupa quilómetros de estantes, em salas, caves, torres e depósitos? Antes de responder, trato

brevemente e já para ir terminando, do corpo do livro, num tempo em que ele vai deixando de o ter¹⁹.

7. Do corpo do livro ou, se a expressão não chocar, da escatologia do livro. A pergunta de um milhão de dólares, muitas vezes repetida, é esta: o livro vai morrer, conforme alguns anunciam? Se a resposta for afirmativa, a pergunta seguinte será, inevitavelmente: e as bibliotecas, desaparecerão igualmente? Pelos vistos sim, ao menos no formato em que foram concebidas e têm existido, sempre que o livro foi encarado como *ultima ratio* para a memória dos homens.

Um dos problemas desta reflexão é o seguinte: a questionação em torno da eventual morte dos livros e da obsolescência das bibliotecas «de papel» é usualmente desenvolvida por devotos do livro; trata-se quase sempre de personalidades muito influentes no campo cultural e político, que viveram, foram formados e até ganharam e ganham a vida em função do livro como *obsuro objeto de desejo*. Do livro e da biblioteca entendida como lugar físico, recheado de volumes com peso, textura e cheiro, apetecidos até por legiões de bibliófagos. Exemplo paradigmático de bibliofilia quase feita bibliomania: Umberto Eco. Em vários textos, mas sobretudo em dois a que vou referir-me, o autor d'*O Nome da Rosa* – não por acaso um romance acerca da biblioteca como espaço físico e do livro como objeto de disputa sujeito a destruição – assume-se como o Dan Gallagher²⁰ dos livros e das bibliotecas, ou seja, como o advogado nova-iorquino atraído por uma mulher fatal a cujas seduções é incapaz de resistir.

¹⁹ Albert Manguel descreveu de forma muito sugestiva os termos em que o leitor se relaciona com a dimensão e com o aspeto físico dos livros: “My hands, choosing a book to take to bed or to the reading-desk, for the train or for a gift, consider the form as much as the content. Depending on the occasion, depending on the place where I’ve chosen to read, I prefer something small and cosy or ample and substantial. Books declare themselves through their titles, their authors, their places in a catalogue or on a bookshelf, the illustrations on their jackets; books also declare themselves through their size. At different times and in different places I have come to expect certain books to look a certain way, and, as in all fashions, these changing features fix a precise quality onto a book’s definition. I judge a book by its cover; I judge a book by its shape.” (Manguel, 1996, p. 125).

²⁰ Protagonista de *Atração Fatal* (1987), de Adrien Lyne, interpretado pelo ator Michael Douglas.

No ensaio *De Bibliotheca* (1986), Eco coloca-se sintomaticamente sob o signo d'*A Bibliotheca de Babel* de Jorge Luis Borges, para evocar um espaço com arquitetura própria, labiríntico, misterioso e quase hostil, por onde circula um leitor sedento de descobertas bibliográficas. Com a ironia que se lhe reconhece, Umberto Eco enuncia os dezanove pontos de um modelo negativo de biblioteca, que é aquela em que os catálogos são confusos, os tempos de espera longos, a reprodução é um calvário, o bibliotecário desconfia do leitor, os apertados horários limitam a consulta, o empréstimo torna-se impossível e não se sabe onde param os livros desaparecidos. Tudo perversidades (estas e outras mais que não digo) que conduzem, por oposição, a um modelo de biblioteca à medida do homem: «alegre, com a possibilidade de se tomar um café, com a possibilidade de dois estudantes numa tarde se sentarem num maple e, não digo de se entregarem a um amplexo indecente, mas de consumarem parte do seu *flirt* na biblioteca, enquanto retiram ou voltam a pôr nas estantes alguns livros de interesse científico, isto é, uma biblioteca onde nos apeteça ir, e que se vá transformando gradualmente numa grande máquina de tempos livres»²¹.

Não sei onde fica esta biblioteca e talvez Umberto Eco também não. Mas sei que aquela outra e muito imperfeita biblioteca de que ele fala (conheço algumas parecidas com ela...) está a pedir a alternativa que se ia esboçando, no momento em que o grande ensaísta escreveu este texto: a biblioteca digital. Quase vinte anos depois, quando Umberto Eco voltou ao tema, a propósito da refundada Biblioteca de Alexandria, parecem esquecidas as provações de que o texto de 1986 nos fala; proclama-se então a necessidade da biblioteca como repositório da «memória vegetal» (expressão do autor) e declara-se: elas «devem sobreviver como museus que guardam as descobertas do passado»²². Por fim, Eco não podia ignorar a realidade do digital nesse ano de 2003, porque a informática entrara já irreversivelmente na produção dos textos e, por consequência,

²¹ ECO, Umberto – *A Bibliotheca*. Lisboa: Difel, 1991, p. 45.

²² ECO, Umberto – Muito além da Internet. [Em linha]. Dezembro, 2003. [Consult. 20 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=16>.

no trabalho e na organização da biblioteca. E contudo, a voz de uma espécie de ressentimento anti-digital insiste na explanação de funcionalidades que, mesmo que deslocadas para o computador, são herdeiras da lógica textual do livro de papel: «Não há dúvida», escreve Eco, «de que o computador se tornou, acima de tudo, um instrumento alfabético. Em sua tela, correm palavras e linhas escritas e, para usar um computador, é preciso saber ler e escrever.»²³.

É este um argumentário bem típico de quem pertence a uma geração que navega entre duas águas, as do livro (e da biblioteca) de papel e as do documento (e da biblioteca) digital, ressaltando sempre, é claro, a placidez das primeiras contra os perigosos baixios das segundas, imagem que colho de um título de Nicholas Carr, evidentemente²⁴. Mas no momento da verdade – esse em que afloram gostos, valorações e rotinas herdados de uma tradição multissecular –, sobrevém e afirma-se uma conceção do *ser digital* (na expressão consagrada de Negroponte) como sujeito transgressor e como fenómeno residual: «Disseram-me», nota Eco, «que certos hackers, que cresceram diante de computadores e não têm o costume de folhear livros, leram afinal grandes obras-primas da literatura na forma de livros eletrônicos, mas creio que tal fenómeno permanece muito restrito.»²⁵

Não posso (embora gostasse) adentrar-me pela fenomenologia da leitura na era do digital. Sobre essa matéria existe abundante bibliografia, subscrita pelas legiões dos Horácios e dos Curiácios que comandam os dois bandos em confronto, o do digital e o do analógico. Lembro apenas duas coisas, com segura repercussão na metamorfose que a biblioteca conhece, ao mudar gradualmente para o digital. Uma: em 2003, quando Eco falou na Biblioteca de Alexandria, estavam ainda a aparecer os primeiros dispositivos de recolha, de armazenamento e de leitura de tex-

²³ Outro passo significativo: “Após passar 12 horas diante de uma mesa de computador, meus olhos parecem duas bolas de tênis e sinto a necessidade de me recostar confortavelmente numa poltrona e ler um jornal ou talvez um bom poema.” (Eco, 2003).

²⁴ CARR, Nicholas – *The Shallows how the Internet is Changing the Way we Read, Think and Remember*. London: Atlantic Books, 2010.

²⁵ ECO, Umberto – Muito além da Internet.

tos com a configuração do trivial *tablet* de agora. Com ele, o corpo do texto humanizou-se, mimetizando, em vários aspetos, a forma do livro e acrescentando-lhe novas funcionalidades de leitura; com ele, o terminal da biblioteca digital deslocaliza-se e ganha a leveza de que falava Calvino: o leitor acede à biblioteca virtualmente em qualquer lugar do mundo (em tempo: Umberto Eco lembrar-se-á da dimensão, da portabilidade e do formato daquelas simpáticas e pouco higiénicas ardósias em que, nos anos 50, aprendíamos a escrever e a fazer contas? De certa forma, faltava só aperfeiçoá-las).

Segunda observação: estamos aqui perante um jogo de poderes. A resistência do Umberto Eco de 2003 desaparecerá (talvez até já tenha desaparecido), à medida que as novas gerações de estudantes e de estudiosos dispuserem da biblioteca digital como recurso em que a leveza, a velocidade e a multiplicidade se impõem, com vantagem sobre o peso, a densidade, a feição unilinear e a vagarosa circulação do livro de papel na biblioteca convencional. Da tensão que ainda hoje vivemos, na passagem de um paradigma lecto-escritural para outro (e de uma biblioteca para outra), falou N. Katherine Hayles num ensaio recente; «os estudantes» notou Hayles, «leem incessantemente no meio digital e escrevem também nesse meio, mas apenas raramente são encorajados a fazê-lo em aulas de literatura ou em ambiente que encorajem a transferência de competências de leitura impressa para o digital e vice-versa. As duas vias, impressa e digital, correm lado a lado, mas mensagens de cada uma delas não saltam para o outro lado»²⁶.

8. Parafraseando um título de Manuel António Pina: ainda não é o fim nem o princípio da biblioteca, calma é apenas um pouco tarde. Um pouco tarde, se olharmos em volta e virmos que a biblioteca do tempo digital tem muita coisa a fazer, mais até do que supõe Roger Chartier quando observa: «Uma das tarefas essenciais das bibliotecas é reunir, proteger, catalogar e tornar acessíveis os objetos físicos que transmitiram as obras

²⁶ HAYLES, Katherine – “Como Lemos Nós: Close, Hiper, Máquina”. *Revista de Estudos Literários*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa. Volume 2 (2012), p. 60.

escritas do passado»²⁷. Cabe perguntar: e quanto aos objetos nascidos digitais? Quem trata de os reunir, proteger, catalogar e tornar acessíveis? Está a biblioteca preparada, em termos de recursos humanos, técnicos e financeiros para ser, plenamente, biblioteca digital? No lugar onde me encontro, como *leitor-dependente* que hoje sou (naquela aceção que antes contemplei), não tenho condições para responder, mas sei que não é possível ignorar estas questões.

Retomo a paráfrase: ainda não é o fim nem o princípio do livro, talvez estejamos até longe do *biblioclasmo* de que fala Fernando Rodríguez de la Flor, num livro intensamente apocalíptico e provocatório²⁸. Num tempo como o nosso, em que é exuberante a produção e a edição de livros, paradoxalmente aproxima-se, segundo o autor, o fim da hegemonia de uma cultura baseada no excesso do impresso; foi esse excesso que, sobretudo no mundo das universidades e perante as massas invasivas de livros, conduziu «à construção, no interior do *campus* universitário, daquele que é o edifício emblemático neste âmbito, as bibliotecas, últimos redutos onde vai morrer um fluxo livresco, cuja corrente não para de crescer»²⁹. De novo aqui, fala-se de biblioteca no seu sentido convencional, de entidade fisicamente densa e «pesada»; quando, em 1997, lançou as suas provocações, o autor não podia ainda conhecer o poder refundacional da biblioteca digital e a nova epistemologia do documento (documento eletrónico, bem entendido) que ela traz consigo.

Por outro lado, se biblioclasmo existe, ele começou dentro da biblioteca. O seu cavalo de Tróia foi, como lembra Roger Chartier, não tanto a entrada da digitalização na biblioteca (deste pecado ela está inocente), mas, antes disso, a microfilmagem massiva de livros e de periódicos; o que levou à destruição ou à venda de coleções originais, para se conseguir espaço dedicado a novas aquisições. A hecatombe foi suspensa, mas

²⁷ CHARTIER, Roger – Languages, books, and reading from the printed world to the digital text, p. 150.

²⁸ RODRÍGUEZ DE LA FLOR, Fernando – *Biblioclasmo. Por uma prática crítica da lecto-escrita*. Lisboa: Edições Cotovia, 2004.

²⁹ RODRÍGUEZ DE LA FLOR, Fernando – *Biblioclasmo. Por uma prática crítica da lecto-escrita*, p. 37.

isso não impediu que se falasse de «assalto ao papel» e de «massacre do livro»³⁰⁻³¹, no contexto de um debate que (suponho) não estará encerrado. Trata-se nesse debate da síndrome do excesso a que já aludi, tendo que ver com o peso e com o volume que a publicação impressa pressupõe, acentuada por séculos de produção bibliográfica que a salvaguarda da memória obriga a preservar.

Desde há muito que a preocupação com aquele excesso está representada no testemunho de muitos dos que com ele convivem, de certa forma contrariando uma condição lectoral e uma forma de entender a biblioteca que, goste-se ou não, hoje estão postas em causa. Ou, quando muito, restringidas à bibliomania de uma minoria às vezes sem consciência desse seu estatuto minoritário. Há imagens que dessa minoria retivemos, em testemunhos fortemente impressivos, por aquilo que revelam de uma vivência da biblioteca que hoje parece irrecuperável. Em dois desses leitores do passado a leitura e a biblioteca acham-se sintomaticamente ligadas à imagem da torre. Lembro o admirável e bem conhecido soneto de Quevedo, escrito no confinamento da Torre de Juan Abad, em Ciudad Real; é na solidão da torre e da biblioteca que o poeta desterrado em 1620 encontra a confidente companhia do livro, que o guia até às vozes do passado já morto, mas tornado presente pelo poder da leitura. E diz:

Retirado en la paz de estos desiertos,
con pocos pero doctos libros juntos,
vivo en conversación con los difuntos
y escucho con mis ojos a los muertos.³²

³⁰ BARKER, Nicholas – Double Fold: Libraries and the Assault on Paper. *New York Review of Books* [Em linha]. 15 de abril de 2001. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:https://www.nytimes.com/books/first/b/baker-fold.html>.

³¹ O texto de Darnton deu lugar a uma discussão, DARNTON, Robert – The Great Book Massacre' An Exchange. *New York Review of Books* [Em linha]. 14 de março de 2002. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://www.nybooks.com/articles/archives/2002/mar/14/the-great-book-massacre-an-exchange/>.

³² QUEVEDO, Francisco de – *Antología Poética*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999, p. 169.

Já antes de Quevedo, no fim do século XVI, foi também numa torre-biblioteca que Michel de Montaigne se recolheu a uma solidão que favorecia a leitura e a meditação de que resultaram os *Essais* de 1580, desenvolvidos em mais um volume em 1588 e sempre objeto de reescrita, até que a morte sobreveio, em 1592. A partir desse lugar físico e simbólico, lugar de poder e de ascendente sobre os outros, o senhor de Montaigne governa os seus domínios e a sua casa: «Chez moy, je me destourne un peu plus souvent à ma librairie, d'où tout d'une main, je commande à mon mesnage»; é nesse reduto a vários títulos sobranceiro que Montaigne colhe um saber longamente *ensaiado*, no sentido mais rico do termo, saber que impõe, todavia, uma existência de drástico isolamento que deixa à porta da biblioteca outros deveres: «C'est là mon siege. J'essaie à m'en rendre la domination pure: et à soustraire ce seul coin à la communauté et conjugale, et filiale, et civile.»³³

E contudo, na mesma época em que Quevedo e Montaigne encontram na biblioteca o refúgio que nenhum outro lugar concede, já se questiona a bondade dos livros e da sua acumulação, bem como, claro está, os efeitos perversos da leitura. Um dos episódios mais marcantes do longo trajeto do relacionamento dos homens com os livros é o do ataque à biblioteca do Cavaleiro da Mancha. Estamos agora no capítulo VI do *Quijote*, onde se trata «del donoso y grande escrutinio que el cura y el barbero hicieron en la librería de nuestro ingenioso hidalgo». Era aquela uma biblioteca pequena para os critérios de hoje, mas certamente avultada para a época e para aquele lugar da Mancha, «de cuyo nombre no quiero acordarme». Digo *avultada* a pensar na aceção que remete para a dimensão física; o que se diz no texto é o seguinte: «Entraron dentro todos, y la ama con ellos, y hallaron más de cien cuerpos de libros grandes muy bien encuadernados, y otros pequeños»³⁴.

³³ MONTAIGNE, Michel de – *Les Essais. The Montaigne Project* [Em linha], p. 828. [Consult. 20 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://www.lib.uchicago.edu/efts/ARTFL/projects/montaigne/>>.

³⁴ CERVANTES, Miguel de – *Don Quijote de la Mancha*. Madrid: Empresa Pública Don Quijote, 2005, p. 68.

Os livros têm, então, corpo, conforme muito mais tarde confirmou o Leitor feito personagem, em *Se numa Noite de Inverno um Viajante*, a tal alegoria composta por Italo Calvino³⁵. O escrutínio operado sobre a biblioteca de Dom Quixote, seguido da queima da maioria daqueles corpos, é um exercício crítico (trata-se de saber que livros devem escapar à destruição), do mesmo modo que é um trabalho material, num lugar físico, que depois acaba por ser emparedado. Como se o lamentável destino da biblioteca do Cavaleiro da Triste Figura fosse epítome e prenúncio do que muitas vezes aconteceu ao longo da História, que bem mostra, em muitos e trágicos episódios, os riscos que correm os livros por terem corpo e por estarem depositados num lugar concreto, ao alcance da intolerância e da violenta ignorância dos homens.

9. Muito tempo depois do *Quijote*, quando a prática da leitura, a organização dos livros e o estatuto do leitor tinham mudado radicalmente, é já o excesso dos livros enquanto, de novo, objetos materiais que atormenta quem frequenta a biblioteca. Esse tempo é o do livro industrializado e progressivamente democratizado, gerando um fenómeno que Eça de Queirós descreveu em 1886, num texto notável de intuição sociológica, quando aludiu ao desaparecimento do *leitor* e à emergência do *público*. O termo *leitura*, diz Eça, «há cem anos, sugeria logo a imagem duma livraria silenciosa, com bustos de Platão e de Séneca, uma ampla poltrona almofadada, uma janela aberta sobre os aromas dum jardim: e neste retiro austero de paz estudiosa, um homem fino, erudito, saboreando linha a linha o seu livro, num recolhimento quase amoroso»³⁶. Quando a democratização do livro faz desaparecer aquele ser individual, que era

³⁵ Refiro-me ao conhecido episódio em que o leitor enfrenta, na livraria, várias categorias de livros, como se avançasse por um campo hostil e povoado por inimigos abundantes: “Vê que te foi possível reduzir o número ilimitado de forças em campo a um conjunto que embora muito grande se pode estimar num número finito, mesmo que este relativo alívio seja atraído pelas emboscadas dos Livros Lidos Há Tanto Tempo Que Seria Hora De Os Releres e dos Livros Que Fazes Sempre De Conta Que Leste E Que Seria Hora De Te Decidires A Lê-los De Facto” (Calvino, 1995, p. 10).

³⁶ QUEIRÓS, Eça de – *Cartas Públicas*. Edição de Ana Teresa Peixinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 188.

«o leitor amigo», aparece, em vez dele, «a turba que se chama o *Público*, que lê alto e à pressa no rumor das ruas.»³⁷

O Jacinto d'*A Cidade e as Serras* não se mistura certamente com aquela turba. Mas nem por isso ele deixa de ser atormentado por aquilo a que, no romance de Eça, se chama «a invasão dos livros no 202». Livros que ocupam espaço, que tapam a luz do dia e que extravasam os limites da biblioteca, alastrando malevolamente por todo o palacete. Não posso agora, como é evidente, demorar-me no comentário que bem mereceria essa risonha paródia das ilusões de uma cultura livresca, ostentada na dimensão, na arrumação (ou na desarrumação), no aspeto material e até na agressividade dos objetos-livros. É o amigo Zé Fernandes (amigo de Jacinto, entenda-se) quem sofre essa traiçoeira agressividade do livro:

«Mais amargamente porém me lembro da noite histórica em que, no meu quarto, moído e mole de um passeio a Versalhes, com as pálpebras poeirentas e meio adormecidas, tive de desalojar do meu leito, praguejando, um pavoroso Dicionário de Indústria em trinta e sete volumes! Senti então a suprema fartura do livro. Ajeitando, com murros, os travesseiros, maldisse a Imprensa, a facúndia humana... E já me estirara, adormecia, quando topei, quase parti a preciosa rótula do joelho, contra a lombada de um tomo que velhacamente se aninhara entre a parede e os colchões»³⁸.

Certamente que o Jacinto apologista da ciência e da inovação técnica teria aceitado substituir a sua vistosa biblioteca de trinta mil volumes pela leveza de um discreto servidor informático e por um terminal de leitura, disponibilizando as versões digitalizadas dos seus livros. Nenhum ficheiro eletrónico se atreveria a entrar na cama de Zé Fernandes e o 202 ganharia mais uma máquina para fazer companhia às muitas que já o povoavam, em tempo de fascínio finissecular por novidades técnicas e instrumentais que assombravam o mundo. Estou certo de que a ama, o cura e o barbeiro que destruíram a biblioteca de Dom Quixote não

³⁷ QUEIRÓS, Eça de – *Cartas Públicas*, p. 189.

³⁸ QUEIRÓS, Eça de – *A cidade e as serras*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.], p. 73.

chegariam a tanto, se a digitalização daqueles «corpos de livros» tivesse sido completada pelas maravilhas da computação em nuvem: os ditos livros teriam ficado fora do alcance daquele zelo destruidor. O que não significaria, é claro (mas essa é já outra história), proteção absoluta e segurança plena.

A biblioteca digital não é, bem sei, a garantia de um mundo bibliotecário perfeito, nem cancela radicalmente a biblioteca impressa. Ela é tão-só a resposta a necessidades e a solicitações várias, bem antigas algumas delas, uma resposta que primeiro se estranhou, mas que já se entranhou. Foi e está a ser dada essa resposta com avanços e com recuos, com vantagens e com resistências, vindas estas sobretudo de quantos medem a mudança inevitável das coisas e das pessoas pelos critérios da sua formação e dos seus valores. Se foi assim com o livro, com a máquina a vapor, com o automóvel e com a televisão, não tinha como não ser assim com a biblioteca digital.

Dela dependemos cada vez mais. Com ela poderemos ler mais e também melhor, à medida que o nosso corpo e a nossa mente se forem conformando a objetos que pedem outros gestos e outros modos de conhecer. Na biblioteca digital navegamos velozmente guiados pela bússola de um *ethos* do saber, da investigação e da cultura que se fundam em valores diferentes dos que foram e são os meus, mas que certamente não são nem serão os de quantos, no tal século XXVII dos Per, Henrik, Amalie e Sigrid descendentes dos noruegueses, olharem a biblioteca digital como uma arqueológica e bizarra experiência de um tempo perdido.

Aqueles que não moldarem o seu corpo e a sua mente à biblioteca digital ficarão irremediavelmente para trás. Melhor fora que entendessem o exemplo de quem soube adaptar-se a novos usos do livro, ainda na era do impresso, sem pudores nem complexos. Volto, para o ilustrar, àquele episódio da agressão perpetrada, n'*A Cidade e as Serras*, por um volumoso Dicionário de Indústria. Tendo, por fim, adormecido, Zé Fernandes deambula, em sonho, por uma Paris invadida por livros e neles metamorfoseada: tudo são livros, tudo tem o formato do livro. Por fim, o amigo de Jacinto sobe ao Paraíso e nele avista «o Ancião da Eternidade, aquele que não tem Manhã nem Tarde». Cito:

(...) Entre fundas estantes de ouro abarrotadas de códices, sentado em vetustíssimos fólhos (...) – o Altíssimo lia. A fronte superdivina que concebera o Mundo pousava sobre a mão superforte que o Mundo criara – e o Criador lia e sorria. Ousei, arrepiado de sagrado horror, espreitar por cima do seu ombro coruscante. O livro era brochado, de três francos... O Eterno lia Voltaire, numa edição barata, e sorria.³⁹

De Jesus Cristo disse-nos depois Fernando Pessoa «que não sabia nada de finanças/Nem consta que tivesse biblioteca». Não assim com o Deus Padre, como Zé Fernandes pôde ver. E nós com ele. Por mim, estou convicto de que, assim como se ajeitou às edições brochadas, em breve o Altíssimo poderá ler num *tablet* os livros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, quando ela for uma biblioteca digital.

Referências bibliográficas

- AARSETH, Espen J. – *Cibertexto. Perspectivas sobre a literatura ergódica*. Lisboa: Pedra de Roseta, 2005.
- BARKER, Nicholas – Double Fold: Libraries and the Assault on Paper. *New York Review of Books* [Em linha]. 15 de abril de 2001. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:https://www.nytimes.com/books/first/b/baker-fold.html>.
- BASIL, Carla – *La biblioteca in rete*. Milano: Editrice Bibliografica, 1998.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Biblioteca nacional digital*. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>.
- CALVINO, Italo – *Se Numa Noite de Inverno Um Viajante*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- CALVINO, Italo – *Seis Propostas para o Próximo Milénio*. Lisboa: Teorema, 1990.
- CARR, Nicholas – *The Shallows. How the Internet is Changing the Way we Read, Think and Remember*. London: Atlantic Books, 2010.

³⁹ QUEIRÓS, Eça de – *A cidade e as serras*, p. 74.

- CARTER, Jimmy – Talking Peace [Em linha]. [S.l.: s.n.], 2001. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://web.archive.org/web/20090806185021/www.international.ucla.edu/burkle/article.asp?parentid=2198>>
- CASTELLS, Manuel – *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2005.
- CERVANTES, Miguel de – *Don Quijote de la Mancha*. Madrid: Empresa Pública Don Quijote, 2005.
- CHARTIER, Roger – Languages, Books, and Reading from the Printed Word to the Digital Text. *Critical Inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press. Vol. 31, n.º 1 Autumn (2004). p. 133-152.
- DARNTON, Robert – The Great Book Massacre. *New York Review of Books*. [Em linha]. 26 de abril de 2001. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2001/apr/26/the-great-book-massacre/>>
- DARNTON, Robert – The Great Book Massacre' An Exchange. *New York Review of Books* [Em linha]. 14 de março de 2002. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2002/mar/14/the-great-book-massacre-an-exchange/>>
- DARNTON, Robert – The National Digital Public Library Is Launched! *The New York Review of Books* [Em linha]. 25 de abril de 2013. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2013/apr/25/national-digital-public-library-launched/>>
- ECO, Umberto – *A Biblioteca*. Lisboa: Difel, 1991.
- ECO, Umberto – Muito além da Internet. *Infobome@ofaj.com.br* [Em linha]. Dezembro, 2003. [Consult. 20 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=16>
- FURTADO, José Afonso – *O Papel e o Pixel. Do impresso ao digital. Continuidades e transformações*. Lisboa: Ariadne, 2007.
- HAYLES, Katherine – Como Lemos Nós: Close, Hiper, Máquina. *Revista de Estudos Literários*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa. Volume 2 (2012), p. 57-96.
- IFLA/UNESCO – *Manifesto for Digital Libraries* [Em linha]. [S.l.]: IFLA, 2010. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.ifla.org/publications/iflaunesco-manifesto-for-digital-libraries>>
- MADRIGAL, Alexis C. – Norway Decided to Digitize All the Norwegian Books. *The Atlantic* [Em linha]. 3 de dezembro de 2013. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponí-

vel na WWW em: < <http://www.theatlantic.com/technology/archive/2013/12/norway-decided-to-digitize-all-the-norwegian-books/282008/>>

MANGUEL Alberto – *A History of Reading*. New York: Viking Penguin, 1996.

MONTAIGNE, Michel de – *Les Essais. The Montaigne Project* [Em linha]. [Consult. 20 Set. 2014]. Disponível na WWW em: < <http://www.lib.uchicago.edu/efts/ARTFL/projects/montaigne/>>

A Noruega vai digitalizar todos os seus livros e disponibilizá-los gratuitamente. *Público* [Em linha]. 15 de dezembro de 2013. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/a-noruega-vai-digitalizar-todos-os-seus-livros-e-disponibilizalos-gratuitamente-1616404>>

QUEIRÓS, Eça de – *Cartas Públicas*. Edição de Ana Teresa Peixinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

QUEIRÓS, Eça de – *A Cidade e as Serras*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

QUEVEDO, Francisco de – *Antología Poética*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999.

REIS, Carlos – Informação e conhecimento. Propostas, presenças e ausências. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. S. 3, n.º 8, Abril-Outubro (2001), p. 19-30.

RODRÍGUEZ DE LA FLOR, Fernando – *Biblioclasmo. Por uma prática crítica da lecto-escrita*. Lisboa: Edições Cotovia, 2004.

Página deixada propositadamente em branco.

MARGARITA BECEDAS-GONZÁLEZ

Universidade de Salamanca

University of Salamanca

**EL ARTE DE MANTENERSE JOVEN:
BIBLIOTECAS HISTÓRICAS DE FONDO ANTIGUO**

THE ART OF STAYING YOUNG: HISTORIC LIBRARIES

RESUMO: Al menos en España, las bibliotecas históricas con manuscritos e impresos antiguos fueron las grandes olvidadas durante el proceso de crecimiento de las bibliotecas en la segunda mitad de la década de los 80 y parte de los 90. Fue un periodo de ampliación de personal bibliotecario en bibliotecas públicas y universitarias, de reorganización y, desde luego, de desarrollo tecnológico, aunque enfocado fundamentalmente hacia servicios y usuarios de fondos modernos.

El panorama ha cambiado desde finales de los 90, gracias, por una parte, a la puesta en práctica de la Ley de patrimonio y a un cierto ambiente de preocupación institucional y social por el patrimonio histórico en general; y por otra parte, al cambio de actitud de los bibliotecarios de fondo antiguo, que han renovado su gestión interna, aprovechan al máximo los recursos tecnológicos y se han abierto de forma decidida hacia la cooperación nacional e internacional. Mantener jóvenes a libros que nacieron hace siglos y evitar que las bibliotecas históricas se conviertan en organismos decadentes sin perder su idiosincrasia de instituciones venerables y clásicas, son los retos a los que se enfrentan en la actualidad los bibliotecarios de fondo antiguo. Intentando conjugar Conservación y Difusión, las bibliotecas históricas buscan ahora nuevos usuarios y han multiplicado el acceso a fondos bibliográficos que hasta hace poco tiempo estaban encerrados dentro de infranqueables muros. Esta comunicación expone la actualidad de las bibliotecas con fondos antiguos en el ámbito universitario y la transformación experimentada en los últimos años, así como el papel que tienen reservado en un futuro no muy lejano.

En el marco de este congreso sobre permanencia y metamorfosis de las bibliotecas universitarias, mi comunicación va a tratar sobre las bibliotecas de fondos antiguos en el ámbito universitario:

- De la renovación que han experimentado en los últimos años.
- De la situación actual.
- Del papel que tienen reservado en un futuro no muy lejano.

ABSTRACT: In the case of Spain, at least, historic libraries housing manuscripts and old books were largely forgotten during the phase of library expansion in the second

half of the 1980s and part of the 1990s. It was a period of public and university library staff increases, reorganisation and, naturally, technological development, although this focussed mainly on the relationship between users and modern resources.

The scenario changed at the end of the 1990s due, on the one hand, to the implementation of the law on heritage and a certain atmosphere of institutional and social concern for historical heritage in general and, on the other hand, to changing attitudes amongst librarians working with antiquarian stock, who had updated their internal management system to take maximum advantage of technological resources and made a firm commitment to national and international cooperation. The challenges facing these librarians nowadays involve preserving centuries-old books and preventing historic libraries from falling into decay whilst not losing the unique characteristics of these venerable and traditional institutions. In an attempt to combine preservation with access, historic libraries are now seeking out new users and offering greater access to works which, until recently, lay behind closed doors. This paper explores the current situation of historic libraries within a university environment and the changes they have experienced in recent years, as well as the role reserved for them in the near future.

Los orígenes de la renovación

Al menos en España, las bibliotecas históricas con manuscritos e impresos antiguos fueron las grandes olvidadas durante el intenso desarrollo que experimentaron las bibliotecas universitarias en la segunda mitad de la década de los 80 y parte de los 90.

La prioridad por entonces era conseguir que las Universidades aceptaran el concepto de unidad, es decir, la idea de que todas las bibliotecas existentes en una Universidad formaban en realidad una única biblioteca universitaria. Ahora es algo incuestionable, pero no lo era en los años 80, cuando las universidades se habían llenado de puntos bibliotecarios en cátedras, departamentos y centros, sin suficiente relación entre ellos y sin personal especialmente preparado.

Afortunadamente, a mediados de los 80, tras la Ley de Reforma Universitaria, las universidades redactaron nuevos Estatutos, que en la mayor parte de los casos incluyeron una definición de Biblioteca Universitaria, así, en singular y en mayúscula, como un único servicio universitario de apoyo a la docencia y a la investigación.

Gracias a ello se inició un proceso, ahora imparable,

- De coordinación funcional, e incluso de unificación física, de bibliotecas que habían ido surgiendo en años anteriores.
- De centralización de servicios bibliotecarios, como adquisiciones o préstamo interbibliotecario.
- Y, por supuesto, del comienzo de la implantación de sistemas automatizados e integrados de gestión bibliotecaria.

También comenzó a finales de los 80 y principios de los 90 el movimiento de cooperación entre bibliotecas universitarias. En España este movimiento cristalizó a nivel nacional con la creación de REBIUN (la red de bibliotecas universitarias españolas, que reúne actualmente a todas las universidades, 50 públicas, 26 privadas más el Consejo Superior de Investigaciones Científicas); y posteriormente, a nivel autonómico, con la creación de otras redes o consorcios, como BUCLE para las universidades públicas de Castilla y León – la comunidad autónoma en la que se encuentra Salamanca –, BUGALICIA para Galicia o MADROÑO para Madrid.

Con las redes cooperativas se han conseguido catálogos colectivos, acuerdos de préstamo interbibliotecario, adquisiciones centralizadas de publicaciones periódicas y recursos electrónicos, e incluso estudios estadísticos que han dado lugar a *rankings* bibliotecarios y evaluaciones de calidad.

Se trataba de modernizar las bibliotecas de las universidades y los primeros pasos estaban enfocados fundamentalmente hacia servicios y usuarios de fondos modernos.

¿Qué ocurría, mientras tanto, con las colecciones históricas?

Por supuesto, las instituciones contabilizaban los fondos antiguos que poseían. Y algunas reconocían abiertamente la importancia del fondo antiguo, si la colección era especialmente valiosa o si la biblioteca que los contenía, como en Salamanca o Coímbra, tenía interés artístico y podía presentarse como símbolo de la antigüedad de la institución.

Pero a veces los fondos antiguos eran más un problema que otra cosa, ya que, con algunas excepciones, se trataba de colecciones poco

conocidas, con unos usuarios muy particulares y en general escasos, muchas veces con más repercusión fuera de la universidad que dentro de ella. Además, el fondo antiguo requería normativa y catalogación propia, especiales cuidados e inversiones en microfilmación o en restauración, lo cual no encajaba mucho dentro de las nuevas tendencias de servicios bibliotecarios plenamente coordinados, tecnológicos, abiertos y ágiles.

En las universidades clásicas españolas, es decir, las creadas con anterioridad al siglo XX, las colecciones de fondo antiguo se encuentran normalmente reunidas en las bibliotecas denominadas “generales”, que suelen coincidir con las bibliotecas más antiguas de cada Universidad. Muchas eran consideradas como cabeceras de un sistema bibliotecario poco homogéneo, teóricas coordinadoras entre puntos bibliotecarios que habían ido surgiendo sin suficiente planificación. Pero durante los años 80-90, estas bibliotecas generales fueron perdiendo su carácter coordinador, en beneficio de “servicios centrales” de nueva creación; o bien se transformaron ellas mismas en estos “servicios centrales”, invirtiendo sus esfuerzos y recursos económicos en lograr objetivos comunes de modernización.

Todo ello, vuelvo a decir, enfocado fundamentalmente a los fondos modernos.

Debido a este proceso que acabo de relatar, durante esos años las bibliotecas con fondos antiguos quedaron bastante fosilizadas.

Así, en las universidades se constituyeron de forma independiente dos tipos de bibliotecas: las que merecían recursos económicos, personal y dedicación, con fondos modernos y actualizados; y las que podían servir, fundamentalmente, de símbolo de la antigüedad de la institución.

Las bibliotecas históricas o secciones de fondo antiguo continuaron realizando sus trabajos habituales:

- Catalogación manual.
- Archivo de seguridad en microfilm.
- Atención directa a los usuarios.
- Difusión limitada y muy especializada.

En casos como el de Salamanca aumentaron las visitas a la Biblioteca Antigua sin que, en realidad, nadie la viera como una biblioteca viva y en funcionamiento, con sus propias necesidades de renovación, sino como una especie de foto fija de la brillante historia de la Universidad de Salamanca.

En resumen, las bibliotecas con fondos históricos eran centros respetados, imprescindibles para un número pequeño de investigadores, pero podríamos decir que tenían poco peso institucional.

La situación actual

Este panorama ha cambiado bastante desde finales de los 90 y las bibliotecas históricas o secciones de fondo antiguo de las universidades siguen siendo bibliotecas especiales, pero en absoluto ancladas en el pasado ni ajenas a los criterios que influyen en la evaluación de calidad de las universidades.

¿Qué acontecimientos, qué razones han propiciado este cambio?

En el caso español, las transformaciones comenzaron con un nuevo marco legal y un cambio en la sensibilidad institucional y social.

1. Con la promulgación de la **Ley de patrimonio histórico español** de 1986, la legislación se ocupaba por primera vez de la definición y protección del patrimonio bibliográfico, como patrimonio individualizado. Uno de los artículos de esta Ley se ocupa específicamente de la confección del Catálogo Colectivo de Patrimonio Bibliográfico de España, que años después empezó a estar accesible en Internet. Hoy este Catálogo Colectivo está muy adelantado y podemos considerarlo como la herramienta más básica, la primera, el primer instrumento que dio visibilidad a nuestro fondo antiguo.

2. Otra circunstancia que ha favorecido al patrimonio bibliográfico es el **interés institucional y social por el patrimonio histórico-artístico**

en general. Esta preocupación nació y se consolidó, por supuesto, en años de abundancia económica: se crearon asociaciones de amigos del patrimonio, se organizaron grandes exposiciones, surgieron mecenas para abordar rehabilitaciones, etc. No fueron los libros, desde luego, los principales destinatarios de este interés por el patrimonio histórico, pero tampoco fueron marginados; y, paradójicamente, algunas desgraciados episodios de robos y expolios, que dejaban en entredicho la conservación y control sobre los libros antiguos, han ayudado a la “rehabilitación social” del patrimonio bibliográfico.

3. En este contexto, las **instituciones**, incluyendo las universidades, empezaron a asumir que su Patrimonio Bibliográfico es uno de los valores estratégicos más relevantes que tienen y que su posesión les exige una responsabilidad social de conservación y difusión, con dimensión nacional e internacional.

Paralelamente, desde una perspectiva puramente bibliotecaria,

4. Los estudios anglosajones sobre descripción de fondos antiguos propiciaron la adopción en España de las reglas de catalogación internacionales y la adaptación para fondo antiguo de las etiquetas **MARC 21**. Así, desde mediados de los 90, los catálogos colectivos en línea que reúnen los fondos de cada Universidad, empezaron a incluir manuscritos o incunables al mismo tiempo que monografías o revistas del siglo XXI. Creo que esto, más que ninguna otra cosa, favoreció que los propios bibliotecarios tomaran conciencia de que las bibliotecas históricas o secciones de fondo antiguo, a pesar de sus particularidades descriptivas, eran una parte efectiva del sistema bibliotecario de las universidades.

5. Años después, ha llegado la **digitalización** al fondo antiguo y nos hemos unido a ella con pasión. La irrupción de Google en el libro antiguo o la creación de Bibliotecas digitales, como la gran EUROPEANA, han empujado a las instituciones a crear Repositorios propios, Bibliotecas digitales o Proyectos de digitalización orientados ya exclusivamente a libros y prensa antiguos.

6. Por otro lado, se creó un **Grupo de Trabajo de Patrimonio Bibliográfico** dentro de REBIUN, la red de Bibliotecas universitarias españolas. Las bibliotecas históricas entraron así en el mundo de la coordinación

bibliotecaria, ya muy activa en las bibliotecas con fondos modernos. El Grupo es muy dinámico y ha organizado exposiciones comunes, ha dictado directrices de actuación y gestión y ha publicado diversos estudios sobre el patrimonio universitario en España.

Así pues, ¿Cómo están hoy las bibliotecas con fondos históricos?

En español tenemos un dicho recurrente, “Renovarse o morir”, cuyo origen algunos ven en la supuesta frase de Miguel de Unamuno “Para progresar es necesario renovarse”.

Pero no menos conocida es esa cita del príncipe di Lampedusa en su novela *Il Gattopardo*, “Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi” o “Si queremos que todo siga como está, necesitamos que todo cambie”.

En nuestra búsqueda permanente de equilibrio entre conservación y difusión, las bibliotecas históricas con fondo antiguo queremos todo: rejuvenecer para no tener la apariencia de instituciones decadentes; pero también conservar intacto nuestro patrimonio y nuestra personalidad.

Seguimos siendo bibliotecas de reserva, con una personalidad propia, cuya función principal es la conservación, siempre en equilibrio con la investigación y con la difusión. Pero a medida que hemos decidido “renovarnos o morir”, estos tres pilares tradicionales se han vuelto casi irreconocibles en muy pocos años:

- Los métodos de **conservación** se han ampliado.
- La **investigación** es cada vez menos presencial.
- Y la **difusión** se ha multiplicado.

Esta segunda juventud de nuestras bibliotecas y libros antiguos ha venido fundamentalmente de la mano de las nuevas tecnologías, aplicadas a diversos aspectos de la gestión bibliotecaria:

En cuanto a Conservación y Preservación, se han adoptado avances tecnológicos fundamentales, relacionados con los sistemas de detección de robos e incendios o el control de constantes ambientales, pero sobre todo es preciso citar la formación de archivos de seguridad digitales.

En la biblioteca de Salamanca se mantiene aún la microfilmación, no por romanticismo, sino por la seguridad de conservación y lectura de la fotografía analógica. Pero las bondades de un archivo de seguridad digital, proceda de digitalización directa en color o de digitalización de los microfilmes, son innegables y no creo que sea necesario ahora analizarlas.

No obstante, con el archivo digital surgen al menos dos nuevos retos o dos nuevas preocupaciones, impensables hasta ahora:

- Necesidad de almacenamiento en servidores con gran capacidad.
- Duda sobre la vigencia de las imágenes a medida que se actualizan los nuevos equipos.

Respecto a la Investigación, nuestros usuarios han dejado de ser mayoritariamente presenciales. Actualmente el número de usuarios a distancia que solicita información o copias por correo electrónico, triplica al número de usuarios presenciales. Este abismo es aún mayor si pensamos en los usuarios desconocidos que consultan o se descargan fondos a través de bibliotecas digitales o del Repositorio Institucional.

Se ha establecido, por tanto, un nuevo tipo de relación con los usuarios: ya no es solamente un tipo de usuario conocido, de trato directo o que solicitaba por carta una información meticulosa. Ahora también hay un usuario circunstancial a quien se le puede enviar rápidamente una información muy puntual; un usuario que solo se pone en contacto para solicitar copias de calidad superior a las que están a libre acceso; e incluso un usuario totalmente anónimo, un número en la estadística de uso del Repositorio.

También la **Difusión** de los fondos de las Bibliotecas se ha multiplicado en los últimos años y, sobre todo, se trata de unos modelos de difusión que llegan a muchos más tipos de personas, no solo a las especializadas o interesadas en determinados libros.

Exposiciones virtuales que permiten enlaces a los ejemplares expuestos, con posibilidad de descarga de imágenes y textos; Publicaciones digitales y blogs especializados en fondo antiguo; o Participación de las bibliotecas en las redes sociales, son algunos de los medios de difusión que actualmente se están utilizando.

Pero me voy a centrar en tres instrumentos básicos:

1. Por un lado, los subcatálogos de fondo antiguo dentro del catálogo colectivo general de la biblioteca universitaria que permiten recuperar la información por más puntos de acceso de los que estamos acostumbrados, y que además pueden llevar un link al texto completo de ese ejemplar o de otro que se encuentre en la Red y que pertenezca a otra biblioteca.

2. Además, la descripción de nuestras obras antiguas, nuestro propio catálogo, está ahora consultable desde numerosos *catálogos colectivos* y *recolectores* nacionales e internacionales (CCPB, REBIUN, WORLDCAT-OCLC, etc.). Esta internacionalización de nuestros catálogos facilita enormemente la labor no solo de los investigadores que buscan ejemplares, sino también la labor de los bibliotecarios, a la hora de realizar una descripción, completar datos o comprobar la rareza de una edición.

3. Finalmente y como complemento de los catálogos meramente descriptivos, todas las bibliotecas están inmersas en *Proyectos de digitalización de texto completo*, propios o en colaboración con otras instituciones, y en la integración de estos textos completos en los Repositorios institucionales, con acceso desde el propio catálogo o desde bibliotecas digitales nacionales e internacionales, como HISPANA o EUROPEANA.

Sin duda este es el modo de difusión más completo a que puede aspirar una biblioteca y por ello todos nos hemos zambullido alegremente en proyectos, costosos en personal y tecnología, que hasta hace unos años eran relativamente fáciles de financiar. Pero la avalancha de proyectos ha generado duplicidad de ejemplares en la Red, de modo que, últimamente, los grandes repositorios como EUROPEANA o GOOGLE no aceptan fácilmente ejemplares duplicados para difundirlos desde sus plataformas.

Futuro inmediato

En definitiva, nunca como hasta ahora las Bibliotecas Históricas habían podido dar a conocer su fondo ni habían trascendido tanto sus muros. Acabamos de vivir unos años muy brillantes, con algunas sombras pero con muchas luces, que han sido bien aprovechados.

Pero el inmediato futuro es una incógnita:

- Estamos viendo la decadencia de las grandes exposiciones, que ayudaron durante años a la divulgación del patrimonio bibliográfico.
- Hay disminución de proyectos de investigación de humanidades.
- Detectamos en los últimos tiempos menos estudiantes orientados a trabajar con fondos antiguos, que entiendan paleografía o latín...

Mantener el estatus de modernidad alcanzado en estos últimos años, sin contar con los apoyos económicos a los que nos habíamos acostumbrado, nos va a costar nuevos esfuerzos de adaptación.

Tocará una vez más renovarse o morir, probablemente en las siguientes líneas:

Internamente,

1. Ideando nuevos métodos de captación de patrocinadores para la conservación y preservación de libros o infraestructuras.
2. Saliendo a la búsqueda de nuevos usuarios, fomentando nuevas líneas de investigación, basadas, por ejemplo, en las procedencias de los libros o en los grabados, y promoviendo seminarios con estudiantes.

En cooperación,

3. Incrementando nuestra participación en proyectos cooperativos e intercambios bibliotecarios.
4. Estudiar vías de perfeccionamiento de la digitalización, probablemente en la mejora de los OCR para impresos anteriores al siglo XIX.

Como conclusión, quiero resaltar que, gracias a los esfuerzos de renovación de los últimos años y a pesar de los difíciles momentos económicos o de indefinición bibliotecaria que estamos atravesando, nuestros libros están más jóvenes que nunca y las bibliotecas históricas gozan de buena salud.

No sabemos qué futuro le espera al libro en papel.

No sabemos cómo sobrevivirán las librerías al libro electrónico y a la relación directa entre el editor o distribuidor y el usuario final, sea éste un lector o una biblioteca.

Tampoco sabemos aún adónde nos llevará la alfabetización informacional o la sustitución en las universidades de las bibliotecas tradicionales por los modernos CRAIS (Centros de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación).

Pero con más o menos usuarios, con o sin recursos, es seguro que las bibliotecas históricas van a permanecer donde están. Aunque todo el patrimonio llegara a estar disponible en la Red, nuestra principal función de conservación patrimonial garantizará siempre la existencia de una biblioteca.

Ya ven. Todo (o casi todo) cambió, pero todo sigue igual.

...

En un delicioso libro titulado *C El pequeño libro que aún no tenía nombre*, su autor, José Antonio Millán, nos presenta a un pequeño libro que aún no está escrito, que debe crecer y encontrar su lugar en el mundo. Su padre es un elegante volumen de derecho civil y su madre una moderna y dinámica revista científica, que todas las semanas cambia de portada. Su abuelo es un aristocrático ejemplar de arte de la guerra y su abuela un delicado manual de educación y buenas maneras. Cuando C se pierde por barrios marginales y queda horrorizado ante la visión de libros fotocopiados y libros atacados por lepismas, es rescatado por un código de la circulación. Toda la novela es así y fue escrita en 1995, hace 20 años. De haberla escrito ahora, no sé si el autor habría hecho convivir a C con libros digitales, descritos como adolescentes enganchados a dispositivos electrónicos. Probablemente la madre se habría convertido en una revista electrónica, más viajera y colorida aún que antes; y no sé qué sería de C, conviviendo con su versión electrónica.

Pero es seguro que sus abuelos, esos exquisitos volúmenes antiguos, continuarán impasibles y bien cuidados en una de nuestras bibliotecas históricas.

Página deixada propositadamente em branco.

ANTÓNIO DIAS DE FIGUEIREDO

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
REGRESSO AO FUTURO 500 ANOS DEPOIS**

UNIVERSITY LIBRARIES: BACK TO THE FUTURE 500 YEARS ON

RESUMO: As interrogações que hoje se acumulam sobre o futuro das bibliotecas universitárias, num mundo transformado por novas literacias, novas formas de relacionamento social, novos recursos e suportes, novos desafios culturais e novas visões sobre o que deve ser a universidade dos nossos dias, justificam que procuremos compreender a missão que as bibliotecas universitárias terão a desempenhar no seio dessas transformações. Ao fazê-lo, podemos avançar conjeturas sobre futuros que se adivinham ou, pelo contrário, escrutinar o passado em busca de padrões intemporais de convivência entre saberes acumulados (bibliotecas), saberes em construção (investigação científica) e saberes difundidos e partilhados (universidades, na sua função pedagógica). Neste texto, procuro conciliar os percursos do passado com os do futuro, numa síntese que aborde os principais dilemas que hoje cruzam o debate do futuro destes três tipos de entidades: universidades, investigação e bibliotecas.

ABSTRACT: The mounting number of questions concerning the future of university libraries in a world transformed by new forms of literacy and social relations, new resources and supports, new cultural challenges and new visions of what a modern university should be, justify the need to understand the role which university libraries will have to play at the heart of these changes. In doing so, we may speculate on possible future scenarios or, conversely, examine the past in search of timeless patterns for the coexistence of forms of knowledge already accumulated (libraries), knowledge in construction (scientific research) and knowledge disseminated and shared (universities as teaching institutions). This paper aims to reconcile the approaches adopted in the past with those of the future, in a synthesis which addresses the main dilemmas nowadays entwined in the debate on the future of these three entities: universities, research and libraries.

1. Dilemas da Universidade

Os dilemas com que as universidades hoje se debatem são de larga monta e ameaçam mesmo o modelo de universidade que hoje conhecemos. Em Portugal, os dilemas são semelhantes aos que se vivem em todo o mundo, mas as fragilidades que se encontram no nosso país são largamente superiores. Partindo de muitos anos de reflexão sobre as questões da estratégia e qualidade no ensino superior, a nível global, e de cerca de quinze anos de reflexão sobre o caso português, no âmbito do meu envolvimento nos processos de avaliação e acreditação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, da Ordem dos Engenheiros e, mais recentemente, da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), procurarei abordar aqui alguns desses dilemas. Antes de mais, observa-se na maioria das nossas instituições uma imensa ausência de sentido estratégico. Essa ausência é por sua vez agravada (e em parte explicada) por uma notória carência de lideranças. Sofrendo dessas carências, muitas das universidades portuguesas tendem a tornar-se quase iguais entre si, sem aparentemente se preocuparem em diferenciar a sua oferta. Os seus hábitos de autocritica são, por outro lado, praticamente inexistentes, impedindo a emergência de culturas de mudança. A elevada inércia dos seus princípios e práticas conduz a evoluções lentas e conservadoras, que excluem a emergência de inovações disruptivas. Finalmente, muitas das universidades portuguesas tem dificuldade em conceber-se projetada para o país e para o mundo, resignando-se com uma implantação local ou regional sem ambição. No contexto destes dilemas das universidades portuguesas, que a seguir tentarei caracterizar melhor, procurarei posteriormente conjecturar sobre potenciais intervenções das bibliotecas universitárias no sentido de contribuir para a sua superação.

1.1. Estratégia versus tática

De entre as práticas que caracterizam as organizações dos nossos dias, a estratégia é talvez a mais ausente da história da universidade. Nascida

dos poderes real e eclesiástico, a universidade não necessitava, desde a sua origem, de se sonhar e projetar para o futuro. Necessitava, sim, de se manter fiel aos desígnios do poder que a tutelava. Compreende-se por isso que quando, na segunda década do século XX, as empresas começaram a reconhecer a importância da estratégia, o valor da gestão moderna, o primado do cliente, a intensificação da concorrência e a incerteza da realidade socioeconómica¹, a universidade se tivesse mantido relativamente indiferente.

A universidade, que tinha atingido no início desse período o auge da sua popularidade, começava, entretanto, a ser criticada pela sua incapacidade para acompanhar o seu próprio sucesso. Os estudantes queixavam-se das salas superlotadas, das relações impessoais com os docentes, dos métodos de ensino massificados, do exagero da teoria relativamente à prática, do arbítrio das avaliações, da falta de coerência dos planos de estudo e do desajuste entre a formação universitária e a realidade do mercado de trabalho. Os recrutadores queixavam-se da deficiente preparação dos recém-licenciados para as realidades da prática, da sua pobreza de atitudes e valores para o exercício da profissão e da indiferença dos planos de estudos relativamente às necessidades do mercado. Por seu lado, os governos e os contribuintes, que pagavam a fatura, queriam saber como é que os dinheiros eram gastos e reclamavam contra o amadorismo da gestão universitária².

O agudizar dessas tensões, associado à onda de neoliberalismo que entretanto varreu os sistemas de ensino superior ocidentais, conduziu à universidade que hoje conhecemos, subfinanciada e governada por gestores que marginalizam a função académica³. A tragédia desta transformação reside em que os académicos – que nas últimas décadas do século XX

¹ HAMMER, Michael, CHAMPY – *Reengineering the Corporation: A Manifesto for Business Revolution*. New York: Harper Collins, 1993.

² FIGUEIREDO, António Dias – Reinventar Portugal: Universidade. *Diário Económico*. Lisboa: DE, 1996. 12 Julho 1996.

³ GINSBERG, Benjamin – *The Fall of the Faculty: The Rise of the All-Administrative University and Why It Matters*. New York: Oxford University Press, 2011.

podiam ter acompanhado os progressos da gestão moderna⁴, adaptando-a à singularidade da instituição universitária e reconhecendo o emergente primado do utente e da concorrência – acabaram, pelo amadorismo da sua governação, por ser substituídos por gestores empresariais que transformaram a universidade no travesti de empresa que hoje conhecemos. Como a tradição de pensar estrategicamente a universidade era reduzida, e os novos gestores tendem a encará-la como uma mera empresa, numa lógica simplificada de ganhos e perdas, a universidade centra-se hoje quase unicamente no curto prazo. Vivemos assim o absurdo de, num mundo onde a estratégia face à incerteza e à concorrência assume importância vital, a generalidade das universidades se contentar em construir o futuro de improviso, navegando à vista, projetando-se de um ano académico para o seguinte e criando cursos e planos de estudo muitas vezes incapazes de anteciparem o mercado de trabalho que os graduados irão encontrar.

Um dos desafios que a universidade tem de resolver é este, de conciliar o estratégico com o tático, o longo prazo com o curto prazo. Familiarizada que está com o curto prazo, cabe-lhe agora esforçar-se por se projetar para o futuro. Dizia Séneca que “não há vento que ajude quem não sabe para onde quer ir”. Perdida como anda, embarcação sem rumo em mar agitado, que poderá fazer a universidade perante as oportunidades e ameaças que lhe forem surgindo, se não souber para onde quer ir? Que visão ou visões procura cada universidade sonhar para o seu futuro? Conseguirá, sem uma projeção para esse futuro, mobilizar a sua complexa teia de partes interessadas? Não será verdade, como diz o antigo ditado castelhano, que “quem não constrói castelos no ar não os constrói em nenhum lugar”?

⁴ O conceito de “gestão moderna”, que optei por usar aqui, diz respeito à revolução a que se assistiu nas ciências da organização a partir da segunda metade do século XX, que trouxe consigo métodos inteiramente novos para encarar a gestão das organizações – métodos centrados nas pessoas e muito mais estratégicos, eficazes, eficientes. O autor mais representativo desse vasto movimento foi, talvez, Peter Drucker, que lhe dedicou toda a sua vida, começando em 1954 com a publicação de “The Practice of Management”. Infelizmente, grande parte das universidades de todo o mundo manteve-se indiferente ao movimento, passando diretamente dos processos artesanais de gestão que tinha mantido ao longo dos séculos para as práticas de gestão neoliberal, onde a gestão moderna é desastrosamente deturpada em benefício da gestão de lucros e perdas.

1.2. Liderança versus gestão

Não se tendo apercebido, ou tendo-se apercebido tardiamente, da importância da gestão moderna, que interiorizou contra natura, a universidade tende agora a concentrar-se de forma obcecada no que pensa ser a “gestão” dos seus procedimentos. Desdobra-se, assim, em burocracias, numa empresarialização arremedada que complica, atrasa e desumaniza os processos, afronta o espírito académico e divide as pessoas.

Neste percurso de deterioração, a universidade fecha-se à emergência de lideranças, entendidas no sentido moderno, que exclui lideranças ditatoriais e incentiva, sim, em seu lugar, processos coletivos capazes de imprimir direção, apaixonar e mobilizar todas as partes, construindo mudança e instilando uma cultura e uma ética. O desafio que se coloca à universidade é o de fomentar a emergência dessas lideranças em perfeita ligação com os seus processos de gestão. Em boa verdade, uma gestão genuína, à luz dos padrões dos nossos dias, contém em si própria as lideranças que a asseguram e humanizam de forma sustentada. Mais ainda, as lideranças dos nossos dias não se restringem às instituições que representam, prolongando-se indefinidamente nas interações entre essas instituições e as outras instituições que povoam o respetivo ecossistema.

1.3. Diferenciação versus uniformização

Na ausência de uma visão estratégica para o seu futuro, muitas universidades satisfazem-se em “fazer como as outras”, sem aparentemente se interessarem em reforçar os que as torna diferentes e em construir sobre essa diferença a sua imagem de marca. Pelo contrário, parecem sentir-se mais seguras irmanadas na uniformidade. É raro observar uma universidade que procure analisar estrategicamente as suas competências-chave, contextuais e internas, e que procure estabelecer, a partir dessa análise, uma carteira de competências que, diferenciando-a das demais, lhe permita projetar-se para o país e para o estrangeiro. Na novela “O Homem Sem Qualidades”, Robert Musil, um escritor austríaco do início

do século passado, conta as histórias de Ulrich, um indivíduo que procura encontrar um sentido para a sua vida e que descobre que, como não tem qualidades, todas as oportunidades que se lhe abram são indiferentes. A semelhança entre estas universidades e Ulrich é, por vezes, perturbadora. Por outro lado, não se sentindo com qualidades, estas universidades parecem incapazes de construir e promover uma imagem de marca que as apresente perante o exterior e lhes permita, em simultâneo, consolidar e dar coerência à sua estratégia.

Para que as universidades se libertem desta limitação à sua capacidade de afirmação, torna-se indispensável que conciliem os benefícios de alguma uniformidade com o elevado potencial de uma estratégia de diferenciação.

1.4. Desconstrução versus construção

A desconstrução é um conceito da análise literária⁵, hoje alargado à linguagem corrente, que o entende como prática social e intelectual. Desconstruir é pôr em causa as ideias instaladas, e assim decidir se ainda são válidas ou se devem ser renovadas. A desconstrução contém o embrião do futuro, na medida em que, na ausência de reflexão crítica sobre as ideias dominantes, o futuro será igual ao passado.

Como a universidade tende a encarar com desconforto a sua autocrítica, tem dificuldade em pensar-se como instituição do futuro. Por isso se constrói incrementalmente, melhoramento a melhoramento, sem analisar criticamente as suas realizações passadas nem os valores dos quais elas emanaram. Uma universidade que queira pensar-se estrategicamente terá de saber constituir uma cultura e uma orgânica institucional que lhe permitam interrogar-se criticamente sobre os seus modelos e práticas. Poderá, então, conciliar harmoniosamente os extremos entre a desconstrução e a indispensável construção.

⁵ DERRIDA, Jacques – *Of Grammatology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

1.5. Disrupção versus evolução

É frequente distinguir dois tipos de inovação: a inovação incremental e a inovação disruptiva. A primeira corresponde à evolução, a segunda à rutura. Uma inovação é incremental quando se limita a introduzir melhoramentos graduais nas soluções já existentes. São exemplos de inovação incremental as televisões com imagens 3D, os aviões com maior autonomia ou as baterias com maior duração. Uma inovação é disruptiva quando cresce discretamente à margem dos sistemas sociais tradicionais, das margens para o centro, e se afirma pela conquista gradual de utentes que toleram as suas imperfeições iniciais e contribuem para que sejam superadas⁶. O computador pessoal, que nasceu como brinquedo para as crianças e famílias, e que em cerca de vinte anos evoluiu ao ponto de eliminar dos mercados os computadores profissionais, é exemplo de uma inovação disruptiva. Outro exemplo é a Internet, que nasceu como rede experimental para cientistas, com frequentes falhas e anomalias, e se transformou em poucos anos na mais poderosa rede de redes do mundo.

Embora as universidades sejam por natureza instituições inovadoras, as suas inovações são por tradição exclusivamente evolutivas. Ora, como aponta Christensen⁷, num mundo em rápida transformação, onde as oportunidades e ameaças tecnológicas e de mercado aumentam a olhos vistos, as maiores oportunidades de diferenciação e sucesso para uma universidade encontram-se na inovação disruptiva. O debate sobre esta temática tem vindo a intensificar-se nos mais diversos meios, apontando para mudanças iminentes na natureza da universidade⁸. O desafio com que se confronta a universidade, a este nível, é, assim, o de conciliar a solidez das suas práticas de inovação incremental com o potencial das inovações disruptivas que pode hoje pôr em prática, ao nível das peda-

⁶ CHRISTENSEN, Clayton M. – *The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail*. Boston, Mass: Harvard Business School Press, 1997.

⁷ CHRISTENSEN, Clayton M. – *The Innovative University: Changing the DNA of Higher Education from the Inside Out*. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.

⁸ ECONOMIST – Creative Destruction. *The Economist* (28 Jun 2014). [Acedido a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.economist.com/news/leaders/21605906-cost-crisis-changing-labour-markets-and-new-technology-will-turn-old-institution-its>>.

gogias, do recurso às tecnologias, da afirmação da sua imagem e dos seus próprios modelos de negócio.

1.6. Globalização versus localização

Por falta de estratégia e liderança, muitas universidades aceitam hoje docilmente o seu estatuto local ou regional. Como os alunos que as frequentam provêm maioritariamente da sua região, ou mesmo da sua cidade, as universidades aceitam tal limitação como uma fatalidade: restringem as medidas de atração e esclarecimento dos potenciais alunos de licenciatura a iniciativas tímidas dirigidas às escolas secundárias locais, publicitam os seus mestrados quase exclusivamente junto dos próprios alunos de licenciatura, e angariam os estudantes de doutoramento no universo restrito dos seus departamentos ou escolas próximas. O contraste entre esta ausência de ambição e o conceito tradicional de universidade não podia ser maior. Como acentuava Braga da Cruz⁹, o que, desde o século XII, distinguia as universidades das escolas que as precediam era o seu carácter universal, a sua abertura para o mundo.

Curiosamente, várias das universidades portuguesas, quer do litoral, quer do interior, estão inseridas em meios e possuem atributos que lhes permitiriam diferenciar a sua oferta e abri-la ao país. Em alguns casos, podiam mesmo alargá-la para o estrangeiro, em particular no capítulo dos doutoramentos, para os quais a oferta nacional, mesmo depois do aumento das propinas para estudantes estrangeiros, se mantém competitiva a nível global. A este nível, o desafio que se coloca às universidades é o de explorar em toda a sua extensão estratégica a conciliação entre afirmação regional e projeção para o país e para o mundo.

⁹ BRAGA DA CRUZ, Guilherme – Origem e Evolução da Universidade. In *Obras Esparsas*, vol. IV, 2.^a parte. Coimbra: Universidade, 1985, p. 189-262.

2. Dilemas da Construção dos Saberes

A evolução tecnológica das últimas décadas tem vindo a provocar nas culturas, orgânicas e práticas da construção de conhecimento profundas alterações que, pela sua variedade e extensão, seria impossível abordar aqui. Restrinjo-me, por isso, às três que se afiguram mais relevantes no contexto de uma reflexão sobre a missão das bibliotecas universitárias. Antes de mais, o surgimento e consolidação de um novo modelo social de produção e aplicação do conhecimento, que Gibbons et al.¹⁰ designaram por modelo de “modo 2”, em contraste com o modelo tradicional, que designaram por modelo de “modo 1”. Outra alteração é o aumento da popularidade das novas alternativas para a avaliação da qualidade e impacto da produção científica, e o concomitante aumento da contestação às abordagens tradicionais, dominadas pelas grandes editoras da publicação científica. A terceira alteração diz respeito à popularidade crescente das práticas de acesso aberto, que nos últimos anos tem vindo a recolher grande apoio das universidades, com a indispensável intervenção das suas bibliotecas.

2.1. Modo 1 versus Modo 2

Até há algumas décadas, o conhecimento gerador de inovação originava em larga medida nas universidades e era transposto para a realidade social e económica por processos de transferência de conhecimento¹¹. Nesse modelo social de produção de conhecimento, designado por Gibbons et al.¹² como de “modo 1”, as agendas de investigação são definidas pelos interesses académicos e desenvolvidas em ambientes predominantemente

¹⁰ GIBBONS, Michael [et al.] – *The New Production of Knowledge*. London: SAGE Publications, 1994.

¹¹ FIGUEIREDO, António Dias – Formar para as Humanidades nas Sociedades Contextuais, in SILVA, A. S. [et al.] (eds.) – *Novos Horizontes para as Humanidades*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2006, pp. 25-45.

¹² GIBBONS, Michael [et al.] – *The New Production of Knowledge*.

universitários, no âmbito de grupos disciplinares relativamente homogéneos. Os seus principais destinatários são as audiências de pares, sendo os mecanismos de controlo da qualidade igualmente assegurados pelos pares. Uma vez produzido pelos académicos, esse conhecimento é então tornado acessível a profissionais que desenvolvem as eventuais aplicações. A ponte entre teoria e prática não é, assim, em princípio, construída pelos próprios cientistas, mas sim por profissionais da aplicação e da execução cuja contribuição para o reforço de tal conhecimento é normalmente tida por pouco relevante do ponto de vista científico. Os critérios de controlo de qualidade do modo 1 tendem a refletir os interesses e preocupações de uma comunidade científica disciplinar e dos seus defensores, que determinam implicitamente quem deve ser julgado como par, quais as questões que interessa ou não investigar e que métodos de investigação devem ser usados.

Nas últimas décadas, como observam ainda Gibbons e coautores¹³, começou a tonar-se dominante um modelo alternativo de construção de conhecimento, o modelo de “modo 2”. O modo 2 centra-se explicitamente na produção de conhecimento e soluções destinadas a criar valor socioeconómico. As respetivas agendas de investigação nascem da partilha de interesses entre variadas partes interessadas – universidades, empresas e governos – e a investigação desenvolve-se nos múltiplos locais de trabalho dessas partes, gerando fluxos permanentes entre uns e outros, entre o que é fundamental e o que é aplicado e entre o que é teórico e prático. A investigação é tipicamente produzida por equipas mistas, de cientistas, profissionais da aplicação e outros, é eminentemente transdisciplinar e é heterogénea nas competências e experiências que mobiliza. De um modo geral, o conhecimento é construído nos contextos onde é usado, e os seus produtos e resultados, à medida que vão sendo obtidos, contribuem para novos desenvolvimentos e avanços teóricos¹⁴. A procura de saberes é mais orientada para a obtenção de resultados do que para a descoberta de teorias e princípios, o conhecimento tácito dos diversos parceiros é

¹³ GIBBONS, Michael [et al.] – *The New Production of Knowledge*.

¹⁴ FIGUEIREDO, António Dias – *Formar para as Humanidades nas Sociedades Contextuais*.

muitas vezes mais importante do que o explícito, e as iniciativas têm lugar no âmbito de “projetos”, segundo uma tradição muito mais típica dos contextos industriais do que da investigação científica tradicional.

Embora os critérios de controlo de qualidade do modo 1, como a revisão pelos pares, também se apliquem no modo 2, passam a combinar-se com critérios adicionais. Este conjunto mais complexo e multidimensional de critérios reflete-se na composição do sistema de avaliação dos projectos, que deixa de se restringir à apreciação da excelência científica pelos pares disciplinares para considerar agora, muitas vezes de forma predominante, a relevância económica e social dos resultados e a satisfação das expectativas e interesses das diversas partes¹⁵.

Refletindo sobre esta realidade à luz da missão renovada das bibliotecas universitárias, apercebemo-nos de que, mesmo que as universidades mantenham grande parte da sua produção científica em modo 1, como ainda acontece predominantemente em Portugal, a tendência de migração para o modo 2 – imposta cada vez mais pelos modelos de financiamento da investigação e pela necessidades de abertura das universidades à colaboração com múltiplos parceiros – obrigará as bibliotecas universitárias a assumirem um papel cada vez mais ativo ao serviço do novo paradigma.

2.2. Métricas alternativas versus métricas tradicionais

Outro aspeto importante do controlo da qualidade da produção científica surge em ligação com as métricas usadas para avaliar essa produção. Tradicionalmente, e ainda hoje, predominam as métricas de impacto estabelecidas pelas grandes editoras – Thomson Reuters (Web of Science) e Elsevier (Scopus). No entanto, a contestação a estes modelos tem vindo a aumentar de tom nos últimos tempos, cada vez com maior apoio por parte de universidades e associações científicas, dando lugar à emergência de métricas alternativas, ou *Altmetrics*, baseadas em outros índices de qualidade e reputação. Alguns exemplos são os sistemas PlumX (da Plum

¹⁵ FIGUEIREDO, António Dias – Formar para as Humanidades nas Sociedades Contextuais.

Analytics, recentemente adquirida pela EBSCO), Impact Story (financiada pela Alfred P. Sloan Foundation, National Science Foundation e outros patrocinadores) e Altmetric (uma empresa do Reino Unido), que recolhem as suas informações de reputação científica a partir de múltiplas fontes, e não apenas a partir das tradicionais.

Reconhecendo a nova problemática como do âmago das suas funções, visto que implica estratégias e práticas inteiramente novas no apoio aos seus utentes, as bibliotecas das universidades mais destacadas têm vindo a debruçar-se atentamente sobre estas questões¹⁶.

2.3. Acesso aberto versus publicações tradicionais

Intimamente ligado às questões da produção do conhecimento científico, surge o acesso a esse conhecimento, tradicionalmente dominado pelas grandes editoras e protegido por elevadas barreiras de custos, cada vez mais insustentáveis para as bibliotecas universitárias e instituições de investigação. Com a Internet a tornar tecnicamente possível o acesso on-line à produção científica global, sem custos de impressão nem de transportes, começaram a surgir múltiplas iniciativas no sentido de assegurar a abertura plena desse acesso, em particular para os resultados dos projetos financiados por dinheiros públicos.

Foi assim que começou a ganhar forma o movimento de acesso aberto, que a “Budapest Open Access Initiative”, lançada em Dezembro de 2001, contribuiu para consolidar¹⁷. De acordo com esta iniciativa:

“Por ‘acesso aberto’ [à literatura científica com revisão por pares], queremos dizer a sua disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer utilizador ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como

¹⁶ KING, P., THUNA, M. – *Altmetrics in Context*. Ottawa, Ontario: Canadian Association of Research Libraries, 2013.

¹⁷ BOAI – *Budapest Open Access Initiative*. [Em linha]. [S.l.]: BOAI, 2002. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>.

dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do próprio acesso à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição, e o único papel para o copyright neste domínio, deveria ser dar aos autores controlo sobre a integridade do seu trabalho e direito de ser devidamente reconhecido e citado”¹⁸.

O acesso aberto ocupa hoje lugar de destaque nas políticas de um número crescente de universidades, que têm vindo a adotar mandatos de acesso livre¹⁹ Um mandato de acesso livre é um conjunto coerente de políticas assumidas por uma universidade ou unidade de investigação no sentido de incentivar os seus investigadores a disponibilizarem em acesso aberto todos os trabalhos e publicações que produzirem para revisão pelos pares, quer auto-arquivando as respetivas versões finais no repositório da instituição ou num repositório disciplinar (“acesso aberto verde”), quer publicando-os em revistas de acesso aberto (“acesso aberto dourado”), quer fazendo as duas coisas. A identificação de boas práticas para as políticas de acesso aberto das universidades é hoje um tema amplamente debatido e caracterizado²⁰.

3. Dilemas das Bibliotecas

Abordando agora os dilemas que se colocam às bibliotecas, independentemente da sua ligação às universidades e à construção de saberes, procurarei abordar a mutação surgida nas políticas de aquisição, a

¹⁸ BOAI – *A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, 10 Anos Depois* [Em linha]. [S.L.]: BOAI, 2012 [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>>.

¹⁹ ROARMAP – *ROARMAP: Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies* [Em linha]. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://roarmap.eprints.org/>>.

²⁰ SHIEBER, S, SUBER, P. – *Good Practices For University Open-Access Policies* [Em linha]. Harvard: Harvard University, 2013 [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://cyber.law.harvard.edu/hoap/sites/hoap/images/Bestpracticesguide-2013.pdf>>.

multiplicidade de estratégias que a Internet abriu para a pesquisa de informação, o desejado estímulo à descoberta acidental num mundo de convergência, a imprevista subida da importância dos contextos relativamente aos conteúdos, as problemáticas da gestão dos espaços, o incentivo à criação de comunidades, e a renovada complementaridade entre a missão das bibliotecas e as expectativas dos utentes quanto ao papel dos bibliotecários.

3.1. Just-in-time versus just-in-case

A tradição das bibliotecas universitárias, e em particular das bibliotecas departamentais, no culminar da era das disciplinaridades, era adquirir todas as obras relevantes e assinar todas as revistas representativas das respetivas disciplinas. Mesmo que não fossem de interesse imediato e se mantivessem ignoradas durante anos, eram cuidadosamente encadernadas e preservadas, para que estivessem disponíveis quando fossem necessárias ao trabalho de um investigador ou para que a sua descoberta, por feliz e inesperado acaso, pudesse, por vezes, alterar o curso da história. O acervo valioso, e muitas vezes único, de uma biblioteca universitária era um elemento chave da imagem de marca de uma universidade, à qual ocorriam com frequências cientistas exteriores, que aí se deslocavam para o consultar. A política que então sustentava as aquisições da biblioteca era uma política de “just-in-case”, ou de acumulação preventiva – adquiria-se uma obra, não porque fosse necessária no imediato, mas porque um dia podia vir a ser necessária. Hoje, com a explosão dos saberes e das interdisciplinaridades, o aumento dos custos das publicações e a possibilidade de obter acesso on-line à grande maioria das obras e revistas científicas, a política do “just-in-case” deu lugar à política do “just-in-time”²¹ – pesquisam-se instantaneamente e adquirem-se on-line os

²¹ FIGUEIREDO, António Dias – *Balanço Final do Encontro, Nova Universidade, Nova Informação: Bibliotecas em Rede* [Em linha]. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1995. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://eden.dei.uc.pt/~adf/bibrede.htm>>.

artigos de todas as revistas, sempre que necessário, e adquire-se também on-line, nova ou em segunda mão, em edição original, fac-similada ou eletrônica, virtualmente qualquer publicação. A política de acumulação preventiva deu lugar a uma política de acesso em contexto²².

3.2. Estratégias múltiplas versus palavras-chave

As técnicas de pesquisa alteraram-se também de forma radical. Tradicionalmente, recorria-se quase exclusivamente à pesquisa por palavras-chave, enriquecida com operadores booleanos. Hoje, ainda que as formas de pesquisa tradicionais se mantenham, o seu papel tem vindo a tornar-se residual quando comparado com o da grande variedade de outras estratégias e práticas, incluindo pesquisas associativas e semânticas, modalidades variadas de curadoria, *folksonomias*, múltiplas explorações de *thesaurus* e mapas conceptuais dinâmicos, para além do recurso a redes sociais especificamente para efeitos de pesquisa e à interação direta com autores e peritos.

3.3. Divergência versus convergência

As formas tradicionais de pesquisa são eminentemente convergentes, permitindo-nos encontrar cada vez mais sobre cada vez menos. No entanto, como apontava Umberto Eco, o excesso de convergência é nocivo porque exclui a riqueza das descobertas acidentais, tão importantes para incentivar a criatividade. Para ele, toda a ideia de biblioteca se baseia no mal-entendido de que o leitor vai à biblioteca para encontrar um livro cujo título conhece. Pelo contrário, segundo Eco, o essencial da função da biblioteca é que o leitor descubra livros cuja existência desconhecia

²² FIGUEIREDO, António Dias – A Língua Portuguesa e o Desafio das Novas Tecnologias: Iliteracias e Contextos. In *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

e que se tornam de primeira importância para ele²³. A capacidade para “encontrar o que não se procura procurando o que não se encontra”²⁴, ou serendipidade, tem, de facto, um papel decisivo nos processos de inovação, sendo hoje particularmente desejada no acesso a bibliotecas digitais²⁵.

3.4. Contextos versus conteúdos

Quase sem que se desse por isso, embora tenha acontecido num período de tempo relativamente curto, a Internet retirou grande parte da importância às bibliotecas como repositórios de conteúdos. As bibliotecas universitárias tendem a ser hoje responsáveis pelos repositórios digitais das suas instituições, nomeadamente no âmbito do imparável movimento de acesso aberto, e nesse sentido constituem-se como nós importantes da Internet dos conteúdos. No entanto, a sua função de prestadoras diretas do acesso a esses conteúdos tende a desaparecer. Por isso, várias bibliotecas têm vindo a deslocar a sua função do domínio do acesso aos conteúdos para o domínio da criação de contextos ou ambientes enriquecidos, que as transformam em espaços de aprendizagem, socialização e colaboração. Em particular, começam a ser frequentes as bibliotecas que constituem centros de aprendizagem (locais e globais), centros de cultura (locais e globais) e centros de iniciativas colaborativas.

²³ ECO, Umberto – *De Bibliotheca*. Bostonia. Spring. Boston University, 1993, pp. 39-42.

²⁴ FIGUEIREDO, António Dias, CAMPOS, José – The Serendipity Equations. in WEBER, R. and GRESSE, C. – *Proceedings of the Workshop Program at the Fourth International Conference on Case-Based Reasoning*. Washington, DC: Naval Research Laboratory, Navy Center for Applied Research in Artificial Intelligence, 2001.

²⁵ TOMS, E.G. – Serendipitous Information Retrieval. Proceedings of the Workshop Information Seeking, Searching and Querying. In *Digital Libraries* [Em linha]. Zurich: [s.n.], 2000. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.ercim.eu/publication/ws-proceedings/DelNoe01/3_Toms.pdf>; ABBOTT, Andrew – *The University Library* [Em linha]. Chicago: University of Chicago, Setembro de 2008. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: URL:http://www.lib.uchicago.edu/e/about/abbott-report.html; Digital Public Library Of America – *Blog Archive. Planning for Serendipity* [Em linha]. [S.L.]: DPLA, 2014. Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://dp.la/info/2014/02/07/planning-for-serendipity/>.

3.5. Divisórias versus espaços

As bibliotecas do passado ofereciam amplos espaços de leitura, onde os leitores partilhavam silêncio e recolhimento. Não havia interação entre os leitores, exceto em iniciativas episódicas de estímulo à leitura, realizadas em locais periféricos, e o espaço aberto e silencioso predominava como característica definidora da biblioteca genuína. Hoje, pelo contrário, várias bibliotecas inovadoras estão a reinventar-se reinventando a utilização dos seus espaços²⁶: recantos tranquilos, espaços de trabalho coletivo, estúdios digitais, espaços de encontro regular com professores e peritos, espaços para a frequência partilhada de MOOCs, centros de negócios, são exemplos de utilizações dos espaços que começam a tornar-se populares e que têm contribuído para fazer afluir entusiasticamente às bibliotecas públicos que tendiam a afastar-se delas.

3.6. Comunidade versus singularidade

Para além do atendimento individual que caracterizava as bibliotecas do passado, surge agora a necessidade de apoiar grupos e de contribuir para a criação de comunidade – local, nacional e global – abrindo a biblioteca do indivíduo para a comunidade e o mundo. Para um número crescente de leitores, num número crescente de universidades, a biblioteca é hoje um precioso auxiliar da integração do estudante e do estudioso no grande mundo da pesquisa – um mundo que deixou de se centrar no acesso solitário a recursos bibliográficos para se expressar na pertença a redes dinâmicas de recursos humanos e bibliográficos e de relacionamentos entre uns e outros. Como já se tornava claro há mais de duas décadas, grande parte da informação mais preciosa e atualizada deixou de residir em bases de dados para se encontrar, acima de tudo, na mente coletiva

²⁶ MULLANEY, T. – Libraries reinvent themselves for the 21st century. *Chicago Tribune* [Em linha]. 2013. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://articles.chicagotribune.com/2013-12-12/features/chi-library-future-20131212_1_library-design-library-leaders-printers-row-journal>.

dos utilizadores da rede²⁷. Estes, pelas suas práticas comunitárias, pela sua atividade como curadores, pelos conselhos que dão, pelos debates que proporcionam, representam hoje inestimáveis recursos para os estudiosos do século XXI. Se a biblioteca interiorizar esse desafio, deixará de ser apenas uma porta de acesso a conteúdos. Passará a ser também uma porta de acesso a pessoas: um espaço de comunicação com peritos e de convivência com pares – que, por sua vez, proporcionarão oportunidades múltiplas e contextualmente enriquecidas de acesso a novos conteúdos e novas pessoas.

3.7. Bibliotecário versus biblioteca

À medida que as bibliotecas foram perdendo, para a Internet, a sua importância como repositórios universais de conteúdos, e os leitores e estudiosos emigraram para o novo espaço, o potencial conquistado tornou-se imenso. Aceder a informação simples passou a ser um processo instantâneo e intuitivo, quase dando ideia de que os motores de pesquisa adivinham o que se pretende encontrar. Em contrapartida, a imensidão das possibilidades que se abriram e o ritmo acelerado a que prossegue a sua evolução transformaram a atividade de produção científica com auxílio da Internet em algo que ninguém domina em absoluto²⁸. Daí resulta que o bibliotecário dos nossos dias, entendido como perito na mediação do acesso à informação, se esteja a tornar mais importante para os leitores e estudiosos do que o próprio espaço da biblioteca²⁹. Como não fará sentido divorciar o bibliotecário da biblioteca, haverá agora que

²⁷ FIGUEIREDO, António Dias – Strategies for a Network to Support Community Action on the Use of Technologies. [Em linha] [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://adfig.com/adfig/docs/1990_stratnet.pdf>.

²⁸ FERY, T. (n.d.) The Future of Libraries. *DaVinci Institute* [Em linha]. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.davinciinstitute.com/papers/the-future-of-libraries/>>.

²⁹ GODIN, Seth – The future of the library. *Seth's Blog* [Em linha]. 2011. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://sethgodin.typepad.com/seths_blog/2011/05/the-future-of-the-library.html>.

encontrar as formas mais harmoniosas de assegurar que um e outro se completam e constroem mutuamente.

3.8. O que é um bibliotecário?

Tendo em conta o ponto anterior, justifica-se realçar aqui algumas das funções que poderão ajustar-se ao papel de um bibliotecário de nova geração. Por um lado, poderá ser um conselheiro sobre procedimentos, qualidade, rigor, relevância e ética da informação. Poderá atuar, também, como curador de informação e recursos humanos – locais, nacionais e internacionais. Poderá desempenhar o papel de pedagogo, que aconselha os seus utentes e contribui para que construam a autonomia e iniciativa de que necessitam para levarem a bom termo as suas pesquisas. Poderá ser um mediador de relacionamentos – locais, nacionais e internacionais. Poderá ser um animador de atividades e iniciativas que assentem no recurso a informação. Finalmente, nesta lista incompleta de funções mais relevantes, poderá ser um consultor de processos organizacionais inovadores, como o lançamento de projetos ou a criação de empresas³⁰.

4. A Biblioteca na Estratégia da Universidade

Chegados a este ponto, cabe discutir como é que as três áreas identificadas como problemáticas no início deste texto – universidade, construção dos saberes e bibliotecas – poderão conjugar-se na caracterização da biblioteca universitária do futuro.

Antes de mais, a biblioteca deveria ser entendida como uma das principais unidades estratégicas da universidade, que, por sua vez, clarificaria o papel que pretende que ela ocupe ao serviço da sua visão estratégica. Essa clarificação teria em conta, entre outros aspetos: os serviços a prestar aos utentes internos e externos, a forma de contribuir para diferenciar e

³⁰ GODIN, Seth – The future of the library.

afirmar a imagem da universidade e o papel a desempenhar na ligação à comunidade e à realidade produtiva. Interessaria que a universidade clarificasse também a contribuição que a biblioteca pode dar para o reforço das suas políticas de globalização. Idealmente, as lideranças da biblioteca articular-se-iam com as lideranças da universidade no sentido de dar sustentabilidade à visão estratégica partilhada. Seria ideal que essa partilha decorresse num espírito que facilitasse a interrogação crítica dos modelos e práticas e o lançamento exploratório e mutuamente apoiado de inovações disruptivas.

No que se refere aos dilemas da construção dos saberes, importaria que a biblioteca pudesse equacionar o papel a assumir num mundo onde a produção do conhecimento tende a privilegiar cada vez mais o modo 2. Nesse papel, justificava-se que englobasse nas suas funções a de curadora bidirecional na troca de produção científica e cultural entre universidade e mundo, nos dois sentidos, e a de mediadora bidirecional, dando a conhecer os peritos internos no exterior e os peritos externos no interior. A biblioteca teria também um papel chave na formação e apoio aos seus utentes nos meandros da publicação científica de nova geração. Cobriria assim, não só as novas estratégias e práticas de pesquisa, mas também a grande variedade de métricas hoje em desenvolvimento, que dificilmente podem ser acompanhadas por não especialistas. Em boa verdade, a biblioteca seria a unidade mais privilegiada da universidade para assumir o cultivo aprofundado desta área, incluindo ao nível da investigação.

Os restantes desafios próprios de uma biblioteca do século XXI – políticas de aquisição, novas formas de pesquisa, apoio à descoberta acidental, reforço dos contextos, dinamização dos espaços e criação de comunidade – seriam outros tantos fatores a ter em conta na dinâmica de permanente interação entre biblioteca, universidade e produção de conhecimento.

5. Conclusão

Há quinhentos anos, as universidades construía a sua missão em torno dos saberes dos clássicos, que estudavam e aprofundavam no silêncio das

suas bibliotecas. Os livros eram, então, bens preciosos, protegidos por cadeias que os acorrentavam às mesas, numa ligação que podemos ler hoje como simbolizando a solidez da união entre universidade e biblioteca. Quinhentos anos depois, os livros desmaterializaram-se e os saberes passaram a construir-se dinamicamente, já não só nas universidades, mas também nas redes que as ligam a múltiplas parcerias. No entanto, o valor da união entre universidade e biblioteca mantem-se e tem todas as razões para se renovar. Mais do que uma das suas faculdades ou escolas, uma universidade necessita hoje, como há quinhentos anos, de uma biblioteca que, alinhando-se organicamente com a sua estratégia e a sua missão, a ajude a reinventar-se para os magnos desafios que a confrontam.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, Andrew – *The University Library* [Em linha]. Chicago: University of Chicago, Setembro de 2008. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.lib.uchicago.edu/e/about/abbott-report.html>>.
- BOAI – *Budapest Open Access Initiative*. [Em linha]. [S.l.]: BOAI, 2002. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>.
- BOAI – *A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, 10 Anos Depois* [Em linha]. [S.L.]: BOAI, 2012 [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>>.
- CRUZ, Guilherme Braga da – Origem e Evolução da Universidade. In *Obras Esparsas*, vol. IV, 2.^a parte, Coimbra: Universidade, 1985, pp. 189-262.
- CHRISTENSEN, Clayton M. – *The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail*. Boston, Mass: Harvard Business School Press, 1997.
- CHRISTENSEN, Clayton M. – *The Innovative University: Changing the DNA of Higher Education from the Inside Out*. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.
- DERRIDA, Jacques – *Of Grammatology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

- DIGITAL PUBLIC LIBRARY OF AMERICA – *Blog Archive. Planning for Serendipity* [Em linha]. [S.L.]: DPLA, 2014. Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://dp.la/info/2014/02/07/planning-for-serendipity/>.
- ECO, Umberto – *De Bibliotheca*. Bostonia, Spring: Boston University, 1993, pp. 39-42.
- ECONOMIST – Creative Destruction. *The Economist* [Em linha]. 8 Junho 2014. [Consult. a a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.economist.com/news/leaders/21605906-cost-crisis-changing-labour-markets-and-new-technology-will-turn-old-institution-its>.
- FIGUEIREDO, António Dias – Strategies for a Network to Support Community Action on the Use of Technologies. In *Education and Training* [Em linha]. Brussels: Task Force Human Resources, Education, Training and Youth, 1990. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://adfig.com/adfig/docs/1990_stratnet.pdf>.
- FIGUEIREDO, António Dias – *Balanço Final do Encontro, Nova Universidade, Nova Informação: Bibliotecas em Rede* [Em linha]. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1995. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://eden.dei.uc.pt/~adf/bibrede.htm>.
- FIGUEIREDO, António Dias – Reinventar Portugal: Universidade. *Diário Económico*. Lisboa: DE, 1996. 12 Julho 1996.
- FIGUEIREDO, António Dias, CAMPOS, José – The Serendipity Equations. in WEBER, R. and GRESSE, C. – *Proceedings of the Workshop Program at the Fourth International Conference on Case-Based Reasoning*. Washington, DC: Naval Research Laboratory, Navy Center for Applied Research in Artificial Intelligence, 2001.
- FIGUEIREDO, António Dias – A Língua Portuguesa e o Desafio das Novas Tecnologias: Iliteracias e Contextos. In *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- FIGUEIREDO, António Dias – Formar para as Humanidades nas Sociedades Contextuais, in SILVA, A. S. [et al.] (eds.) – *Novos Horizontes para as Humanidades*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2006, pp. 25-45.
- FERY, T. – The Future of Libraries. *DaVinci Institute* [Em linha]. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.davinciinstitute.com/papers/the-future-of-libraries/>.
- GIBBONS, Michael [et al.] – *The New Production of Knowledge*. London: SAGE Publications, 1994.

- GINSBERG, Benjamin – *The Fall of the Faculty: The Rise of the All-Administrative University and Why It Matters*. New York: Oxford University Press, 2011.
- GODIN, Seth – The future of the library. *Seth's Blog* [Em linha]. 2011. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: URL:http://sethgodin.typepad.com/seths_blog/2011/05/the-future-of-the-library.html.
- HAMILTON, Buffy J. – Are Librarians, Not Seth Godin, The Ones Missing the Point on Libraries? *The Unquiet Librarian* [Em linha]. 2011. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://theunquietlibrarian.wordpress.com/2011/05/16/are-librarians-not-seth-godin-the-ones-missing-the-point-on-libraries/>>.
- HAMMER, Michael, CHAMPY – *Reengineering the Corporation: A Manifesto for Business Revolution*. New York: Harper Collins, 1993.
- KING, P., THUNA, M. – *Altmetrics in Context*. Ottawa, Ontario: Canadian Association of Research Libraries, 2013.
- MULLANEY, T. – Libraries reinvent themselves for the 21st century. *Chicago Tribune* [Em linha]. 2013. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://articles.chicagotribune.com/2013-12-12/features/chi-library-future-20131212_1_library-design-library-leaders-printers-row-journal>.
- ROARMAP – *ROARMAP: Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies* [Em linha]. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://roarmap.eprints.org/>>.
- SHIEBER, S, SUBER, P. – *Good Practices For University Open-Access Policies* [Em linha]. Harvard: Harvard University, 2013 [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://cyber.law.harvard.edu/hoap/sites/hoap/images/Bestpracticesguide-2013.pdf>>.
- TOMS, E.G. – Serendipitous Information Retrieval. Proceedings of the Workshop Information Seeking, Searching and Querying. In *Digital Libraries* [Em linha]. Zurich: [s.n.], 2000. [Consult. a 20 de Jul. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.ercim.eu/publication/ws-proceedings/DelNoe01/3_Toms.pdf>.

Página deixada propositadamente em branco.

ROBERT DARNTON

Harvard University

Universidade de Harvard

**DIGITIZE, DEMOCRATIZE:
LIBRARIES AND THE FUTURE OF BOOKS¹**

**DIGITALIZAR, DEMOCRATIZAR:
AS BIBLIOTECAS E O FUTURO DO LIVRO**

RESUMO: Apesar de muito se falar sobre o desaparecimento do livro e a conseqüente obsolescência das bibliotecas, estas são mais importantes que nunca para o ambiente digital atual, e irão aumentar à medida que projetamos o futuro digital – isto é, se as soubermos aproveitar. Um caminho possível aponta para a comercialização excessiva, conduzindo a um futuro em que o público deixará de poder aceder à maioria do material que pertence precisamente ao domínio público. Outra via é a democratização do conhecimento. A Biblioteca Digital Pública da América, que entrou em funcionamento a 18 de Abril, exemplifica as possibilidades da democratização. É uma rede distribuída de coleções digitalizadas a partir de bibliotecas de pesquisa espalhadas por todo os EUA, tendo como objetivo tornar o património cultural da América disponível, gratuitamente, para todos os americanos e para todo o mundo.

ABSTRACT: Despite a lot of loose talk about the death of the book and the obsolescence of libraries, books and libraries are more important than ever in the current digital environment; and their importance will increase as we design the digital future—if only we can get it right. One way leads through excessive commercialization to a future in which the public will cease to have access to most of the material that belongs in the public domain. Another way is to democratize access to knowledge. The Digital Public Library of America, which went online on April 18, exemplifies the possibilities of democratization. It is a distributed network of digitized collections from research libraries scattered across the U.S., and it aims to make America's cultural heritage available, free of charge, to all Americans and in fact to everyone in the world.

¹ This essay is the text of a lecture given at the University of Coimbra on January 18th, 2014. It is adapted from "Digitize, Democratize: Libraries and the Future of Books," *The Columbia Journal of Law & the Arts*, 36 (Fall, 2012), 1-20.

Despite a lot of loose talk about the death of the book and the obsolescence of libraries, books and libraries are more important than ever in the current digital environment; and their importance will increase as we design the digital future – if only we can get it right. I want to develop this argument by looking backward into history and forward into plans to create a Digital Public Library of America.

The historical importance of libraries may seem obvious. At the University of Coimbra, the library embodies centuries of learning. And if you take a tour of a typical American university, you will notice that the library stands at the center of the campus. It also occupies a corresponding place at the heart of the university's intellectual life. It pumps intellectual energy into every sector of the university, including laboratories where scientists download electronic journals and data bases without suspecting that they come from the library.

At Harvard, the university owes its name to its library, a collection of 400 books left to the College in 1638 by one John Harvard, and it grew up around that original core of learning. Today, 375 years and 17 million volumes later, we recognize that the university's greatness has derived above all from the intellectual riches built up over many generations and stored in the largest library system of any university in the world. But I don't mean to indulge in institutional bragging, which is an occupational disease to be avoided by librarians. Instead I want to ask a question: shouldn't Harvard's library and those of other research universities be considered as a national asset? Shouldn't their intellectual wealth be shared?

For most of history that wealth was restricted to a privileged few. And contrary to common belief, the history of libraries does not follow an uninterrupted, upward trajectory leading to the democratization of access to knowledge.

From what little we know about the ancient library of Alexandria, it functioned primarily to store texts, not to make them available to readers. It admitted a few scholars, but its main purpose probably was to embody the magnificence of the Ptolemaic dynasty. The same principle applied to the Chinese attempt to create a library that would contain all

the books in the world – that is, the Chinese world. The Ching emperor Ch'ien-lung set out to do so by confiscating books from his subjects on a gigantic scale from 1772 to 1778. He kept everything that glorified the Ching dynasty and burned everything that was critical of it or favorable to the Mings—at least 2,320 books produced between 1550 and 1750. The Communist regime in Czechoslovakia used the country's libraries to purge literature rather than to preserve it. In 1954, it ordered all local librarians to cleanse their shelves of works that fit into categories that ranged from the expected (“fascism” and “pornography”) to the bizarre (“formalism,” “ruralism,” and “snobbism”.) They got rid of 7,500 works. And that was little compared with the 24 million books destroyed in Soviet libraries during Stalin's Great Terror of 1938-39.

The history of libraries has a dark side, in the United States as well as other countries. Richard Wright could not borrow books from the public library in Memphis, because the color of his skin was black. The only way he could take out books was by pretending he was a servant fetching them for a white man.

To be sure, the oldest universities contributed greatly to civilization by building up their libraries. But they kept their books behind locked doors and thick walls, which removed them from outsiders. When I was a student at Oxford, the massive gate of my college slammed shut at 10:00 in the evening, and if you hadn't made it inside, you had to climb over one of the walls – a daunting experience, as the walls were ten to fifteen feet high and bristled at their top with spikes and shards of glass. A few secret passes existed, but even they were treacherous. In my favorite entry, you had to slip between rows of fixed and revolving spikes high up in the air.

But I want to discuss the invisible barriers to the knowledge stored in research libraries. Libraries frequently keep outsiders outside by all sorts of measures: restrictive qualifications for entry, payment to obtain a readers' card, and an atmosphere of intimidation. Ordinary folk hesitate to brave these barriers. They are kept at a distance by the learned elite, who wear an air of effortless superiority, which corresponds to

the social sifting that the French sociologist Pierre Bourdieu identified as “distinction.”

A counter-tendency gathered force in the age of Enlightenment, when philosophers like Condorcet understood the diffusion of knowledge to be the most important force in history, one that would extend everywhere, destroying prejudice and promoting progress. That faith was shared by the Founding Fathers of the United States, notably Condorcet’s friend, Thomas Jefferson, who declared that “The field of knowledge is the common property of mankind.” As the Founders understood it, the health of the republic depended on a well informed citizenry, and the spread of light was commensurate with the reading of books.

In retrospect, that vision looks utopian. But it helped inspire the opening up of libraries. Ordinary readers were allowed inside the French Royal Library 1692 and the British Museum in 1759. In the United States, the first large public library, established in Boston in 1848, allowed any citizen to borrow books and take them home to read. The New York Public Library opened its great collections in 1911 to anyone who walked in from the street. It served as an informal university for generations of immigrants who wanted both instruction and access to the literature in their native languages.

But this kind of access to knowledge depended on a limited technology: the printing press. Most people in the eighteenth century could not read, and most of those who were literate could not afford to buy books. Today we have the Internet. We now have it in our power to realize what was a utopian vision in the age of Enlightenment. As an example of what can now be accomplished, consider the difference between two great encyclopedias. The *Encyclopédie* edited by Diderot was the bible of the Enlightenment and a marvel of intellectual production 250 years ago: 17 volumes of text by about 200 contributors. But it cost 980 livres, the equivalent of two and a half years’ income for a common laborer. Wikipedia now contains 30 million articles by 77,000 “active” contributors, and it reaches 365 million readers free of charge.

A new ideal of openness is transforming the world of knowledge. Its origins go back to the Enlightenment ideal of a republic of letters—that is,

in principle, a free, intellectual realm with no police force, no boundaries, and no exclusiveness. But in practice, only a tiny elite enjoyed citizenship in this republic during the eighteenth century. Today we have open universities, open source software, open metadata, open access journals, and the beginnings of an open information highway.

Unfortunately, however, this tendency also has a darker side, because in some ways access to knowledge is being closed.

What, I ask you, is the cost of an average subscription to a chemical journal today? \$4,044 a year. What was it in 1970? \$33 a year. Inflation accounts for only a small part of the increase. During the last 25 years, the price of academic periodicals went up at four times the rate of the consumer price index. One year's subscription to the *Journal of Comparative Neurology* costs \$29,113 – the equivalent of 600 monographs. Three giant publishers – Elsevier, Wiley-Blackwell, and Springer – now publish 42 percent of all academic articles, and they make giant profits from them. In 2011, Elsevier turned a 36 percent profit on an income of 2 billion pounds sterling.

Don't get me wrong. I am not claiming that the ruinous increase in journal prices can be explained by greed on the part of the publishers. They are doing their job: returning the largest possible profit to their shareholders. Perhaps they should be congratulated for doing it so well, but their success should give us pause, because it illustrates the negative counterpart to the trend toward openness that I was just celebrating – namely commercialization, a trend toward *closing* access to knowledge.

The output of articles in medical science doubles every three to four years. So yes, more knowledge is constantly being produced, but an increasingly small proportion of it is available to the public. Why? Libraries can no longer afford to pay the prices. The average price for a medical journal was \$12 in 1970; it now is \$1,470. All over the country libraries are canceling subscriptions to academic journals, because they are caught between decreasing budgets and increasing costs. The logic of the bottom line is inescapable, but there is a *higher* logic that deserves consideration – namely, that the public should have access to knowledge produced with public funds.

Congress acted on that principle in 2008, when it required that articles based on grants from the National Institutes of Health be made available from an open-access repository, PubMed Central. But lobbyists for the publishers blunted that requirement by getting the NIH to accept a twelve-month embargo to prevent public accessibility long enough for them to cream off the demand. Not content with that victory, the lobbyists tried to abolish the NIH mandate in the so-called Research Works Act, a bill introduced in Congress in November 2011 and championed by Elsevier. The bill was withdrawn four months later following a wave of public protest, but the lobbyists are still at work, trying to block the Federal Research Public Access Act, which would give the public free access to the publication of all research funded by federal agencies with research budgets of \$100 million or more. FRPA, as the bill is called, has been stalled in Congress, but its basic provisions have been adopted by a White House Directive of February 2013. In principle, therefore, the results of research funded by taxpayers will be accessible to taxpayers and not monopolized by a few publishers. But what will be the practice? No one knows.

The battles over journal prices illustrate a conflict between two tendencies that will determine the digital future: democratization versus commercialization. How do those tendencies play out in the world of books and libraries?

The best example is provided by Google. In 2004 Google set out to digitize the collections of our greatest research libraries. It intended to use the data in a search service, which would make available snippets or short passages from the books for users seeking information about a specific subject. Authors and publishers sued Google for infringing their copyrights; and after four and a half years of strenuous negotiations, they reached a settlement, which transformed the search service into a gigantic commercial library. As a consequence, the research libraries that had originally supplied the books, free of charge, to Google would have to buy back access to the digital copies of the same books at a price that Google would determine. The cost they would have to pay for subscribing to Google's data base could escalate as disastrously as

the price of subscriptions to academic journals, because the settlement had no provision for oversight or control by public authorities. In fact, the public was never consulted, and its interest was never considered. Fortunately, a New York federal court refused to authorize the settlement on the grounds that, among other things, it would create a monopoly in violation of the Sherman Anti-trust Act.

Google was actually proposing a monopoly of a new kind, a monopoly of access to information. It would have privatized a vast stretch of the public domain and collected a toll from anyone who tried to enter its fenced-off territory. It was an audacious and in some ways a thrilling project, and it raised the prospect of finding a democratic alternative to a commercial speculation. In the era of print, this open-access tradition goes back to the founding of the Boston Public Library in 1848. The inscription carved over its main entrance says, “Free to All.” Now that we have entered the digital age, we can do better. We can make all of the material in all of our research libraries available to everyone free of charge. That is the basic idea behind the Digital Public Library of America, or DPLA.

On October 1, 2010, long before Google Book Search was rejected by the court, a group of leaders from foundations, libraries, and computer science met at Harvard to discuss the possibility of creating a Digital Public Library of America. The foundations would combine forces to provide the funds; the libraries would cooperate to furnish the books. We created a steering committee, a secretariat with a small staff, and work groups scattered across the country. Thousands of people participated, and everything was discussed openly – in large meetings in San Francisco, Chicago, and Washington; and also through email, listservs, web sites, wikis, and blogs. There was streaming, texting, tweeting – a running debate about every aspect of the plans in which everyone had a chance to be heard. At the same time, there was enough coordination from the Berkman Center at Harvard for the DPLA to be launched successfully online on April 18, 2013.

During the first week of its existence, the DPLA’s website had 1.5 million downloads, and it registered 3.5 “pings” (brief consultations) every second. It offered 2.5 million items, free of charge, to the general public

(28 percent of its users came from outside the United States), and that number doubled within nine months. The digital material was contributed by 1,300 institutions located in all 50 states.

How should you envisage the DPLA? Not as a grand edifice with an imposing dome erected over a gigantic data base, but rather as a “distributed” system – that is, a horizontal network that links up digital collections in libraries, archives, and museums in such a manner that users can get access to a document with one click on an electronic device. Now incorporated as a nonprofit enterprise, the DPLA has headquarters with a small staff in Boston, but it is not a top-down organization. Its horizontality corresponds to its democratic spirit and its basic goal – namely, to make the cultural heritage of America available, free of charge, to all Americans and in fact to everyone in the world.

Far from intending to serve an exclusive audience such as the elite who have access to university libraries, the DPLA is designed to meet the needs of many different publics – students of all ages, seniors in homes for the elderly, researchers without institutional affiliation, readers of every kind, including those who merely want to deepen their enjoyment of literature. It is organized in “hubs” that extend its services like spokes of a wheel. “Content hubs” such as Harvard, the Smithsonian Institution, and the New York Public Library, provide digitized material from their enormous collections. “Service hubs” aggregate other collections and develop networks at the state level. They make special efforts to reach people in small communities, working with local public libraries. The libraries invite everyone in a town or an urban neighborhood to bring in diaries, letters, family photographs, and other items stored in attics or trunks. The material is digitized, given metadata, curated, and preserved. In this way communities sharpen their awareness of their own culture and history, and at the same time their local collections are integrated in a national network, which grows organically day by day.

Of course the DPLA cannot reach every town in the United States. It relies on volunteers, including a small army of “Community Reps” who stimulate activities within designated areas. Thanks to a grant from the Bill and Melinda Gates Foundation, a program is being developed to

train librarians in public libraries to acquire the special skills that will be needed to launch digital projects in their communities.

The technological infrastructure of the DPLA has been designed to encourage local initiatives and “spin-off” projects of this kind. It, too, was a volunteer effort conducted on a national scale. For two and a half years, 1,100 computer scientists submitted ideas, which were combined and integrated by a team in the Berkman Center at Harvard University. When the system went live online (it can be consulted by anyone at dp.la), it functioned flawlessly. It is interoperable with Europeana, the system to integrate digital collections within the European Union, and it has special appeal because of the API (Application Programming Interface) built into its structure. The API provides a way for anyone to develop a particular tool or collection, which then can be used by everyone connected to the system. One such tool, “Book Shelf,” creates the possibility of digital browsing. When consulting a particular book, users can see a row of related books whose spines appear on the computer screen as if they were physical books aligned on a shelf. One can click on the image of any spine, search through the book’s table of contents and text, and construct an individualized collection of material on a certain subject.

In these and other “outreach” projects, the DPLA hopes to engage with its readers. Instead of simply making material available and waiting for them to use it, it seeks to interact with them and to enlist them in shaping its growth. It faces plenty of problems, of course. Having depended on support from foundations since 2010, it needs to develop a long-term business plan. Its technology requires constant maintenance and improvement. As it increases in size and scope, it must resolve issues of governance and administration.

Strange as it may seem, the biggest problem is legal. The DPLA must respect copyright, but copyright now covers books for the life of the author plus 70 years – that is, in most cases, for more than a century. Most literature from the twentieth century – everything after 1964 and most books published after 1923 – is therefore excluded from the DPLA’s collection. There may be ways around this difficulty, especially if U.S. courts permit certain kinds of digital lending as “fair use.” But for the

moment, the DPLA is hoping that authors will voluntarily turn over the use of their copyrights after the commercial viability of their books has been exhausted. Once a book ceases to sell, most authors have one overriding desire: for their ideas to circulate through society rather than to remain unknown and out of reach to readers. The DPLA is working with an “Authors Alliance,” to satisfy the needs of authors and readers by bringing them together digitally.

Despite the pressure of commercialization, therefore, the DPLA has a tapped vein of public spirit that is both idealistic and pragmatic. It draws inspiration from the age of the Enlightenment, but it is designed to serve the needs of the twenty-first century; and at a time of disgust at the dysfunction of Washington, it has proved that it can get things done by independent initiative.

You should not think of it as a digital version of the Library of Congress. It’s a new kind of library altogether, not just in its technology but also in its organization and spirit. It will operate simultaneously on many levels, personal, local, national, and international. It is already functioning successfully, and it will continue to acquire new functions, with ever-expanding collections, for many generations.

Technology will also continue to change, and the DPLA will have to change with it far into the future. But if we can get it right now, we can help shape that future. For the first time in history, we can make the cultural heritage of humanity available to all humans. We have the technology, the know-how, the resources, and the will. We have taken the first steps, and now we have to get the job done.

COMUNICAÇÕES

Página deixada propositadamente em branco.

JOSÉ PEDRO SERRA

Universidade de Lisboa

University of Lisbon

**A BIBLIOTECA, CORAÇÃO DE UMA FACULDADE:
O CASO DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

THE LIBRARY AT THE HEART OF THE FACULTY:
THE CASE OF THE UNIVERSITY OF LISBON
FACULTY OF LETTERS

RESUMO: A minha comunicação incidirá sobre a lugar da Biblioteca na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como sobre as decisões políticas e estratégicas que a direcção da Biblioteca, em consonância com a direcção da Faculdade, vem adoptando. Tratar-se-á, igualmente, dos principais projectos em curso e das dificuldades que a sua realização levanta.

ABSTRACT: This paper explores the role of the Faculty of Letters library at the University of Lisbon and the political and strategic decisions adopted by the library management, together with the Faculty directors. It also addresses the main ongoing projects and the difficulties which emerged during the course of their implementation.

A minha colaboração neste colóquio, que, celebrando muito oportunamente os quinhentos anos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, promove uma reflexão conjunta sobre o lugar e a função da biblioteca no contexto universitário, baseia-se, fundamentalmente, na minha experiência dos últimos anos como Director da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ao longo deste tempo, tive oportunidade de acompanhar a transformação por que passou esta biblioteca e que, inevitavelmente, para além de condicionalismos próprios, se insere nas grandes transformações por que passam em geral as bibliotecas.

Julgo que uma das mais importantes alterações ocorridas relaciona-se com uma mudança no modo como é encarado o utente da biblioteca e como são percebidas as suas necessidades e pretensões. Em tempos não muito distantes, a política de utilização dos recursos das bibliotecas manifestava, sobretudo, um desmedido desejo de guarda e de reserva, que em muito dificultava o ritmo de consulta e de investigação por parte dos leitores. Não está em causa, evidentemente, o zelo que as bibliotecas devem ter na defesa, na segurança e na conservação dos seus espólios; o que acontece, porém, é que a defesa do património não é o único objectivo de uma biblioteca e é necessário encontrar um equilíbrio entre guarda e divulgação, entre preservação e disponibilização dos acervos. Aceitando o estatuto de fiel depositária do património que vai acolhendo, a biblioteca, genericamente, ganhou consciência de que, tão importante quanto esse zelo, é também o dever de dar a conhecer esse património. No caso das bibliotecas universitárias, é sua missão primordial proporcionar as melhores condições possíveis de investigação e ensino a toda a comunidade académica, nomeadamente a estudantes, professores e investigadores. Este aspecto é hoje, mais do que nunca, central e decisivo para as Universidades. Depois do acordo de Bolonha, e com o intercâmbio de estudantes existente na Europa, ao abrigo, por exemplo, do programa Erasmus, a concorrência entre as Universidades baseia-se não apenas na competência da leccionação, mas também nas condições oferecidas para a aprendizagem e a investigação, de que a biblioteca é um aspecto muitíssimo relevante. A inexistência de uma biblioteca que forneça os elementos necessários para a investigação dos segundos e terceiros ciclos fere de morte uma Universidade, desvalorizando-a, marginalizando-a, remetendo-a para uma espécie de segundo plano do roteiro internacional das Universidades. Compreende-se, assim, o longínquo alcance das questões relacionadas com as bibliotecas universitárias.

A par desta metamorfose, coloca-se ainda às bibliotecas o desafio das novas tecnologias de informação e dos recursos digitais, de entre os quais destacaria quer as importantíssimas bases de dados, hoje condição relevante para o acesso às publicações, quer a digitalização de obras antigas de consulta reservada, não apenas por razão de facilidade de consulta, mas

também por razões de conservação. Se não é possível negligenciarmos estes novos instrumentos de estudo e de investigação, tal não significa que se desvalorize o enriquecimento dos tradicionais acervos em papel.

Partindo destes sucintos pressupostos, vejamos agora o caso concreto da Biblioteca da FLUL, qual a sua política científica, como se organiza e como serve a comunidade académica – objectivo primeiro – e o público em geral¹.

O Edifício da Biblioteca

O novo edifício da Biblioteca da Faculdade de Letras, cuja construção terminou no ano 2000, implicou profundas mudanças na concepção e no funcionamento da Biblioteca da Faculdade de Letras. A mais decisiva alteração, sobretudo tendo em conta que a Universidade de Lisboa não dispõe de uma biblioteca geral, consistiu na transferência das chamadas bibliotecas departamentais, que passaram a integrar a Biblioteca da Faculdade, anteriormente designada por Biblioteca Central. Tal integração permitiu uma gestão muito mais eficaz dos recursos humanos e das aquisições, quer do ponto de vista geral (isto é, de interesses comuns e de temática genérica), quer do ponto de vista do interesse das especialidades departamentais. Houve, na altura, um alargado debate interno acerca da pertinência do crescimento da biblioteca geral e da decorrente questão da transferência dos espólios dos vários departamentos e institutos. Alegavam alguns que o afastamento físico dos livros – ainda que o edifício da Biblioteca tivesse, como tem, ligação directa ao corpo central da FLUL – prejudicaria o estudo e a investigação daqueles que frequentavam os vários departamentos. A experiência mostrou exactamente o contrário. A integração das diversas bibliotecas dispersas pela Faculdade na nova

¹ Refiro este aspecto porque a Biblioteca da FLUL tem assistido a um aumento considerável de leitores externos. Embora tal facto seja significativo e louvável, e não haja qualquer intenção de fechar a Biblioteca ao público externo, é preciso não esquecer que, enquanto Biblioteca da Faculdade de Letras, esta biblioteca se dirige antes de mais à comunidade académica.

Biblioteca permitiu uma melhoria substantiva na disponibilização e na gestão dos diversos espólios, bem como na prossecução de uma política científica muito mais eficaz. Núcleos bibliográficos que eram de difícil consulta, ora porque os acervos não estavam devidamente tratados e informatizados – e não era fácil os departamentos encontrarem meios para o fazerem – e conseqüentemente permaneciam mais ou menos desconhecidos, ora porque os recursos humanos eram escassos e daí decorria que o horário de atendimento era muito reduzido, poderiam, a partir de então, desde que se delineasse uma adequada política científica, ficar à disposição dos investigadores e dos estudantes.

Reforma Estatutária

Antes de abordarmos a política científica, é oportuno referir que a alteração estatutária que ocorreu nas Universidades portuguesas em 2008 desencadeou modificações significativas na estrutura da Biblioteca. Antes, existia um Conselho de Biblioteca, coordenado pelo Presidente, do qual faziam parte o Chefe de Divisão da Biblioteca e os representantes dos vários Departamentos, e que decidia colegialmente a política científica, nomeadamente, a importante questão das compras. Esta estrutura, um pouco pesada, nem sempre possuía a agilidade necessária para a resolução rápida e oportuna das diversas questões que se iam colocando². Os novos estatutos, mantendo a Divisão da Biblioteca e o Chefe de Divisão, e reconhecendo a importância e a especificidade da Biblioteca, criaram a figura do Director, um professor doutorado, a quem se atribuiu a responsabilidade da efectivação da política científica, e que depende directamente do Director da Faculdade e do Conselho Científico. O Conselho

² É justo referir aqui o nome da Professora Doutora Helena Buescu, presidente do último Conselho de Biblioteca, que, em condições nem sempre favoráveis, não só teve um papel decisivo na afirmação da importância do papel desempenhado pela Biblioteca no contexto da Faculdade, como também lançou as bases de uma diferente política científica.

de Biblioteca, integrando um representante por área científica³, além do Chefe de Divisão, que desempenha papel central na organização e gestão dos funcionários da Biblioteca⁴, passou a ser um órgão consultivo, ainda que da maior importância. Tal reforma teve a vantagem de clarificar os traços fundamentais da política científica e da organização da Biblioteca, responsabilizando o seu Director pelas decisões tomadas e dando-lhe os instrumentos para a prossecução das suas decisões.

Política Científica e Cultural

A concretização de qualquer política científica de uma biblioteca universitária, ainda que muito bem esboçada, depende sempre do apoio convincente da entidade superior, seja ela o director da Faculdade ou o reitor. Sem isso, o projecto não passará de boas intenções. No caso da FLUL, e depois das alterações estatutárias decorrentes das imposições legais de 2008, os directores, compreendendo a importância vital da Biblioteca para a estratégia global da Faculdade de Letras, não têm faltado com o seu imprescindível apoio, inclusivamente do ponto de vista financeiro⁵.

Desde então, a política científica da Biblioteca tem-se desenvolvido a partir de três perspectivas fundamentais: preservação e enriquecimento do património bibliográfico e arquivístico, com a inevitável abertura aos novos meios tecnológicos; melhoria do funcionamento e da prestação de serviços; difusão cultural, procurando projectar a Biblioteca para além dos muros da Faculdade. Vejamos globalmente estes aspectos.

³ Nos novos estatutos, os vários Departamentos foram agrupados em áreas científicas, no caso, Filosofia, História, Ciências da Linguagem e LAC (Literaturas, Artes e Culturas). São estas áreas que têm representação no Conselho de Biblioteca.

⁴ Por justiça, não posso deixar de citar o nome do Dr. Pedro Estácio, Chefe de Divisão da Biblioteca à altura da alteração dos estatutos – e que se mantém no cargo –, com quem tenho trabalhado muito proximamente, em total coordenação.

⁵ Não posso deixar de salientar a política seguida pelo Professor António Feijó, Director da FLUL entre 2008 e 2013, que, colocando a Biblioteca entre as mais urgentes prioridades da Faculdade, lhe concedeu condições de que nunca antes tinha disposto. O actual Director, Professor Paulo Alberto, tem procurado seguir a mesma orientação política, continuando a dedicar à Biblioteca uma cuidadosa atenção.

Tendo em conta as circunstâncias existentes em 2009, duas situações impunham uma resolução urgente⁶: a informatização do tratamento das obras e o tratamento de doações e outros espólios que há muito estavam acumulados em depósito. A questão do tratamento informático das obras, nomeadamente a sua inclusão no Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa (SIBUL), era uma prioridade óbvia. Um leitor que então se dirigisse à Biblioteca, e saliente-se que se trata de uma biblioteca de consulta directa, deveria consultar o catálogo das obras que estava já informatizado⁷ e consultar igualmente o ficheiro manual – pode-se imaginar os inconvenientes e a perda de tempo que tal procedimento implicava. Era, pois, urgente informatizar estes catálogos e a este objectivo foi dada uma importância relevante. A partir de 2009, com especial relevo para o período compreendido entre 2011 e 2013, a Biblioteca empenhou-se no tratamento informático das obras que estavam em consulta directa, particularmente aqueles espólios que vinham transferidos das bibliotecas departamentais, de modo a que, nas suas investigações, os leitores pudessem evitar os malefícios da dispersão pelos diversos ficheiros manuais⁸. Satisfeita esta condição básica, outras questões se impunham com análoga importância: a questão das doações e o tratamento do livro antigo. A questão das doações constituía – e ainda constitui – uma delicada questão. Considero indecoroso que uma instituição aceite a doação de espólios, alguns deles de enorme valor, sem que lhes dê o tratamento documental devido, pondo-os à disposição da comunidade dos leitores, e, ao contrário disto, consinta que permaneçam nas sombras dos depósitos, atravessando

⁶ A isto, deve ainda juntar-se a questão do arquivo histórico, situação que, infelizmente, ainda não pôde ser resolvida, mas cuja resolução está já pensada.

⁷ Desde 1986, creio, que os serviços da Biblioteca (então chamada Biblioteca Central) faziam o tratamento informático das obras compradas, ao mesmo tempo que faziam alguma conversão retrospectiva, isto é, o tratamento informático de obras anteriormente adquiridas. De igual modo, alguns Departamentos e alguns Institutos, que estavam integrados nas bibliotecas departamentais, trataram igualmente os seus espólios, como foi o caso de Linguística e de Anglísticos.

⁸ Entre 2011 e 2013, além do tratamento das obras anualmente adquiridas, a Biblioteca, nesta conversão retrospectiva, tratou mais de 14.000 volumes pertencentes, por exemplo, ao Instituto Clássico André de Resende, ao Instituto de Cultura Alemã, ao Instituto de Cultura Brasileira, ao Instituto de Cultura Neerlandesa, Instituto Fernão Lopes, Instituto Infante D. Henrique.

os tempos em distinta fama ignorada. Quando uma instituição aceita doações – e é necessário estabelecer critérios para essa aceitação – tem a obrigação, por respeito e interesse, de tratar e de divulgar esses espólios em tempo razoável. Por esta razão, outra das prioridades estabelecidas foi o tratamento dos diversos acervos, alguns há tempo doados (outros adquiridos em circunstâncias vantajosas) e que permaneciam encerrados nos depósitos. O critério adoptado foi pragmático: todas as doações que fossem feitas a partir desse momento eram imediatamente tratadas (num espaço razoável de um ano ou ano e meio); relativamente às anteriores, iniciava-se um processo de conversão retrospectiva que visava terminar com o “adormecimento” dos acervos no depósito. Simultaneamente, estabeleceu-se um critério mais rigoroso para a aceitação de doações uma vez que, sem pôr em causa a generosa intenção dos doadores, a Biblioteca não dispõe nem de espaço, nem de meios humanos que lhe permitam aceitar doações que não apresentem manifesto interesse para ela. Estes cuidados e estas restrições, ao contrário de diminuir o número de doações, foram acompanhados pelo aumento do número de espólios doados, porventura porque os próprios beneméritos puderam verificar o empenhamento na cuidadosa disponibilização desses espólios⁹. E ainda que a conversão retrospectiva não tenha terminado, alguns dos acervos foram já tratados¹⁰ e impediu-se que o número de obras em depósito, inúteis porque não tratadas, aumentasse. O alargamento para a aceitação de espólios de arquivo, pelo que pode representar de matéria-prima para variadas investigações, nomeadamente para teses de mestrado e doutoramento, é também uma área relativamente à qual a Biblioteca começou a

⁹ De 2011 a 2014, a Biblioteca da FLUL teve a honra de receber os seguintes espólios: Maria Carlota Rodrigues de Almeida/António Rodrigues de Almeida, Margarida Vieira Mendes, Isabel Castro Henriques/Alfredo Margarido, Manuel S. Lourenço, Carlos Adrião Rodrigues, Eduardo Chitas, Michel Labin, Luiz Francisco Rebello, Francisco Vieira de Almeida, Júlio Carlos Viana Ferreira, Teresa Amado, Manuel Díaz y Díaz, Jacinto do Prado Coelho, Manuel Ferreira, Rui Mário Gonçalves, José Azevedo. A estas doações particulares deve ainda juntar-se as doações institucionais da Fundação Calouste Gulbenkian, da Embaixada da Índia e da Associação Iúri Gagárin.

¹⁰ Refiro-me, por exemplo aos acervos Matos Romão, Fidelino Figueiredo, Goethe Institut.

dirigir as suas preocupações. A isto se deve juntar ainda a preocupação na publicação de documentos relevantes que integrem esses arquivos.

O tratamento do livro antigo apresentava-se, e ainda se apresenta, como outra das prioridades. Em causa está o cumprimento de dois deveres: o de dar a conhecer um conjunto de valiosas obras, certamente importantes para investigações que estão a decorrer, ao mesmo tempo que se assegura a preservação e a segurança desse mesmo património. Por isto, dando continuidade ao trabalho de preservação e restauro do livro antigo, procedeu-se ao tratamento (conservação, digitalização e difusão) de obras do século XVI e XVII, esperando que este trabalho possa, em breve, vir a abranger as obras do século XVIII. A digitalização do livro antigo, processo oneroso que absorve recursos significativos, suscita questões de extrema importância, quer do ponto de vista da conservação, quer do ponto de vista da difusão, devendo por isso ser ponderada com o maior cuidado, pesando, caso a caso, vantagens e desvantagens, tendo também em conta o trabalho análogo já realizado por outras instituições similares, como, por exemplo, a Biblioteca Nacional.

Perante o que foi dito atrás, percebe-se que a Biblioteca da FLUL dispõe de um acervo rico e vasto, que conta com mais de 500.000 volumes (com obras impressas a partir do século XVI), entre os quais algumas importantes primeiras edições. A isto soma-se ainda nove incunábulos. A preservação a que me referi é, pois, uma evidência que se impõe de imediato. Entendo, porém, que o enriquecimento do património deve ser uma preocupação contínua que, de acordo com os recursos, infelizmente sempre escassos, não pode ser esquecida. Nesse sentido, e mau grado todas as restrições, a Biblioteca tem procurado, muitas vezes de acordo com as circunstanciais disponibilidades do mercado livreiro, adquirir obras relevantes, nomeadamente primeiras edições de consagrados autores portugueses. Importa sublinhar que, embora não se ponha em causa a importância das bibliotecas digitais, a importância histórico-cultural de todos os aspectos relacionados com a materialidade do objecto impresso impõe a continuidade da valorização do espólio bibliográfico em papel.

Tocamos aqui o importante ponto da política de aquisições. A aquisição de obras antigas e de primeiras edições não pode comprometer a aquisição de obras recentes, quer genéricas, quer de especialidade, nomeadamente daquelas áreas estudadas na FLUL¹¹. A existência de uma bibliografia actualizada, quer em revistas, quer em monografias, é decisiva para a qualidade do estudo e da investigação realizados na Faculdade. Por essa razão, parte muito significativa do orçamento da Biblioteca é distribuído pelos diversos departamentos de forma a que possam indicar a compra de revistas e de monografias mais oportunas e necessárias para a investigação e o estudo nas suas respectivas áreas científicas. O custo das obras ou a assinatura de revistas que possuem um interesse geral não são, naturalmente, imputadas aos departamentos, facto que, aliás, prova a necessidade de uma visão global na política de aquisições.

O elevado preço das revistas, que obriga a uma criteriosa escolha, é mais um argumento para a necessidade de a Biblioteca se abrir às novas tecnologias digitais, assegurando o acesso quer a monografias *online*, quer a bases de dados de publicações periódicas internacionais. Este último aspecto, que tem merecido uma maior atenção, constitui a única possibilidade, pelas razões expostas, de aceder a publicações periódicas cuja importância para o mundo académico não sofre qualquer contestação. Além das assinaturas feitas pela Reitoria para toda a Universidade de Lisboa (o caso da *B-on*), a FLUL tem ainda procurado parceiros nas outras unidades orgânicas da Universidade no sentido de promover assinaturas conjuntas de algumas bases de dados. Foi o caso, por exemplo da base *Project Muse*, assinada em parceria com o Instituto de Ciências Sociais, cuja utilidade é imensa, a avaliar pelo número de leitores que a consultam¹². Por um conjunto de razões, onde se inclui este aspecto financeiro, é necessário não descuidar estes novos recursos.

¹¹ Convém não esquecer que, pela sua natureza, estas obras não integram as prioridades de aquisição das bibliotecas patrimoniais, como a Biblioteca Nacional ou as Bibliotecas Municipais.

¹² A experiência tem mostrado que a conjugação das bases Project Muse e JStor proporcionou um acréscimo qualitativo da investigação. A possibilidade de consulta online, não apenas a estas, mas a outras bases, como por exemplo o *Cambridge Companion to...* revelou-se de extrema utilidade.

Organização Administrativa e Prestação de Serviços

Acompanhando as alterações no plano da política científica, a Biblioteca, procedendo também a uma reorganização interna dos funcionários da Biblioteca – tarefa que depende fundamentalmente do Chefe de Divisão –, procurou melhorar os serviços prestados, (empréstimos, reservas de gabinetes, colaboração entre bibliotecas, apoio ao leitor...) tudo o que, em última análise, faz parte da rotina de uma biblioteca universitária. A este propósito, saliento apenas uma medida que muito beneficiou os utentes: o alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca que, nos dias úteis está aberta das 9h às 21h e ao Sábado das 9h às 19h¹³. Embora este horário continue a ser “apertado” se confrontado com o que seria ideal, relativamente ao passado representa um enorme salto qualitativo, que a frequência de utilizadores, em número crescente, tem vindo claramente a justificar. E se é impensável que alunos, professores e investigadores de uma Faculdade de Letras não frequentem a sua biblioteca, é igualmente evidente que só uma biblioteca com um mínimo de condições, entre as quais se inclui o horário de funcionamento, pode, cumprindo a sua função e a sua vocação, atrair a comunidade académica. A par disto, o funcionamento coordenado e eficaz do pessoal afecto à Biblioteca, ainda que não seja imediatamente perceptível, é determinante para o bom funcionamento dos serviços¹⁴.

Política Cultural

Gostaria de dedicar uma última referência à política de difusão cultural. Embora com muitas iniciativas nesta área, em grande parte por mérito

¹³ Este é o horário entre Outubro e Junho. Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro não temos ainda condições para manter este horário.

¹⁴ Relativamente aos funcionários da Biblioteca, procurou-se que a qualificação que possuem na área da biblioteconomia lhes permita uma projecção técnico-científica que corresponde, também, a uma projecção e a uma valorização dos serviços técnicos. Isso tem acontecido, por exemplo, mediante a participação de alguns funcionários da Biblioteca em projectos de investigação que alguns centros estão a desenvolver.

dos que se ocupam destas questões, esta tem sido a vertente para a qual têm sido canalizados menos meios, em função das prioridades existentes. Ainda assim, é preocupação da Biblioteca abrir-se ao exterior, ultrapassar os limites estritos das paredes da Faculdade e chamar a si a comunidade de pessoas interessada nas letras, na arte, na ciência, na cultura. Neste âmbito, correspondendo também a pedidos que lhe são dirigidos, as exposições (nomeadamente dos espólios doados), as apresentações de livros, os debates, entre outras iniciativas, têm sido frequentes. No fundo são actividades que se integram e harmonizam com a vocação da Biblioteca.

Em traços sintéticos, estas são as ideias que têm orientado a política seguida pela Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Para o futuro, importa certamente desenvolver e aprofundar perspectivas já delineadas e dar mais atenção a aspectos até agora lateralizados, como por exemplo a área do arquivo. Estes, no entanto, foram os caminhos trilhados nos últimos anos; de acordo com a minha única intenção, logo expressa inicialmente, deles espero ter aqui deixado um retrato sugestivo.

Página deixada propositadamente em branco.

FERNANDA RIBEIRO

Universidade do Porto

University of Porto

**AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
SEU PAPEL DE MEDIAÇÃO PARA O ACESSO
AO CONHECIMENTO NA ERA DIGITAL**
UNIVERSITY LIBRARIES: THEIR ROLE AS MEDIATORS
IN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE DIGITAL AGE

RESUMO: Numa comunicação que pretende, sobretudo, apresentar-se como um conjunto de reflexões sobre o papel das bibliotecas das universidades, começa-se por traçar uma panorâmica geral e diacrónica da evolução destas bibliotecas enquanto serviços de informação com um cunho marcadamente orgânico, cujos objetivos sempre se enquadraram na missão das instituições de que faziam parte.

Na sociedade digital e em rede, esta característica permanece como fator identitário das bibliotecas universitárias, pese embora o facto de terem de enfrentar novos desafios para os quais se exigem competências também de novo tipo. O seu perfil custodial e tecnicista, que lhes conferia um estatuto de repositórios/tesouros do saber, está em profunda alteração, a qual as reconfigura como repositórios dinâmicos, que não têm por objetivo essencial a custódia, mas sim a mediação e a partilha em rede, à escala global, da informação (conhecimento) gerada, acumulada e utilizada pelas universidades no desempenho da sua atividade pedagógica, científica e de transferência de conhecimento para a sociedade.

ABSTRACT: In a paper that aims, above all, to be a set of reflections on the role of university libraries, we begin by drawing a general and diachronic overview of the evolution of these libraries while information services with a distinctive organic profile, whose goals always fit in the mission of the institutions to which they belonged.

In the digital and networked society, this feature remains as an identity factor of university libraries, despite the fact that they have to face new challenges for which new skills are required. Their custodial and technician profile, which gave them the status of repositories/treasures of knowledge, is in deep change what reshapes them as dynamic repositories that do not have custody as essential goal, but mediation and network sharing, at global scale, of the information (knowledge) generated, accumulated and used by universities in the performance of their scientific educational and knowledge transfer to society activities.

1. Traços da evolução das bibliotecas universitárias

1.1. Das origens à Modernidade: as bibliotecas ao serviço das instituições

Embora houvesse, no início da Idade Média, algumas escolas que poderiam ser consideradas instituições de ensino superior, só no final do século XII é que a universidade surgiu como tal. Porém, nos primórdios da sua instituição, mais do que organizações estabelecidas, existiam grupos de estudantes que se reuniam em torno de professores para aprender o que eles tinham para ensinar. Esta forma de ensino levava mesmo alguns estudantes a circular entre cidades e países à procura dos melhores mestres e os grupos que se formavam constituíram os núcleos das primeiras universidades que, significativamente, davam pelo nome de *studium generale*.

A instituição das universidades, na Europa, ao longo do século XIII, sofreu a influência da Constantinopla medieval, que serviu de inspiração, sobretudo, às universidades estabelecidas em território de domínio muçulmano, na Península Ibérica. Estudantes que haviam estudado no Oriente traziam consigo livros em latim, que eram traduções das versões árabes dos gregos clássicos, assim como obras de cientistas muçulmanos, que dessa forma eram difundidas no Ocidente.

Em cidades de Itália (Salerno, Bolonha), de França (Paris, Montpellier), de Inglaterra (Oxford, Cambridge), dos reinos que viriam a constituir a futura Espanha (Salamanca, Toledo, Sevilha), de Portugal (Lisboa, Coimbra) e noutros locais da Europa, estabeleceram-se, ao longo das centúrias de duzentos e trezentos, as primeiras universidades, muitas delas resultantes da evolução de escolas e colégios religiosos, que funcionavam junto a catedrais ou mosteiros.

Durante muito tempo as universidades não tinham bibliotecas e era comum serem os professores a emprestar os próprios livros aos estudantes mais aplicados, que os copiavam e, por vezes, até vendiam as cópias efetuadas a livreiros que se instalavam junto das universidades.

Em Oxford e Cambridge os grupos de estudantes evoluíram para os “colleges” (semelhantes às modernas faculdades), os quais começaram a

estabelecer as suas próprias bibliotecas, mas na generalidade dos países da Europa as bibliotecas gerais/centrais das universidades raramente surgiram antes do século XIV.

As bibliotecas das universidades de Paris e de Oxford serviram de modelo para a maior parte das bibliotecas universitárias¹. Eram espaços de dimensão reduzida (só após a invenção da tipografia é que os acervos começam a aumentar), com poucos lugares para trabalho sentado e os livros mais valiosos encontravam-se presos com cadeias em ferro. A leitura e o estudo realizavam-se na mesma sala onde se armazenavam os livros (em estantes) e estes estavam organizados segundo uma classificação que, geralmente, se dividia nas matérias do *trivium* e do *quadrivium*, teologia, medicina e jurisprudência.

A partir da literatura que se conhece sobre as bibliotecas universitárias medievais e modernas, o que se pode afirmar sem qualquer dúvida é que elas se estabeleceram, desde as origens, com um forte vínculo orgânico às instituições de que dependiam – as universidades – e funcionavam como setores/serviços bem enquadrados no contexto dessas mesmas instituições.

Que tipo de serviço(s) prestavam as bibliotecas universitárias? Quem eram os seus utilizadores? Que funções primordiais desempenhavam? Qual o seu papel como mediadoras no acesso à informação/conhecimento?

A resposta a estas questões pode ser dada de forma sucinta, recorrendo a autores que desde há largos anos se dedicam ao estudo e investigação sobre a história das bibliotecas, contemplando nas suas obras o caso particular das bibliotecas das universidades.

Michael Harris ou Fred Lerner são dois autores que têm investigado a história das bibliotecas e, a partir dos seus escritos, podemos sistematizar em poucas linhas aquilo que eram os traços identitários mais importantes das bibliotecas universitárias medievais².

¹ O que se conhece sobre as bibliotecas das universidades de Paris e de Oxford permite ter uma ideia aproximada da forma como funcionavam as primitivas bibliotecas universitárias. Sobre o assunto, ver: HARRIS, Michael H. – *History of libraries in the Western world*. 4th ed. Lanham; London: The Scarecrow Press, 1995. ISBN 0-8108-2972-X.

² Ver: HARRIS, Michael H. – *History of libraries in the Western world*; LERNER, Fred – *The Story of libraries from the invention of writing to the computer age*. New York: Continuum, 1998. ISBN 0-8264-1114-2.

Até à Idade Moderna, as bibliotecas universitárias eram as herdeiras diretas das bibliotecas dos mosteiros ou das catedrais, mas diferiam delas, sobretudo, porque eram locais de trabalho e de estudo. Eram constituídas, essencialmente, por doações de bibliotecas privadas de professores e possuíam acervos relativamente pequenos, apesar de a criação das universidades ter estimulado o desenvolvimento de oficinas laicas de copistas, produtores de livros, que iam enriquecendo os fundos das bibliotecas universitárias.

Da organização interna destas bibliotecas sabemos pouco, mas há notícias de que as obras se dispersavam por núcleos, que podiam corresponder a áreas de estudo, e dessa forma se organizava um sistema de arrumação que podemos considerar como uma classificação ainda elementar, mas que evidenciava, naturalmente, alguma lógica na estruturação dos agrupamentos. As obras, materializadas em códices encadernados em couro, eram consideradas valiosas (por serem raras e em escasso número) e, por isso, estavam presas com correntes para não poderem ser retiradas dos seus lugares³. Porém, apesar deste cuidado com a salvaguarda das espécies, conhecem-se casos de bibliotecas que praticavam o empréstimo para fora das suas instalações e os leitores podiam levar para casa obras de menor porte.

Do ponto de vista técnico, o trabalho era também muito pouco apurado. Aliás, o exercício de atividades bibliográficas propriamente ditas só se pode considerar verdadeiramente em desenvolvimento após a invenção da tipografia. Os catálogos ou registos de controlo das espécies eram muito incipientes e não havia ainda bibliotecários como profissionais especializados. A guarda das obras estava, muitas vezes, a cargo de um funcionário da universidade ou mesmo de um estudante.

As bibliotecas eram locais para serviço exclusivo de professores e alunos, o que mostra bem o seu forte vínculo orgânico às instituições em que se integravam e das quais dependiam. Este traço identitário conti-

³ O exemplo mais antigo, em Inglaterra, destes livros “encadeados” data de 1320, na biblioteca de Oxford; igualmente há notícias deste tipo de livros na Sorbonne, pela mesma época, havendo mesmo um inventário com o registo de 330 volumes encadeados (ver MASSON, André; SALVAN, Paule – *Les Bibliothèques*. 4.ème éd. mise à jour. Paris: PUF, 1975, p. 14).

nua, ainda hoje, a marcar a diferença entre as bibliotecas universitárias e outras bibliotecas em que o enquadramento institucional/organizacional não tem um peso tão significativo (por exemplo, as bibliotecas públicas).

O período medieval das bibliotecas universitárias foi a fase da sua constituição e consolidação. Não se pode ainda falar em desenvolvimento pleno, mas a sua proliferação em vários países começa a ser considerável. Segundo Michael Harris, antes de 1500, em toda a Europa, havia mais de 75 bibliotecas universitárias, “desde Sevilha, na Espanha, até Upsala, na Suécia, e desde Catania, na Sicília, até Aberdeen, na Escócia”⁴.

A partir de meados do século XV, e após a invenção da técnica de imprimir com caracteres móveis por Johannes Gutenberg, as bibliotecas em geral e as universitárias em particular sofreram uma evolução muito significativa, que se traduziu, desde logo, no aumento considerável da quantidade de livros que passaram a ter disponíveis para os seus utilizadores. O incremento do comércio livreiro e a produção mecânica das obras levaram rapidamente a um crescimento, em dimensão e em número, das bibliotecas das universidades e ao desenvolvimento da técnica bibliográfica. O período que medeia entre os séculos XV e XIX ficou conhecido pelo epíteto de “período humanista” e teve como característica dominante a produção de repertórios bibliográficos especializados, ou seja, dedicados a áreas particulares do conhecimento (religião, medicina, jurisprudência, filosofia, etc.), cujas obras mais representativas se encontravam nos fundos das bibliotecas universitárias. Na verdade, pode-se considerar que a invenção da imprensa esteve na base da moderna Biblioteconomia, na medida em que o enorme aumento do número de livros e dos acervos das bibliotecas fez surgir uma profissão com a responsabilidade de organizar e gerir os fundos bibliográficos, emergindo também uma técnica de representação descritiva que haveria de dar origem, nos finais do século XVIII, aos primeiros trabalhos de catalogação, no sentido moderno do termo.

⁴ Tradução da autora, a partir de HARRIS, Michael H. – *History of libraries in the Western world*, p. 112.

1.2. O pós-liberalismo: uma mediação custodial e tecnicista

A afirmação disciplinar da Biblioteconomia e da Arquivística e o consequente reforço da sua vertente mais tecnicista são consequências inegáveis da Revolução Francesa, dos ideais do Liberalismo e de todo o processo de nacionalizações que foi desencadeado, transferindo para a posse do Estado a documentação imprescindível à gestão patrimonial dos bens usurpados às classes dominantes no Antigo Regime e à redação da História da Nação, ideal muito caro aos revolucionários que impuseram a nova ordem liberal.

Com a concentração de tão grande quantidade de documentação nas mãos do Estado vão surgir problemas novos, como, por exemplo, a necessidade de espaços para instalar convenientemente os documentos e a exigência de profissionais qualificados para organizar, catalogar e difundir os acervos reunidos. A criação de instituições/serviços destinados a conservar e a gerir as massas documentais nacionalizadas seguiu, em toda a Europa, o modelo institucionalizado em França com a *Bibliothèque Nationale de Paris* (fundada a partir da biblioteca real e enriquecida com os fundos usurpados às ordens religiosas) e os *Archives Nationales* (criados para concentrar os títulos relativos aos bens patrimoniais das classes do Antigo Regime que haviam sido afastadas do poder).

As incorporações feitas em bibliotecas implicaram também a criação de espaços para depósitos, uma vez que as estantes das salas de leitura eram manifestamente insuficientes para instalar a documentação incorporada, e obrigaram a uma formação profissional mais adequada ao desenvolvimento da vertente tecnicista, que tinha em vista o tratamento e a disponibilização da informação a todos os cidadãos, cumprindo-se, assim, as determinações legislativas revolucionárias sobre o acesso à informação.

A prática profissional de bibliotecários e arquivistas, associada à criação, no pós-Revolução Francesa, de serviços de informação com um carácter institucional e público, englobou, desde logo, uma variável que foi evoluindo até hoje, a ponto de se tornar crucial na Era da Informação em que vivemos – disponibilizar a informação a quem dela precisa. Este aspeto constituiu, desde sempre, o âmago das bibliotecas universitárias,

uma vez que nestas bibliotecas o uso da informação é muito mais uma questão de trabalho do que um deleite intelectual ou uma mera fruição ou lazer.

A atividade dos profissionais das bibliotecas incluiu, e continua a incluir, como componente essencial a função de mediadoras de informação. Os serviços de informação situam-se entre a informação e os utilizadores que dela precisam (a usam, a consomem...) e os profissionais/bibliotecários funcionam como intermediários, como mediadores.

Este papel de mediação deu, durante muito tempo, ao profissional da informação um estatuto de técnico especializado e erudito, que o transformava num elemento indispensável no processo de localização e recuperação da informação. No século XIX, a liberalização do acesso à informação e a transformação do perfil das bibliotecas em serviços públicos, pagos pelo Estado com o dinheiro dos cidadãos, enfatizou este papel mediador dos bibliotecários e deu-lhes um estatuto e um poder de grande relevância, dada a sua especialização e domínio de ferramentas técnicas pouco familiares aos que precisavam de aceder à informação. Mas, por outro lado, a este papel de crucial importância acabava por, perversamente, se aliar um poder muito peculiar, um domínio sobre a informação, que fazia do bibliotecário um elemento-chave em todo o processo.

A elaboração de instrumentos de pesquisa, a decisão sobre os elementos descritivos a usar na representação dos documentos e, especialmente, na criação de pontos de acesso aos conteúdos, foi, desde sempre, um aspeto da profissão do bibliotecário que o fez, de certa forma, “dominar” e deter a tutela sobre a informação que tinha à sua guarda e que disponibilizava consoante critérios, de forma alguma neutros e objetivos.

Na tradição custodial, historicista e patrimonialista, a ideia da preservação e da guarda da memória sempre teve uma prevalência muito grande sobre a ideia do acesso e, nessa ótica, geravam-se muitas vezes situações perversas, constrangedoras do pleno uso da informação, consagrado na legislação saída da Revolução Francesa.

Só a título de exemplo, vejamos o que António Ferrão – um bibliotecário esclarecido, competente e moderno, muito avançado para o seu tempo e

em clara sintonia com os desenvolvimentos da área a nível internacional – escreveu sobre Xavier da Cunha, que exercera o cargo de diretor da Biblioteca Nacional em 1905. O pequeno excerto, do punho de António Ferrão, que a seguir se transcreve, ilustra bem a visão “anti-acesso”, provocada pelo excesso de zelo sobre a custódia dos fundos documentais, que caracterizava este tipo de bibliotecários:

Para que se veja como esse director estava fora do seu tempo e, pouco estudara dos assuntos de biblioteconomia, basta que se diga que ele, ainda nesse ano de 1905, manifestava-se contra a abertura da leitura nocturna, que o Governo, benemeritamente, estabeleceu por esse tempo, e, até mesmo, contra a diurna, em Agosto e Setembro, servindo-lhe de argumento que o Arquivo da Torre do Tombo não fornecia tal leitura nocturna, como se fosse bom senso comparar regimes de estabelecimentos tão díspares. (...) O pior para nós – então leitores assíduos da Biblioteca Nacional – é que Xavier da Cunha considerava «ociosos» os frequentadores diários do estabelecimento que dirigia, defendendo – ele e outros bibliotecários do tempo e posteriores – o peregrino critério que a Biblioteca Nacional existia principal, se não exclusivamente, para benefício e utilização dos seus funcionários⁵.

Esta perspetiva custodial não era apanágio da Biblioteca Nacional e das bibliotecas públicas, mas sim da generalidade dos serviços de informação que se instituíram no pós-Revolução Francesa, seguindo o modelo originado em França e que assentava na ideia liberal de conservação/concentração nas mãos do Estado dos acervos documentais considerados imprescindíveis para legitimar a história da Nação. Neste quadro, as bibliotecas universitárias conservaram alguns traços identitários, algo distintos, fruto do seu arraigado vínculo orgânico e do fortalecimento do seu papel no apoio ao desenvolvimento humanístico e científico protagonizado pelas universidades, pese embora o facto de também exercerem o mesmo tipo de mediação custodial e passiva de que estamos a falar.

⁵ FERRÃO, António – Gabriel Pereira: a sua educação e cultura, a sua época e a sua obra. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.ª série. 19 (1947) p. 82-83.

A ilustrar tal facto, veja-se o célebre livrinho de Umberto Eco, intitulado *A Biblioteca*⁶, no qual o autor faz uma caricatura mordaz da perversão exercida na prática mediadora dos bibliotecários, aliás na linha do que também transmitiu na sua obra maior, *O Nome da Rosa*⁷.

A evolução das bibliotecas universitárias ao longo do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, revela uma tendência cada vez maior para um reforço da componente tecnicista e um maior enfoque na questão do acesso, superando-se, em grande medida, a visão mais tradicional e conservadora. O reconhecimento da importância da informação para o progresso científico, aliado à introdução, intensificada ao longo dos anos, das Tecnologias da Informação e Comunicação nos meios bibliotecários para promoção de um acesso mais ágil e descentralizado, foram condições inestimáveis para provocar a irreversível mudança de paradigma que também se traduziu numa alteração substancial do papel das bibliotecas universitárias.

2. Os desafios da era digital: que nova mediação está a (tem de) surgir?

O conceito de ‘mediação’ é crucial, sobretudo quando nos propomos analisar as condições, as perspetivas, os estudos e os modelos de acesso e de uso da informação, ou seja, como os serviços interagem com os utilizadores e como estes se comportam, de acordo com suas necessidades, situações e contextos, face à informação disponível⁸.

⁶ ECO, Umberto – *A Biblioteca*. 4.^a ed. Lisboa: Difel, 1998. ISBN 972-29-0174-5.

⁷ ECO, Umberto – *O Nome da rosa*. 2.^a ed. Lisboa: Difel, [1980?]. Para um maior detalhe sobre as posições de Umberto Eco, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. ISBN 978-972-674-672-0.

⁸ Sobre o conceito de mediação, ver: SILVA, Armando Malheiro da – Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação do CETAC.MEDIA* [Em linha]. 9 (2009). Disponível na WWW em: <URL:<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/700>>.

Segundo Bernard Lamizet e Ahmed Silem, coordenadores do *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*, 'mediação' é definida como uma instância articuladora, na comunicação e na vida social, entre a dimensão individual do sujeito e a sua singularidade e a dimensão coletiva da sociabilidade e da relação social⁹. Os autores identificam três tipos de mediação: a codificação linguística e simbólica (um primeiro tipo de mediação), os *media* e outras formas sociais de comunicação ou interação (um segundo tipo de mediação através da comunicação no espaço social) e um terceiro e último tipo de mediação, que pode formular-se no plural, e que tem a ver com as mediações institucionais e as estratégias de comunicação. Estas são formas de mediação e de comunicação ativadas por sujeitos na sua dimensão institucional de atores sociais, determinadas por lógicas institucionais e orgânicas.

Nos tipos de mediação referidos por Lamizet e Silem cabe, naturalmente, aquela que é praticada pelos serviços de documentação/informação, de que os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Públicas e Universitárias são exemplos paradigmáticos: a mediação enquanto comunicação no espaço social e as mediações institucionais/estratégias de comunicação.

A postura dos atores, agentes ou funcionários (arquivistas, bibliotecários e documentalistas) modelou a mediação das respetivas estruturas organizacionais no espaço social reproduzindo dentro delas e projetando através delas o paradigma custodial, patrimonialista e historicista, que se desenvolveu e consolidou no pós-Revolução Francesa. No caso português, a perspectiva que orientou as políticas e as práticas de trabalho nos serviços de informação, particularmente nos públicos, seguiu de perto o modelo francês e europeu, sendo privilegiada a questão da custódia e conservação dos documentos, em detrimento de políticas de acesso amplo e direcionado para as necessidades dos utilizadores¹⁰.

⁹ Médiation. In LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed, dir. – *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*. Paris: Ellipses-Édition Marketing, 1997. ISBN 2-7298-4766-9. p. 364-365.

¹⁰ Sobre as políticas de informação em Portugal e o desenvolvimento e consolidação do paradigma custodial, patrimonialista e tecnicista, ver: RIBEIRO, Fernanda – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo*

Iniciando-se com Paul Otlet e Henri La Fontaine, por alturas da viragem do século, e afirmando-se ao longo da centúria de noventa, ganha expressão uma atitude em favor do reforço da vertente técnica da Biblioteconomia, a qual modelou o perfil das bibliotecas e dos serviços de informação, sobretudo na área científico-técnica e nos contextos organizacionais/institucionais (universidades, centros de investigação, serviços de documentação em empresas, etc.). Associada a essa nova atitude vemos surgir uma mediação menos passiva e mais direcionada para o acesso à informação, numa clara preocupação com os interesses dos utilizadores. Esta atitude reforça-se no período posterior à Segunda Guerra Mundial, grandemente motivada pelo desenvolvimento tecnológico e a automatização de componentes diversas dos serviços de informação.

No contexto da informação científico-técnica, percebe-se claramente esta nova tendência e, a partir dos anos setenta, é evidente a transição paradigmática em que a visão tradicional entra em crise e emerge uma nova perspetiva, centrada no acesso e uso da informação. A importância do utilizador passa a ser uma questão essencial para os serviços de informação, que deixam de funcionar numa lógica (passiva) de fornecimento de produtos padronizados (disponibilização dos tradicionais instrumentos de acesso – catálogos, inventários, índices, bibliografias...) para passarem a orientar-se segundo uma ideia de serviço ativo (ou mesmo pró-ativo) que atende às necessidades do utilizador e procura ir ao encontro dos seus perfis específicos e diversificados.

No caso português, sobretudo depois do 25 de abril de 74 em que o país se abre ao exterior e se tornam mais fáceis os contactos com outras realidades, muito mais avançadas em termos de serviços de informação com recurso às tecnologias, as preocupações com um novo tipo de mediação também se começam a fazer sentir. Uma fonte inestimável para avaliar esta mudança de atitude são as atas dos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas (organizados pela associação profissional de BAD), onde o teor de variadas comunicações dá conta das preocupações que alguns

de António Ferrão: 1887-1965. Porto: CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento, 2008. ISBN 972-36-0948-6.

dos profissionais mais esclarecidos e melhor posicionados evidenciam, do ponto de vista da gestão dos serviços e da satisfação dos utilizadores.

Uma análise das comunicações publicadas nas atas dos Encontros de BAD, realizados na década de 70, permite-nos avaliar bem a perspectiva enunciada. A partir da informação disponível é possível não só verificar a importância que era dada à satisfação dos interesses dos utilizadores (de notar que, no Encontro de 1973, houve uma secção intitulada “Utilizadores” e no Encontro de 1978, duas secções também especificamente dedicadas ao tema), mas também identificar um número significativo de comunicações centradas na gestão e na organização das bibliotecas universitárias (ou especializadas) e/ou centros de documentação, muitas delas focadas nos problemas da mediação, com particular ênfase na automatização dos serviços prestados ao público e na organização dos instrumentos de acesso à informação (normalização, disponibilização, etc.). Além disso, a década de 70 foi também a época em que as preocupações com as redes nacionais de Informação, estimuladas pela UNESCO, estiveram no centro das discussões¹¹.

Selecionando as comunicações dedicadas especificamente aos utilizadores e às bibliotecas universitárias, sistematizámos a informação disponível nas atas dos quatro encontros realizados entre 1973 e 1979 de forma a que melhor se perceba como tais temas estavam na “ordem do dia” por essa época. Vejamos a síntese dessa informação no quadro seguinte:

IV Encontro de BAD – Coimbra, 6 e 7 de dezembro de 1973	
N.º total de comunicações	31
Comunicações sobre utilizadores (uma secção totalmente dedicada ao tema, intitulada “Utilizadores”)	14
Comunicações sobre gestão de bibliotecas universitárias/centros de documentação	4
V Encontro de BAD – Braga, 6 a 9 de outubro de 1976	
N.º total de comunicações	25

¹¹ O Programa Geral de Informação (PGI) da UNESCO e a implantação do NATIS português (o Sistema Nacional de Informação) foram temas centrais nos encontros de BAD, particularmente nos de 1978 e 1979.

Comunicações sobre bibliotecas universitárias (uma secção intitulada “A Biblioteca e a Universidade”)	5
Comunicações sobre utilizadores	1
VI Encontro de BAD – Aveiro, 15 a 17 de março de 1978	
N.º total de comunicações	29
Comunicações sobre utilizadores (1.ª secção intitulada “Avaliação das necessidades dos utilizadores”; 2.ª secção intitulada “Preparação do utilizador”)	6
Comunicações sobre gestão de bibliotecas universitárias/centros de documentação	6
VII Encontro de BAD – Lisboa, 14 a 17 de novembro de 1979	
N.º total de comunicações	35
Comunicações sobre bibliotecas universitárias e serviços de informação (uma secção intitulada “Planeamento das redes de serviços de documentação e informação”)	17
Comunicações sobre utilizadores	2

Nas últimas duas décadas, uma nova orientação se torna perceptível, em matéria de mediação. Com efeito, ocorre uma mudança no sentido de uma perspetiva mais voltada para o conhecimento do utilizador individual (e já não dos perfis de grupos), independentemente do sistema ou serviço que ele utiliza para recuperar informação. Passa-se, portanto de um modelo de análise centrado no sistema (*system-oriented*) para um outro, centrado no utilizador (*user-oriented*). A esta nova atitude, somam-se os efeitos da rede global, que atingem todos os setores.

A investigação produzida nos últimos quinze anos, além de evidenciar um aprofundamento teórico muito salutar, debate alguns problemas emergentes, como seja o novo ambiente proporcionado pela Web, meio privilegiado para obter e divulgar informação. Surge, pois, a necessidade de enfrentar desafios antes inexistentes, ou seja, torna-se essencial proceder à adaptação dos modelos desenvolvidos anteriormente ao novo cenário da realidade virtual e colaborativa. É, pois, pertinente perguntar: e neste novo cenário, que mediação está a (tem de) surgir?

A rede “internética” e a tecnologia digital na base da produção, do armazenamento, da recuperação e da disseminação de doses incomensuráveis de informação está a revolucionar e a instaurar o reordenamento possível para os serviços de informação e para os comportamentos dos mediadores (arquivistas, bibliotecários, documentalistas, gestores de

informação, *designers* de conteúdos multimídia, etc.) e dos utilizadores (em especial, os info-incluídos e os *born digital* ou nativos da Internet).

Os serviços de informação têm vindo a multiplicar-se e a diversificar-se ao ponto de também eles se instalarem no ciberespaço. Isto não significa que a função mediadora de comunicação no espaço social e a função mediadora institucional, com as estratégias comunicacionais específicas dos respetivos atores e agentes, tenha desaparecido, mas a verdade é que está a transformar-se e tem de coexistir com um novo tipo de mediação emergente, que é também uma das consequências do paradigma informacional, científico e pós-custodial da Ciência da Informação (CI) que se vem consolidando desde meados do século passado¹².

No quadro deste novo paradigma emergente e perante as lógicas de mediação que estão a surgir, é pertinente perguntar:

- qual o papel dos mediadores, que atuam nas bibliotecas universitárias e participam na construção da sociedade em rede?
- será que continuam confinados ao domínio de umas quantas especificidades técnicas e normativas, aplicadas à organização e representação da informação, com a finalidade de proporcionar o acesso?
- onde cabe o seu anterior papel de guardiães da memória informacional, como fator de identidade?
- onde reside a sua função mediadora e a que âmbito se circunscreve?

A consolidação da CI como área científica com fundamentos teórico-metodológicos sólidos e consistentes é, a nosso ver, garantia de que os graduados neste campo do saber estarão preparados para enfrentar os novos desafios da sociedade em rede e estarão à altura de estudar e compreender o fenómeno info-comunicacional em toda a sua complexidade.

¹² Sobre o paradigma informacional, científico e pós-custodial, ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Documentation/Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. *Knowledge Organization: international journal devoted to concept, theory, classification, indexing and knowledge representation*. Würzburg. ISSN 0943-7444. 39:2 (2012) 111-124.

Continuarão a assumir-se como mediadores de informação, mas com perfil de *experts* habilitados a avaliar, seleccionar e fornecer **apenas informação útil e pertinente** ao utilizador que a procura.

E continuarão, certamente, a afirmar-se como garantes da preservação da memória, aspeto que, dada a volatilidade a que está sujeita a informação digital, será, sem dúvida, considerado uma função muito especializada e muito reconhecida socialmente, requerendo uma preparação adequada que não dispensará uma base científica bem consolidada.

Referências bibliográficas

- ECO, Umberto – *A Biblioteca*. 4.^a ed. Lisboa: Difel, 1998. ISBN 972-29-0174-5.
- ECO, Umberto – *O Nome da rosa*. 2.^a ed. Lisboa: Difel, [1980?].
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 4.º, Coimbra, 1973 – *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1974.
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 5.º, Braga, 1976 – *Actas*. Braga: V E.B.A.P., 1976.
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 6.º, Aveiro, 1978 – *Actas*. Aveiro: VI E.B.A.P., 1978.
- ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 7.º, Lisboa, 1979 – *Actas*. Lisboa: VII E.B.A.P., 1979. 2 vol.
- FERRÃO, António – “Gabriel Pereira: a sua educação e cultura, a sua época e a sua obra”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.^a série. 19 (1947) p. 61-84.
- HARRIS, Michael H. – *History of libraries in the Western world*. 4th ed. Lanham; London: The Scarecrow Press, 1995. ISBN 0-8108-2972-X.
- LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed, dir. – *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*. Paris: Ellipses-Édition Marketing, 1997. ISBN 2-7298-4766-9.
- LERNER, Fred – *The Story of libraries from the invention of writing to the computer age*. New York: Continuum, 1998. ISBN 0-8264-1114-2.
- MASSON, André; SALVAN, Paule – *Les Bibliothèques*. 4.ème éd. mise à jour. Paris: PUF, 1975.

- RIBEIRO, Fernanda – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão: 1887-1965*. Porto: CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento, 2008. ISBN 972-36-0948-6.
- SILVA, Armando Malheiro da – “Mediações e mediadores em Ciência da Informação”. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação do CETAC.MEDIA* [Em linha]. 9 (2009). Disponível na WWW em: <URL:<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/700>>.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “Documentation/Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice”. *Knowledge Organization: international journal devoted to concept, theory, classification, indexing and knowledge representation*. Würzburg. ISSN 0943-7444. 39:2 (2012) 111-124.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. ISBN 978-972-674-672-0.

A. E. MAIA DO AMARAL

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

ABERTA E PATENTE A TODOS!

OPEN AND ACCESSIBLE TO ALL!

RESUMO: Quando António Ribeiro dos Santos, no preâmbulo à sua *Minuta* (1777/78), escreve “aberta e patente a todos”, enuncia sucintamente todo um Programa para a Livraria da Universidade de Coimbra. Que ela pudesse estar aberta, fisicamente, à frequência dos utilizadores, e que os seus fundos fossem patentes a todos, por meio de catálogos.

Antes dele, nenhuma destas condições de acessibilidade estava garantida: uma breve evocação da história da Livraria/Biblioteca, evidencia como ela esteve muitas vezes fechada, deixando, assim, de cumprir a sua função.

Também se analisará, numa perspetiva diacrónica, o esforço posto na elaboração dos catálogos que garantem o acesso intelectual aos fundos documentais e se assinala como também essa preocupação de António Ribeiro dos Santos se tornaria fulcral para a instituição.

A questão do acesso configura uma biblioteca universitária que formalmente nunca deixou de ser “pública”, pelo menos desde os Estatutos de 1559.

Além do acesso, o Preâmbulo da *Minuta* não esquece outras condições não menos importantes para o funcionamento da Biblioteca, como os fundos e o pessoal.

ABSTRACT: In writing “open and accessible to all” in the preamble to his *Minuta* (1777/78), António Ribeiro dos Santos summed up the entire programme for the University of Coimbra library: it should be physically open to visitors and its stock should be accessible to all by means of catalogues.

Prior to this, neither of these conditions was guaranteed: a brief recall of the history of the library reveals that it was very often closed, thus failing to serve its purpose.

From a diachronic perspective, this paper also analyses the effort put into the preparation of catalogues to ensure scholarly access to the stock of documents, demonstrating how this concern of António Ribeiro dos Santos would also become central to the institution.

This question of access has shaped a university library that has never officially ceased to be “public”, at least since the 1559 Statutes.

In addition to access, the preamble to the *Minuta* covers other aspects which are no less important to the functioning of the library, such as stock and staffing.

Até pelo facto de abrir a primeira manhã dos trabalhos, esta apresentação tem quase um carácter institucional e de introdução ao tema que nos vai preocupar durante estes dias do Congresso: a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o seu passado e o seu presente.

As Comemorações em que estamos empenhados deram oportunidade a que nos últimos 2 anos compilássemos coletivamente elementos para uma história da Biblioteca Geral: coordenei bibliotecários, jovens arquitetos e historiadores de arte para juntar tudo o que andava disperso sobre a história da instituição. Sem a pretensão de desvendar qualquer “verdade” nova ou o resultado de novas investigações, porque não fizemos propriamente investigação. Essa poderá fazer-se agora com uma equipa maior e com prazos mais alargados. Ainda assim, a história que compilámos e escrevemos em coletivo parece-nos extraordinária. Digna da tradição cultural de Coimbra, *Cidade do Conhecimento*, como dizem as placas da A1, a única cidade onde, no tempo dos romanos, foi moda decorar com instrumentos de escrita (os volumes abertos, os cálamos, as caixas, todos os “instrumenta scriptoria”, como diriam os latinos) os monumentos funerários. Gosto e orgulho genuínos pela cultura escrita ou “erudição” no seu pior sentido, mera ostentação de cultura? Nunca o saberemos. Seja como for, o fenómeno parece único no país, até que novos documentos epigráficos se exumem, ele restringe-se à epigrafia latina de Coimbra. A mesma cidade onde, na época medieval, se cruzaram as culturas cristã, moçárabe e judaica, a cidade que foi capital do Reino, sede da Corte e sede do mais culto *Scriptorium* português, de onde saíram bom número dos chanceleres dos nossos primeiros reis. E a cidade onde D. Dinis ergueu, em 1308, o primeiro edifício construído de raiz na Península Ibérica para sede de uma Universidade. E onde, mais tarde, D. Pedro, Duque de Coimbra, tentará fazer também estudos superiores.

Não sabemos se nesse edifício terá logo sido criada uma biblioteca, ou “livraria”, como então se chamava. Mas as universidades vivem mal sem livros e sem bibliotecas. Por isso, é possível. Havia de ser interessante demonstrar um dia que a primeira biblioteca da Universidade portuguesa existiu ali, e que, depois de viajar entre Coimbra e Lisboa diversas vezes,

possa ter voltado ao seu local original, ali mesmo, no sítio hoje ocupado pela Biblioteca Geral e pelo Arquivo da Universidade.

Ignoramos quando se fundou a Livraria. A primeira notícia que se conhece (hoje) é uma Ata de 1513 sobre a necessidade de fazer um cano, para tirar a água da Livraria. Noutra Ata, 5 dias depois, referem-se setenta e tal livros que tinham vindo da “livraria nas Escolas velhas”, no edifício henriquino, o que (sabendo que a transferência de sedes se deu em 1503) deixa imaginar que a biblioteca existisse antes dessa data, pelo menos.

De 1536 subsiste um Inventário muito curioso, que descreve os livros colocados em 12 “estantes” de cada lado de um corredor central. Sempre gostei particularmente deste “Aventayro da Livraria do Estudo” pelo seu caráter muito gráfico: descreve “na primeira estante da Livraria, da mão esquerda, achamos...” tais e tais livros, e da direita tais e tais, o que dá não só uma clara ideia dos conteúdos, mas também da organização física da Livraria. É o que mais pode interessar a um bibliotecário. Nesta biblioteca de 1536 vê-se que predominava o Direito Canónico.

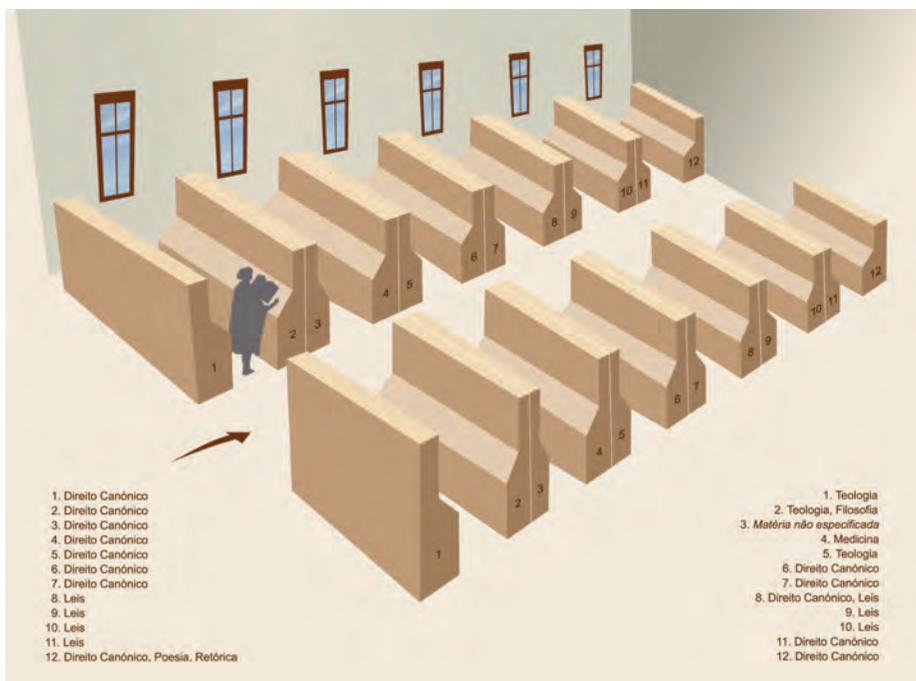


FIGURA 1: A biblioteca, segundo o inventário de 1536. (Desenho de José Luís Madeira)

Tão claro é este *Inventário*, que nos foi possível fazer para o livro a imagem de uma sala com corredor ao centro e 6 janelas. Imagem que aproveito para agradecer à arte do Dr. José Luís Madeira e à superior autorização da Faculdade de Letras da UC. E reconstituição que nos permitiu ainda propor uma localização possível da biblioteca no edifício universitário lisboeta.

Transferida a Universidade para Coimbra, em 1537, a Livraria só seria instalada alguns anos mais tarde, no Paço das Escolas, em local contíguo à sala grande ou dos Atos, onde tinha sido o “guarda-roupa da Rainha”, segundo o professor António Filipe Pimentel no seu monumental e fundamentado estudo “A morada da Sabedoria”.

Em Coimbra, Fernão Lopes da Castanheda foi o primeiro “guarda da Livraria”, cargo que jurou cumprir “de acordo com os Estatutos”. Não temos o texto dos Estatutos de 1544, onde se definiriam o cargo, seus privilégios e obrigações, mas devem ser os que Castanheda diz ter cumprido no requerimento que faz a pedir aumento de ordenado:

“... abrir a porta dela, cada dia duas vezes, e de cada uma delas há de estar aberta duas horas (...) é necessário estar ele presente de cada vez ou ter um homem que olhe por isso, e assim há de ter os livros limpos, para que não envelheçam, e desempoados, para que se não comam do bicho”¹

Outro responsável veio a ser Pedro de Mariz, nomeado para “corretor das impressões da dita Universidade e guarda da sua livraria”, em 9 de março de 1601. Fez avultadas compras no estrangeiro e encomendou, em 6 de setembro de 1603, os primeiros *superlibros* que marcaram as encadernações dos livros com as armas da Universidade. Creio que será a mais antiga marca de posse produzida por uma biblioteca portuguesa.

Notem-se os elementos que enquadram a sapiência universitária, a coruja, os livros, a joeira que separa o trigo do joio. Para maior clareza gráfica, a longa legenda estatutária simplificou-se...

¹ BRANDÃO, Mário – *Documentos de D. João III*. Coimbra: por Ordem da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbricensis Studia ac regesta). Vol. III. 1939, p. 139-141.

O matemático André de Avelar, na prática “guarda da Livraria”, embora nunca nomeado, fez desencadear os livros, antes de 1618, mas, apesar de benfeitorias e de várias compras, a biblioteca entrou num marasmo durante todo o século 17. No final do século, faz-se para ela uma bela porta com uma cimalha em baixo-relevo, decorada com livros, mas as obras nos “gerais” causaram danos estruturais no velho edifício e a biblioteca teve de recolher-se ao “cartório” (arquivo), em 1705.

Durante o século 18, com a construção de um novo edifício (a Joaquina), esta passou a reunir todas as condições para servir bem a Universidade, mas demorava a reabrir. Cremos que por se impor no novo espaço uma organização completamente diferente e porque se arrastava a catalogação dos livros de Francisco Barreto Fróis, cuja compra serviu de pretexto a pedir-se ao Rei o novo edifício. Logo que a construção terminou, em 1728, alguém (que não conhecemos... ainda) começou a organizar a biblioteca. Só assim se explica que 3 anos depois do fim das obras de pintura acharoadada e de douramento das estantes (que não tinham previsto espaço para inserir uma numeração) se contrate a execução de números de bronze “muito bem dourados”, que se aplicaram em cima das pinturas, mutilando-as de alguma forma. Se a biblioteca acaso tivesse sido concebida como mera obra de aparato, escaparate magnífico para livros que não tinham de usar-se, certamente ter-se-iam poupado as decorações (penosamente realizadas ao longo de 40 meses) à custa da funcionalidade da colocação dos livros. Todavia, assim não foi, como se pode ver ainda hoje.



FIGURA 2: A numeração das estantes sobrepôs-se às pinturas, em 1731.
(Foto de Paulo Mendes)

Logo em 1772, o Marquês, julgando insuficientes as suas dimensões e capacidade (cerca de 30 mil volumes), quis duplicar-lhe o espaço, o que só não se fez pelas muitas outras obras que a Reforma Pombalina estava exigindo. Pombal também criou para ela o primeiro quadro de pessoal (de 5 pessoas) mudando, pelo menos na lei, a velha designação “Livraria” para “Biblioteca Académica” ou “Biblioteca da Universidade”. A legislação pombalina passa a referir-se à “Biblioteca” (não à Livraria) e o seu responsável passa a ser um “Bibliotecário”...

Mas o Marquês não conseguiu que a Universidade nomeasse Bibliotecário e a abrisse. Só em 1777, já no reinado de D. Maria, tomará posse o primeiro destes “Bibliotecários”, o Doutor António Ribeiro dos Santos (ou *Elpino Duriense*), autor da *Minuta sobre a Livraria da Universidade* (ca.1777/78) e cujo importante trabalho de organização da “Casa” lhe valeu um convite para ir para a Corte, organizar o que viria a ser a Biblioteca Nacional.

No século 18, a Biblioteca adota novas marcas bibliográficas, carimbos e *superlibros*, indo buscar dois elementos secundários que acompanhavam a Sabedoria dos Estatutos: a coruja e o livro. Muda a imagem e muda a estratégia: com Ribeiro dos Santos, as compras fazem-se de acordo com os pedidos dos professores e com as ideias iluministas do Bibliotecário, terminam-se os catálogos de matérias, integram-se materiais não-livro e dedica-se especial atenção à qualidade do serviço prestado. Entre 1742 a 1798, organizam-se catálogos por assuntos, com rubricas gerais e específicas e entradas remissivas. Trata-se, certamente, do primeiro catálogo de matérias no nosso país e um dos primeiros na Europa!

Os Bibliotecários que sucederam a António Ribeiro dos Santos foram também eruditos de muita qualidade: Ricardo Raimundo Nogueira, Joaquim dos Reis, António Honorato de Caria e Moura e Manuel de Serpa Machado.

Mas com todos eles, os catálogos em forma de livro estavam condenados a permanente desatualização. O sistema pouco eficiente dos catálogos em livro só foi alterado com os chamados “catálogos portáteis” em folhas móveis ou “Macetes”, propostos por Bernardo da Serpa Pimentel, cerca de 1872. O Bibliotecário Bernardo de Serpa Pimentel também se

tornou um entusiasta dos catálogos impressos e para isso comprou um prelo metálico, que ainda se conserva na Biblioteca, e com o qual fez alguns ensaios de impressão. O prelo do Galinha não chegou, porém, a produzir os catálogos da Biblioteca, acabou a imprimir etiquetas para as plantas do Jardim Botânico.

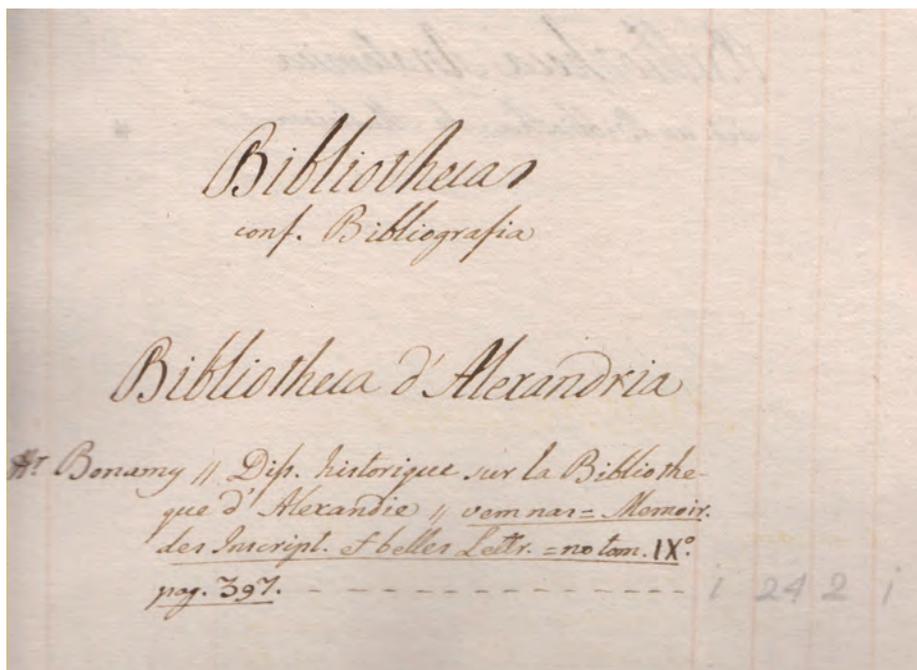


FIGURA 3: Cópia do catálogo de filosofia, até 1795. (BGUC MS. 3415)

Com Bernardo de Serpa Pimentel, ganham relevância dois “Bibliotecários Interinos” de qualidade e que terão muita importância na orientação técnica da Casa: Augusto Filipe Simões e Augusto Mendes Simões de Castro.

A Biblioteca continuava a solicitar ao Rei a ampliação de instalações, com projetos não-realizados em 1872, 1880 e de 1910, mas só conseguiria novas salas e depósitos em 1912-1916. Concretizou-se, por essa altura, um anexo de dois pisos, projetado pelo arquiteto Silva Pinto, e que foi demolido em 1971.



FIGURA 4: Pormenor de foto da demolida Sala de Leitura, anexa à Joanina.
(Foto de José Maria dos Santos, 1917)

A nova Sala de Leitura de 1916 veio acompanhada de uma sala do Catálogo, de uma Sala dos *Cimélios* e de um Gabinete para o bibliotecário. Mas o espaço continuava exíguo e não permitia certas atividades (como exposições bibliográficas) em condições de suficiente dignidade. Para a Biblioteca cumprir a sua função, tornava-se essencial um edifício novo e muito maior.

As dificuldades não eram só na parte nobre da Biblioteca, agudizavam-se nos depósitos subjacentes ao edifício, onde ainda permaneciam, em 1940, volumes por catalogar provenientes dos depósitos das casas religiosas extintas em 1836.

O projeto do novo edifício, concebido por Alberto José Pessoa (1944), não foi tão visionário como o *Programa* que para ela estabeleceu Damião Peres, mas todo o seu desenvolvimento foi sendo discutido em permanência e acompanhado pelo então Diretor Manuel Lopes de Almeida, o que lhe permitiu ir amadurecendo e fazer uma adaptação bastante conseguida do que antes tinha sido Faculdade de Letras e antes disso os alicerces de um teatro académico inacabado.

A compartimentação do espaço continuou semelhante, mas a utilização que a Faculdade de Letras dele podia fazer nunca foi tão eficiente como veio a ser com a BGUC.

O novo edifício ficou equipado com aquecimento radiante no pavimento das zonas públicas, com um sistema pneumático de transporte

das requisições, com câmara de expurgo e com modernas oficinas de encadernação e de fotografia. E o quadro de pessoal foi aumentado para 53 funcionários, em 1961.



FIGURA 5: Fachada da Biblioteca Geral em construção, 1950.
(Foto col. Alexandre Ramires)

As novas instalações terminam-se em 1956 e abrem ao público em 1962, permitindo uma revolução nos processos técnicos, desde o tratamento documental à reprodução *offset* das fichas, que adotaram o formato internacional de 7,5x12,5 cm. Mais importante, contudo, iniciou-se o uso da CDU e fizeram-se internamente as primeiras traduções das ISBDs feitas no nosso país. Alterações importantes foram introduzidas no funcionamento, com a criação de Secções distintas para o tratamento de monografias e de periódicos, dos Reservados, das Músicas e das coleções especiais.

Na BGUC se criou a primeira revista profissional dos bibliotecários portugueses. E a BGUC bateu-se para informatizar as bibliotecas universitárias, antes de 1974. Foi a primeira biblioteca a imprimir uma lista bibliográfica por computador, em 1979. Por tudo isto foi grande res-

ponsável o “primeiro-bibliotecário” Jorge Adalberto Peixoto, entusiasta da profissão, da revista “Cadernos” e dos computadores. Não prossigo porque os anos mais recentes, nas suas grandezas e misérias, são já de todos mais ou menos conhecidos. E cada um tem direito à sua opinião.

Sem poder aqui dar uma panorâmica mais extensa do livro que tive a honra de coordenar, parece-me interessante elencar o que ainda ficou por esclarecer na história da Biblioteca. É um imperativo de consciência, para que, no futuro, uma equipa mais alargada e interdisciplinar possa esclarecer esses pontos obscuros. Desde logo, o enigma das origens. E a lista completa dos “guardas da Livraria”, “bibliotecários” e diretores². Para tal, não pode deixar de se vasculhar sistematicamente a documentação universitária, entre 1650 e 1772. Depois, parece-me vital perceber o crescimento dos fundos e identificar todas as doações e compras³. O que entronca na questão “eterna”: quantos volumes existem na Biblioteca Geral ? Para isso, haverá que estudar o Rol de André de Avelar, conservado na BNP, e, já agora, o seu processo na Inquirição, conservado na Torre do Tombo. Talvez se consiga esclarecer se a Biblioteca teve crescimento significativo durante o século 17. Precisa também de examinar-se a política de aquisições durante o século 18, antes e depois de António Ribeiro dos Santos, e a real expressão (e seus eventuais efeitos práticos) das ofertas atribuídas a D. João V e a D. José I⁴.

Outra questão a merecer investigação, é quem terá sido o autor dos planos da Joanina e onde se inspirou? Ainda ninguém avançou explicação razoável para a falta de relação (sequer de comunicação) entre os pisos inferiores e o salão nobre, apenas este projetado para acondicionar os livros e para dar acesso aos leitores. E faltará ainda investigar pelas cotas

² Uma das razões por que não avançámos com a execução de uma placa “memorial” evocando os antigos Guardas da Livraria, Bibliotecários e Diretores, são as dúvidas que persistem sobre alguns nomes e não poucas datas de funções.

³ São dezenas os doadores identificados ao longo daquele trabalho, mas da maior parte desta doações pouco ficou escrito. Parece-nos importante juntar mais elementos sobre o crescimento dos fundos, nomeadamente sobre o século 17 (eventual decréscimo?) e o último terço do 18.

⁴ Não descobrimos evidência da entrada da biblioteca do Padre La Rue, alegadamente comprada em Paris (1725), nem dos livros da famosa biblioteca “Ulsiana”, comprada na Haia (1730).

antigas se há indícios de uma arrumação classificada da Joanina, que alguns dizem ter existido. E quem terá começado a colocar os livros, em 1731, e percebeu a absoluta necessidade de numerar as estantes?



FIGURA 6: Alegoria da Biblioteca arrumando livros na estante, pintura do teto da Biblioteca Joanina. (Foto de Paulo Mendes)

Finalmente, deve apurar-se bem quanto tempo (e quando e porquê) esteve a Livraria/Biblioteca fechada. Apesar de não termos ainda todos os dados, sabemos que até à tomada de posse de António Ribeiro dos Santos (1745-1818), pode ter estado fechada, pelo menos, 9 vezes. E depois dele, mais 6 vezes...

Anos	Razões presumíveis	Duração
1513	Necessidade de obras e de encadear livros doados	?
1537-1548	Transferência de Lisboa para Coimbra	11 anos
antes de 1593-após 1598	Responsável não-nomeado	5 anos
maio 1599-fev. 1602	Peste em Coimbra	33 meses
após 1604-1619?	Necessidade de obras	15 anos ?
antes de 1639-após 1651?	Decisão política	13 anos ?

Anos	Razões presumíveis	Duração
1699-1702	Realização de obras de beneficiação	3 anos
1705-1728	Ruína da biblioteca antiga e construção da nova	?
1728-1778	Recatologação	?
cerca 1800	Tumultos?	brevemente?
1832-1834	Guerra Civil	?
1846-1847	Patuleia	?
1916	Realização de obras	?
1998	Desinfestação	2 meses
ago. 2013	Minimização de custos de manutenção	15 dias

É neste contexto de sucessivos e longos encerramentos que António Ribeiro dos Santos escreve, cerca de 1777-1778, no Preâmbulo da sua *Minuta*. a frase “aberta e patente a todos”:

“A Livraria da Universidade para ser útil ao Publico, e facilitar por seus grandes subsídios os progressos das Artes e das Ciências, deve estar abastadamente provida de Livros e mais comodidades literárias, aberta e patente a todos, e servida por Officiais que residam nela”⁵

Que abrisse a Biblioteca, já lhe pedia a Rainha D. Maria I na Carta da sua nomeação. E ele abrindo-a, tornou-a “pública” como se reivindicava desde o século 16 mas que, aparentemente, não cumpria.

Aparentemente, digo, porque em vários desses períodos de alegado encerramento me deparei com evidências que contrariam a ideia vulgarizada de uma biblioteca fechada e inacessível. Por exemplo, espantou-me pela sua erudição livresca a resposta que os párocos de Coimbra hão-de dar no *Inquérito Paroquial* de 1756 à pergunta “Se há memória de que em algum tempo houvesse Terramoto e que dano fez em cada lugar?”:

⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra* [Manuscrito]. Autógrafo, [1777-1778?]. Cota BNP – Ribeiro dos Santos. Obra. vol. 94, Cód. 4676, fol. 190.

“... Se das aberturas que fez na Terra este terramoto se não viam sair correntes de fogo e pedras inflamadas, como em um que houve nas Ilhas Canárias em 1676 (Extrait. du *Journ. d’Angl. Journ. des Sav.* 1686 p. 229) porém só fumo e águas turvas, da mesma sorte que em 1703; também a quatro léguas de distância de Pequim, capital da China (*Lettres edif. & cur. écrit. par quelques Mission. de la Comp.* p. 20 *Recueil Epitre*) não deixou de haver bastantes indícios de fogo (...) Eu me recordo de haver topado em Autores de grande Fé, só desde o ano de 1356 até ao presente 10 terramotos (...) Alguns ficam tocados no corpo deste papel, que fora quase imenso se representasse todos os que as Histórias nos referem. Só em 3 ou 4 laudas do tomo 8 do Lourenço Bayerlinck no seu *Magnum Theatrum Vitae Humanae* nas palavras Terremotus [sic] e Urbs se encontrarão tantos que apenas podem numerar-se...”

Onde mais podiam os párocos da cidade ter consultado a bibliografia citada se não na Biblioteca da Universidade, que ainda hoje a possui quase toda? O que confirma as palavras de Bernardo de Serpa Pimentel que, depois de 1743, se terá começado a franquear a Biblioteca “a uma ou outra pessoa de consideração, ou que mais urgentemente carecia de consultar os seus livros”⁶.

Mas o Programa do “bibliósofo” português não se ficou pelo propósito de abrir a Biblioteca, antes cobria numa só frase outros aspetos igualmente importantes:

os fundos;
... abundantemente provida de livros
os horários;
aberta
o acesso;
e patente a todos
e o pessoal.

⁶ PIMENTEL, Bernardo de Serpa – “Breve notícia da livraria da Universidade de Coimbra. In: Vila Maior, visconde”. In *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve notícia histórica d’este estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877, p. 476.

e servida por Oficiais...

Onde se deve notar não só a preocupação com a dotação em pessoal como com o sentimento de “pertença” desse mesmo pessoal.

... Oficiais que residam nela.

Ambas estas preocupações parecem quase provocações às “modas” da gestão, favoráveis à precariedade e à externalização de serviços. Até repetir esse “aberta e patente a todos” parece hoje mais provocador do que no tempo de António Ribeiro dos Santos. Hoje, aflige-nos que a biblioteca tenha sido mandada encerrar em agosto do ano passado por razões de economia e que deva encerrar de novo este ano, para poupar nos custos fixos de manutenção do edifício. Tal como o “aberta e patente” de Ribeiro dos Santos, o encerramento de agosto passado também será um Programa, um conceito de não-serviço, uma visão de que a BGUC será hoje um colosso caro de manter e mais ou menos inútil.

Cabe-nos a todos nós demonstrar o contrário.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Mário – *Documentos de D. João III*. Coimbra: por Ordem da Universidade, 1937-1941. 4 vol. (Universitatis Conimbrigensis Studia ac regesta). Vol. III. 1939.

PIMENTEL, Bernardo de Serpa – “Breve notícia da livraria da Universidade de Coimbra. In: Vila Maior, visconde”. In *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve notícia histórica d’este estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877, p. 470-508.

SANTOS, António Ribeiro dos – *Minuta para o Regimento da Livraria da Universidade de Coimbra* [Manuscrito]. Autógrafo, [1777-1778?]. Cota BNP – Ribeiro dos Santos. Obra. vol. 94, Cód. 4676, fol. 189-204vº.

MARIA BEATRIZ MARQUES

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

**A DETERMINAÇÃO DO VALOR DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
E DO CONHECIMENTO**

**DETERMINING THE VALUE OF UNIVERSITY LIBRARIES
IN THE INFORMATION AND KNOWLEDGE SOCIETY**

RESUMO: Partindo de uma análise da tradicional perspectiva que tem estado subjacente à operação de “avaliação do desempenho” dos Serviços de Informação, apresenta-se um novo modelo de abordagem que encara a determinação do valor das Bibliotecas Universitárias como uma operação de natureza estratégica no âmbito do seu Planeamento e Gestão pela Qualidade Total.

Como consequência do reconhecimento do elevado grau de complexidade e dificuldade sentida no cumprimento dos objetivos que lhes estão consignados na Sociedade da Informação e/ou do Conhecimento, defende-se a necessidade de uma nova visão das Bibliotecas Universitárias, que coloque os interesses dos clientes no centro da sua gestão.

Afirma-se que a prestação de serviços de informação de qualidade e o facultar o acesso à informação, já não é, *per se*, suficiente para satisfazer as necessidades da comunidade universitária no domínio da formação, do ensino e da investigação, mormente quando se pretende preparar cidadãos com competências, conhecimentos e resultados de aprendizagem que os valorizem individualmente como elementos cruciais para o desenvolvimento económico, social e cultural sustentável.

Conclui-se que a resposta aos desafios do novo milénio implica uma melhoria contínua das Bibliotecas Universitárias através de uma permanente medição do grau de satisfação dos seus clientes em relação aos serviços prestados e uma subsequente otimização dos seus recursos financeiros, estruturais e humanos.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária, Planeamento estratégico, Gestão da qualidade total (GQT), Avaliação, Mediação, Satisfação de Clientes.

ABSTRACT: Based on an analysis of the traditional perspectives underlying the Information Services “performance assessment” exercise, a new model is presented for

the approach to evaluating university libraries as a strategic operation within overall Planning and Total Quality Management.

Recognising the high level of complexity and difficulty experienced in fulfilling the objectives assigned by the Information and/or Knowledge Society, it is argued that there is a need for a new vision of university libraries which places the interests of clients at the centre of their management.

It is acknowledged that providing quality information services and facilitating access to information is no longer sufficient, *per se*, to meet the needs of the university community in terms of training, education and research, particularly when the aim is to prepare citizens with skills, knowledge and learning outcomes that empower them individually as vital elements of sustainable economic, social and cultural development.

It may be concluded that the response to the challenges of the new millennium involves ongoing improvements to university libraries by continuously measuring the level of client satisfaction with the services provided and the subsequent optimisation of their financial, structural and human resources.

Os organismos vivos encontram-se em constante modificação, assumindo uma sucessão de 'estados' definidos por padrões variados de actividades em curso em cada um dos seus componentes

ANTÓNIO R. DAMÁSIO – *O erro de Descartes*

Introdução

As Bibliotecas Universitárias (BU), enquanto organizações, são organismos vivos, que surgem para desempenhar uma função que é sentida como necessária para outros agentes do meio ambiente. Por isso, enquanto organização, só poderá existir se houver interessados nos produtos ou serviços por ela oferecidos.

Assim, a missão das BU é um *constructo em evolução* e tem de poder ser adaptada com flexibilidade a um meio ambiente em rápida e complexa mutação.

Apesar das suas funções de Recolha, Conservação e Difusão da Memória da Humanidade serem eternas, a sua missão vai adaptar-se às necessidades de uma Sociedade cada vez mais exigente em relação às organizações

que cria e que, como é o caso da maioria das BU portuguesas, financia direta e indiretamente.

A Sociedade Digital, para além de conduzir ao fim do monopólio das bibliotecas como organizações formais de transferência da informação e, conseqüentemente, ao fim das vantagens que este proporcionava, exige organizações flexíveis com uma missão em permanente construção e dependente das alterações cíclicas do meio ambiente, cada vez mais desordenado e indisciplinado.

O acesso à informação deixa de constituir a prioridade da Sociedade do Conhecimento, impondo-se o seu processamento, a transformação do seu valor latente em valor real, a sabedoria, que conduza as organizações à aquisição da chamada *inteligência competitiva*.

É esta a razão que assegura a permanência da Biblioteca como o centro nevrálgico da universidade e que sustenta a sua missão no século XXI – transformar as crenças verdadeiras da humanidade em crenças verdadeiras e justificadas, ou seja, em conhecimento útil que conduza a um desenvolvimento sustentável da Universidade.

Assim, a personalidade de cada organização, a sua vantagem competitiva, é definida, e reconhecida, em função da sua capacidade de adaptação e reação a cada ciclo social, criando e inovando permanentemente, através de um processo contínuo de aprendizagem assente na condução racional das atividades dos seres humanos que as movimentam e em função da combinação possível entre o real e o imaginário, entre o bom e o ótimo.

Por isso, da mesma forma que não existem dois seres humanos iguais, também não existem duas BU iguais, pelo que o funcionamento de cada BU deverá ser determinado pelas exigências e condicionantes da envolvente interna e externa da organização em concreto.

1. A Avaliação das Bibliotecas Universitárias no século XXI

No contexto da Sociedade do Conhecimento, não podemos olhar para o valor das BU e para o valor da sua informação em abstrato, daí a necessidade de as contextualizar e de as analisar em correlação com o

uso que cada indivíduo lhe confere¹, com as suas prioridades em determinado momento e lugar².

Os 500 anos que medeiam entre a primeira BU portuguesa (1513) e a atual BGUC assinalam uma evolução paradigmática do seu objeto de investigação – da conservação das coleções ao acesso à informação e do acesso à informação ao seu processamento, uso e transformação.

Independentemente da sua maior ou menor longevidade, da riqueza das suas coleções, dimensão física, etc., as BU têm de se reinventar, de inovar, de reconfigurar os seus recursos – Pessoas, Processos e Tecnologia – e de os gerir de uma forma integrada.

Assim, os recursos existentes, e independentemente da sua dimensão, deverão ser objeto de uma cultura de avaliação que contribua para a melhoria e para a afirmação das BU como equipamentos imprescindíveis para a medição do valor das universidades.

Nesta perspetiva é necessário que as BU acompanhem as mudanças permanentes que ocorrem no ensino superior, encarando-as como oportunidades para a melhoria do seu desempenho, e que adaptem os seus modelos de negócio às novas realidades das Universidades.

Todavia, e para que a avaliação possa funcionar como uma oportunidade estratégica para a Biblioteca criar valor para a Universidade, torna-se imprescindível o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional e de uma nova visão da organização e da sua missão no novo milénio.

¹ O valor da informação apenas pode ser considerado no contexto do seu uso, *this means that the value of information can be determined post facto – after benefits have emerged from its use in some decision situation – but not before its use*. The economics of information. In *International Encyclopedia of Information and Library Science*. London; New York: Routledge, 1997. ISBN 0-415-09860-2, p. 191. McGARRY, K. J. – *Da documentação à informação: um contexto em evolução*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p. 79, afirma que o cérebro humano tem a capacidade de *percecionar, codificar, armazenar, recuperar e manipular a informação, de acordo com as suas necessidades individuais*.

² DUVOLD, Ellen-Merete – The meaning of the public library in people's everyday life: some preliminary results from a qualitative study. In JOHANNSEN, Carl Gustav; KAJBERG, Leif, ed. – *New frontiers in public library research*. Maryland: Scarecrow Press, 2005. ISBN 0-8108-5039-7, p. 274, assinala a necessidade de contextualizar a informação e sobretudo o conhecimento que ela pode gerar: *information is something we consume, something that does not invite reflection...knowledge, however, is constructed and produced by people; it cannot be seen as isolated*.

Tal mudança implica a assunção de novas atitudes e a aquisição de novas competências, ou a reconstrução das antigas, por parte das diversas pessoas envolvidas na organização; novos métodos e novas práticas conducentes a uma agilização e concomitante simplificação dos processos; e, finalmente, mas não menos importante, a aquisição e o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, agora menos direcionadas para a ligação em rede das máquinas existentes, mas especialmente vocacionadas para a ligação das pessoas *in* e *out* da organização.

A questão central da discussão a desenvolver neste novo ambiente social gira em torno de um conceito, entendido como dinâmico e subjetivo – o conceito de valor.

Assim, torna-se urgente a determinação do que se entende por valor na Sociedade em Rede³.

Do ponto de vista da economia empresarial, o valor é um fator exógeno à organização, é o preço justo de determinado produto ou serviço, físico ou virtual, aferido em função do que os clientes estão dispostos a pagar e não em função dos custos de produção.

Uma análise diacrónica da evolução deste conceito permite-nos tirar conclusões sobre as diferentes perspetivas que estiveram em jogo no processo de avaliação das BU, as quais resultam das diversas necessidades das Universidades ao longo da sua longa história⁴.

De origem medieval⁵ – séculos XIII e XIV – as primeiras BU surgem com um valor essencialmente utilitário. O sucesso das Universidades estava associado diretamente à sua capacidade para *fornecerem* aos estudantes uma formação de natureza prática, que lhes permitisse *ganhar a vida*

³ Ver CASTELLS, Manuel – *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁴ As Universidades surgem na Europa no século XII.

⁵ As bibliotecas universitárias mais famosas são a da UNIVERSIDADE DE PARIS – 1257, quando Roberto Sorbonne, capelão de Luis IX, criou uma instituição para os estudantes pobres de teologia, à qual entregou os seus livros. Em 1338, o catálogo da biblioteca apontava para a existência de 1.722 obras; a da UNIVERSIDADE DE OXFORD, criada por um grupo de estudantes ingleses da Universidade de Paris em 1327, quando Thomas Cobham, bispo de Worcester, legou à biblioteca universitária uma quantidade de dinheiro e os seus livros. No século XVI, com Eduardo VI, ela foi totalmente destruída, chegando-se mais tarde inclusive a vender os seus móveis, dado não albergarem nenhum volume.

exercendo a medicina, assessorando em questões jurídicas, atuando como secretários ou simplesmente ao serviço da Igreja.

Este tipo de formação refletiu-se no conteúdo das BU, cujos livros se consideravam meros instrumentos para a transmissão dos conhecimentos e eram, por conseguinte, mais ferramentas de trabalho do que objetos dignos de veneração.

Assim, até à Sociedade Industrial ou custodial, o valor da BU residia na quantidade e qualidade dos documentos que conservava nas suas coleções.

Na Sociedade da Informação ou pós-custodial, o valor da BU residia na quantidade e qualidade do acesso à informação contida nos documentos que enriqueciam as suas coleções.

De uma sociedade massificada e hierárquica, que privilegiava a propriedade dos meios de produção e a conservação física dos bens e dos serviços produzidos⁶, evoluiu-se para uma sociedade personalizada e horizontal, designada por Toffler como *terceira onda*⁷, que valorizava o acesso a esses meios, produtos e serviço⁸, enquanto garantia de desenvolvimento e de bem-estar individual e coletivo.

A alteração das expectativas da sociedade da informação em relação às BU, *acentuada de uma forma significativa pelo aparecimento das novas tecnologias*⁹, *provoca uma desagregação da sua cadeia de valor e despoleta a necessidade de repensar o seu modelo de negócio*¹⁰... *reciclando os modelos existentes, na sua grande maioria controlados pelos fornecedores*

⁶ Como refere RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*. Lisboa. Editorial Presença, 2001. ISBN 972-23-2741-0, p. 18, na sociedade moderna ou industrial, *a ideia de propriedade baseia-se no valor atribuído à posse de um património material ou fundiário por uma duração mais ou menos determinada. “Ter”, “possuir”, “acumular” foram sempre valores muito apreciados.*

⁷ Comumente designada por Sociedade pós-moderna ou Sociedade da Informação. A designação utilizada por Alvin Toffler – *third wave* serviu, em 1981, para caracterizar, prospetivamente, a nova ordem económica do século XXI. A primeira onda foi a agrícola e a segunda foi a industrial. Ver TOFFLER, Alvin – *The third wave*. New York: Bantan Books, 1981. ISBN 0-553-22635-5.

⁸ Como refere RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, p. 16, esta nova sociedade, ou era, *vê as redes tomarem o lugar dos mercados e a noção de acesso substituir-se à de propriedade.*

⁹ Particularmente da de WEB, que veio consagrar a distribuição massiva de informação, permitindo a convergência da informação – texto, som, imagem e vídeo.

¹⁰ A razão de ser da sua existência, crescimento e manutenção.

de informação – Arquivistas e Bibliotecários – na direção dos clientes, e justificando o aperfeiçoamento e/a personalização dos produtos e serviços em função dos seus perfis¹¹, não das normas em vigor e muito menos dos clientelismos ou interesses individuais e/ou corporativos¹².

Na atual Sociedade do Conhecimento ou pós-moderna, o valor da BU reside na sua capacidade de produzir conhecimento, assistindo-se a um redirecionamento do conceito de valor do capital material¹³ para o capital intelectual¹⁴, o qual tem no conhecimento¹⁵ o seu recurso mais valioso e na informação¹⁶ a sua fonte de energia.

¹¹ GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa – Construção de conceitos no campo da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. Vol. 27, nº 1 (1998), p. 49, afirma que *os produtos e serviços oferecidos pela biblioteconomia e documentação não são neutros. Eles moldam as necessidades dos usuários dos sistemas de informação, em função dos pressupostos e das necessidades internas dos sistemas. Daí a necessária passagem dos sistemas normativos, dos modelos estáticos, para os modelos flexíveis, e isto porque o objeto das ciências humanas (o ser humano) sofre alterações com o passar do tempo. Entendendo que o usuário da informação é um ser humano, a biblioteconomia e documentação teriam seus objetivos centrados não apenas na otimização dos serviços que prestam à sociedade, estariam atentas às mudanças, às novas exigências informacionais, e proporiam serviços e conceitos compatíveis com os diferentes momentos históricos.*

¹² MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – Utilizadores ou Clientes? Inovação na Visão dos Serviços de Informação no Século XXI. In *SEMINÁRIOS DE SABERES ARQUIVÍSTICOS (SESA): reflexões e diálogos para formação do arquivista*. Curitiba: Appris, 2013, vol.1, p. 181-204. ISBN 978-85-8192-225-6, p. 215.

¹³ Para os iluministas, como John Locke, David Hume, Adam Smith, etc., a criação de propriedade também era apanágio do ser humano, que através do seu trabalho sobre o material em bruto que a natureza lhe disponibilizava, produzia objetos de valor acrescentado, os quais trocava entre si.

¹⁴ Passa a ser o motor da criatividade e da inovação e, porquanto, o principal ativo dos indivíduos, das organizações e dos países, em oposição ao capital material, que transita para o domínio dos seus passivos. Tal como afirmou o visionário DRUCKER, Peter F. – *Post-Capitalist Society*. New York: Harper Collins, 1993, p. 183, *No passado, as fontes de vantagem competitiva eram o trabalho e os recursos naturais, agora e no próximo século, a chave para construir a riqueza das nações é o conhecimento.*

¹⁵ O conhecimento é uma capacidade cognitiva, exclusiva do ser humano e não pode ser considerado propriedade de ninguém. O conhecimento obtém-se a partir do processamento dos dados e da informação e na sua transformação em ações. A transmissão do conhecimento é possibilitada pelos processos intelectuais de ensino e de aprendizagem. Como afirmam MATOS, Florinda; LOPES, Albino – Gestão do capital intelectual: a nova vantagem competitiva das organizações. *Comportamento Organizacional e Gestão* [Em linha]. Vol. 14, nº 2 (2008), p. 234. [Consult. 2013-04-28]. Disponível em [www: <URL: http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v14n2/v14n2a07.pdf>](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v14n2/v14n2a07.pdf), *o conhecimento é a informação que ao ser usada pela mente humana permite a tomada de decisão em determinado contexto.*

¹⁶ Entendida como um conjunto de dados estruturados e formatados, disponível em vários formatos, que pode ser acumulada pelo ser humano, ao qual é externa, mas que pode ser utilizada para gerar conhecimento. A informação usada, só é útil quando é relevante,

Neste sentido, a relação que se estabelece na Sociedade em Rede entre informação e conhecimento é cada vez menos linear.

A informação é concetualizada como a matéria-prima de que deriva o conhecimento – fonte inesgotável de riqueza –, mas não basta ser o seu proprietário, é preciso ser o seu usufrutuário, é preciso acrescentar-lhe valor, é preciso compreendê-la, interpretá-la e utilizá-la como a vantagem competitiva das BU para o desenvolvimento da missão da Universidade – o ensino, a investigação e a aprendizagem.

Daqui decorrem várias interrogações. Qual é o preço justo das BU? Qual é a importância das BU? Qual é o custo das BU e quais são os benefícios advindos da sua existência? Qual é o sentido, a significação, a interpretação, a estimativa em relação às BU?

Esta abordagem das BU como agentes criadores de valor insere-se no âmbito da chamada Nova Gestão Pública¹⁷, assente em evidências e não em pressupostos, onde o valor das organizações em geral passa a ser determinado pelo seu uso, pelos benefícios que delas podem advir para o bem-estar social.

Esta evidência, que esteve na base da evolução do estudo do documento, do contendor, para o estudo da informação, do conteúdo, tem efeitos diretos na avaliação das BU no século XXI, na fixação do seu valor institucional e social, o qual deixa de ser determinado pela tecnologia e passa a ser determinado pelas pessoas – mediadores¹⁸ e mediados –, as únicas capazes de criar, de inovar e dessa forma acrescentar valor às organizações, aumentando a sua qualidade, competitividade e produtividade.

A Sociedade em Rede implica uma mudança paradigmática do estudo dos meios para o estudo epistemológico das pessoas – *dos proprietários*

ou seja, quando gera conhecimento, quando contribui para a tomada de decisões que promovem o desenvolvimento do ser humano.

¹⁷ O chamado *New Public Management* ou *Nova Gestão Pública*, uma ideologia neoliberal, onde domina uma fraca intervenção do estado a nível económico e cultural, que se veio sobrepor ao modelo de Estado Providência, (*Welfare State*, que se tinha começado a implantar na Europa depois da 2.ª guerra mundial e que associado à noção de cidadania consagrava uma série de direitos sociais), impondo o papel do mercado como o modelo ideal.

¹⁸ Do latim *mediatore*, que significa aquele, ou aquilo, que medeia ou intervém, o intermediário, ato ou efeito de mediar, intermediação.

e dos deserdados, dos conectados e dos desconectados¹⁹, dos incluídos e dos excluídos²⁰ –, dos seus valores, das suas necessidades, das suas expectativas, as quais determinam o uso do conteúdo dos contentores, ou seja, *como os seres humanos pensam, agem, sentem e geralmente tratam os problemas do dia-a-dia*²¹.

Assim, quando falamos em determinação do valor económico e social das BU, estamos a referir-nos à riqueza, à importância, ao sentido, ao significado, à sua utilidade para a condução racional das atividades dos seres humanos, *la posibilidad práctica de aplicar un conocimiento a una demanda concreta*²² e, em simultâneo, *à proporção entre uma quantidade que se dá*, no caso das BU, maioritariamente por uma via indireta – através dos impostos dos cidadãos –, e por uma via direta – as propinas pagas pelos estudantes, *e outra que se recebe em troca*, o conhecimento gerado que possibilita a criatividade e a inovação.

Ora, o facto de o conhecimento ser intangível e de as diversas tentativas para o definirem resultarem *por lo general a un labirinto del que no hay una salida airosa*²³, faz com que a sua demonstração seja extraordinariamente difícil, senão mesmo impossível²⁴, sobretudo se pretendermos traduzir, ou mensurar, os benefícios ou o valor económico da informação e dos Serviços de Informação²⁵.

¹⁹ RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, p.27.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 216.

²¹ McGARRY, K. J. – *Da documentação à informação: um contexto em evolução*, p. 37.

²² CAPURRO, R. – Epistemología y ciencia de la información. *Acimed: revista cubana de los profesionales de la información y la comunicación en salud*. Vol. 21, n.º 2 (2010), p. 257.

²³ TOFFLER, Alvin; TOFFLER Heidi – *La revolución de la riqueza*. Barcelona: Debate, 2006. ISBN 84-8306-674-2, p. 153.

²⁴ Mormente se tivermos em linha de conta a dificuldade em conhecer os comportamentos e as atitudes do objeto de estudo – o ser humano – enquanto complexo bio-psico-socio-cultural. Ver MORIN, Edgar – *O paradigma perdido: a natureza humana*. 3.ª ed. Mem Martins: Europa América, 1975.

²⁵ Sobre este assunto consultar as obras LANCASTER, Frederick Wilfrid – *If you want to evaluate your library*. 2nd ed. London: Library Association Publishing, 1993. ISBN 1-85604-083-6; *The measurement and evaluation of library services*. Washington: Information Resources, 1977. ISBN 087815017X; *Principes directeurs pour l'évaluation des systèmes et services d'information*. Paris: Unesco, 1978. 180 p. (Unesco; PGI-78/WS/18).

Esta dificuldade, ou impossibilidade, suscitada pela natureza intrínseca da riqueza desta nova sociedade²⁶, pode ser colmatada, pelo menos a longo prazo, pela exigência e obrigatoriedade de conhecer *os atalhos para a mente humana* – os valores, as necessidades, as atitudes e os comportamentos que regem a chamada *aldeia global*, a informação pessoal – *a propriedade do século XXI* – nas suas esferas pública e, sobretudo, privada²⁷.

2. O valor económico e social das Bibliotecas Universitárias no contexto da Sociedade do Conhecimento: a mediação da informação

Enquanto partes integrantes da estratégia das Universidades²⁸, as BU sempre assumiram como valor principal, quer implícita quer explicitamente²⁹, a função de mediação da informação³⁰, entendida *como toda la acción de interferencia – realizada por el profesional de la información – directa o indirecta; conciente o inconsciente; individual o colectiva; que propicia la apropiación de la información que atienda, plena o parcialmente, una necesidad informacional*³¹ dos utilizadores.

Todavia, a complexidade desta função da BU na Sociedade Digital, para além de lhe conferir um estatuto privilegiado para o êxito das polí-

²⁶ TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi – *The third wave*, p. 154-156, desenvolvem 10 características do conhecimento que o distinguem de todas as outras fontes de riqueza.

²⁷ Tal como refere CASTELLS, Manuel – *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7, *Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção*.

²⁸ Ver COMISIÓN TÉCNICA DE LA ESTRATEGIA UNIVERSIDAD – *La responsabilidad social de la universidad y el desarrollo sostenible*. Secretaría General de Universidades, 2011. Conferência de Reitores das Universidades espanholas, REBIUN.

²⁹ Mediação implícita (processos, nomeadamente o catálogo, que constitui um meio tradicional por excelência de mediação das BU) e Mediação explícita (relação formal com os utilizadores, por ex. através dos Serviços de referência).

³⁰ Ainda que de uma forma passiva ou estática, de levar informação de um lado para o outro. Do latim *mediatio*, substantivo feminino que significa ato ou efeito de mediar, intermediação.

³¹ ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de – *Mediación e información*. Ibersid. (2007) 27-35. ISSN 1888-0967, p. 30.

ticas de ensino superior no domínio da investigação e da aprendizagem, recupera a sua função ancestral educativa.

Contrariamente ao que alguns proclamavam e ainda hoje defendem, não basta ter cidadãos conectados, é preciso ter cidadãos envolvidos no processo de construção do saber.

Neste âmbito, consideramos que a desintermediação anunciada, ingenuamente, pelo paradigma tecnológico – que pretendia reduzir ou eliminar a necessidade, ou a importância, dos Serviços de Informação em geral e das BU em particular – é uma miopia da sociedade da informação.

A necessidade *de pôr ordem na desordem, de transformar o valor latente da informação em valor real, abre um campo fértil a estas organizações, às quais se exige que retomem o seu papel original de filtros, de mediadores, de agentes facilitadores do acesso ao conhecimento e do combate à desinformação*³², recuperando a sua função de *refinerías de información donde se busca y recopila un producto en bruto, la información y –lo que es más importante– se transforma en conocimiento*³³.

Ora, aquilo a que pudemos assistir na Sociedade da Informação foi a uma proliferação de dados, em muitos casos inúteis, sem qualquer tipo de significado, em estado bruto. Tal como afirmam TOFFLER, Alvin e TOFFLER, Heidi *apesar de las riadas de datos, información y conocimientos que engullimos diariamente, en realidade un percentage cada vez mayor de lo que sabemos es cada vez menos verdade*³⁴, e é esta necessidade premente de valorizar a informação disponível, de distinguir a boa da má informação, de determinar a qualidade e o valor da informação, que se assume como a missão das BU na Sociedade do Conhecimento.

³² MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – A avaliação dos Outcomes dos Sistemas de Organização e Representação da Informação. In CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1.º; CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11.º, Porto, 7 a 9 de Nov. de 2013 – *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: atas* [Em linha]. p. 387-405. [Consult. 2013-11-08]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congreso-ISKO-Espana/>, p. 390.

³³ ALLEPUZ ROS, Teresa – Gestores y consumidores de información en la economía del conocimiento. In *Jornadas Españolas de Documentación*, VI, 1998 [Em linha]. [Consult. 2004-11-18]. Disponível na WWW em: <URL:http://127.0.0.1:4664/cache?event_id=57236&schema_id=2&q=allepuz&s=glegeXRzcBjHrh9Muz6c5l4pdqY, p. 3.

³⁴ TOFFLER, Alvin; TOFFLER Heidi – *The third wave*, p. 168.

Assim, sobre o novo papel das BU no século XXI, podemos inferir que a sua função de intermediação – entre os dados cada vez mais dispersos e a posse de informação registada e o seu acesso – é enriquecida com a função de educação e de aprendizagem.

Neste novo cenário, a comunicação assume um papel determinante na política das BU e implica o conhecimento dos seres humanos e das suas necessidades, e ainda a capacidade de lhes proporcionar informação útil para o seu desenvolvimento³⁵.

As BU assumem o papel de mediadoras para o acesso ao conhecimento através de um processo permanente de comunicação da informação que conservam nas suas coleções, desenvolvendo ações para promover sistematicamente o encontro entre os seus clientes e as suas coleções e avaliando permanentemente *o ser humano e a sua circunstância*³⁶.

Esta visão da BU *pressupõe a necessidade de comunicar, de interagir com o objeto, iniciando assim o processo de conhecer e a sua retroalimentação, possibilitada por uma aprendizagem contínua*³⁷.

Este novo papel que é atribuído às BU, aumenta substancialmente a visibilidade externa da organização e o reconhecimento interno das suas funções, mas impõe-lhe também novos e complexos desafios, os quais lhe retiram o carácter sacrossanto que sempre a caracterizou e justificou do ponto de vista institucional.

As funções tradicionais das BU, desenvolvidas *em torno de princípios fundamentais (como o sejam a igualdade, a neutralidade, a qualidade, etc.), devem agora ser conjugadas com novos modos de funcionamento, fundados em princípios de ação (como a transparência e responsabilidade, simplicidade e acessibilidade, participação e adaptação, confiança*

³⁵ RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, p.73-74, afirma mesmo que *são as ciências da informação e as ciências da vida – os computadores e os genes – que vão dominar uma grande parte da actividade económica do século XXI*.

³⁶ Fórmula proposta pelo filósofo espanhol José Ortega Y Gasset (1914) – *Eu sou eu e a minha circunstância* – e que ilustra a multiplicidade de pontos de vista em relação à realidade circundante e aos fatores contingenciais que condicionam a vida coletiva e individual.

³⁷ MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – *A avaliação dos Outcomes dos Sistemas de Organização e Representação da Informação*, p. 397.

*e fiabilidade, etc.), que permitam o estabelecimento de uma ligação direta entre a ação e os resultados dessa ação, consolidando assim as mudanças conjunturais, através da alteração estrutural correspondente*³⁸.

Isto é, não basta presumir o valor da BU para a comunidade universitária, *é necessário evidenciar, demonstrar o seu contributo para o desenvolvimento individual e coletivo, ou seja, as capacidades que os alunos, professores e comunidade em geral adquiriram por aceder à informação, de que forma os seus comportamentos e atitudes se modificaram, que conhecimentos adquiriram*³⁹, quais as alterações proporcionadas no seu processo de investigação, no seu nível ou qualidade de vida académica e/ou profissional.

Assim, de uma mediação custodial passiva, que surge a partir do séc. XVIII com um caráter patrimonialista, historicista e tecnicista, assente numa abordagem instrumental, prática, normativa e descritiva dos documentos, inaugura-se, a partir do século XXI, ainda que de uma forma lenta e gradual, a mediação pós-custodial ativa e interativa, com um caráter informacional e científico, que pretende compreender e explicar o fenómeno infocomunicacional⁴⁰.

Desta forma evolui-se da preocupação com a organização e representação da informação para a interpretação e descodificação dos mecanismos e obstáculos que se colocam à sua comunicação, nomeadamente quando os emissores são cada vez mais atrativos, as mensagens são em muito maior número, e quando os recetores são cada vez mais exigentes, mais especializados, mais heterogéneos, mais insatisfeitos, exigindo *serviços excelentes, preços justos e ofertas inovadoras*⁴¹.

Nesta nova sociedade, designada por digital, e contrariando a divisão binária do universo iluminista – *sujeitos cognoscentes activos e objetos*

³⁸ MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – “Utilizadores ou clientes”?, p. 218.

³⁹ MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – A avaliação dos *Outcomes* dos Sistemas de Organização e Representação da Informação, p. 398.

⁴⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife: Néctar, 2011, p. 180-181.

⁴¹ SEYBOLD, Patricia B. – A revolução do cliente. *Marketeer*. N.º 55 (2001), p. 78-80.

*de conhecimento passivos*⁴² – o sujeito e o objeto são indissociáveis e o mundo passa a ser uma *construção do espírito humano*⁴³.

Mas esta mudança paradigmática da mediação da BU – do modelo custodial para o pós custodial – não se traduz apenas, como já foi dito, numa mudança de meios – dos analógicos para os digitais.

A Nova Gestão da Coisa Pública implica a passagem de uma lógica de gestão dos meios para uma lógica de avaliação dos resultados, assente em factos e não em suposições, gerando a necessidade de deslocar o enfoque do sistema para os seus usufrutuários, da qualidade das coleções e do desempenho das BU, isto é, da ação dos mediadores para a satisfação das pessoas que constituem a comunidade académica, ou seja, da reação dos mediados em relação ao desempenho do sistema.

Assim, a mudança no modelo de mediação traduz-se numa efetiva mudança de mentalidades no seio dos agentes envolvidos no processo de mediação da informação para acesso ao conhecimento.

De facto, na Era Digital, a mediação das BU implica um reposicionamento da sua gestão estratégica do interior da organização para o seu exterior, de uma visão centrada no sistema de informação para uma visão centrada no produtor e consumidor da informação, e tem como pressuposto uma mudança terminológica inerente à análise da evolução social subjacente à passagem do conceito de UTILIZADOR – o proprietário da informação –, ao conceito de CLIENTE⁴⁴ – o que acede à informação

⁴² RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, p.231.

⁴³ Como afirma RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, p.234, *já não se trata de um mundo de objectividade mas de contingência, já não assenta em verdades mas em opções e cenários*.

⁴⁴ A distinção terminológica, que surge na literatura anglo-saxónica, justifica-se pelo objetivo de apresentar a noção de serviço como integrado na construção de um sistema global, em que o leitor é considerado não só como um *usufrutuário, mas como parte integrante dele. O que está em causa na mudança terminológica proposta – de utilizador, para cliente –, não é de todo uma rutura com uma história secular, e muito menos uma alteração profunda da matriz fundadora dos Serviços de Informação de Arquivo e de Biblioteca – Recolher, Conservar e Difundir a memória da humanidade –, mas sim um enquadramento histórico e uma adaptação da sua missão, e das suas funções, aos novos contextos sociais, de forma a permitir o estabelecimento de prioridades para o novo século, assentes numa lógica de melhoria contínua e qualidade total do seu funcionamento.* MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – *Utilizadores ou clientes?*, p. 218-219. O ‘cliente’ é o indivíduo (ou organização) colocado no centro dos processos de transferência de informação que a BU

– e, ainda que muito recentemente, ao designado PROSUMIDOR⁴⁵ – o que produz e consome a informação produzida, em prol do bem-estar individual e coletivo⁴⁶.

Na Sociedade do Conhecimento, evolui-se *da visão vanguardista da última década do século passado, centrada na criação de mecanismos e processos de desmaterialização e acesso universal à informação, para uma visão inovadora, que focaliza toda a sua atenção no processamento e uso individual da maior riqueza das nações – a informação processada em benefício da estabilidade e do desenvolvimento humano*⁴⁷.

Assim, a vitalidade da informação não é conferida pela passagem de um *cemitério físico*, para um *cemitério digital*. Essa vitalidade não é atin- gida pela simples disponibilização de informação na Web, ainda que em constante crescimento. Para que a informação acumulada pelo ser humano seja útil, é necessário que ela alimente a capacidade cognitiva, exclusiva do ser humano, de gerar conhecimento, de ser criativo e inovador.

Neste contexto, quem determina o *valor económico e social* das BU é a comunidade académica – Estudantes, Professores, Investigadores, Pessoal e Comunidade em geral, os clientes reais e/ou potenciais, físicos ou virtuais – e não as suas tutelas⁴⁸. Daí a necessidade de desenvolver mecanismos de atração, captação e sobretudo de fidelização dos chamados *Stakeholders* em sentido lato, tal como foram definidos por Peter Brophy

assegura, transformado em razão primeira da sua existência e em fulcro do conjunto de todas as atividades desenvolvidas.

⁴⁵ A sociedade de consumo passava a ser constituída pelos *Prosumidores*, palavra inventada por TOFFLER, Alvin – *Op. cit.* para designar aqueles que, a título individual ou coletivo, PROduzem e conSOMEM os seus próprios *outputs*. Sobre o conceito de *prosumidor*, veja-se a obra de TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi – *Op. cit.*, p. 217-286.

⁴⁶ Os chamados seres humanos *proteiformes* que se metamorfosearam de *trabalhador produtivo em consumidor informado e deste último em protagonista de representações criativas*. In RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, p. 258.

⁴⁷ MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – *A avaliação dos Outcomes dos Sistemas de Organização e Representação da Informação*, p. 394.

⁴⁸ *De acordo com esta nova visão, a qualidade total das organizações passa a ser dirigida pelo cliente e não, como até agora, pelo menos nas ONL, imposta pelas organizações, de acordo com as análises feitas a partir das torres de marfim das empresas*. In MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – *Utilizadores ou clientes?*, p. 214.

em 1995⁴⁹, ou seja, as pessoas, grupos ou organizações que, direta ou indiretamente, se relacionam com a organização, que têm algum interesse nela, que a afetam ou por ela são afetados⁵⁰.

Conclusão

Como súpula da mensagem que pretendemos comunicar, consideramos que a discussão epistemológica sobre o ser humano e as suas *relações tradicionais de reciprocidade, baseadas na afeição, no amor e na dedicação*⁵¹, deverá ser a pedra de toque da Sociedade do Conhecimento, indo muito além do *growth of userism in recent Web thinking can be understood partly in relation to the prevailing neo-liberalistic view of society. When human beings are reduced to customers, consumers or users, society can be reduced to a market*⁵².

Para ultrapassar o reducionismo da Sociedade da Informação, que acentuou o abismo entre o potencial tecnológico e a sabedoria humana, é necessário reafirmar o valor da relação entre o ser humano espiritual e a informação disponível, entre o uso e os usuários. É do *outcome*⁵³ desta relação que resulta o progresso da humanidade.

Contrariamente a todas as outras substâncias, onde se verifica uma relação desproporcional entre o valor de uso e o valor de troca – *the*

⁴⁹ Ver também a definição de público dada por KOTLER, Philip – *Marketing para organizações que não visam o lucro*. São Paulo: Atlas, 1994. ISBN 85-224-0397-X, p. 33.

⁵⁰ Consideram-se stakeholders dos Serviços públicos, para além dos chamados clientes finais, *todos os clientes internos e externos da cadeia de produção e, no caso dos serviços públicos, a totalidade dos cidadãos, com expectativas e percepções muito diferenciadas*. NOGUEIRA, S. G. (2008). *Qualidade e satisfação em serviços de saúde: uma abordagem da avaliação do desempenho* [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 2011-05-16]. Disponível em WWW: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1374/1/Qualidade%20e%20Satisfa%3a7%3a3o%20em%20Servi%3a7os%20de%20sa%3bade.pdf>. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada ao ISCTE, p. 13.

⁵¹ RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*, 141.

⁵² NORUZI, Alireza – Application of Ranganathan's Laws to the Web. *Webology*. [Online]. Vol. 1, n°2, (2004). [Consult. 2013-03-20]. Available in [www:URL:http://www.webology.ir/2004/v1n2/a8.html](http://www.webology.ir/2004/v1n2/a8.html).

⁵³ Do impacto que a informação tem nos seus utilizadores e na sociedade.

*things which have the greatest value in use have frequently little or no value in exchange; and, on the contrary, those which have the greatest value in exchange have frequently little or no value in use*⁵⁴ –, o valor do conhecimento aumenta em função do seu uso – *cuanto más conocimiento utilizamos, más del mismo creamos*⁵⁵.

Assim, na continuidade do pensamento de Tom Peters e Bob Waterman⁵⁶, considerar as pessoas, e não as máquinas, o dinheiro ou mesmo os cérebros, como um recurso natural, talvez seja o sucesso de tudo, e constitua a tão almejada vantagem competitiva das BU na Era Digital.

Em congruência, uma BU será cara ou barata, boa ou má, rica ou pobre quando comparada com outras organizações concorrentes em função da excelência do seu desempenho e essa só pode ser reconhecida olhando para a organização através dos olhos dos utilizadores, perguntando-lhes...

- Qual é a imagem da Biblioteca da Universidade na estrutura académica?
- Qual é o seu contributo para o progresso do ensino, da aprendizagem e da investigação?
- Qual é o contributo da Biblioteca da Universidade para reforçar a autonomia dos estudantes na aprendizagem?
- Qual é a qualidade e a quantidade da informação necessária para atingir a criatividade, a inovação e o conhecimento?
- Qual é o contributo da Biblioteca Universitária para a aprendizagem dos estudantes ao longo da vida?
- Qual é o grau de abertura sistémica da Biblioteca da Universidade ao cidadão, às empresas e às organizações?

⁵⁴ Adam Smith exemplifica esta relação através da água, dizendo que *nothing is more useful than water; but it will purchase scarce any thing; scarce any thing can be had in exchange for it. A diamond, on the contrary, has scarce any value in use; but a very great quantity of other goods may frequently be had in exchange for it.* In SMITH, Adam – *Op. cit.*, Primeiro Volume, Livro Primeiro, Capítulo IV.

⁵⁵ TOFFLER, Alvin; TOFFLER Heidi – *The third wave*, p. 160.

⁵⁶ PETERS, Thomas J.; WATERMAN JR., Robert H. – *In search of excellence = Na senda da excelência: o exemplo das empresas norte-americanas mais bem geridas.* 2.^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987. ISBN 972-20-0035-7, p. 58.

- Quais são as necessidades de informação dos clientes da Biblioteca da Universidade?
- Quais são as suas expectativas?
- Qual é o seu grau de satisfação?
- Quais são as estratégias e os canais de comunicação com os clientes da Biblioteca da Universidade?

As respostas que obtivermos a estas perguntas, ajudar-nos-ão a determinar o valor das BU na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Referências bibliográficas

- ALLEPUZ ROS, Teresa – Gestores y consumidores de información en la economía del conocimiento. [Em linha]. In *Jornadas Españolas de Documentación*, VI, 1998. [Acedido a 28 de jan. de 2014]. Disponível na WWW em: <http://127.0.0.1:4664/cache?event_id=57236&schema_id=2&q=allepuz&s=glegeXRzcBjHrh9Muz6c5l4pdqY>.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de – Mediación e información. *Ibersid*. (2007) 27-35. ISSN 1888-0967.
- CAPURRO, R. – Epistemología y ciencia de la información. *Acimed: revista cubana de los profesionales de la información y la comunicación en salud*. 21:2 (2010), 248-265.
- CASTELLS, Manuel – *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CASTELLS, Manuel – *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COMISIÓN TÉCNICA DE LA ESTRATEGIA UNIVERSIDAD – La responsabilidad social de la universidad y el desarrollo sostenible. Secretaría General de Universidades, 2011. *Conferência de Reitores das Universidades espanholas, REBIUN*.
- DAVALLON, Jean – A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*. 1 (2007), 3-36.
- DRUCKER, Peter F. – *Post-Capitalist Society*. New York: Harper Collins, 1993.

- DUVOLD, Ellen-Merete – The meaning of the public library in people’s everyday life: some preliminary results from a qualitative study. In JOHANNSEN, Carl Gustav; KAJBERG, Leif, ed. – *New frontiers in public library research*. Maryland: Scarecrow Press, 2005. ISBN 0-8108-5039-7.
- THE ECONOMICS OF INFORMATION. In *International Encyclopedia of Information and Library Science*. London; New York: Routledge, 1997. ISBN 0-415-09860-2.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa – Construção de conceitos no campo da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. 27:1 (1998).
- KOTLER, Philip – *Marketing para organizações que não visam o lucro*. São Paulo: Atlas, 1994. ISBN 85-224-0397-X.
- LANCASTER, Frederick Wilfrid – *If you want to evaluate your library*. 2nd ed. London: Library Association Publishing, 1993. ISBN 1-85604-083-6.
- LANCASTER, Frederick Wilfrid – *The measurement and evaluation of library services*. Washington: Information Resources, 1977. ISBN 087815017X.
- MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – “A avaliação dos outcomes dos sistemas de organização e representação da informação”. In CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1.º; CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11º, Porto, 7 a 9 de Nov. de 2013 – *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: atas* [Em linha]. p. 387-405. [Acedido a 8 de nov. de 2013]. Disponível na WWW em: <<http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congreso-ISKO-Espana>>.
- MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso – Utilizadores ou clientes? inovação na visão dos serviços de informação no século XXI. In SEMINÁRIOS DE SABERES ARQUIVÍSTICOS (SESA) – *Reflexões e diálogos para formação do arquivista*. Curitiba: Appris, 2013. Vol.1, p. 181-204. ISBN 978-85-8192-225-6.
- MARTÍN BARBERO, Jesús – *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- MATOS, Florinda; LOPES, Albino – Gestão do capital intelectual: a nova vantagem competitiva das organizações. [Em linha]. *Comportamento Organizacional e Gestão*. 14:2 (2008), 234. [Acedido a 28 de abril de 2013]. Disponível na WWW em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v14n2/v14n2a07.pdf>>.
- McGARRY, K. J. – *Da documentação à informação: um contexto em evolução*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- NOGUEIRA, S. G. (2008). *Qualidade e satisfação em serviços de saúde: uma abordagem da avaliação do desempenho* [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Acedido a 16

- de maio de 2011]. Disponível na WWW em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1374/1/Qualidade%20e%20Satisfa%3%a7%3%a3o%20em%20Servi%3%a7os%20de%20sa%3%bade.pdf>>. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada ao ISCTE.
- NORUZI, Alireza – Application of Ranganathan’s Laws to the Web. [Em linha]. *Webology*. 1:2 (2004). [Acedido a 20 de mar. de 2013]. Disponível na WWW em: <<http://www.webology.ir/2004/v1n2/a8.html>>.
- PETERS, Thomas J.; WATERMAN JR., Robert H. – *In search of excellence = Na senda da excelência: o exemplo das empresas norte-americanas mais bem geridas*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987. ISBN 972-20-0035-7.
- Principes directeurs pour l'évaluation des systèmes et services d'information*. Paris: Unesco, 1978. 180 p. (Unesco; PGI-78/WS/18).
- RIFKIN, Jeremy – *A era do acesso: a revolução da nova economia*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. ISBN 972-23-2741-0.
- SEYBOLD, Patricia B. – “A revolução do cliente”. *Marketeer*. N.º 55 (2001), p. 78-80.
- SILVA, Armando Malheiro da – Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com*. 9 (2010).
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife: Néctar, 2011, p. 180-181.
- TOFFLER, Alvin – *The third wave*. New York: Bantan Books, 1981. ISBN 0-553-22635-5.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER Heidi – *La revolución de la riqueza*. Barcelona: Debate, 2006. ISBN 84-8306-674-2.

MARIA MANUEL BORGES

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
JOGOS DE LUZ E SOMBRAS**

UNIVERSITY LIBRARIES:
THE INTERPLAY OF LIGHT AND SHADOWS

RESUMO: Procura-se nesta comunicação sublinhar o papel de centralidade da biblioteca universitária, de que a Biblioteca de Alexandria constitui o arquétipo identitário, no ensino e na investigação.

A possibilidade de acesso pleno ao conhecimento configura-se em torno de uma nova Alexandria, epicentro de uma nova revolução, a digital, que lhe dá existência no ciberespaço, e cujos pilares assentam nas bibliotecas universitárias que conhecemos.

Discute-se como, neste jogo de luz e sombras, condicionado por políticas várias que definem os horizontes do ensino e da investigação, se jogam também as condições de acesso, ou de opacidade, ao que de mais excelente produziu a mente humana.

Palavras-chave: biblioteca digital; biblioteca universitária; acesso aberto ao conhecimento.

ABSTRACT: This communication seeks to highlight the role of centrality of the university library, which has the Library of Alexandria as the archetypal identity, in teaching and research. The possibility of full access to knowledge is configured today around a new Alexandria, epicenter of a new revolution, the digital, which gives it existence in cyberspace, and whose pillars are based in the university libraries we know. In this paper we discuss how, in this play of light and shadows, conditioned by various policies that define the horizons of education and research, are also in question the conditions of access or opacity to what of the most excellent was produced by the human mind.

Keywords: digital library; university library; open access to knowledge.

Introdução

As possibilidades trazidas pela escrita tornaram possível a construção de espaços dedicados ao armazenamento externo da memória humana, dos quais destacamos as bibliotecas. Nesta breve incursão assume particular relevo a grande biblioteca de Alexandria que incorpora, de algum modo, as bibliotecas da Academia de Platão e do Liceu de Aristóteles, as quais representam os exemplos mais antigos de uma biblioteca de investigação¹.

Comemoramos hoje os 500 anos de uma biblioteca universitária que se insere nesta tradição e que, tal como as que a antecederam, resulta da vontade política que se traduz pela afirmação da sua importância ao longo do tempo para o progresso do conhecimento humano.

Reafirma-se nesta comunicação o papel de centralidade que as bibliotecas universitárias ainda detêm na contemporaneidade, traduzido pelo investimento arquitetónico que podemos testemunhar com resultados significativos dos pontos de vista estético, simbólico e cultural, fruto da vontade política que lhes dá o ser. E constatamos que a passagem do tempo não deteve, ainda que tenha contido, a força e a colateral expressão física, das bibliotecas universitárias.

De Alexandria a Xanadu

Uma grande biblioteca é um sinal de permanência, mas também de poder: “Plutarco relata que o bibliotecário Demetrius [da Biblioteca de Alexandria] aconselhou Ptolomeu a «coletar todos os livros sobre a realeza e o exercício do poder e a lê-los»”². Recuperando a sua vocação

¹ EL-ABBADI, M. – *The life and fate of the ancient Library of Alexandria* [Em linha]. Paris: Unesco/UNDP, 1992. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.amazon.com/Life-Fate-Ancient-Library-Alexandria/dp/9231026321>>.

² LERNER, F. A.; SCHIMMEDI, S. B. – *The story of libraries: from the invention of writing to the computer age* [Em linha] New York: Continuum, 2001. Disponível na WWW em: URL:http://www.amazon.com/Story-Libraries-Invention-Writing-Computer/dp/0826413250/ref=sr_1_1?ie=UTF8&qid=1388321007&sr=8-1&keywords=0826413250, p. 126.

primeira, uma biblioteca constitui igualmente uma alavanca desse poder por excelência que é o conhecimento.

Foi durante o séc. XVIII, com a Filosofia das Luzes e o despontar de um novo tipo de universidade vocacionada para a ampliação, e não apenas transmissão, do conhecimento que a biblioteca universitária iniciou a sua transição de 'casa do tesouro' para o centro da vida intelectual, um processo que começou na Alemanha, e de que Gottingen constituiu um bom exemplo³.

A Universidade de Gottingen abriu em 1737 concebida quer como uma universidade de investigação, quer de ensino. Conta-nos Lerner⁴ que, em 1816, Bostonian George Ticknor comparou Harvard com Gottingen onde estava a estudar e achou que a grande e radical diferença se devia ao modo como cada universidade olhava para a sua biblioteca:

One very important and principal cause of the difference between our University and the one here is the different value we affix to a good library and the different ideas we have of what a good library is.(...)

It cannot better explain you the difference between our university in Cambridge and the one here by telling you that there I hardly say too much when I say that it consists in the library, and that in Cambridge the library is one of the last things thought and talked about.

A centralidade ou acessibilidade aos fluxos informacionais, particularmente à informação científica, é condição indispensável ao desenvolvimento. Contudo, a maioria dos investigadores, estudantes e público em geral têm sido relegados para a periferia, afastados das fontes de informação indispensáveis à construção do conhecimento. Este fenómeno, que decorre da perda progressiva do poder aquisitivo das bibliotecas universitárias e especializadas, é mais grave em países com maiores dificuldades económicas, o que produz desigualdades no ensino e na investigação.

³ LERNER, F. A.; SCHIMMEDL, S. B. – *The story of libraries: from the invention of writing to computer age* [Em linha] New York: Continuum, 2001, p. 125.

⁴ LERNER, F. A.; SCHIMMEDL, S. B. – *The story of libraries*, p. 128.

O que as novas plataformas digitais, das quais as bibliotecas são uma parte integrante e fundamental, podem permitir é uma maior transversalidade dos processos e conteúdos informativos, instaurando o que Willinsky⁵ designa por ‘princípio do acesso’. Tal princípio assenta numa ideia básica, a da equidade no acesso aos recursos de informação que as bibliotecas sempre procuraram garantir. O conhecimento, esse bem público por excelência, não se esgota pelo uso, muito ao contrário, vive desse uso e da capacidade de significação em novos contextos.

A comunicação entre os cientistas, o acesso à informação científica, a publicação eletrónica e a educação e formação em ciência poderão tender a refletir as possibilidades oferecidas pela tecnologia digital, quer no que toca ao alargamento quer ao fechamento da informação e reforço daquela proprietária⁶.

Os princípios e linhas orientadoras da OCDE⁷ reclamam abertamente que seja promovida uma cultura de abertura e partilha dos dados da investigação entre as comunidades de investigadores dos países-membros, mas também a outros investigadores, estimulada a troca de boas práticas no acesso e partilha dos dados, aumentada a consciencialização sobre os potenciais custos e benefícios das restrições e limitações no acesso e partilha dos dados da investigação financiada com dinheiros públicos, sublinhando, entre outros aspetos, a necessidade de considerar o acesso aos dados e partilhar regulamentos e práticas na formação das políticas de ciência e programas dos países membros.

O problema do acesso à informação não reside apenas no acesso puro e simples ao arquivo da ciência, apesar de primordial, mas no modo como esta informação é recuperada pelo utilizador sempre que necessária. A grande vantagem da informação digital é que a passagem de um ponto a outro do sistema, isto é, da pesquisa à recuperação do objeto, de um objeto a outro objeto, pode ser linear e isenta dos constrangimentos espaço

⁵ WILLINSKY, J. – *The Access Principle: The Case for Open Access to Research and Scholarship*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2006.

⁶ No sentido em que requer pagamento para a sua utilização.

⁷ PILAT, D.; FUKASAKU, Y. – OECD Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding. *Data Science Journal*. Vol. 6, p. OD4-D11. OECD. doi:10.2481/dsj.6.OD4

temporais associados ao universo analógico. Contudo, é também verdade que o universo digital pode incluir barreiras ao acesso, quebrando, assim, a possível linearidade e impedindo o fluxo da informação científica nos moldes ideais ao seu funcionamento. É a consciência desta diferenciação entre universos de primeira e de segunda que impele a um posicionamento mais equitativo na construção da ciência. Para aqueles que se encontram mais distanciados dos fluxos informacionais, e assim, remetidos para a periferia dos processos, os obstáculos são de vária ordem: económicos, infraestruturais, políticos, linguísticos e culturais. Reconhecer que é assim, significa estar atento ao tipo de problemas a enfrentar:

- O progresso científico e tecnológico requer investigação e é indissociável do desenvolvimento social e económico;
- A comunicação científica é uma parte crucial às atividades de pesquisa e desenvolvimento, pelo que qualquer obstáculo à sua difusão constitui um real obstáculo ao progresso científico;
- O acesso sem restrições a informação científica torna-se a garantia de um uso mais amplo desta informação, condição indispensável não apenas para os investigadores mas também para a aprendizagem ao longo da vida de outros tipos de público, além do público em geral;
- O livre acesso à informação de qualidade torna-se mais urgente numa sociedade globalizada, de modo a garantir o acesso a todos sem exceção;
- Para os países em vias de desenvolvimento, torna-se mais crítica a aplicação de princípios que viabilizem um acesso livre para facilitar a participação destes países na produção e difusão da informação científica, enquanto, e simultaneamente, devem ser criadas as condições para a cobertura de temas de investigação que reflitam as preocupações destes países.

A tecnologia digital ao abolir o espaço e o tempo não torna homogéneas as condições de acesso e produção da ciência e é esta heterogeneidade que requer a discussão para a diluição, tanto quanto possível, das diferenças. Ao contrário do que se passa hoje, é bem possível que venham a afirmar-se formas mais personalizadas, e portanto cultural e

geograficamente determinadas, que vêm enriquecer o atual discurso científico pela adição de outras vozes e outras competências. É por esta razão que o movimento dos repositórios institucionais e temáticos, que têm as bibliotecas como um dos principais ‘stakeholders’, pode vir a revelar efeitos colaterais que conferem uma maior expressão na diversidade de temas e interesses específicos de determinadas comunidades, uma personalização que pode constituir uma enorme mais-valia, sobretudo na Europa, onde esta diversidade pode vir a ser mais fecunda. Tais alterações implicam, entre outras, soluções de integração tecnológica, mecanismos de citação, resolução de problemas relacionados com o *copyright*, mas, de todos estes problemas, provavelmente aqueles que assumem particular relevo para os autores são os relativos ao *copyright*⁸ e à percepção sobre a qualidade dos trabalhos produzidos, a qual varia de acordo com as culturas epistémicas.

As assimetrias geográficas, também elas informacionais, não se diluem com a tecnologia, chegando mesmo, em alguns casos, a agravar-se fortemente⁹. A rede tem uma franca expressão em pólos geográficos determinados e, conscientes deste problema, criaram-se medidas específicas para os países menos desenvolvidos. Programas como o HINARI¹⁰ ou o AGORA¹¹ constituem uma diferença digna de nota em áreas fundamentais. Contudo, o problema não se esgota aqui. Quando as maiores bibliotecas universitárias do mundo, como a de Harvard, reconhecem a impossibi-

⁸ Aqui não é possível deixar de reforçar-se que o que mais preocupa os investigadores é o sistema de reconhecimento dos seus trabalhos e apenas secundariamente a questão da propriedade intelectual, a qual apenas assume um interesse fulcral se houver uma atribuição errónea da autoria. Coloca-se, contudo, o problema da cópia indevida, cuja deteção é também facilitada por software apropriado.

⁹ O uso da Internet em alguns países não se encontra muito desenvolvido.

¹⁰ Trata-se de um programa lançado em Janeiro de 2002, pela WHO (*World Health Organization*) com a colaboração dos principais editores que permite aos países em desenvolvimento terem acesso a informação biomédica e de saúde. Envolve mais de 113 países e mais de 3000 títulos. Informação disponível na [www:http://www.who.int/hinari/about/en/](http://www.who.int/hinari/about/en/).

¹¹ Trata-se de um programa lançado em Outubro de 2003, pela FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) com a colaboração dos principais editores que permite aos países em desenvolvimento ter acesso a informação na área da alimentação, agricultura, ciências do ambiente e ciências sociais com estas relacionadas. Envolve mais de 800 títulos. Informação disponível na [www:http://agora.aginternetwork.org/content/en/journals.php](http://agora.aginternetwork.org/content/en/journals.php).

lidade de manutenção da situação atual e descontinuam assinaturas de títulos de revistas científicas, estão a dar uma nota clara de que já não é possível continuar a operar nestas condições. Não é, aliás, por acaso que a ARL constituiu o SPARC com o objetivo de estimular a competição e criar alternativas num mercado dominado pelos editores comerciais, uma iniciativa que tem também a sua correspondente europeia, o SPARC *Europe*. Poderia pensar-se que se trata, pois, de um problema que respeita às bibliotecas e à desadequação dos seus orçamentos para fazer face à escalada de preços dos títulos fundamentais. Mas não é assim. A verdade é que este problema afeta, sobretudo, os autores que vêm progressivamente negada a possibilidade de serem lidos, e consequentemente citados, a razão de ser da publicação. É precisamente por esta razão, a de aumentar a visibilidade internacional que, para a informação produzida em países não anglófonos, foi lançado o SciELO, em 1998, e do qual Portugal também faz parte, aplicando as mesmas regras de avaliação de qualidade das grandes bases de dados internacionais às revistas científicas aí incluídas, as quais se encontram em acesso livre.

O conhecimento, tornado motor da economia, vem chamar a atenção para as questões relacionadas com a propriedade intelectual e, sobretudo, com a industrial¹². A discussão envolve frequentemente o problema da estimulação da inovação, o qual, para alguns, implica o reforço da proteção da propriedade intelectual traduzido, por exemplo, nos EUA pelo DCMA, enquanto para outros este fechamento só pode constituir um obstáculo à criatividade e, consequentemente, obstaculizar o processo de inovação¹³. Este problema é agravado pelos diferentes códigos da propriedade intelectual num contexto de diluição de barreiras geográficas que

¹² Uma das características dos objetos digitais é a facilidade de uso, parcial ou total, para a constituição de um novo objeto, o que é em si suficiente para gerar discussões acerca da propriedade intelectual. As questões sobre a propriedade industrial não foram abordadas neste estudo por se encontrarem fora dos objetivos pretendidos.

¹³ São disto exemplo os protocolos da Internet (TCP/IP) mas também da *World Wide Web* (o seu protocolo, a linguagem e a abertura pela integração de outros protocolos já existente como o *gopher* e o *ftp*) e o *software* licenciado em GPL. Veja, a este propósito, LESSIG, Lawrence – *The future of ideas: the fate of the commons in a connected World*. New York: Vintage Books, 2002. ISBN 0-375-72644-6.

a tecnologia digital elimina. As universidades, como produtoras de bens cobertos por códigos de propriedade intelectual, devem ter uma política clara nesta matéria, não apenas para o material publicado mas também para aquele desenvolvido para fins de ensino, por exemplo.

De Otlet a Berners-Lee ou para concluir

Um aspeto fundamental da biblioteca digital por oposição à de Alexandria é a aposta na concentração virtual de recursos em vez da concentração física. A verdade é que existe hoje uma real impossibilidade de cobertura dos títulos fundamentais em qualquer área do conhecimento e muito particularmente aqueles ligados à ciência e tecnologia.

A concentração virtual exige cooperação entre instituições à escala nacional e internacional, mas só através da cooperação se consegue ganhar a massa crítica fundamental para conferir valor acrescido a este tipo de projetos que envolvem, pelo número de partes interessadas, uma grande complexidade em termos de expectativas e gestão de práticas.

Também complexa é a gestão do acesso aos objetos de informação que alberga ou aos quais dá acesso, um problema de direitos de autor. O *copyright* tem sido, como vimos, uma das preocupações das bibliotecas, não apenas naquelas digitais mas em todas as que recorrem às fontes de informação digital, em linha ou fora de linha.

Voltamos, de uma forma recorrente, à ideia de congregação de todos os recursos de informação num único local, físico, como o Mundaneum de Paul Otlet, ou virtual como o território de Tim Berners-Lee. E testemunhamos, pelos exemplos apresentados, a concretização desta dupla tendência: falamos na construção de bibliotecas digitais e repositórios, seres desterritorializados, ao mesmo tempo que erigimos novas bibliotecas físicas. Do território físico ao virtual conseguimos ampliar o terreno da memória, e, com isso, criámos as condições de acessibilidade para novas formas de produção e exploração da informação com destaque para a informação científica. É este o terreno da ciberciência ou e-research,

como alguns lhe preferem chamar, ou ainda da *Digital Scholarship* que se expressa por meio da tecnologia digital.

Estar no centro dos fluxos de informação requer que a biblioteca adote uma estratégia de integração: integração com outros sistemas, com novos ritmos dos utilizadores, com novos objetos, com novas formas de fruição dos seus espaços, e tudo isto coloca novos desafios às bibliotecas e aos seus profissionais. Apesar da crise económica, que afeta sempre de um modo tão particular a ciência e a cultura, não deixamos de registar bons exemplos que surgem da vontade política de gerar novas alianças e que vêm demonstrar que as possibilidades estão aí e que das parcerias todos beneficiam. Ora centro, ora periferia, ora luz, ora sombra, assim se vão ritmando as coleções, os serviços e os espaços em torno da sua razão de ser, cada um de nós enquanto usufrutuário pleno desta construção humana.

É provável que a biblioteca do futuro espelhe esta tendência, a do usufruto da biblioteca enquanto espaço habitado por vozes humanas, no aqui e agora, que manipulam tanto os objetos físicos que conhecemos, quanto os virtuais, os quais passarão a incluir as potencialidades da tecnologia, tal como acontece com o meio analógico de que dispomos hoje. Não teremos de escolher, mas apenas usufruir o que cada meio tem para oferecer.

O vídeo promocional da Biblioteca Mundial Digital, um projeto da Biblioteca do Congresso e UNESCO em parceria com mais 31 instituições, é o protótipo claro daquilo que pode ser uma biblioteca digital em pleno: cooperativa, transnacional, com capacidade de exploração avançada dos objetos de informação e completamente imersa na atual vaga de partilha plena da informação: comemoramos Alexandria dando as boas vindas a Xanadu, a biblioteca imaginada por Ted Nelson. Bem vindos a Xanadu!

Referências bibliográficas

- EL-ABBADI, M. – *The life and fate of the ancient Library of Alexandria* [Em linha]. Paris: Unesco/UNDP, 1992. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.amazon.com/Life-Fate-Ancient-Library-Alexandria/dp/9231026321>>.
- LERNER, F. A.; SCHIMMEDL, S. B. – *The story of libraries: from the invention of writing to the computer age* [Em linha] New York: Continuum, 2001. Disponível na WWW em: <URL:http://www.amazon.com/Story-Libraries-Invention-Writing-Computer/dp/0826413250/ref=sr_1_1?ie=UTF8&qid=1388321007&sr=8-1&keywords=0826413250>.
- PILAT, D.,; FUKASAKU, Y. – OECD Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding. *Data Science Journal*. Vol. 6, p. OD4–OD11. OECD. Disponível na WWW em: <doi:10.2481/dsj.6.OD4>.
- WILLINSKY, J. – *The Access Principle: The Case for Open Access to Research and Scholarship*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2006.

ELOY RODRIGUES

Universidade do Minho

University of Minho

**O ACESSO ABERTO E O FUTURO DA INVESTIGAÇÃO
E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA**

**OPEN ACCESS AND THE FUTURE OF RESEARCH
AND SCIENTIFIC COMMUNICATION**

RESUMO: O acesso aberto aos resultados da investigação académica e científica conheceu um notável progresso na última década, desde que o conceito de open access foi definido e divulgado através da Declaração de Budapeste em 2002. Hoje parece cada vez mais provável que o acesso aberto será a forma predominante na comunicação científica no horizonte de uma década.

Mas estamos ainda a meio do período de transição e existe muita incerteza quanto ao caminho que irá ser trilhado nos próximos anos. A transição poderá ser comandada pelos interesses da investigação (com os investigadores e as organizações de investigação, como as universidades, a assumir maior responsabilidade e protagonismo na disseminação e publicação dos seus próprios resultados), ou poderá ser realizada sob a direção da indústria da publicação científica. Disso dependerá, por um lado, a configuração final do sistema de comunicação científica em acesso aberto e, por outro, o papel que poderá estar reservado às bibliotecas universitárias nesse sistema.

À luz da experiência dos últimos dez anos, e especialmente dos desenvolvimentos mais recentes nas políticas de acesso aberto dos organismos financiadores de ciência, nesta comunicação procuramos refletir sobre as ameaças e oportunidades, em particular para as bibliotecas universitárias, da transição para o acesso aberto.

ABSTRACT: Open access to the results of academic and scientific research has made a remarkable progress since the concept was defined and published in the 2002 Budapest Declaration. Nowadays it seems increasingly likely that open access will be the prevailing form on scientific communication within a decade.

However, we are still in a transitional phase and a great deal of uncertainty surrounds the path that will be followed in the coming years. The transition may be led by research interests (with researchers and research organisations, together with universities, assuming greater responsibility and a leading role in the dissemination and publication of their own results), or directed by the scientific publishing industry. This will impact, on the one hand, on the final configuration of the open access

communication system and, on the other hand, on the role that may be reserved for university libraries within this system.

In the light of the experiences of the past ten years, particularly more recent developments in the open access policies from funding bodies, the aim of this paper is to reflect on the threats and opportunities involved in the transition to open access, in particular for university libraries.

1. Introdução – O Acesso Aberto: origens, objetivos e formas

Se o acesso aberto à literatura científica, tal como hoje o conhecemos, é um fenómeno com apenas uma dúzia de anos, a verdade é que as suas origens são mais remotas, e as suas raízes, nas tradições e nas práticas da comunicação académica e científica, são profundas.

A disseminação, circulação e partilha da informação e do conhecimento entre os pares (e as mentes curiosas) sempre foi o modo “normal” do inquérito intelectual, do funcionamento da atividade académica e científica, mesmo antes de ela se ter cristalizado e institucionalizado nas suas formas atuais. A *ciência normal*, tal como definida por Thomas Khun¹, é cumulativa e baseada no acesso e utilização do conhecimento previamente construído. Já no século XII, Bernardo de Chartres afirmava: *somos como anões aos ombros de gigantes, pois podemos ver mais coisas do que eles e mais distantes, não devido à acuidade da nossa vista ou à altura do nosso corpo, mas porque somos mantidos e elevados pela estatura de gigantes*².

Mas mesmo nos momentos das designadas revoluções científicas e de mudança de paradigma, como Newton reconheceu³, o acesso e a utilização do conhecimento anterior é a base para a construção do novo conhecimento. E nos dias de hoje, quando a ciência é chamada a ajudar

¹ KUHN, Thomas S. – *La structure des révolutions scientifiques*. [Paris]: Flammarion, cop. 1983. ISBN 2-08-081115-0.

² Bernardo de Chartres, citado por SALISBURY, João de – *Metalogicon*, III, 4. In MCGARRY, Daniel D. – *The Metalogicon of John of Salisbury: a twelfth-century defense of the verbal and logical arts of the Trivium*. Los Angeles: University of California, 1971.

³ “What Des-Cartes [sic] did was a good step. You have added much several ways, & especially in taking the colours of thin plates into philosophical consideration. If I have seen further it is by standing on the sholders [sic] of Giants.” In NEWTON, Isaac – Carta para Robert Hooke. 15 de Fevereiro de 1676.

a enfrentar e resolver ameaças e problemas globais, como os riscos de pandemias, uma das medidas para garantir que o contributo científico é mais rápido e eficiente é a disponibilização e partilha de toda a informação (desde os dados “em bruto” até às publicações) relevante sobre o problema⁴.

A distribuição alargada e a reutilização do conhecimento produzido pelo conjunto da comunidade parece ser, portanto, intrínseca à atividade científica, e uma condição necessária para garantir a geração de novo conhecimento de uma forma eficiente. A partilha de informação constitui também uma tradição enraizada na comunidade científica, desde o intenso intercâmbio epistolar que precedeu (e acompanhou) a criação das primeiras revistas científicas em meados do século XVII⁵, até à circulação de *preprints*⁶ e *reprints*⁷ no século XX, que esteve na origem do primeiro repositório científico moderno⁸. O acesso aberto retoma, continua e aprofunda esta velha tradição de partilha entre a comunidade científica.

A reunião ocorrida em Budapeste em dezembro de 2001, que juntou três dezenas de académicos, cientistas, bibliotecários e outras personalidades interessadas no sistema de comunicação da ciência, e de onde resultou a Declaração de Budapeste⁹ é geralmente considerada o momento fundador do atual movimento de acesso aberto. A Declaração de Budapeste foi o primeiro documento a estabelecer e definir o conceito e o termo “open access” (que em português se traduziu para acesso livre ou acesso

⁴ Tal como aconteceu com a gripe aviária. Ver BOGNER, Peter, [et. al.] – A global initiative on sharing avian flu data. [Em linha]. *Nature*. 442:7106 (31 august 2006), 981. [Consult a 1 de ago. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.nature.com/nature/journal/v442/n7106/full/442981a.html>>.

⁵ *Le Journal des sçavans* e *The Philosophical Transactions of the Royal Society*, ambas criadas em 1665.

⁶ Versão de artigo submetido para publicação numa revista científica, mas ainda não aceite.

⁷ Cópias de artigos publicados em revistas científicas.

⁸ O Arxiv, criado em 1991. CORNELL UNIVERSITY LIBRARY – *arXiv.org*. New York: CUL, 2010. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://arxiv.org>>.

⁹ BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE ORGANIZATION. *Budapest Open Access Initiative*. Budapest: BOAI, 2002. [Consult. 1 agos. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>.

aberto), e a apontar as duas formas ou vias para a sua concretização (as revistas e os repositórios de acesso aberto).

Tal como definido em Budapeste, o acesso aberto abrange toda a literatura (em primeiro lugar os artigos de revistas científicas com revisão por pares, mas também a outros tipos de publicações e documentos) que os investigadores produzem sem qualquer intenção de pagamento, e significa a disponibilização na Internet dessa literatura de forma gratuita e sem restrições de acesso.

A Budapest Open Access Initiative (BOAI), como também ficou conhecida esta iniciativa, resultou de uma crescente insatisfação com o sistema de comunicação científica, da consciência da necessidade e da possibilidade de resolver o problema da acessibilidade à literatura científica, bem como da maturação e convergência de diversas iniciativas e projetos no mesmo sentido, que já vinham a desenvolver-se previamente.

De facto, na origem do movimento do acesso aberto estão os problemas, limitações e contradições do sistema de comunicação da ciência, em particular os relacionados com as revistas científicas. Na segunda metade do século XX, o crescimento acentuado do volume da literatura científica foi acompanhado pela “comercialização” do sistema de comunicação da ciência, e pela perda do seu controlo por parte do mundo académico e científico. E a função essencial das revistas científicas – a divulgação de resultados de investigação para promover a disseminação do conhecimento e o avanço da ciência – foi obscurecida pelos objetivos comerciais das editoras (que no mesmo período viveram um processo de fusões e aquisições, que criou um mercado com contornos monopolistas).

Em resultado da evolução registada nas duas décadas anteriores, no final da década de 90 do século XX, no meio académico e entre os profissionais de informação, cresceu a consciência do agudizar da designada “crise dos periódicos” (aumento brutal do custo das assinaturas de revistas e consequentes cancelamentos de assinaturas por muitas bibliotecas), e das graves consequências que as limitações ao acesso à literatura produzem ao próprio sistema científico. Ao mesmo tempo, a generalização da utilização da Internet e da Web foi acompanhada por uma maior com-

preensão das suas potencialidades e aplicações na publicação científica. A conjugação destes dois fenómenos resultou no aparecimento de diversas iniciativas que acabaram por convergir em Budapeste, dando origem ao atual movimento de acesso aberto.

A Declaração de Budapeste estabeleceu as duas formas ou vias para atingir o acesso aberto: publicação de revistas de acesso aberto (também designada de via dourada) e auto-arquivo/depósito em repositórios de acesso aberto (também designada via verde).

As revistas de acesso aberto não usam os direitos de autor (ou copyright) para restringir o acesso e o uso do material que publicam, não cobram assinatura nem taxas de acesso (à versão online) e recorrem a outras fontes (subsídios das instituições que as publicam, taxas de publicação ou Article Processing Charges – APC, pagamento da versão impressa, etc.) para cobrir as suas despesas.

A outra via para o acesso aberto é o auto-arquivo ou depósito, pelos autores ou seus representantes, dos artigos publicados nas revistas científicas (independentemente do seu modelo de publicação) em repositórios, disciplinares ou institucionais. Se o primeiro repositório disciplinar (o Arxiv) data de 1991, ou seja uma década antes da reunião de Budapeste, os repositórios institucionais têm uma história mais recente, relacionada com a BOAI. De facto, apesar de algumas iniciativas anteriores, foi a partir de finais de 2002 que se assistiu à proliferação de repositórios institucionais por parte de universidades e outros centros de investigação.

Devido ao seu carácter, os repositórios institucionais servem não apenas para armazenar e tornar acessível a literatura publicada em revistas científicas, mas igualmente os outros tipos de documentos produzidos no quadro das atividades de investigação e ensino (*working papers*, relatórios técnicos, comunicações a conferências, teses e dissertações, etc.). Por isso, para além da agenda do acesso aberto, os repositórios contribuem também para a promoção das instituições que os criam, aumentando a visibilidade, acesso e impacto dos resultados das suas atividades de investigação e ensino.

2. A evolução recente do Acesso Aberto em Portugal e no mundo

Na última década, e em particular nos últimos seis anos, o acesso aberto conheceu um progresso notável, tanto em Portugal como no resto do mundo. Esse progresso pode ser avaliado através de diversos indicadores, como a evolução do número de repositórios e revistas de acesso aberto, do número e natureza das políticas de acesso aberto de instituições que realizam ou financiam investigação, ou do volume de publicações científicas e académicas disponíveis em acesso aberto e da percentagem que representam no universo da produção científica à escala global.

Em Portugal, as primeiras iniciativas de acesso aberto foram protagonizadas pela Universidade do Minho com a criação do RepositóriUM em 2003 e a definição de uma política institucional de auto-arquivo em 2004¹⁰. Nos anos seguintes registaram-se diversas iniciativas, como a criação do SciELO Portugal, para a publicação de revistas de acesso aberto, ou a criação de novos repositórios em diversas instituições de ensino superior. Mas foi o surgimento do projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), em 2008, que assinalou o início de uma nova dinâmica na evolução do acesso aberto em Portugal¹¹.

O desenvolvimento, no âmbito do projeto RCAAP, de um conjunto de serviços (como o Portal RCAAP, o Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais, o Repositório Comum, o Serviço de Alojamento de Revistas Científicas, e outros) para as instituições e a comunidade académica, bem como de uma intensa atividade de comunicação e disseminação, impulsionou

¹⁰ RODRIGUES, Eloy; SARAIVA, Ricardo – RepositóriUM: 10 anos de acesso aberto ao conhecimento. [Em linha]. In *Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo*. Braga: Universidade do Minho. Serviços de Documentação, 2013. ISBN 978-989-98704-0-6. p. 25-48. [Consult. 1 de ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://hdl.handle.net/1822/27502>>.

¹¹ Para uma informação mais detalhada sobre a história e evolução do acesso aberto em Portugal ver: SARAIVA, Ricardo [et. al.] – Acesso Aberto à literatura científica em Portugal: o passado, o presente e o futuro. [Em linha]. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas “*Integração, Acesso e Valor Social*”, 11. Lisboa: BAD, 2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://hdl.handle.net/1822/20542>>. CARVALHO, José; MOREIRA, João M.; SARAIVA, Ricardo – O RCAAP e a evolução do acesso aberto em Portugal. In: *Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo* [Em linha]. Braga: Universidade do Minho. Serviços de Documentação, 2013. ISBN 978-989-98704-0-6. p. 25-48. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://hdl.handle.net/1822/27502>>.

nou um rápido desenvolvimento do acesso aberto em Portugal, colocando o país numa posição destacada a nível internacional¹². Neste período, quer o número de repositórios (que passou de 10 em 2008 para mais de 40 em 2014), quer o número de documentos portugueses disponíveis em acesso aberto no Portal RCAAP (que passou de pouco mais de 13000 no final de 2008 para mais de 150000 no início de 2014), cresceram a um ritmo ainda mais rápido do que o registado na generalidade dos países.

A evolução do número de revistas científicas e de repositórios de acesso aberto a nível mundial e nos últimos dozes anos foi, em qualquer caso, notável. Em relação às revistas de acesso aberto, passou-se de escassas centenas em 2002, para cerca de dez mil presentemente. O número global de revistas de acesso aberto esconde, no entanto, uma grande diversidade, quer quanto ao seu modelo de funcionamento (desde as revistas suportadas institucionalmente até às que cobram APCs, em alguns casos com valores elevados), quer quanto ao seu alcance, impacto e qualidade (de pequenas revistas eminentemente “locais”, até revistas com elevado impacto e visibilidade). E, nos últimos anos, assistiu-se também à proliferação das chamadas “revistas predatórias”¹³, que oferecem a possibilidade de publicar qualquer artigo a troco do pagamento de uma taxa de publicação, revelando padrões de qualidade e de revisão por pares muito baixos, ou mesmo completamente inexistentes.

Quanto aos repositórios, que eram apenas algumas dezenas em 2002, viram aumentar o seu número até aos mais 2700 que atualmente existem. Quase todas as mais relevantes instituições de investigação do mundo (desde as universidades, aos laboratórios e centros de investigação),

¹² OTTS, Claude – Up and away: open access in Portugal. [Em linha]. *Educause*. 2013. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.educause.edu/ero/article/and-away-open-access-portugal>>.

¹³ Os termos acesso aberto predatório e revistas predatórias começaram a ser usados por Jeffrey Beall para designar as revistas que enviam um grande número de convites para submeter artigos, cobram taxas de publicação e publicam artigos sem uma revisão editorial e controlo de qualidade adequada. Jeffrey Beall mantém uma lista de editores predatórios (Beall's List – <http://scholarlyoa.com/publishers/>), que apesar de ter sido contestada e criticada por diversas vezes, é considerada como uma fonte de informação útil por muitos investigadores e bibliotecários. Para mais informação consultar o artigo: Predatory open-access publishing na Wikipedia. *Wikipedia* [Em linha]. [Consult. 1 agos. 2014]. Disponível na WWW em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Predatory_open-access_publishing>.

dispõem de repositórios institucionais para albergar a sua produção científica. Mas igualmente no domínio dos repositórios se verifica uma grande diversidade quer quanto à sua dimensão absoluta e relativa (a percentagem do *output* da instituição que conseguem albergar), quer quanto aos aspetos técnicos relacionados, entre outros, com a qualidade dos metadados e com a interoperabilidade com outros sistemas.

A área onde, nos últimos anos, o acesso aberto conheceu desenvolvimentos talvez ainda mais expressivos, e certamente com um impacto mais profundo e duradouro, foi a das políticas de acesso aberto por parte das instituições de investigação e das organizações financiadoras da ciência. As primeiras políticas de acesso aberto começaram a surgir no seio de instituições de investigação imediatamente após a Declaração de Budapeste: *Southampton* (Escola de Eletrónica e Informática) em 2002, CERN em 2003, Universidade do Minho e *Queensland University of Technology* em 2004. Mas foi a partir de 2006 que se começou a assistir à multiplicação das políticas (em muitos casos com carácter obrigatório, ou mandatário como são geralmente designadas) não apenas das instituições de investigação, mas crescentemente também dos financiadores, públicos (como o *National Institute of Health* – NIH- dos Estados Unidos em 2007) e privados (como o *Wellcome Trust* do Reino Unido em 2006), da investigação científica.

Presentemente existem mais de duzentas políticas institucionais de acesso aberto, e quase uma centena de políticas de financiadores, registadas no *Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies* – ROARMAP¹⁴.

Nos últimos dois anos registaram-se inúmeros desenvolvimentos de grande importância no domínio das políticas de acesso aberto, em praticamente todas as regiões do mundo (desde a política do *Australian*

¹⁴ Ver UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON. Electronics and Computer Science – Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies (ROARMAP). Southampton: ECS, 2000-2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://roarmap.eprints.org/>>.

*Research Council*¹⁵ até às leis sobre repositórios e acesso aberto do Perú¹⁶ e da Argentina¹⁷, ambas em 2013, ou já em 2014 a legislação mexicana de acesso aberto¹⁸, ou a política da academia de ciências da China¹⁹), mas pela sua relevância e impacto, quer no contexto português quer a nível global, iremos apenas deter-nos brevemente sobre alguns dos desenvolvimentos na Europa, incluindo a anunciada política de acesso aberto da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Em Julho de 2012 foram anunciadas novas iniciativas políticas pela Comissão Europeia, para o conjunto da União Europeia, e pelos *Research Councils UK* (RCUK), para o Reino Unido, que estão a marcar a evolução do acesso aberto, a nível mundial, desde então.

No Reino Unido, foi divulgado em julho de 2012 um relatório, conhecido por relatório Finch²⁰ por ter sido produzido por uma comissão nomeada pelo ministro britânico da ciência e presidida pela dama Janet Finch. Este relatório expressou uma preferência, orientação e recomendação política a favor do acesso aberto dourado (“Gold OA” com o pagamento de taxas de publicações), desvalorizando e subalternizando o papel dos repositórios e o acesso aberto verde (“Green OA”).

¹⁵ Ver mais informação em: AUSTRALIAN RESEARCH COUNCIL – ARC Open Access Policy (version 2013.1). [Em linha]. Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://www.arc.gov.au/applicants/open_access.html>.

¹⁶ Ver PERU. CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA, TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN TECNOLÓGICA – Lei n.º 3003. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://portal.concytec.gob.pe/images/stories/images2013/portal/areas-institucion/dsic/ley-30035.pdf>>.

¹⁷ Ver REPUBLICA ARGENTINA. SISTEMA NACIONAL DE REPOSITARIOS DIGITALES – Recursos de Información. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://repositorios.mincyt.gob.ar/recursos.php>><http://repositorios.mincyt.gob.ar/recursos.php>.

¹⁸ MEXICO. SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN – Diario Oficial de la Federación. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5345503&fecha=20%2F05%2F2014>.

¹⁹ Ver CHINESE ACADEMY OF SCIENCES – Chinese Academy of Sciences policy statement on Open Access to articles from publicly funded scientific research projects. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://english.cas.cn/Ne/CASE/201405/t20140516_121037.shtml>.

²⁰ FINCH, Janet Chair – *Expanding access to published research: the Finch Report. Report of the UK Government Working Group on Expanding Access to Published Research*. [Em linha]. London, 2012. [Consult. 1 jun. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.researchinfonet.org/publish/finch>>.

Imediatamente após a publicação do relatório Finch, os RCUK anunciaram uma revisão da sua política de acesso aberto, no sentido de alinharem com as recomendações daquele relatório. Em síntese, a política dos RCUK²¹ passou de requerer o depósito das publicações em repositórios para requerer a publicação em revistas compatíveis com a sua política. As revistas compatíveis com a política dos RCUK são as que oferecem acesso aberto dourado (incluindo as revistas “híbridas”²²), ou a possibilidade de depositar e disponibilizar os artigos em repositórios em acesso aberto, com um período de embargo que não pode ser superior a 6 meses, ou ambas as condições (caso em que os autores poderão escolher a opção que preferirem).

A orientação política Finch/RCUK afastou-se do que até aí tinha sido o ponto base das políticas de acesso aberto de entidades financiadoras: o requisito de depositar as publicações financiadas em repositórios, independentemente de essas políticas incluírem ou não apoio para a publicação em revistas de acesso aberto. E essa viragem política originou um intenso debate, tanto no meio académico do Reino Unido, como no movimento de acesso aberto a nível internacional.

Os críticos da política de acesso aberto Finch/RCUK têm vindo a reprovar essa política pelas suas implicações imediatas no Reino Unido, e também pelas consequências que está já a ter a nível global. Para o Reino Unido, a nova política implica no imediato o aumento da despesa total com publicações²³ (pois é necessário manter a despesa com assinatura das revistas tradicionais, ao que se soma um montante crescente de taxas de publicação em revistas de acesso aberto ou híbridas), para

²¹ RESEARCH COUNCIL UK – Open Access. [Em linha]. [Consult 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.rcuk.ac.uk/research/outputs/>>.

²² O acesso aberto dourado em revistas híbridas refere-se a revistas tradicionais, que cobram assinaturas ou outras taxas de acesso, e que simultaneamente disponibilizam a opção de acesso aberto no site do editor, através do pagamento de uma taxa de publicação. Para mais informação consultar o artigo Hybrid open access journals. [Em linha]. In WIKIPEDIA. [Consult. 1 ago. 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Hybrid_open_access_journal>.

²³ BROOK, Michele – The sheer scale of hybrid journal publishing. In *Open Access Working Group Blog*. April 24, 2014. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL: <http://access.okfn.org/2014/04/24/the-cost-of-academic-publishing>>.

além de desperdiçar o investimento que foi realizado na última década nos repositórios do Reino Unido.

A nível global, a política Finch/RCUK ofereceu à indústria de publicação científica o incentivo e a oportunidade de multiplicar as opções de acesso aberto híbrido, ao mesmo tempo que aumentam os períodos de embargo, pressionando os autores para que paguem as taxas de publicação, a fim de cumprir o definido nas políticas a que estão sujeitos. Este movimento de aumento do número de revistas híbridas e de aumento de período de embargo, foi claramente estimulado e potenciado pela política dos *Research Councils UK*, mas manifesta-se e tem consequências a nível mundial. Finalmente, ao não prever quaisquer limites ou medidas de controlo quanto ao valor das taxas de publicação, a nova política pode constituir também um incentivo ao aumento dos APCs, como poderá estar já a ocorrer²⁴.

Esta orientação no Reino Unido contrasta com as políticas que ao mesmo tempo foram anunciadas pela Comissão Europeia. De facto, em julho de 2012, a Comissão divulgou três importantes documentos²⁵ que estabelecem o acesso aberto como princípio geral no Espaço Europeu de Investigação, no âmbito do novo programa-quadro de investigação e inovação, Horizonte 2020 (H2020). E, contrariamente ao Reino Unido, a Comissão Europeia afirma explicitamente que tanto a “via verde” (repositórios) como a “via dourada” (revistas) são opções válidas para o acesso aberto, estabelecendo em qualquer caso o depósito de uma cópia dos artigos num repositório de acesso aberto como o requisito base da política para o H2020.

²⁴ BJÖRK, Bo-Christer; SOLOMON, David – *Developing an effective market for open access article processing charges*. [Em linha]. London: Wellcome Trust, 2014. [Consult. a 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL:http://www.wellcome.ac.uk/stellent/groups/corporatesite/@policy_communications/documents/web_document/wtp055910.pdf>.

²⁵ EUROPEAN COMMISSION – *Communication: a reinforced European Research area partnership for excellence and growth*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/era-communication-partnership-excellence-growth_en.pdf> e a COMISSÃO EUROPEIA – *Recomendação da Comissão de 17 de julho de 2012 sobre o acesso à informação científica e a sua preservação*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:194:0039:0043:PT:PDF>>.

As orientações políticas anunciadas em 2012 começaram já a ser concretizadas e detalhadas nos documentos oficiais do H2020²⁶, confirmando-se que o acesso aberto à informação científica está definido como princípio geral. O novo modelo de contrato de subvenção estabelece uma obrigação geral de disseminação em acesso aberto dos resultados, indicando explicitamente que cada beneficiário deve depositar uma cópia de todas as publicações científicas, com revisão por pares que sejam respeitantes aos resultados do projeto, num repositório e assegurar o acesso aberto logo que possível e no limite até seis ou doze (para as ciências sociais e humanidades) meses após a publicação.

Esta orientação europeia foi também adotada em Portugal, na política de acesso aberto da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Essa política, que tinha sido anunciada e divulgada numa versão preliminar para discussão pública em 2013, foi aprovada e publicada²⁷ em maio de 2014 e engloba regras e recomendações para o acesso aberto a publicações sujeitas a revisão por pares e a dados resultantes de investigação científica financiada pela FCT, entrando em vigor a 5 de maio de 2014.

A política de acesso aberto a publicações científicas resultantes de investigação financiada pela FCT determina que as publicações que sejam sujeitas a revisão por pares ou outra forma de revisão científica, devem ser depositadas num dos repositórios da rede RCAAP logo que possível, de preferência por altura da aceitação da publicação. O acesso aberto ao texto integral das publicações deve ser permitido logo que possível, de preferência desde o momento da publicação ou depósito, mas admitem-se períodos de embargo variáveis de acordo com o tipo de publicação ou as áreas disciplinares. A política aplica-se a artigos em revistas cien-

²⁶ Nomeadamente em EUROPEAN COMMISSION – *Model grant agreement*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/funding/reference_docs.html#h2020-mga-gga> e em EUROPEAN COMMISSION – *Guidelines on Open Access to scientific publications and research data in Horizon 2020*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf>.

²⁷ Ver PORTUGAL. FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA – *e-Ciência: Política de Acesso Aberto*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml>>.

tíficas, *proceedings* de conferências, *posters*, livros e capítulos de livros, monografias e teses de Mestrado e de Doutorado.

3. Considerações finais: por onde vamos e qual o papel das bibliotecas universitárias nesse caminho?

O crescimento do número de repositórios, de revistas e de políticas de acesso aberto, tem sido acompanhado também pelo aumento significativo da percentagem da produção científica a nível mundial que está disponível em acesso aberto. Ainda que tenham sido publicadas estimativas muito díspares nos últimos três anos²⁸, os dados disponíveis apontam claramente para o crescimento do acesso aberto, que hoje já representará entre um terço e metade do volume total das publicações científicas dos últimos anos.

Esta crescente proporção dos artigos em acesso aberto e a pressão política em prol do acesso aberto, sobretudo das entidades financiadoras, indiciam que o acesso aberto já se tornou inevitável, e será o modo dominante na comunicação científica num futuro não muito distante. No entanto, se o destino final (predominância do acesso aberto) parece ser já conhecido, existem ainda muitas dúvidas e incertezas sobre os caminhos, os ritmos e as formas como ele será atingido. Essas dúvidas e

²⁸ Entre outros, ver: GARGOURI, Yassine [et. al.] – Green and gold open access percentages and growth, by discipline. [Em linha]. In International Conference on Science and Technology Indicators (STI), 17th. Montreal: OST, 2012. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: URL<<http://eprints.soton.ac.uk/340294>>; ARCHAMBAULT, Eric [et. al.] – Proportion of open access peer-reviewed papers at the european and world levels – 2004-2011. Brussels: Science Metrix, 2013. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: URL<http://www.science-metrix.com/pdf/SM_EC_OA_Availability_2004-2011.pdf>; BJÖRK, Bo-Christer [et. al.] – Anatomy of green open access. [Em linha]. Journal of the Association for Information Science and Technology. 65:2 (2014) .237-250. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: URL:<<http://www.openaccesspublishing.org/apc8/Personal%20VersionGreenOa.pdf>>; KHABSA, Madian; GILES, C. Lee – The number of scholarly documents on the web. [Em linha]. *PLoS ONE*. 9:5 (2014) e93949. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0093949>>; ARCHAMBAULT, Eric [et. al.] – Proportion of open access papers published in peer-reviewed journals at the european and world levels – 1996-2013. [Brussels]: Science Metrix, 2014. [Consult. 1 nov. 2014] Disponível na WWW em: URL<http://science-metrix.com/files/science-metrix/publications/d_1.8_sm_ec_dg-rtd_proportion_oa_1996-2013_v11p.pdf>.

incertezas estão relacionadas com uma questão central: quem, no sistema de comunicação científica, terá maior capacidade de liderar e conformar o processo de transição para o acesso aberto que já decorre e se prolongará por alguns anos?

A transição para o acesso aberto será liderada pela comunidade científica e as suas instituições (as universidades e outros centros de investigação e os financiadores da investigação), reassumindo o controlo do sistema de comunicação, como acontecia desde a criação das primeiras revistas até meados do século XX? Ou, pelo contrário, a transição será conduzida em função dos interesses e dos pontos de vista da indústria da informação científica e dos grandes grupos editoriais, mantendo o domínio estabelecido nas últimas décadas, que parecia ameaçado pelo acesso aberto?

No primeiro caso, as instituições de investigação e os financiadores terão de manter nos tempos mais próximos o foco no requisito básico de depósito de todas as publicações nos repositórios (ou seja, a denominada via verde). Este foco não impede que, simultaneamente, possa ser apoiada a publicação em acesso aberto (a designada via dourada), em especial através de iniciativas que não usem o pagamento de taxas de publicação. As políticas institucionais baseadas no depósito em repositórios são compatíveis (e em alguns casos podem ser até condição) com sólidas iniciativas editoriais institucionais²⁹ para a publicação de livros e revistas de acesso aberto, bem como com iniciativas mais inovadoras ou “experimentais” como as revistas “overlay”³⁰.

Esta transição para o acesso aberto baseada nos repositórios, permitirá ainda desacoplar e individualizar os diferentes componentes, serviços e funções (registo, certificação, disseminação, arquivo, avaliação, etc.) que

²⁹ Quer de editoras universitárias com experiências já muito consolidadas (como a Imprensa da Universidade de Coimbra, no caso português), quer novas iniciativas como a recentemente apresentada pela University College London, UCL Press (ver mais informação ver UNIVERSITY COLLEGE OF LONDON – UCL Library Services. UCL Press. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL<<http://www.ucl.ac.uk/library/ucl-press>>.

³⁰ Como o projeto a Episciences. Para mais informação ver CENTRE POUR LA COMMUNICATION SCIENTIFIQUE DIRECTE – *episciences.org*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL:<<http://episciences.org/>>.

hoje se encontram “empacotados” na publicação científica. Com os desenvolvimentos já registados, e com o potencial de inovação que existe em cada uma dessas áreas, é de crer que se registrarão ganhos de qualidade e eficiência (incluindo redução de custos por unidade de publicação), através do uso de diferentes componentes e fornecedores de serviços, e da melhor forma de os combinar, em cada contexto.

Em alternativa a este cenário de transição, se a comunidade científica e as suas instituições não assumirem um maior controlo, o sistema de comunicação continuará a ser dirigido pela indústria da publicação científica. Esta, para além de não se ter revelado particularmente inovadora na última década, tem interesse em manter uma situação de controlo vertical da atividade (desde a publicação/registo – ou até antes, com ferramentas de pesquisa bibliográfica e gestão de referências – até aos sistemas e ferramentas de monitorização, métricas e avaliação da investigação), e terá neste cenário muito pouca pressão para a redução e transparência dos custos/preços. Aliás, como é natural, e parece ter sido demonstrado recentemente no Reino Unido relativamente a uma das principais editoras³¹, a sua principal preocupação, que se reflete na política de preços, é o aumento (ou, no mínimo, a manutenção) das receitas que vêm obtendo num determinado mercado.

Neste cenário, a publicação de artigos em acesso aberto, sobretudo em revistas com taxas de publicação (incluindo um crescente número de revistas híbridas, como hoje acontece) poderá tornar-se no modo dominante mais rapidamente. Mas, pelo menos no período de transição durante o qual será necessário que as instituições continuem a subscrever as revistas “tradicionais” (incluindo as híbridas), isto terá custos acrescidos

³¹ De acordo com os dados recolhidos e divulgados por Tim Gowers os custos de assinatura das revistas da Elsevier pelas diferentes universidades inglesas não apresenta correlação com a população utilizadora ou o output científico, mas aparenta estar dependente da sua “fatura histórica” (as antigas despesas com assinaturas em papel) e da sua capacidade negocial. Sobre este assunto ver: GOWERS, Tim – Elsevier journals: some facts. [Em linha]. *Gowers’s Weblog*. April 24, 2014. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: URL:<<http://gowers.wordpress.com/2014/04/24/elsevier-journals-some-facts/>>; BROOK, Michele – The cost of academic publishing. [Em linha]. *OKF Open Access Working Group Blog*. March 24, 2014. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL:<<http://access.okfn.org/2014/03/24/scale-hybrid-journals-publishing/>>.

para o sistema científico e as instituições académicas. E, mesmo após o período de transição, a manter-se o agrupamento das diversas funções/serviços nas revistas científicas, poderá não ser criado o ambiente de competitividade e transparência que pressione no sentido da eficiência e do controlo dos custos e dos preços. Neste caso, poderá ocorrer o absurdo de as dificuldades de acesso à literatura, que hoje muitos investigadores ainda conhecem, serem substituídas pela dificuldade de esses mesmos investigadores publicarem os seus resultados.

As bibliotecas universitárias são, ou podem ser, importantes protagonistas neste processo de transição. E serão certamente profundamente influenciadas pela configuração final do acesso aberto que resulte deste período de transição. O papel que poderá ser desempenhado pelas bibliotecas no futuro sistema de comunicação científica dependerá da forma predominante do acesso aberto nos próximos anos.

No cenário de predomínio do acesso aberto dourado, com pagamento de taxas de publicação, a função das bibliotecas universitárias, e dos seus profissionais, poderá ficar limitada à gestão, ou apoio à gestão, do pagamento das taxas de publicação. Neste quadro, é provável que comecem a emergir modelos de venda/acordos de taxas de publicações em lote (os chamados *big deals*), tal como aconteceu nas últimas décadas com as assinaturas de revistas. E se hoje as vantagens dos *big deals* de assinatura, para as bibliotecas e as instituições e comunidades que servem, são crescentemente questionados, a sua substituição por *big deals* de publicação dificilmente poderá ser encarada como uma oportunidade para reforçar o papel das bibliotecas universitárias.

No cenário da transição liderada pela comunidade científica e suportada nos repositórios as bibliotecas universitárias poderão assumir um grande protagonismo. Em primeiro lugar, as universidades são um dos principais (e em muitos países, como Portugal, o principal) centros de investigação e de produção de literatura científica. E, na esmagadora maioria das universidades, os repositórios institucionais são geridos pelas bibliotecas (exclusivamente ou em conjunto com outros serviços).

Neste quadro, as bibliotecas universitárias poderão ter novas oportunidades para administrar e oferecer serviços e infraestruturas de gestão

da informação científica (não apenas publicações, mas também dados científicos) produzida nas suas instituições. Para além das atividades e serviços que muitas já desenvolvem e oferecem (como a promoção do acesso aberto, a formação e suporte aos membros da instituição neste domínio, ou a manutenção e gestão de repositórios institucionais), as bibliotecas universitárias poderão ser chamadas a ter também um papel mais ativo na publicação e na gestão e curadoria dos dados científicos.

Como já referimos, uma das vias que tem vindo a ser crescentemente explorada, para criar um modelo sustentável para a publicação científica não baseado em taxas de publicação de valor elevado, é o desenvolvimento de iniciativas, plataformas e serviços institucionais para a publicação de revistas e livros em acesso aberto. Pela experiência e conhecimentos especializados que já reúnem, as bibliotecas universitárias são, em muitos casos, a unidade orgânica que na universidade estará em melhores condições para dirigir e desenvolver estas iniciativas.

No que diz respeito à gestão e curadoria dos dados científicos, ainda que essa seja uma área na qual muitos ainda não trabalham, existe também um grande potencial de intervenção para as bibliotecas universitárias e os seus profissionais. O desenvolvimento de competências e a criação de serviços no domínio do acesso e gestão dos dados científicos será um dos principais desafios e oportunidades para as bibliotecas universitárias na próxima década, como parece estar a ser compreendido por um crescente número de profissionais e organizações³².

O período de transição no sistema de comunicação e publicação científica que presentemente vivemos, como é natural nestes momentos, apresenta-se como turbulento, disruptivo e incerto, com vários riscos e múltiplas oportunidades, para os diversos atores envolvidos, desde

³² Diversas bibliotecas universitárias, e associações de bibliotecas universitárias, como a Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche – LIBER, têm vindo a desenvolver grupos de trabalho, estudos, recomendações e serviços sobre a gestão dos dados científicos. Uma boa síntese das possibilidades de intervenção das bibliotecas universitárias pode ser encontrada no documento da LIGUE DES BIBLIOTHÈQUES EUROPÉENES DE RECHERCHE (LIBER) – Ten recommendations for libraries to get started with research data management. [Em linha]. The Hague: LIBER, 2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL<<http://libereurope.eu/blog/2012/08/24/ten-recommendations-for-libraries-to-get-started-with-research-data-management>>.

os investigadores e académicos, autores da literatura científica, até aos editores e bibliotecas, tradicionalmente responsáveis pela disseminação e acesso a essa literatura.

Para as bibliotecas universitárias este período pode representar uma importante oportunidade para reafirmarem e reforçarem o seu papel no seio da instituição universitária. Neste tempo em que a intermediação “tradicional” (entre as fontes/recursos de informação “externos” e os utilizadores da organização – intermediação “de fora para dentro”) está a perder importância, ameaçando a sua relevância, as bibliotecas têm a oportunidade de se reinventarem uma vez mais, afirmando-se num outro tipo de intermediação (“de dentro para fora”), oferecendo serviços que valorizem, disseminem e preservem o conhecimento produzido pelas comunidades universitárias em que estão inseridas.

Os próximos anos permitirão perceber se as bibliotecas universitárias saberão aproveitar esta oportunidade para que elas próprias, e as universidades que servem, assumam um maior papel, e sobretudo um maior controlo, do sistema de comunicação científica, ou se este continuará controlado por fornecedores externos de serviços de publicação, como aconteceu no último meio século.

Referências bibliográficas

- ARCHAMBAULT, Eric [et. al.] – *Proportion of open access papers published in peer-reviewed journals at the european and world levels: 1996-2013*. [Em linha]. [Brussels]: Science Metrix, 2014. [Consult. 1 nov. 2014] Disponível na WWW em: <URL:http://science-metrix.com/files/science-metrix/publications/d_1.8_sm_ec_dg-rtd_proportion_oa_1996-2013_v11p.pdf>.
- ARCHAMBAULT, Eric [et. al.] – *Proportion of open access peer-reviewed papers at the european and world levels: 2004-2011*. [Em linha]. Brussels: Science Metrix, 2013. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL:http://www.science-metrix.com/pdf/SM_EC_OA_Availability_2004-2011.pdf>.
- AUSTRALIAN RESEARCH COUNCIL – ARC Open Access Policy (version 2013.1). [Em linha]. Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://www.arc.gov.au/applicants/open_access.htm>.

- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Biblioteca nacional digital*. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 21 Set. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>.
- BJÖRK, Bo-Christer [et. al.] – Anatomy of green open access. [Em linha]. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. 65:2 (2014) 237-250. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL:<http://www.openaccess-publishing.org/apc8/Personal%20VersionGreenOa.pdf>>.
- BJÖRK, Bo-Christer; SOLOMON, David – *Developing an effective market for open access article processing charges*. [Em linha]. London: Wellcome Trust, 2014. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL:http://www.wellcome.ac.uk/stellent/groups/corporatesite/@policy_communications/documents/web_document/wtp055910.pdf>.
- BOGNER, Peter, [et. al.] – A global initiative on sharing avian flu data. [Em linha]. *Nature*. 442:7106 (31 august 2006), 981. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.nature.com/nature/journal/v442/n7106/full/442981a.html>>.
- BROOK, Michele – The cost of academic publishing. In *Open Access Working Group Blog*. March 24, 2014. [Consult 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL: <http://access.okfn.org/2014/03/24/scale-hybrid-journals-publishing>>.
- BROOK, Michele – The sheer scale of hybrid journal publishing. In *OKF Open Access Working Group Blog*. April 24, 2014. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL: <http://access.okfn.org/2014/04/24/the-cost-of-academic-publishing>>.
- BUDAPEST OPEN ACCESS INNITIATIVE ORGANIZATION. *Budapest Open Access Innitiative*. Budapest: BOAI, 2002. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>.
- CARVALHO, José; MOREIRA, João M.; SARAIVA, Ricardo – O RCAAP e a evolução do acesso aberto em Portugal. In: *Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo* [Em linha]. Braga: Universidade do Minho. Serviços de Documentação, 2013. ISBN 978-989-98704-0-6. p. 25-48. [Consult. 1 ago. 2014] . Disponível na WWW em: <URL: <http://hdl.handle.net/1822/27502>>.
- CENTRE POUR LA COMMUNICATION SCIENTIFIQUE DIRECTE – *épisciences.org*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL:<<http://episciences.org/>>.

- CHINESE ACADEMY OF SCIENCES – Chinese Academy of Sciences policy statement on Open Access to articles from publicly funded scientific research projects. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://english.cas.cn/Ne/CASE/201405/t20140516_121037.shtml>.
- COMISSÃO EUROPEIA – Recomendação da Comissão de 17 de julho de 2012 sobre o acesso à informação científica e a sua preservação. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:194:0039:0043:PT:PDF>>.
- CORNELL UNIVERSITY LIBRARY – *arXiv.org*. New York: CUL, 2010. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://arxiv.org>>.
- EUROPEAN COMMISSION – Communication: a reinforced European Research area partnership for excellence and growth [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/era-communication-partnership-excellence-growth_en.pdf>.
- EUROPEAN COMMISSION – Guidelines on Open Access to scientific publications and research data in Horizon 2020. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://europe.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf>.
- EUROPEAN COMMISSION – Model grant agreement. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/funding/reference_docs.html#h2020-mga-gga>.
- FINCH, Janet Chair – *Expanding access to published research: the Finch Report. Report of the UK Government Working Group on Expanding Access to Published Research*. [Em linha]. London, 2012. [Consult. 1 jun. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.researchinfonet.org/publish/finch>>.
- GARGOURI, Yassine [et. al.] – Green and gold open access percentages and growth, by discipline. [Em linha]. In *International Conference on Science and Technology Indicators (STI), 17th*. Montreal: OST, 2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://eprints.soton.ac.uk/340294/>>.
- GOWERS, Tim – Elsevier journals: some facts. In *Gowers's Weblog*. April 24, 2014. [Consult. 1 ago. 2014] Disponível na WWW em: <URL: <http://gowers.wordpress.com/2014/04/24/elsevier-journals-some-facts/>>.

- Hybrid open access journals. [Em linha]. In *WIKIPEDIA*. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Hybrid_open_access_journal>.
- KHABSA, Madian; GILES, C. Lee – The number of scholarly documents on the web. [Em linha]. *PLoS ONE*. 9:5 (2014) e93949. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0093949>>.
- KUHN, Thomas S. – La structure des révolutions scientifiques. [Paris]: Flammarion, cop. 1983. ISBN 2-08-081115-0.
- LIGUE DES BIBLIOTHÈQUES EUROPÉENES DE RECHERCHE (LIBER) – Ten recommendations for libraries to get started with research data management. [Em linha]. The Hague: LIBER, 2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL<<http://libereurope.eu/news/ten-recommendations-for-libraries-to-get-started-with-research-data-management>>.
- MEXICO. SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN – Diario Oficial de la Federación. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5345503&fecha=20%2F05%2F2014>.
- PERU. CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA, TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN TECNOLÓGICA – Lei n.º 3003. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://portal.concytec.gob.pe/images/stories/images2013/portal/areas-institucion/dsic/ley-30035.pdf>>.
- PORTUGAL. FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA – *e-Ciência: Política de Acesso Aberto*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml>>.
- POTTS, Claude – Up and away: open access in Portugal. [Em linha]. *Educause*. 2013. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.educause.edu/ero/article/and-away-open-access-portugal>>.
- Predatory open-access publishing na Wikipedia. *Wikipedia* [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Predatory_open-access_publishing>.
- REPUBLICA ARGENTINA. SISTEMA NACIONAL DE REPOSITARIOS DIGITALES – Recursos de Información. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://repositorios.mincyt.gob.ar/recursos.php>>.

- RESEARCH COUNCIL UK – Open Access. [Em linha]. [Consult. 1 ago. de 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.rcuk.ac.uk/research/outputs/>>.
- RODRIGUES, Eloy; SARAIVA, Ricardo – RepositórioUM: 10 anos de acesso aberto ao conhecimento. [Em linha]. In *Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo*. Braga: Universidade do Minho. Serviços de Documentação, 2013. ISBN 978-989-98704-0-6. p. 25-48. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://hdl.handle.net/1822/27502>>.
- SALISBURY, João de – Metalogicon, III, 4. In MCGARRY, Daniel D. – *The Metalogicon of John of Salisbury: a twelfth-century defense of the verbal and logical arts of the Trivium*. Los Angeles: University of California, 1971.
- SARAIVA, Ricardo [et. al.] – Acesso Aberto à literatura científica em Portugal: o passado, o presente e o futuro. [Em linha]. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas “*Integração, Acesso e Valor Social*”, 11. Lisboa: BAD, 2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://hdl.handle.net/1822/20542>>.
- UNIVERSITY COLLEGE OF LONDON – UCL Library Services. UCL Press. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: URL<<http://www.ucl.ac.uk/library/ucl-press>>.
- UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON. Electronics and Computer Science – Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies (ROARMAP). Southampton: ECS, 2000-2012. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na WWW em: <<http://roarmap.eprints.org/>>.

ALEKSANDRA VRANES

LJILJANA MARKOVIC

ALEKSANDAR JERKOV

Universidade de Belgrado

University of Belgrade

**ACADEMIC LIBRARIES IN SERBIA:
CONTINUITY AND METAMORPHOSIS**
BIBLIOTECAS ACADÉMICAS NA SÉRVIA:
CONTINUIDADE E METAMORFOSES

ABSTRACT: Academic libraries are the determining factor for the establishment of a national information infrastructure that can meet the requirements of the open market, intellectually provocative, free and technologically advanced society. All libraries, including academic, within the library network of Serbia, formed under the Law on Libraries, branching hierarchically by affiliation function, through the museological and archival access to the library fund rather than through information services, although well organized, show the characteristics of uncoordinated and traditional library activities, where one cannot recognize a national policy for the development of the library system, and thus for the system of scientific information. Only recently there are some activities within academic libraries that can contribute to an improved dissemination of scientific information and to the acknowledgment of the scientific communication's specifics in different scientific fields, such as: production of conspectuses, that is comparing the current in respect to the required purchase in order to form a balanced fund, adjusted to the needs of users; development of user education in order for them to be able to master the system of catalogs in traditional and electronic form, search databases, citation indexes and electronic books and journals partly or in their entirety; evaluation of librarian skills as intermediaries in scientific communication; analysis of user needs for scientific information and development of new models of scientific communication; thorough comprehension of the organization of information and knowledge in e-learning environment; evaluation of KOBSON's usage.

Key words: academic libraries, library network of Serbia, national information infrastructure, dissemination of scientific information, e-learning, KOBSON.

RESUMO: As bibliotecas acadêmicas são o fator chave no estabelecimento de uma infraestrutura de informação nacional que vá ao encontro dos requisitos de uma

sociedade de mercado aberto, intelectualmente desafiante, livre e tecnologicamente avançada. Todas as bibliotecas da rede das bibliotecas da Sérvia, criadas sob a Lei das Bibliotecas, incluindo as académicas, ramificam-se hierarquicamente através da afiliação museológica e o acesso por arquivo de inventário da biblioteca, e não através de serviços de informação. Embora bem organizadas, refletem as características não coordenadas das atividades das bibliotecas tradicionais, em que é irreconhecível uma política nacional para o desenvolvimento do sistema de bibliotecas e, assim, do sistema de informação científica. Só recentemente é que algumas atividades foram desenvolvidas, nas bibliotecas académicas, que contribuem para a melhor divulgação de informações científicas, reconhecendo a natureza específica da ciência da comunicação nos diferentes ramos científicos. Estas atividades incluem: produção de sinopses, comparando materiais disponíveis com aquisições necessárias, criando um balanço de inventário que reflete as necessidades dos utilizadores; a educação dos utilizadores, permitindo aos indivíduos dominar o sistema de catálogo, tradicional e eletrónico, e pesquisar bases de dados, índices de citações, livros eletrónicos e jornais, parcialmente ou na íntegra; uma avaliação das competências dos bibliotecários como intermediários na comunicação científica; análise das necessidades dos utilizadores de informação científica e do desenvolvimento de novos modelos de comunicação científica; uma compreensão abrangente da organização da informação e do conhecimento no âmbito e-learning; uma avaliação do uso do sistema KOBSON.

Palavras-chave: bibliotecas académicas, rede de bibliotecas da Sérvia, infraestrutura nacional de informação, divulgação de informações científicas, e-learning, KOBSON.

Systematic approach to modeling the development of library-information system involves methodical study of academic library network, its structure and functions, research on information needs, especially within the scientific community, as well as defining mechanisms for meeting those needs through organizing appropriate technical, software and communication support. Research on the contribution of the library network to the improvement of the scientific communication, whose parameters are included in the review of the validity of the university library system organization in accordance with the Bologna Declaration, consist of the following issues: the problem of information resources and services structure in Serbia; understanding the framework and specificities of science communication in different scientific fields; analysis of information needs, as well as the model of information retrieval from local and international databases and the model for the evaluation of information

found in databases, marketing and management of scientific information, contribution of library networks in creation of new knowledge. Projects such as *The Virtual Library of Serbia* and KOBSON have a remarkable effect on the work of academic libraries.

Although the role of the library is highly valued in educational and scientific papers, its social status is determined by a number of parameters derived from the *Law on Libraries, Law on Higher Education, Academic Libraries Standards and Accreditation Standards for Higher Education Institutions*.

By writing the theoretical studies, which can be undertaken only by experienced librarians, the establishment and development of a national strategy can be achieved that will contribute to broad and open access to scientific information; support the development of open universities; improve expertise, democracy and personalization of services offered by librarians; develop a new paradigm of learning and scientific reasoning. Automated Library Information System of Serbia represents the infrastructural basis for the development of science, although its potential has not yet been identified by the librarian or research community. The key relationship that should be scientifically studied and evaluated is the relation between library information systems and scientific and technological information. In theoretical studies of academic librarianship the emphasis should be on redefining and reengineering the concept of library-information centers as vibrant, dynamic institutions of information era adjusted to the needs of the scientific research community. Definition of librarianship as “organization of knowledge” or “knowledge management” aims at better understanding the language of communication processes and its role in the transfer, dissemination and use of scientific information and development of relevant and effective procedures for finding the recorded knowledge. In this way, the following will be achieved: intensification of international cooperation; formulation of the theoretical foundation for many new projects, particularly the establishment of digital repositories with open access within the libraries of scientific institutions in Serbia, so that the results of various research financed by the budget could be available to all potential users; planning the reor-

ganization of library networks in higher education institutions with the idea of combining electronic catalogs, digital library funds, standardize operations and establish an organizational model of library services that could meet the requirements of the modern level of scientific communication development.

In the years of an immense number of specializations university libraries are probably the last bastion of general education and deserve recognition, such as those expressed in the book *Ancient aesthetics* by Anica Savic Rebac.

In the sixties of the 20th century Karl Jaspers called the university – community of teachers and students united in the search for truth, whose character and efficiency, as previously concluded, can be assessed by their treatment of its central organ – the library, which is necessary as the primary and most vital element of the university structure, as it supports all of its functions, educational, research and creative activities, as well as transfer of present and past knowledge and culture in general to new generations.

Nowadays, scientific research papers, that also had sources in academic libraries, have a much better starting point than this was the case even in the time of our immediate predecessors:

- Digital recording makes available cultural resources that previously could only be used under special circumstances.
- Search for knowledge in databases (Knowledge Discovery in Databases/KDD) implies the request for appropriate content, quality and presentation of data.
- KDD is a manifestation of the expansion of search tools, which do not reach the sophistication that could exclude the help of librarians.
- Bibliographic and all other sorts of information are bridging temporal, spatial, political and economic barriers.
- At website of any prestigious academic institution the user can read the instructions on the methods that should be applied in the process of scientific research, as well as on the techniques of bibliographic citations.

Each scientific discipline has its limits that could be exceeded depending on the practical and intellectual adventurism of its members.

Information disclosure via electronic libraries, intellectual property protection and specific form of evaluating scientific results through SCI, opened many questions for our contemporaries, and, therefore, for academic libraries as well, that often cannot offer satisfactory answers, due to the fact that, in the process of creating and profiling content structured in this way, we lack systematic and clear legislation that complies with the requirements of multidisciplinary and interdisciplinary scientific papers. Nowadays, scientific paper is directly dependent on technological progress. A variety of current and relevant information is offered via the Internet, but at the same time their full access is not available to all users, therefore it is only possible to find bibliographic information and abstract, but not the full text. The result is often superficiality. The user can exploit benefits provided by academic libraries: finding information through mutual library catalogs and databases available through projects of coordinated procurement of libraries and take advantage of interlibrary loan. SCI, SSCI, A&HCI provide clear and relevant searchable information – in classical catalogs it would be treated as a subject analysis, cross-catalog, collection of descriptors or developed thesaurus – and they certainly represent general relationships between concepts. Olle Persson designed the Bibexcel – the tool created for the purpose of analyzing large quantities of bibliographic data or data in any text format adapted for subsequent processing and analysis. One of the main objectives of this program is to prepare the files to be imported into Excel or any other application that uses a tab-separated data, while it performs following tasks: bibliometric analysis, citation analysis; cocitation analysis, analysis of bibliographic pairs, cluster analysis, preparation of bibliometric maps, mapping (Pajek, NetDraw). Bibexcel uses records from standard ISI databases (SCI, SSCI, A&HCI) for the analysis, providing data conversion of other standard formats as well (WinSpirs/SilverPlatter, EndNote ShowAll, Scopus-ris ...).

Academic, and particularly university libraries, which nowadays have a demanding task of citation analysis, in addition to their function of

preparing bibliographic information, should contribute to the humanization of the statistical parameters' basis, since their collection does not necessarily reflect the scientific contribution of researchers, leaving the direct consequences on their further participation in scientific research projects, evaluation of achieved results and therefore their funding. We believe that academic libraries would, through analysis of collected data, confirm the following findings:

- Implicit quotes are a collection of ideas and results that have become an integral part of public knowledge and as such they are neither attainable nor countable.
- Review articles are cited more often than the original.
- Methodological papers have disproportionately more citations than theoretical or empirical work.
- Not everything is quoted that was read during the writing of a scientific paper and not everything is read that is quoted. What is quoted is usually a small part of what is read.
- The contribution of what is cited to the value of the paper should be judged by examining the original document. The problem lies in the fact that it does not automatically mean that the paper (author, journal) that is not cited is not worthy or good. Therefore, “counting citations may at best be a rough indicator of quality, and small differences should not be interpreted as significant.”
- In the process of citation the access to the document is often very crucial, which is determined by:
 - a) Coverage by indexing and compression services; availability of the source document through libraries or by personal engagement (even self-interest to quote an author).
 - b) The results obtained by citation analysis can be considered experimental.
 - c) Determination of the belonging of a particular scientific discipline to one group of sciences, depending on: whether the citation can more often be found in books or in articles within periodicals (books being closer to social sciences and periodicals to natural

sciences); consider what is treated as modern and what as current publication and information; whether the publication aged 20 or 5 years is considered to be contemporary or not; conditionality of use of certain citation databases depending on the scientific discipline to which it relates to;

- Citation analysis can reveal: relevance of databases depending on a group of sciences – natural, social, humanistic; importance of the cited sources together with the analysis of different type of papers, languages, periodicals, authorships; availability of scientific results to the wider audience; communication channels; key authors, key periodicals, key institutions.

The reasons that lead to question the authority of citation analysis among others are:

- The strong influence of the English-speaking researchers, 30% higher than others – SSCI, for example, indexes papers published in English in about 95% of cases, 2% to 3% of papers are in German, 1% in French and 2% in all other languages.
- Self-citations regularly appear in the bibliography of scientific papers, with the main aim of connecting previous and present work (continuity of scientific research) and with possible corrections of previously published results.
- Authors of scientific articles cite their work more often than work of any other author. Plomp suggested that papers cited at least 25 times should be treated as an indicator of the scientific success of an individual researcher.
- It cannot be said that the papers that have never been cited do not have scientific value.
- A survey of opinion of 45 professors employed at British universities found that most thought that citation analysis “would not be an accurate measure of the quality of a particular faculty or university department, and that, even worse, it could be abused by directing scientific processes in a completely wrong direction.” According

to American scientists the citation analysis, as an indicator of the publication value, is a “disturbing trend”.

- Low level of citations of authors originating from small countries, even when they are published in internationally recognized scientific journals.
- Quotations are only quantitative indicators and should be confirmed by competent reviews.
- The average age of the cited literature is 39 years; minimum expectation for quotations is 5 years, bearing in mind that the original must be covered by metadata (date and place of publication, number of pages); humanities develop more slowly than natural sciences and papers are cited only 3 to 4 years after publication.
- Scientific productivity and relevance of researchers depend on: a comparison of international and local parameters of the study, availability of information coming from the international scientific community, existence of parallel texts, especially of abstracts in native languages and in English and the ability to find them through network services.

Benefits coming from using electronic academic library, increase in the level of information and implementation of scientific papers evaluation through citation analysis are results of technological advances, but it must not be forgotten that they are conditioned by economic, linguistic, and even personal reasons, and therefore, as a result of the scientific paper evaluation cannot be completely objective indicators. In order to achieve objectivity there should be a constant, or at least frequent, communication between teachers and librarians, especially with the university's or faculty's administration, which affects greatly the efficiency of libraries. From the interviews conducted by David R. Dowell and Jack A. Scott with deans of various universities derives the conclusion that if the occasional, rather than regular, communication between the Dean and librarians is to be reduced solely to the issues of a financial nature, this will result in dean or rector not only overlooking the role and importance of the library, but completely forgetting the fact that the library exists as an

academic-scientific unit¹ whose mission and vision is of great importance for the development of scientific research and educational processes within a particular higher education institution. In the nineties certain regional agencies for accreditation of university institutions demanded, within the United States, the submission of appropriate documents on mission statement for libraries that are part of the university structure in order to successfully complete the accreditation process, which is why individual experiences exposed in the publication *Mission Statements for College Libraries*² are raised to the level of general recommendations. The process of accreditation of universities in Serbia has recognized the character of library as a scientific-educational base, but the parameters related to the funds, their processing and library personnel remained unadjusted in currently valid documents in the field of librarianship, particularly within the academic and university life. Academic libraries are scientific-educational units of the university and their functionality depends on all participants in academic life.

Referências bibliográficas

DOWELL, David; SCOTT, Jack A. – What community colleges need from their libraries. In MC CABE, Gerard; PERSON, Ruth J, ed. – *Academic libraries: their rationale and role in american higher education*. Westport: Greenwood Press, 1995. p. 15-48.

HARDESTY, Larry; HASTREITER, Jamie; HENDERSON, David – *Mission statements for college libraries*. Chicago: ACRL, 1985.

¹ What community colleges need from their libraries/David R. Dowell, Jack A. Scott// *Academic libraries: their rationale and role in American higher education*/ed. by Gerard McCabe, Ruth J. Person. – Westport: Greenwood Press, 1995. – p. 15-48.

² *Mission Statements for College Libraries*/Larry Hardesty, Jamie Hastreiter, David Henderson. – Chicago: ACRL, 1985.

Página deixada propositadamente em branco.

MANUEL PORTELA

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

O ARQUIVO LDOD E A BIBLIOTECA DIGITAL

THE LDOD ARCHIVE AND THE DIGITAL LIBRARY

RESUMO: O arquivo digital dedicado ao *Livro do Desassossego* (LdoD) de Bernardo Soares/Fernando Pessoa agregará fac-símiles de documentos autógrafos e transcrições textuais correspondentes a diferentes edições impressas da obra, propondo um modelo dinâmico de interação entre os leitores e o conjunto de remediações textuais¹. Enquanto meta-edição de um conjunto de documentos autorais e de livros que editam e organizam esses documentos, o *Arquivo LdoD* possibilita reconfigurações variáveis dos elementos textuais e bibliográficos de modo a tirar partido da processabilidade do meio digital. Uma breve análise da natureza dinâmica deste arquivo (ao nível das funcionalidades de edição e escrita) é usada para interrogar o conceito de biblioteca digital.

Palavras-chave: Biblioteca Digital; Arquivo Digital; Web 2.0; Materialidade Digital; Livro do Desassossego; Fernando Pessoa.

ABSTRACT: The digital archive dedicated to the Book of Disquiet (LdoD) by Bernardo Soares/Fernando Pessoa will aggregate facsimiles of autograph documents and textual transcriptions of different printed editions of the work. This archive embodies a dynamic model of interaction between readers and a large corpus of textual remediations. Considered as a meta-edition of both a set of authorial documents and a series of books in which those documents have been edited and organized, the LdoD Archive allows for variable reconfigurations of textual and bibliographical elements, taking advantage of the processability of the digital medium. A brief analysis of the dynamic nature of this archive (at the level of its editing and writing features) is used for interrogating the concept of digital library.

Keywords: Digital library; Digital archive; Web 2.0; Digital materiality; Livro do Desassossego; Fernando Pessoa.

¹ “Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do *Livro do Desassossego*” (PTDC/CLE-LLI/118713/2010, investigador principal: Manuel Portela), projeto financiado pela FCT e cofinanciado pelo FEDER, através do Eixo I do Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC) do QREN, COMPETE: FCOMP-01-0124-FEDER-019715.

1. Introdução

A biblioteca digital é geralmente imaginada a partir da remediação do acervo bibliográfico manuscrito e impresso e dos metadados que permitem pesquisar, localizar e apresentar as versões digitais desse acervo. Se uma parte da estrutura e funções da biblioteca digital do presente e do futuro resulta da transcodificação maciça do património escrito e dos média analógicos para formatos digitais, uma outra parte, proporcionalmente maior à medida que a produção documental digital se incrementa, resultará da preservação, organização e classificação de objetos originariamente digitais. Estes objetos obedecem a processos de produção de unidades documentais semelhantes aos que foram herdados das tecnologias anteriores, mas são ao mesmo tempo determinados pelos formatos de ficheiro e protocolos de publicação característicos da internet.

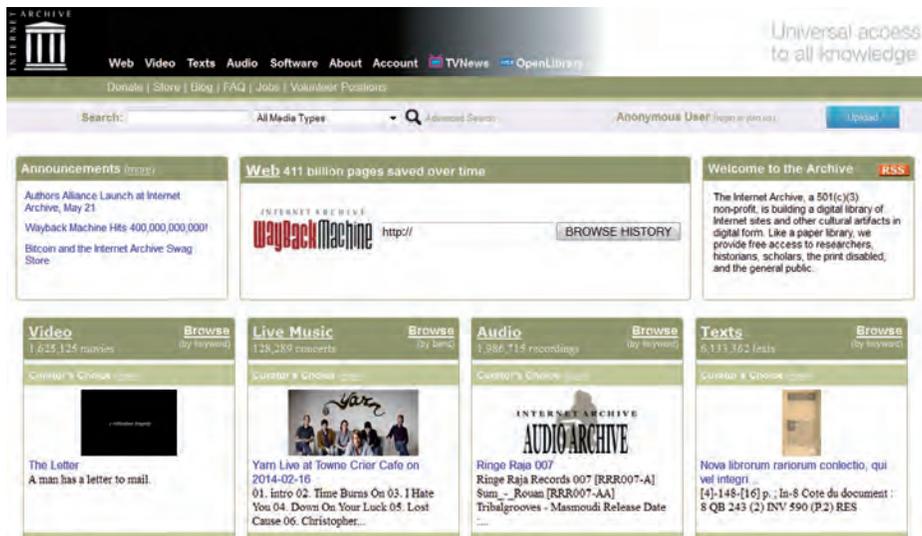


FIGURA 1. Página de entrada do *Internet Archive*

(captura de ecrã realizada a 20 de maio de 2014): <https://archive.org/index.php>

Autodescrevendo-se, no dia 20 de maio de 2014, como “a non-profit digital library offering free universal access to books, movies & music,

as well as 411 billion archived web pages”, o Internet Archive² propõe, de certo modo, outro conceito de biblioteca digital: o da própria internet como uma espécie de biblioteca universal, alimentada pelo desejo de fazer coincidir toda a informação existente com toda a informação colecionada (Figura 1). Este desejo decorre da ubiquidade dos dispositivos de registo de textos, sons e imagens (incluindo imagens em movimento) e da capacidade de armazenamento dos suportes digitais, que exponenciaram as nossas práticas quotidianas de gerar inscrições e, portanto, documentos suscetíveis de serem colecionados e classificados como itens em bibliotecas e em arquivos.

Neste artigo interrogo brevemente a própria noção de biblioteca digital a partir de três características fundamentais da informação digital: a possibilidade de reconfiguração contínua do ficheiro de dados que constitui um objeto digital, com a conseqüente instabilidade textual e medial; a variabilidade crescente da modularidade documental à medida que o software dos média favorece a hibridização de géneros e formas por efeito da recombinação das técnicas de manipulação de objetos digitais, desafiando as taxonomias usadas nos esquemas de metadados para classificar esses objetos; e, por fim, a natureza dinâmica e colaborativa dos espaços de informação eletrónica, baseados na manipulação e na produção aberta e partilhada de múltiplas versões dos objetos digitais.

Sugiro que a edição digital, quando pensada como o universo de objetos digitais publicados no espaço público eletrónico, desafia os processos de coleção e classificação de documentos herdados das tecnologias e média analógicos, a partir dos quais as noções de biblioteca e mediateca se construíram. Por outras palavras: é possível uma biblioteca digital de objetos digitais cujas modularidades não coincidam com as modularidades dos sistemas classificatórios das ciências bibliográficas? O que acontece se tentarmos pensar a biblioteca digital para além do modelo da remediação virtual da biblioteca? Por exemplo, o que seria o *Internet Archive* nessa biblioteca digital? E os itens preservados no *Internet Archive*? Seria

² THE INTERNET ARCHIVE. San Francisco, 1996-2014. [Consult. 6 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <https://archive.org/index.php>>.

a biblioteca digital um item no arquivo da internet? Ou seria o arquivo da internet um item na biblioteca digital? O que acontece quando a própria biblioteca perde a modularidade que a define e o seu conteúdo pode transformar-se continuamente por efeito da manipulação dos utilizadores? Será essa a consequência última do hipertexto eletrónico? A dissolução das fronteiras concetuais que permitem ligar um corpus de textos e objetos mediais a uma prática classificatória específica?

2. Noções de biblioteca digital

A hibridez categorial e formal dos objetos digitais, resultante do processo geral de softwarização da cultura e do seu património documental a partir de um conjunto de técnicas partilhadas por diferentes aplicações informáticas, tem implicações categoriais relativas à tipologia documental e aos géneros e formas. Tal como afirma Lev Manovich, uma parte significativa das propriedades dos objetos digitais depende da camada do software:

Strictly speaking, while it is certainly convenient to talk about properties of websites, digital images, 3D models, GIS representations, etc., it is not accurate. Different types of digital content do not have any properties by themselves. *What as users we experience as properties of media content comes from software used to create, edit, present, and access this content.*³ (itálicos no original)

Isto pode observar-se, por exemplo, num género eletrónico como o ‘weblog’ (ou ‘blog’), cujas propriedades digitais são determinadas pelas funcionalidades programadas na plataforma de criação, edição e publicação, muitas das quais são comuns a outras aplicações de software – como acontece com as funções de edição de texto e imagem oferecidas aos autores ou com as funções de comentário, republicação e partilha

³ MANOVICH, Lev – *Software takes command: extending the language of new media*. London: Bloomsbury, 2013. p. 150.

oferecidas aos leitores. Assim, para além das propriedades materiais e estilísticas resultantes da integração multimedial de texto, imagem, áudio e vídeo, as propriedades do objeto digital ‘blog’ dependem dessa camada de código que lhe conferem a editabilidade e manipulabilidade específica da sua forma, a qual varia ainda consoante as alterações tecnológicas de sucessivas versões do software.

Por seu turno, a transferência da noção de biblioteca para o espaço eletrónico em rede implica a sua consequente reconfiguração concetual, seja como justificação para recriar numa determinada estrutura de base de dados a estrutura e as funções da biblioteca física, seja no sentido de entender o espaço eletrónico no seu todo como um novo tipo de instanciação material e técnica da biblioteca. Por outro lado, a obsolescência dos formatos e protocolos digitais origina um conjunto de dilemas epistemológicos nos processos de construção da biblioteca digital de objetos digitais, como acontece, por exemplo, no caso da literatura digital⁴. Se na década de 1990 ainda era possível imaginar a biblioteca digital a partir da simples migração da biblioteca de papel para as redes digitais, a explosão dos média sociais e das possibilidades de interação na web 2.0 nos inícios do século XXI, alterou a própria concetualização de biblioteca digital. Com efeito, as diversas aceções da expressão ‘biblioteca digital’ refletem as rápidas mudanças tecno-sociais nos processos de produção, indexação, pesquisa e distribuição da informação em rede:

The term ‘Digital Library’ is currently used to refer to systems that are very different in scope and yield very diverse functionality. These systems range from digital object and metadata repositories, reference-linking systems, archives, and content administration systems, which have been mainly developed by industry, to complex systems that integrate advanced digital library services, which have chiefly been developed in research environments.⁵

⁴ NAMORA, Ricardo – El concepto de biblioteca digital como cuestión epistemológica. GARRIDO GALLARDO, Miguel Ángel, ed. – *La biblioteca de Occidente en contexto hispánico*. Logroño: Universidad Internacional de La Rioja, 2013. p. 73-84.

⁵ CANDELA, L. [et al.] – Digital library manifesto. [Em linha]. *DL.org Consortium*. 2011a. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.dlorg.eu>>.

Nesta heterogeneidade de sistemas e referências parecem confluir uma redefinição técnica e uma redefinição metafórica da biblioteca. Assim, a reconstituição de um conjunto de funções de preservação documental e de agregação e recuperação da informação no espaço digital pode referir quer uma rede fechada de objetos digitais, sujeitos a diversos tipos de validação institucional, quer uma rede aberta e dispersa de objetos digitais, independentes de validação institucional. Esta distribuição aberta em rede de diferentes coleções de objetos de informação gera, potencialmente, um repositório universal de conhecimento que não coincide com os modos institucionais de validação e catalogação, sejam eles privados ou públicos. A biblioteca digital emergiria também como um modo particular de intervenção técnica e social nesse espaço aberto de publicação e comunicação.

Ao mesmo tempo, a acelerada digitalização do património e da produção cultural conduz à reinvenção dos próprios modelos de biblioteca digital em sentido estrito, que passam de um sistema centrado nos conteúdos, focado na organização e no acesso estruturado às coleções de dados, para um sistema centrado no utilizador e nas experiências de interação com essas coleções:

Its main role has shifted from static storage and retrieval of information to facilitation of communication, collaboration and other forms of interaction among scientists, researchers or the general public on themes of relevance to the information stored in the Digital Library. Finally, it has moved from handling mostly centrally located text to combining distributed multimedia document collections, sensor data, mobile information and pervasive computing services.⁶

A transformação do espaço eletrónico num espaço de manipulação e colaboração implicaria, portanto, a passagem de um modelo centrado na catalogação de conteúdos para um modelo centrado na flexibilidade de

⁶ CANDELA, L. [et al.] – Digital library manifesto. DL.org Consortium, 2011a. p. 4.

interações, que incorpora o próprio dinamismo da web 2.0 nas funcionalidades de pesquisa, recuperação e socialização da informação.

Um dos resultados de um projeto recente de investigação sobre modelos de biblioteca digital aponta justamente no sentido da redefinição da biblioteca digital como um espaço de informação habitado por uma comunidade de utilizadores que cooperam e interagem nesse espaço⁷. A visualização de informação no seu contexto de uso e a representação dos próprios utilizadores nesse espaço cooperativo materializam este modelo de biblioteca informado pelos princípios da cooperação assistida por computador. No fundo, trata-se de importar para o modelo da biblioteca digital aquelas que são as interações características da internet nas suas formas dinâmicas atuais. A representação integrada das múltiplas perspectivas inerentes a este modelo levou os autores citados⁸ a proporem uma teoria geral da biblioteca digital composta por três níveis – Biblioteca Digital, Sistema da Biblioteca Digital e Sistema de Gestão da Biblioteca Digital – definidos deste modo:

Digital Library (DL)

A potentially virtual organisation, which comprehensively collects, manages and preserves for the long term rich digital content, offering its targeted user communities specialised functionality on that content, of defined quality and according to comprehensive codified policies.

Digital Library System (DLS)

A deployed software system underpinned by a possibly distributed architecture providing all the facilities required by a specific Digital Library. Users interact with a Digital Library through the corresponding Digital Library System.

⁷ Desenvolvido entre 2008 e 2010 pelo DL-org Consortium (Conselho Nacional de Investigação de Itália, Universidade de Atenas e Universidade de Glasgow) e financiado pela União Europeia, o projeto 'Digital Library Interoperability, Best Practices and Modelling Foundations' resultou num conjunto de documentos que concetualizam este modelo de biblioteca digital (cf. Candela [et al.], 2011a e 2011b).

⁸ CANDELA, L. [et al.] – Digital library reference model: in a nutshell. [Em linha]. *DL.org Consortium*. 2011b. [[Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.dlorg.eu>>.

Digital Library Management System (DLMS)

A generic software system which provides the appropriate software infrastructure both to produce and administer a Digital Library System incorporating the suite of facilities considered fundamental for Digital Libraries and to integrate additional software offering more refined, specialised or advanced facilities.⁹

O que é interessante nesta definição, se tentarmos pensar a relação entre um arquivo digital como o *Arquivo LdoD* e a própria web como espaço colaborativo, é o facto de a biblioteca digital continuar a ser representada como um ato de coleção, gestão e conservação de objetos digitais, dependente de um conjunto explícito de padrões de qualidade e de funcionalidades, mesmo que a entidade organizacional responsável pela política de seleção seja potencialmente virtual. Além disso, o modelo tripartido da relação entre os sistemas de software de gestão da biblioteca digital e os sistemas de software da biblioteca digital, por um lado, e os objetos digitais, por outro, concetualiza relações similares às de quaisquer outros sistemas de informação digital. A especificidade da biblioteca digital não estaria tanto na arquitetura de software e no sistema de informação enquanto tais, mas sim nas especificações e conteúdos dos próprios objetos digitais e nas funcionalidades definidas para as suas comunidades de utilizadores.

Esta formalização tripartida pode ser testada em diferentes modelos de biblioteca digital atuais, que mostram configurações variáveis de política de coleção e produção de objetos digitais, de funcionalidades de interação com os objetos das suas coleções e de relação entre espaço institucional e espaço virtual. As possibilidades de agregação de objetos digitais – obtidos a partir da digitalização de múltiplas coleções de várias instituições (bibliotecas, arquivos e museus) – e o acesso integrado a esses objetos a partir de uma mesma interface decorrem da natureza reticular da informação digital, do desenvolvimento de protocolos abertos de interoperabilidade e de uma política de digitalização e acesso

⁹ CANDELA, L. [et al.] – Digital library manifesto. DL.org Consortium, 2011a. p. 5-6.

público ao património arquivado. Portais como os da *Biblioteca Nacional Digital*¹⁰, da *Europeana*¹¹, e da *Digital Public Library of America*¹², por exemplo, constituem aplicações diferenciadas daqueles princípios (Figuras 2, 3 e 4).

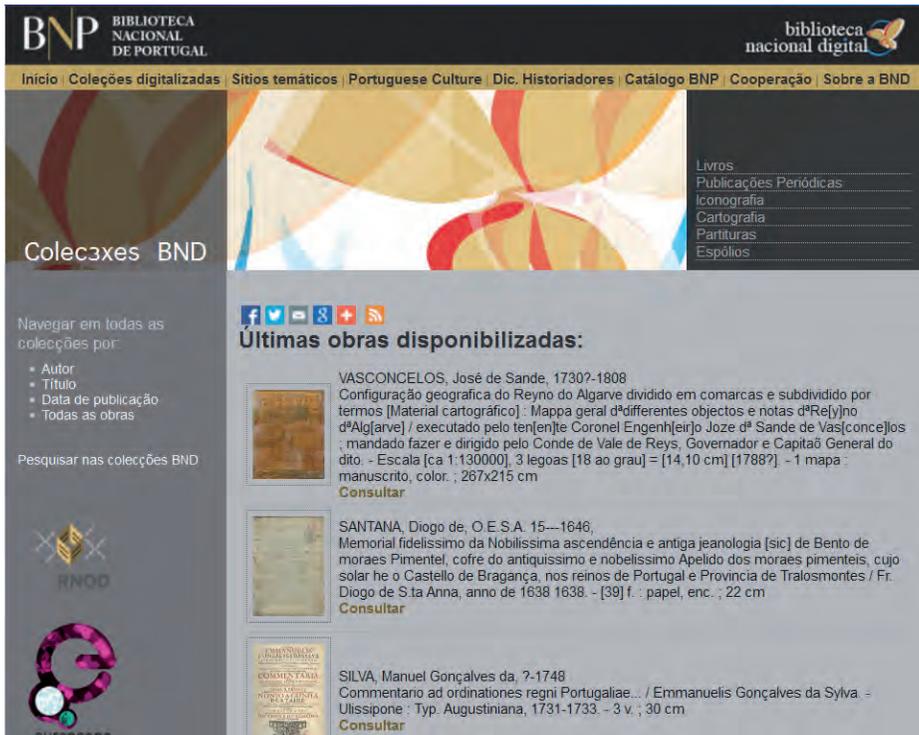


FIGURA 2. Página de entrada da Biblioteca Nacional Digital (captura de ecrã realizada a 18 de maio de 2014): <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

¹⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Biblioteca nacional digital. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>.

¹¹ THE EUROPEANA FOUNDATION – *Europeana*. The Hague: National Library of the Netherlands, 2008-2014. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.europeana.eu>>.

¹² DIGITAL PUBLIC LIBRARY OF AMERICA. Boston: Boston Public Library, 2013-2014. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://dp.la>>.

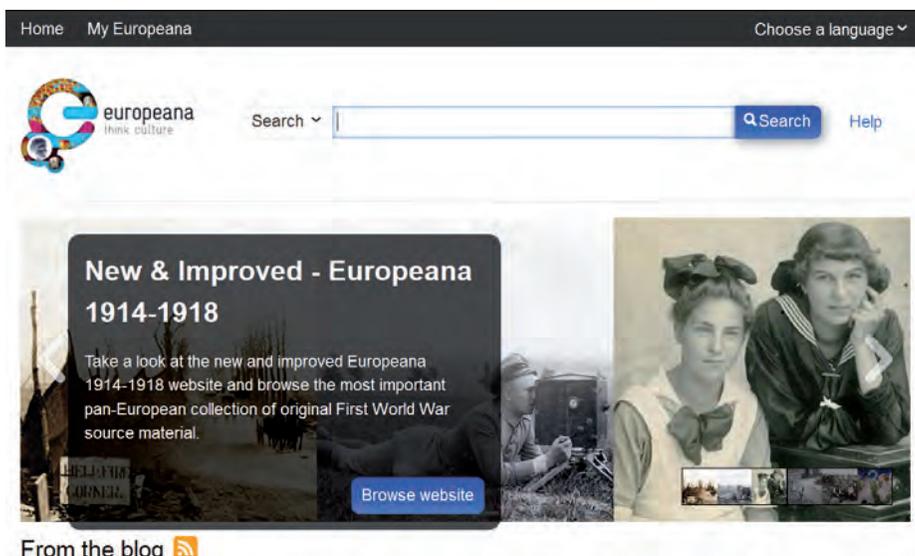


FIGURA 3. Página de entrada da Europeana (captura de ecrã realizada a 18 de maio de 2014): <http://www.europeana.eu/>

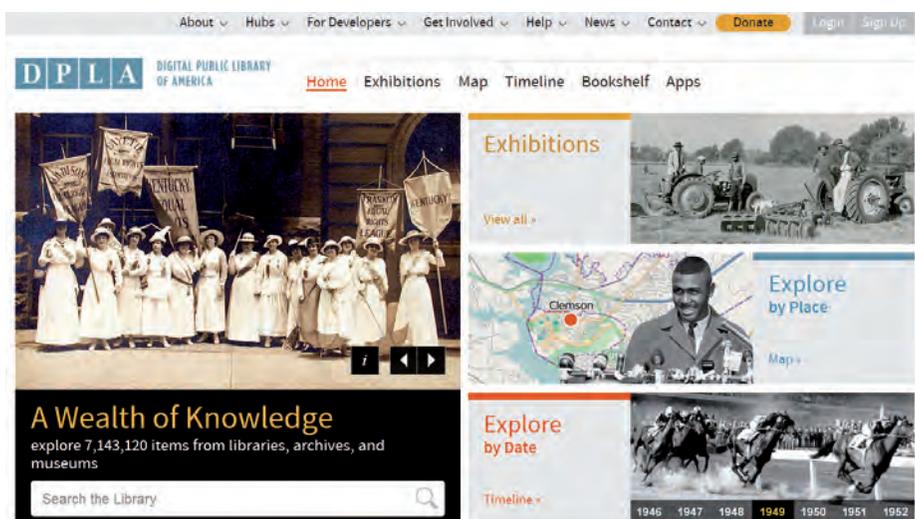


FIGURA 4. Página de entrada da Digital Public Library of America (captura de ecrã realizada a 18 de maio de 2014): <http://dp.la/>

A digitalização e a distribuição em rede permitem a agregação das versões digitais dos objetos para além dos limites geográficos e institu-

cionais dos originais, exponenciando os efeitos de descontextualização, recontextualização e apropriação criativa decorrentes da reproduzibilidade técnica. São evidentes as possibilidades de socialização e apropriação através da recirculação, manipulação e recombinação de objetos digitais, seja através de funcionalidades presentes nas próprias plataformas – como os botões de partilha em redes sociais –, seja através da importação para análise e reutilização por meio de ferramentas próprias. No entanto, o facto de a biblioteca digital se constituir predominantemente a partir de objetos originariamente não-digitais, validados pelos sistemas institucionais que colecionaram e catalogaram esses objetos, parece ainda preso à metáfora da biblioteca digital dependente das fronteiras institucionais, como se a identidade dos objetos digitais enquanto itens bibliotecáveis resultasse necessariamente dessa inscrição tecno-institucional.

Ora é neste entrecruzamento entre espaços de informação eletrónica institucionalmente validados e espaços eletrónicos enquanto espaços de publicação e colaboração aberta que o exemplo do *Arquivo LdoD* pode ser interessante na sua condição de objeto bibliotecável, isto é, suscetível de ser construído como um item numa biblioteca digital. Na medida em que os objetos digitais que contém (fac-símiles autógrafos e edições em livro desses fac-símiles) são eles próprios objetos catalogados na biblioteca e na medida em que o arquivo oferece um conjunto de funcionalidades de colaboração e produção textual semelhantes às que definem as práticas comunicativas na web 2.0, o *Arquivo LdoD* mostra a tensão entre modularidade e estabilidade documental – que permitem estabilizar os sistemas de coleção, referência e classificação da biblioteca – e a reticularidade e instabilidade documental inerentes à rápida socialização e à crescente temporização dos processos textuais em meio digital.

3. Instabilidade textual e variabilidade modular

Quais seriam as possíveis consequências para o conhecimento da história, e de tudo o que nos rodeia, se o conteúdo dos livros pudesse ser continuamente alterado? Esta pergunta é interessante de um ponto

de vista de uma teoria do conhecimento histórico: num certo sentido, o conhecimento histórico depende da estabilidade dos documentos. Por outro lado, o conhecimento consiste na descoberta de novas relações entre os factos e os processos históricos descritos ou inferidos a partir das evidências materiais e documentais. Ou seja, ainda que os documentos mantenham a sua estabilidade textual, o conhecimento da história obriga a reescrever, sempre com novas aproximações e perspetivas, as narrativas em que surgem os documentos do passado. Ainda que os textos permaneçam fechados na sua estrutura narrativa e na sua forma material, os processos de leitura e os atos de conhecimento estão constantemente a reabri-los.

Sob este ponto de vista, o hipertexto apenas tornaria materialmente visível o processo semântico e hermenêutico de escrever e ler como prática social e cognitiva inscrita na temporalidade que tenta descrever. A alegada volatilidade da produção documental eletrónica resultaria afinal de uma conceção de arquivo e de biblioteca em que à escrita e ao suporte da escrita é atribuído o poder mágico de fixar os significantes fora da temporalidade que os produziu. Esse preciosismo arqueológico ignoraria a dimensão performativa dos atos simbólicos de que os documentos apenas podem constituir vestígios. Ao aproximar a escrita da fala, as tecnologias da informação redefinem a documentabilidade, conferindo-lhe uma espécie de reconfigurabilidade contínua, com a possibilidade de rápida multiplicação de versões e estágios de publicação. O que seria bibliotecar neste contexto: selecionar e classificar determinadas versões desses documentos reconfigurados? Catalogar as variações autodocumentadas nos próprios ficheiros?

Que alteração produz a mediação digital na modularidade documental, institucionalmente estabilizada num conjunto de formas textuais progressivamente reforçadas pelos sistemas classificatórios da biblioteca e do arquivo? Existem já géneros e formas intrinsecamente digitais? Ou apenas formas resultantes da adaptação e transposição de géneros e formas de outros meios? A remediação cria novos géneros ou modifica apenas os géneros anteriores? O sítio web é um género característico do novo meio, como o jornal, por exemplo, se tornou característico da imprensa? Ou é

apenas uma estrutura de organização suscetível de acomodar gêneros e formas muito diferentes, como um código? Se assim é, haverá propriedades dos programas de hipertexto e das páginas web que tenham conseqüências poéticas? Se certas propriedades dos textos são intrínsecas aos gêneros e formas, isto significaria que mesmo reproduzidas sob a forma de hipertexto haveria uma unidade de escrita e de leitura que os definiria e limitaria de um ponto de vista discursivo e semântico. Neste caso, ainda que pudessem ser um elemento de uma rede hipertextual e lhes fossem acrescentados elementos específicos da transmissão digital, possuiriam ao mesmo tempo a completude, fixidez e funcionalidade de um gênero tipográfico.

Visto assim, o hipertexto seria mais um arquivo de textos e criações mediais que manteriam as suas propriedades fundamentais, ainda que reconfigurados de forma diferente da de uma biblioteca, ou de uma antologia, ou de um jornal. Por outro lado, podemos perguntar o que significa a infinitude hipertextual? Considerada enquanto rede de textos (isto é, um hipertexto de hipertextos, ou arquivo de arquivos), a infinitude parece caracterizar o ambiente de leitura em linha, na medida em que é sempre possível reassociar documentos. Todavia, continua a haver a possibilidade de publicar os textos respeitando as modularidades (de gênero, de edição, de desenho gráfico, etc.) característicos da reprodução impressa. Talvez por isso Ted Nelson¹³ afirme que o hipertexto que temos continua a ser uma mera imitação do papel, que materializa as suas convenções de ligação interna e externa como metáforas das conexões bibliográficas. O formato PDF, por exemplo, é geralmente usado com a finalidade de fazer coincidir a unidade ficheiro com a unidade gênero impresso. Quer dizer que continua a ser possível recriar as unidades discursivas e semânticas características dos textos impressos, uma vez que a estrutura princípio-meio-fim é também uma propriedade do gênero e da forma e não apenas do suporte material. Ou seja, a continuidade intro-

¹³ NELSON, Theodor Holm – *Transliteration: a humanist format for re-usable documents and media*. Oxford Internet Institute and Project Xanadu, 2007. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://transliteration.org>>.

duzida pela inserção do texto numa rede não exclui a descontinuidade da percepção de um todo, ainda que este já não possa ser percecionado como a unidade material discreta que resultaria de um volume impresso e seja antes visto como uma unidade discursiva suscetível de remediações, rematerializações e reassociações.

Por outro lado, é evidente também a ligação das propriedades do meio às propriedades dos géneros, vinculando-os a tecnologias específicas. O desenvolvimento do romance, por exemplo, nos seus inúmeros subgéneros, não se pode separar da tecnologia da imprensa. Que grau de transformação dos géneros e formas anteriores é necessário para que o meio digital seja mais do que uma tecnologia de reprodução e de distribuição, passando a determinar certas propriedades formais e discursivas dos textos? A utilização de dispositivos como a animação, o grafismo digital e a hiperligação são suficientes para produzir um género digital? Por outro lado, a digitalidade dos géneros digitais atuais não será também uma função das aplicações informáticas? Isto é, não haverá propriedades textuais que devam ser ligadas a ferramentas informáticas específicas e não à natureza digital da criação e transmissão? E teríamos de falar da página web Dreamweaver, do poema Flash, do conto StorySpace, do repositório DSpace, do blog WordPress?

Neste caso, certas propriedades textuais, gráficas e funcionais dependeriam de gerações específicas de aplicações e de hardware, tal como aconteceu com as técnicas particulares de produção e encadernação de manuscritos medievais ou com as diferentes inovações nas técnicas e formatos de impressão. Na medida em que tais propriedades modificassem substancialmente as possibilidades combinatórias e estruturais dos elementos que definem um género ou forma, os programas informáticos passam a fazer parte da descrição do género e da forma. Por outro lado ainda, da construção de hipertextos sob a forma de arquivos estruturados de textos ligados a uma obra ou a um autor, por exemplo, não resultará a criação de novos géneros, ou meta-géneros, caracterizados precisamente por uma determinada forma de ligar entre si os ficheiros e produzir uma teia discursiva? Neste caso, a edição eletrónica sob a forma de arquivo digital, ao arquitetar um determinado ciberespaço meta-documental com

o corpus de um autor estaria também a definir um género ou forma digital específica.

4. O arquivo digital dinâmico é bibliotecável?

A edição de obras em meio digital sob a forma de arquivos em construção é um caso em que podemos observar simultaneamente a instabilidade que decorre da reconfiguração contínua do ficheiro de dados, e a produção de modularidades que parecem escapar aos esquemas de metadados herdados da cultura bibliográfica. O exemplo que trago para justificar este conjunto de interrogações é o *Arquivo Digital LdoD*, dedicado ao *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares/Fernando Pessoa¹⁴. Neste arquivo podemos observar simultaneamente a presença das modularidades documentais e genéricas anteriores, isto é, a dos fac-símiles dos manuscritos que fazem parte do espólio guardado na Biblioteca Nacional (incluindo a sua remediação sob a forma de fac-símiles digitais a incluir no sítio web ‘Espólio Fernando Pessoa’ da Biblioteca Nacional Digital) e a dos livros impressos produzidos pelos diferentes editores da obra (Coelho, Cunha, Zenith e Pizarro). Podemos ainda observar a dissolução dessas modularidades numa rede reticular de ficheiros suscetíveis de se modificarem e de se incrementarem com a manipulação e intervenção dos utilizadores, que vão reconfigurando ao longo do tempo os próprios objetos digitais contidos no arquivo¹⁵. Se pensarmos que o *Arquivo LdoD*, à semelhança de muitos conteúdos da web 2.0, está concebido para se reconfigurar continuamente pela ação coletiva dos leitores, como poderemos representar a sua identidade documental?

¹⁴ PORTELA, Manuel – Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do Livro do Desassossego. *MatLit*. 1:1 (2013) 9-33. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://iduc.uc.pt/index.php/matlit/article/view/1618>>.

¹⁵ SILVA, António Rito e PORTELA, Manuel – TEI4LdoD: textual encoding and social editing in Web 2.0 environments. *Journal of the Text Encoding Initiative*. 8 (2014). [no prelo].

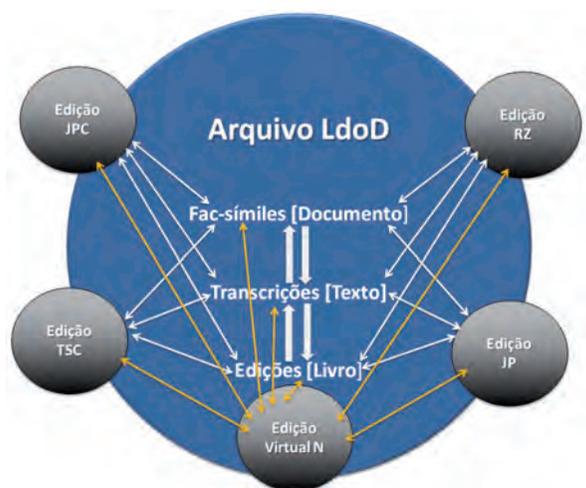


FIGURA 5. Diagrama representando a natureza dinâmica do *Arquivo LdoD*.
© Manuel Portela, 2014.

A Figura 5 representa as diversas camadas e funcionalidades previstas no *Arquivo LdoD*. A camada estática do arquivo contém fac-símiles dos documentos autógrafos, transcrições topográficas desses documentos codificadas em XML de acordo com a norma da Text Encoding Initiative e ainda transcrições textuais correspondentes às quatro edições principais. Estas cinco transcrições podem ser automaticamente comparadas entre si e pesquisadas de acordo com múltiplos critérios. Designadas como edições dos peritos no contexto do arquivo, estas transcrições constituem também a base material para a camada dinâmica que permitirá aos utilizadores classificarem, anotarem, (re)editarem e (re)escreverem – de forma individual ou coletiva – os fragmentos contidos na base de dados¹⁶. Por seu turno, todas estas intervenções podem ser publicadas e tornar-se elementos permanentes ao nível da camada virtual do arquivo, criando

¹⁶ PORTELA, Manuel e SILVA, António Rito – A model for a virtual LdoD. *Literary and Linguistic Computing*. (2014) [no prelo]. Advanced online publication. 5 March 2014. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://llc.oxfordjournals.org/content/early/2014/03/05/llc.fqu004.abstract>>.

um circuito de retroalimentação colaborativa e aberta entre o nível das edições dos peritos e o nível das edições virtuais.

A pergunta que volto a fazer, a partir deste exemplo, é esta: o que seria uma biblioteca digital de arquivos digitais como este? Seria a biblioteca digital um instrumento de produção de ordem na ramificação caótica do hipertexto, capaz de conformar aos campos Dublin Core mesmo os objetos que escapassem à taxonomia bibliográfica? Outra forma de formular a mesma pergunta: o conceito de biblioteca sobreviverá num universo de informação integralmente digital? E se em vez de pensarmos na biblioteca digital como remediação das bibliotecas de papel e das mediatecas ou como coleções de objetos digitais institucionalmente classificados e validados, pensarmos na biblioteca digital como a mera combinação das funções de pesquisa, localização e apresentação da informação e da meta-informação constante dos próprios ficheiros? Isto é, como uma forma de pesquisa estruturada no universo documental da própria internet? Poderá a biblioteca digital vir a ser apenas a conjunção de um sistema de metadados com um conjunto de algoritmos, suportados pela infraestrutura eletrónica que permite as transferências de dados?

O *Arquivo LdoD*, tal como projetos similares de arquivo digital de obras literárias, mostra a reconfiguração das modularidades documentais que estão na base dos conceitos de edição, arquivo e biblioteca, bem como das relações entre conteúdo e continente. A flexibilidade da representação numérica digital permite que os documentos sejam modularizados de acordo com a materialidade específica do meio digital independentemente da modularidade dos objetos originais. Assim, ao mesmo tempo em que contém um conjunto de edições que corresponderiam a livros impressos ou a documentos singulares autógrafos, o *Arquivo LdoD* é, ele próprio, suscetível de constituir-se como um item webliográfico ou bibliográfico numa biblioteca digital. Enquanto representação digital, parte da sua função é preservar e tornar acessível o espólio autoral bem como as configurações editoriais da obra ao longo do tempo. O próprio arquivo, enquanto criação concetual e técnica experimental, subordina-se aos protocolos de preservação e classificação da informação digital. Todavia, ao instituir-se como arquivo aberto, suscetível de construção

pelos utilizadores, o *Arquivo LdoD* assimila internamente a lógica da própria internet, excedendo, por assim dizer, os campos do catálogo que o descreve.

Um dos efeitos das novas tecnologias, consequência da alteração da escala física dos objetos de informação, que passaram a poder ser representados foto-eletronicamente nos ecrãs e nos circuitos dos nossos dispositivos digitais e a ser distribuídos em rede, parece ser justamente a variabilidade das suas agregações, isto é, o modo como podemos definir as unidades de pesquisa e manipular os objetos correspondentes. O formato de ficheiro enquanto codificação informática específica passou a ser também uma unidade documental para efeitos de classificação, pesquisa e preservação. Um arquivo literário digital constitui, de certo modo, um ecossistema documental onde é possível observar a reconfiguração das relações entre unidades documentais analógicas e unidades documentais digitais, decorrentes das interferências entre categorias classificatórias bibliográficas e as categorias classificatórias informáticas¹⁷. A unidade entre forma material e forma discursiva que identifica um género passa a poder ser representada digitalmente através de diferentes formatos de ficheiro, dando origem a novas modularidades suscetíveis de cruzamentos, misturas e agregações. Os algoritmos de pesquisa característicos do catálogo bibliográfico podem estender-se e combinar-se com possibilidades associativas e reticulares da web semântica.

É certo que o arquivo literário digital colaborativo é bibliotecável no sentido em que a sua unidade enquanto arquivo é suscetível de ser referida e referenciada como uma unidade, isto é, através de um identificador único, do qual dependeriam hierárquica ou associativamente os restantes elementos. No entanto, a sua natureza dinâmica implica a mudança do conteúdo ao longo do tempo numa reconfiguração parcial dos ficheiros de dados e metadados que o constituem e descrevem enquanto objeto digital, fazendo-o extravasar o enquadramento da biblioteca em função da

¹⁷ PORTELA, Manuel – Multimodal editing and archival performance: a diagrammatic essay on transcoding experimental literature. *Digital Humanities Quarterly*. 8:1 (2014). [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/8/1/000175/000175.html>>.

lógica proliferativa e socializada dos média digitais em rede. Este constitui talvez o ponto em que a metáfora da biblioteca digital deixaria de ser operacional enquanto meta-representação catalogada de uma coleção de objetos para se redefinir a partir da especificidade abstrata do meio digital como certo tipo de relação entre estruturas de dados e algoritmos.

Referências bibliográficas

- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Biblioteca nacional digital*. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>.
- CANDELA, L. [et al.] – Digital library manifesto. [Em linha]. *DL.org Consortium*. 2011a. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.dlorg.eu>>.
- CANDELA, L. [et al.] – Digital library reference model: in a nutshell. [Em linha]. *DL.org Consortium*. 2011b. [Consult. 26 Mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.dlorg.eu>>.
- DIGITAL PUBLIC LIBRARY OF AMERICA. Boston: Boston Public Library, 2013-2014. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://dp.la>>.
- INTERNET ARCHIVE. San Francisco: Internet Archive, 1996-2014. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <https://archive.org/index.php>>.
- MANOVICH, Lev – *Software takes command: extending the language of new media*. London: Bloomsbury, 2013.
- NAMORA, Ricardo – El concepto de biblioteca digital como cuestión epistemológica. GARRIDO GALLARDO, Miguel Ángel, ed. – *La biblioteca de Occidente en contexto hispánico*. Logroño: Universidad Internacional de La Rioja, 2013. p. 73-84.
- NELSON, Theodor Holm – *Transliteration: a humanist format for re-usable documents and media*. Oxford Internet Institute and Project Xanadu, 2007. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://transliteration.org>>.
- PESSOA, Fernando – *Livro do desassossego*. Jacinto do Prado Coelho, org. Lisboa: Ática, 1982. 2 vol.
- PESSOA, Fernando – *Livro do desassossego*. Teresa Sobral Cunha, org. Lisboa: Relógio d'Água, 2008.

- PESSOA, Fernando – *Livro do desasocego*. Jerónimo Pizarro, org. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. 2 vol.
- PESSOA, Fernando – *Livro do desassossego*. Richard Zenith, org. Lisboa: Assírio & Alvim, 2012.
- PORTELA, Manuel – Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do Livro do Desassossego. *MatLit*. 1:1 (2013) 9-33. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://iduc.uc.pt/index.php/matlit/article/view/1618>>.
- PORTELA, Manuel – Multimodal editing and archival performance: a diagrammatic essay on transcoding experimental literature. *Digital Humanities Quarterly*. 8:1 (2014). [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/8/1/000175/000175.html>>.
- PORTELA, Manuel e SILVA, António Rito – A model for a virtual LdoD. *Literary and Linguistic Computing*. (2014) [no prelo]. Advanced online publication. 5 March 2014. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://llc.oxfordjournals.org/content/early/2014/03/05/llc.fqu004.abstract>>.
- SILVA, António Rito e PORTELA, Manuel – TEI4LdoD: textual encoding and social editing in Web 2.0 environments. *Journal of the Text Encoding Initiative*. 8 (2014). [no prelo].
- THE EUROPEANA FOUNDATION – *Europeana*. The Hague: National Library of the Netherlands, 2008-2014. [Consult. 26 mai. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.europeana.eu>>.

SAUL ANTÓNIO GOMES

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

OS NOVOS CÓDICES MEDIEVAIS: UMA REFLEXÃO

THE NEW MEDIEVAL CODICES: A REFLEXION

Quero agradecer o convite amável que recebi por parte do Senhor Diretor da BGUC para participar neste congresso comemorativo do quinto centenário da “Livraria” da Universidade de Coimbra. Confesso que o desafio que me foi proposto, o de produzir uma intervenção num painel dominado pela abóbada do universo digital, me surpreendeu. O meu trabalho académico centra-se sobretudo no património bibliográfico e documental real e não virtual. E um codicólogo, tenhamos presente esse princípio, como um paleógrafo ou um investigador de ciências históricas, sabe perfeitamente que, no seu trabalho, um “códice em formato eletrónico” ou uma reprodução fotográfica de um manuscrito nunca serão suficientes para a conclusão cabal de uma descrição catalográfica ou analítica. Mas também é verdade que os recursos tecnológicos atuais facilitam enormemente o acesso e o estudo desses códices antigos produzidos com recurso a papiro, a papel ou pergaminho, em geral ricamente iluminados e com encadernações preciosas, num todo que torna cada exemplar desses livros uma obra de arte.

Mas à semelhança de um qualquer escriba medieval, que ao expressar *in illo tempore* o seu contentamento pelo fim do seu trabalho de cópia de um códice inscrevendo no fólio final um colofão, subscrevendo-se e anotando humildemente o que lhe ia na alma imprecava a solidariedade em espírito dos leitores, também eles virtuais, dessa sua obra, rogando-lhes padre nossos e ave Marias por intenção da salvação da sua alma, assim, neste momento, também eu peço aos colegas e presentes o indulto

para a pequenez da reflexão que, no espaço de tempo que generosamente me atribuíram, me proponho apresentar.

Bem sabemos que, hoje, o códice medieval não é repetível; nem sequer o adjetivo novo, aqui, pode ser tomado com o valor absoluto que, há quinhentos anos atrás e bem antes lhe concediam autores, copistas ou até impressores de incunábulos e livros antigos, ou seja, como se sabe, equivalente a uma obra produzida ou editada pela primeira vez. Se bem que, no universo polissémico dos conceitos e de uma história do livro, também ela presente, para a qual necessitamos de uma permanente reinvenção de vocabulário, e não apenas o dos catálogos, em ordem a expressar a melhor adequação das ideias às palavras, dos corpos aos significados comunicacionais. Novos códices, hoje, bem podem ser aqueles que, pela primeira vez na sua história, conhecem o formato digital e experimentam a circulação veloz e vertiginosa das redes e conexões da Internet e das suas “sitiografias”, dos seus portais, dos seus “foros”, das plataformas virtuais de comunicação social e da blogosfera.

O suporte digital permite, em ambiente web, a circulação vertiginosa do códice e do livro. As tecnológicas informáticas oferecem a possibilidade de se resolverem muitos problemas em matéria de acesso e de divulgação, por parte das instituições guardiãs do património bibliográfico e documental, aos fundos de manuscritos e de impressos que possuem. Estas novas tecnologias, associadas à Internet, operaram mais uma revolução na história do livro e do códice. Mais uma, na verdade, porque o *codex*, na sua forma, foi a primeira dessas idades de mudança histórica nos suportes de escrita, como, no século XV, com a imprensa, se assistiu à segunda revolução da história bibliográfica, para, nos finais do século XX, termos assistido à terceira grande mudança nesse longo processo histórico-cultural, tendo todos nós o privilégio de sermos testemunhas desse momento transformador.

O objeto digital bibliográfico é responsável por uma nova geração de livros e, naturalmente, também dos códices. Devo precisar este ponto. Não considero, agora, o novo livro que é o livro digital, mas tão somente o surgimento de réplicas digitais de velhos códices que permitem o seu estudo e a sua fruição estético-cultural. O novo suporte digital, ao con-

ciliar a oferta de um conteúdo com a sua circulação global, trouxe uma liberdade de manuseamento e acesso a velhos códices que, outrora, era impensável. Impensável a ponto de os antigos manuscritos se guardarem agrilhoados por correntes de ferro a pesados armários, fechados a sete chaves em arcas reforçadas com aros de ferro, guardados nas casas dos tesouros de igrejas e de palácios, protegidos, até, por temíveis condenações e penas de excomunhão contra aqueles que os retirassem dos seus lugares.

Hoje, esses códices podem circular na web, como podem ser copiados eletronicamente para uma *pen* ou um *pc* e andarem na pasta ou nos bolsos do casaco do investigador. Os velhos manuscritos transformaram-se em neo-códices. E esta mudança no modo de apropriação, por reprodução, dos antigos manuscritos é acrescida por todo um conjunto de informação gerida e organizada por especialistas nas novas arquiteturas tecnológicas de páginas *web* e de *opacs* e seus sistemas de geração, manutenção e renovação.

Os neo-códices de que falamos são, para o codicólogo e o historiador, meios utilíssimos para os seus trabalhos. Desde logo porque as redes de informação criadas à escala global acrescentam exposição e visibilidade aos numerosos tesouros bibliográficos acumulados ao longo dos séculos. Agora o acesso a um antigo códice não é nunca um ato isolado por parte do investigador e do leitor. O estudo ou fruição de um códice medieval, por exemplo, pode ser servido, em função dos objetivos do seu novo leitor, pela pluralidade informativa que os sítios de documentação bibliográfica oferecem.

A consulta *on line* dos seus catálogos, a entrada nas páginas web dessas instituições, a disponibilização de revistas especializadas parcial ou integralmente em linha, a atualização das listas sobre novas aquisições ou disponibilizações de documentação em digital, a existência de bases de dados de manuscritos gerais ou específicas, mormente de bancos de imagens e iluminuras ou de determinadas coleções bibliográficas, programas de identificação de textos, plataformas de publicação e edição “em linha”, mostras em filme ou em vídeo de exposições e eventos, como de materiais didáticos, por exemplo, relativos a materiais librários (papiro,

pergaminho, papel, tintas, encadernações), projetos de investigação, páginas de divulgação, portais científicos e culturais geralmente sediados num país mas de alcance internacional.

Não trago a estatística deste espectro “webgráfico”, mas todos temos uma noção empírica aproximada da real de que estamos perante alguns milhares de sítios virtuais carregados de informação que amplia enormemente o conhecimento e a fruição deste património codicológico que nos motiva.

A definição de livro é plural e nem sempre tão imediatamente fácil como aparenta. O livro de ontem e o livro de hoje, o livro manuscrito, mas também o impresso e agora o livro digital, todos eles mantêm, nas suas diferenças, fios identitários comuns. E o primeiro desses fios é, para mim, o da sua história. É no processo histórico do livro que podemos observar a coerência desse objeto material e imaterial a que chamámos *biblion*, *volumina*, depois *codices*, agora livros e livros digitais. No passado, o livro exigia o chão da materialidade; no presente, sem que o livro perca o seu ADN gerador, esse microuniverso de escrita desmaterializa-se no labirinto comunicacional eletrónico.

Falar do livro no seu presente, prestidigitando o seu futuro, é uma reflexão natural e sempre necessária, a todos quantos amam o livro ou nele encontram o recurso didático das suas vidas e descobertas intelectuais por excelência, mas que não podemos fazer sem uma remissão constante à sua história. E essa história é longa e perdura vivaz na etimologia memorial das palavras que codificam o escrito librário nas suas múltiplas representações e enunciações. Livro, volume, códice, tomo, título, capa, encadernação, caderno, folha, página, margem, caixa, coluna, linha, letra, iluminura, eis alguns dos nomes cujas etimologias se desdobram em significações múltiplas em que se descobre o princípio genesíaco do objeto que consideramos e que, sendo matéria, não retira verdadeiramente a sua força e longevidade dessa condição, antes e sobremodo da sua condição de enunciado imaterial.

O livro é reflexo epocal permanente dos seus autores e dos seus leitores, também das bibliotecas que os guardam, como tesouros preciosos. Tesouros que se partilham, todavia, como dádivas de amor, de um amor

diferente, claro está, testemunhado no encontro do leitor com o livro procurado senão do bibliófilo com o livro de há muito desejado. Um códice ou um livro pertence ao género das obras de arte. Pode ser um templo do sagrado ou um museu especialíssimo de todas aquelas musas inspiradoras dos que escrevem ou desenhavam a criação.

Há um conceito codicológico dominante na leitura de um manuscrito. Refiro-me ao conceito, um tanto próprio de papéis e cenários teatrais, *de mise en page*. Uma *mise en page* que encerra a ideia semântica da composição da página na qual se afirma a unidade básica do códice e do livro. Coisa admirável, escreveu o poeta Marcial, elogiando essa nova forma de *liber*, já não em rolo, mas em forma de cadernos retangulares, a que se chamou *codex*. Na arqueologia do livro, a *mise en page* é uma das componentes estruturantes. É por ela que o livro mais exerce os seus poderes de reflectografia artística; por ela se apresenta, se mostra, se expõe ao espectador e ao leitor.

O livro é uma obra de arte e comunga, como estas, de regras construtivas matemáticas, ou seja, de regras universais que afirmam a perfeição criadora tanto quanto ela é mensurável e traduzível em forma artística. As obras de arte propiciam uma contemplação estética e simultaneamente apelam à inteligência da sua decifração e compreensão. A interação da pessoa com a obra de arte constitui uma experiência com uma dimensão extremamente singularizada. Muitos apreciadores ou “consumidores” das artes, em todas as suas linguagens, valorizam uma relação de apropriação como que metamórfica entre o objeto artístico e aquele que o contempla. A memória dessa experiência documentou-se durante muito tempo pela aquisição de postais, fotos e outras reproduções do objeto reverenciado, como que relíquias indiretas do ente emulado, sendo que hoje essas formas de recordação evoluíram também para a imagem em movimento levada a cabo por um simples telemóvel ou um tablete vulgar ou outras maravilhas da tecnologia nossa contemporânea.

Um manuscrito medieval, um códice de conteúdo literário, científico, histórico ou diplomático, é invariavelmente uma obra de arte e um património único e insubstituível. Obra de um escriba, de um calígrafo e copista, ou da sua oficina e equipa auxiliar, como, de resto, se verificava

noutras áreas artísticas em que os mestres e os seus aprendizes criavam e reproduziam objetos artísticos, o códice medievo apresenta elementos constitutivos que consolidam o seu valor estético.

Muitos códices desses tempos, como ainda da Europa do pleno Renascimento, são efetivamente obras-primas do património cultural e artístico do mundo. Lembremos, para não sairmos da casuística portuguesa que importa valorizar nos 500 anos da Livraria daquela que foi a *alma mater* dos estudos superiores na Lusofonia, manuscritos como o Apocalipse de Lorrão, as Bíblias Atlânticas da BGUC, os Livros de Horas desta Biblioteca como os que se guardam na BNP e noutras bibliotecas, arquivos e museus, a Bíblia dita dos Jerónimos, na TT, entre tantos e tantos outros (milhares) de códices.

O códice manuscrito medieval era tão maravilhoso que os primeiros e maiores tipógrafos, paladinos de uma arte maior da “imprimissam”, Gutenberg ou Aldo Manuzio, entre outros, procuraram imitar e até superar, em perfeição, os modelos canónicos desses livros tecidos por monges e copistas leigos como obra de adoração maior e mais genuína do seu Deus. O apreço de bibliófilos e bibliómanos por esses livros levou-os a procurá-los por todo o lado, pagando fortunas para os terem, ou cópias fiéis, nas suas bibliotecas principescas. As revoluções tecnológicas permitiram formas de reprodução aceitáveis desses antigos manuscritos. Reproduzidas em gravura ou em fotografia, a preto e branco ou em policromia, viriam a conhecer processos de replicação de grande perfeição como sucede com os quase-originais, autênticos clones dos exemplares originais.

As formas de apropriação do códice medieval multiplicaram-se, desde o século XIX e particularmente ao longo do século XX, por razões de investigação científica. Fotografia, microfilme e fotocópia foram processos comuns e frequentes, como todos sabemos. As novas tecnologias permitiram, todavia, verdadeiros milagres no domínio da replicação e da mediação do códice manuscrito antigo que agora se disponibiliza, numa galáxia comunicacional globalizada, universalmente. A imagem digital reproduz muito satisfatoriamente todo esse património bibliográfico e documental que o investigador ou o simples colecionador tanto apreciam. Essas verdadeiras obras de arte, esses manuscritos artísticos, são

agora mostrados praticamente sem barreiras, digitalizados, acedendo-se a eles, em navegações por mares magnos e livres, através de plataformas eletrónicas e da Internet.

Os neo-códices cultivam a heteronímia, acrescentando ao nome de batismo, codex, segundas e solenes identificações como *e-books*, *e-codices*, *codices electronici* ou *digitalised manuscripts*. São os novos códices cujo padrão de perfeição o milénio medieval apurou, e de que agora podemos dispor em quantidades inauditas há vinte ou trinta anos atrás. As suas versões digitalizadas são geralmente marcadas pela qualidade da imagem que oferecem, permitindo a fruição do livro – um dos primeiros princípios da lógica social da escrita do livro – e, sobretudo, para os iniciados, o estudo crítico do texto, da imagem, do manuscrito na sua arqueologia codicológica.

Todavia, afirmemos que nada substituirá jamais o original. Para que isso fosse possível, o objeto digital teria de reproduzir todas as dimensões e imanências sensoriais e materiais próprias do códice: a sua tridimensionalidade, texturas, peso, temperatura, odor até a espessura dos seus fólhos em pergaminho ou a filigrana do papel. A descrição bibliográfica exige a crítica da autenticidade e todo o investigador sabe que o estabelecimento de aforismos sobre uma peça antiga, como, por exemplo, a consideração crítica da sua data, elemento central da heurística de qualquer fonte, nunca pode dispensar a avaliação do original e da autenticidade que nenhuma réplica ou reprodução consegue gerar.

As novas tecnologias, como infografia, refletografia, entre outras, permitem, por outro lado, dissecar o manuscrito sem o danificar, iluminando as camadas invisíveis de palimpsestos e textos reescritos, assim como as análises laboratoriais permitem conhecer elementos relevantes como a composição química dos elementos pictóricos. A reconstituição do trabalho dos copistas, por exemplo, é amplamente facilitada pelo recurso à microfotografia, em tempos de L. Gilissen¹, e agora ao recurso

¹ Ver, deste consagrado Autor, a sua obra clássica, GILISSEN, Léon – *L'expertise des écritures médiévales: recherche d'une méthode avec application à un manuscrit du XI^e siècle: le Lectionnaire de Lobbes: Codex Bruxellensis 18018*. Gand: E. Story-Scientia, 1973.

do manuseamento da imagem em qualquer computador apetrechado com esses recursos técnicos de trabalho com imagem. Já a feitura do códice, em particular a *mise en page* e a consideração das suas proporções, da composição dos cadernos ou da própria encadernação exigirá sempre o trabalho com o original. E se a réplica digital, ou outra que seja, tem os seus problemas de conservação, envelhecimento rápido e de possível danificação ou de perda de um nível de qualidade satisfatória das imagens, reconheçamos, também, que o manuscrito original exige uma vigilância continuada de verificação da sua saúde e do seu estado de higienização. Isto para vincar que não há futuro para o códice sem um presente social e cultural que o saiba valorizar, processo que pressupõe, entre outros compromissos, o da sua fruição.

Do ponto de vista da história do livro, no presente caso do códice que é manuscrito, a transposição das suas réplicas para o espaço virtual da Internet, desmaterializado, não diminui todo o conjunto tradicional das continuidades relacionais do leitor ou do investigador com o seu objeto de leitura ou de estudo, mas também lhes impõe modos de ler e de ver agora distintos.

Poderá afirmar-se que o que permanece entre o original manuscrito/códice e a réplica digital, em ambiente web ou não, é, primeiramente, o da realidade, material e/ou virtual, do livro. Em ambos os casos, reconheça-se, o bibliotecário/arquivista e o leitor terão de manter uma consciência lúcida e vigilante em relação à questão da perenidade do exemplar, uma garantia nem sempre total. Os ganhos de acessibilidade eletrónica ao livro/códice refletem-se nos modos da sua consulta, mais simplificada e liberta de “inquérito” por parte dos detentores custodiais dos livros/códices; mais simplificada também pelo tempo de acesso, agora permanentemente em aberto, em que a “leitura” pode ser realizada e na pluralidade dos modos de “manuseamento” que o observador ganha. No original como na sua réplica digital – como, antes da morfologia digital, as réplicas fac-similadas por recurso a fotografia – diferenciados pela tactibilidade, ou não, do códice, mantém-se todavia incólume a beleza de dentro e de fora dos códices.

O códice é irremediavelmente um objeto único. A sua reprodução protege-o², não o substituindo, mas permitindo o seu alcance por muitos leitores de maior ou menor exigências de especialização. Separará sempre o códice do “e-codex” a garantia da originalidade, da sua integralidade e da sua autenticidade. Ao códice manuscrito, forma e conteúdo, fora e dentro, substitui-se a réplica apenas desse lado interior, integral, como o objeto matriz, mas intáctil e incorpóreo. Como todas as coisas originais, o códice, na sua condição de manuscrito, é único e irrepetível, insubstituível. Face ao tempo recente do ficheiro pdf ou da imagem jpeg, tif ou qualquer outra fórmula de mediação do corpo ausente, mas visível, a longevidade do manuscrito codicológico não será nunca equiparável. Como é uma mais-valia do manuscrito a sua não alterabilidade formal, face à possibilidade oposta da sua réplica digital, toda ela desmontável e recortável; a ordem estática do códice por contraposição à desordem possível da sua réplica digital no ecrã do leitor.

Contraponha-se a isto o valor de um códice que, na sua reprodução, se torna sempre acessível, pro contraposição à inacessibilidade – nem sempre, aliás, racional – do exemplar original. Longe, claro está, dos tempos em que o códice se acorrentava às estantes, consultável apenas naquele lugar, protegido por panóplias de bênção e de maldições respetivamente para os bons e para os maus leitores. As correntes das antigas bibliotecas medievais só se compaginam hoje na metáfora das redes das “sitiografias” que lhe condicionam a circulação do “e-book” e na necessidade dos “links” para abertura dos códigos/cadeados que prendem os “códices” incorpóreos.

² A perda dos exemplares originais, materiais, é uma realidade de todos os tempos e mantém acuidade nos nossos dias, apesar dos avanços na engenharia da construção de arquivos, bibliotecas e museus. Lembre-se a recente inundação, na Bibliothèque Nationale de France, ocorrida na noite do dia 12 de janeiro de 2014, que causou danos em 10 000 livros do seu departamento de literatura e de arte. Ver: Une inondation à la BNF endommage plus de 10 000 livres. *Le Monde* [Em linha]. 17 de janeiro de 2014. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.lemonde.fr/livres/article/2014/01/15/une-inondation-a-la-bnf-endommage-plus-de-10-000-livres_4348490_3260.html>. Recordemos, também, a ameaça de incêndio sofrida no Arquivo Regional da Madeira, no dia 4 de junho de 2014. Ver: Explosão no Arquivo Regional da Madeira (em atualização). *Jornal da Madeira*. [Em linha]. 4 de junho de 2014. [Consult. 18 jun. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.jornaldamadeira.pt/artigos/explos%C3%A3o-no-arquivo-regional-da-madeira-em-atualiza%C3%A7%C3%A3o>>.

Contraste-se, ainda, o carimbo taxativo do “mau estado – consulta proibida” do documento/código, que impede o seu acesso ao investigador, com o aparente bom estado permanente dos ficheiros que o reproduzem. Os tempos de pesquisa, no mundo contemporâneo da vida vertiginosa que caracteriza a sociedade e os indivíduos nela mergulhados, e a complexidade dessa pesquisa podem ser, todavia, facilitados grandemente pelo instrumental tecnológico.

As diferentes modalidades de acesso ao livro, manuseando o original ou consultando a sua reprodução digital, como já o era potencialmente se de reprodução fotográfica ou fac-similada se tratasse, encontram no leitor/utilizador o seu ponto de encontro. Os processos de acesso não colidem e ambos servem as estratégias de valorização de um património bibliográfico e documental. O usufruto da informação científica e estética do conteúdo é até potenciada pela disponibilização de imagens passíveis de tratamento tecnológico informático.

Parece um dado evidente que a investigação científica conquista, pela disponibilização do “código virtual”, digital, ganhos evidentes: a universalização e a liberdade do acesso ao “documento”, a sua reprodução imediata, a possibilidade dos múltiplos exercícios de análise descritiva e crítica sobre o mesmo.

Reconheça-se, todavia, que para o benefício entre estudo e fruição do manuscrito, em plataformas digitais, ser válido, há que manter a exigência dos saberes eruditos e técnicos que derivam das práticas de identificação, descrição, classificação e catalogação. A ausência destes elementos, ou a sua disponibilização insuficiente, põe em causa a benignidade da réplica virtual. O mesmo se deverá considerar se os motores de busca e os “filtros” aplicáveis não reconhecerem linguagens comuns de pesquisa.

Por outro lado, a desconformidade dos modelos de mediação e seu envelhecimento tecnológico, tornando rapidamente obsoletos ou amorfos, pela sua súbita inacessibilidade, os objetos reproduzidos, enfraquece a sua eficácia e alcance. Os códigos que nos seduzem suportaram e venceram o desafio de séculos e até de milénios de anos; as suas reproduções digitais e analógicas são uma realidade demasiado recente e fugaz para

esse exercício de vencimento do desgaste que o tempo traz aos materiais tradicionais da escrita e do livro.

As bibliotecas de manuscritos digitais são uma realidade nova no mundo³; uma realidade de que resulta um amplo usufruto do livro e uma conseqüente valorização do mesmo enquanto património comum de todos.

Cumprе enaltecer, neste ponto, o contributo português para esta nova realidade. Antigas livrarias medievais e modernas, como a do Mosteiro de S. Mamede de Lorvão, com manuscritos desde o século XII, podem ser consultadas integralmente recorrendo à internet e acessando o sítio *digitaltarq* da Torre do Tombo⁴. Coleções de “Forais manuelinos”, como os do fundo do “cartório” desta referida abadia estão igualmente disponíveis⁵, entre muitos outros códices aqui custodiados. Os tesouros medievais da Biblioteca Nacional de Portugal, como são as suas bíblias, os seus livros de horas iluminados e boa parte da antiga livraria medieval cisterciense do Mosteiro de Alcobaça vão estando disponíveis em arquivo digital⁶. O fundo de manuscritos medievais e renascentistas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra está também totalmente disponível através da internet⁷. Instituições privadas, em Portugal, possuidoras de códices

³ Uma relação destas bibliotecas virtuais pode consultar-se em: UNIVERSITY OF CALIFORNIA, LOS ANGELES. Center for Medieval and Renaissance Studies – The catalogue of digitized medieval manuscripts. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2014]. Los Angeles: CMRS, 2007. Disponível na WWW em: <URL:<http://manuscripts.cmrs.ucla.edu/about.php>>.

⁴ 51 códices desta biblioteca monástica podem consultar-se em: PORTUGAL. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – Livraria do mosteiro. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2014]. Lisboa: DGARQ, 2008. Disponível na WWW em: <URL:<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4381075>>.

⁵ PORTUGAL. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – Forais. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2014]. Lisboa: DGARQ, 2008. Disponível na WWW em: <URL:<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4485091>>.

⁶ Veja-se a pauta de códices digitalizados e disponibilizados em linha por cronologia em: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Biblioteca nacional digital. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://purl.pt/index/geral/date/PT/index.html>>.

⁷ Ver: UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Alma Mater: Biblioteca Geral Digital. [Em linha]. Coimbra: UC, [2010]. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na Internet em: <URL:[http://alma-mater.uc.pt/index.asp?f=BGFUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN](http://alma-mater.uc.pt/index.asp?f=BGFUNDAÇÃO%20CALOUSTE%20GULBENKIAN) – Coleção: Arte do Livro. [Em linha]. Lisboa: FCG, 2013. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://museu.gulbenkian.pt/Museu/pt/Colecao/ArteDoLivro>>.UCD>.

antigos, como a Fundação Calouste Gulbenkian, oferecem informação semelhante⁸.

A leitura do manuscrito medievo em formato digital conduz-nos ao ciclo da reinvenção constante do livro, dos seus modos de leitura e maneiio, contrastando-o entre imagem criadora e semelhança criada, tal renovada epifania prática do mistério que todo e cada códice encerra dentro de si, proclamando-o em palavras escritas e em imagens coloridas, e do seu vocabulário sempre povoado por semânticas dinâmicas e conotativas. Pelos originais como pelas suas cópias digitalizadas o leitor poderá experienciar o livro enquanto renovado objeto de intermediações plurais que podem ir da (in)formação ao puro prazer pessoal da contemplação estética. Um prazer pela descoberta da “fonte” que não diminui pela permanente visibilidade e circulação desta nos ambientes da web.

A experiência do livro, em tempos medievais, traduzia o amor de escribas, copistas, artistas e leitores ao conhecimento e ao reconhecimento do seu Deus; a escrita do livro propiciava, para aqueles que o faziam, o exercício purgativo da salvação da alma. No mundo nosso contemporâneo, o usufruto do livro, como, de algum modo, naqueles tempos, viu ampliados, pela tecnologia, os seus efeitos redentores, permanecendo, nas suas diferentes formas e suportes, um dos instrumentos culturais maiores por que se distingue a civilização da barbárie.

Referências bibliográficas

Breve bibliografia para apoio à reflexão do autor

AMARAL, A. E. Maia do, coord. – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

BABO, Maria Augusta – *A escrita do livro*. Lisboa: Vega, 1993.

⁸ Ver: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – Coleção: Arte do Livro. [Em linha]. Lisboa: FCG, 2013. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://museu.gulbenkian.pt/Museu/pt/Colecao/ArteDoLivro>>.

- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Biblioteca nacional digital*. Lisboa: BNP, 2002. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://purl.pt/index/geral/date/PT/index.html>>.
- CLANCHY, Michael – *From memory to written record: England, 1066-1307*. 2.^a ed. Cambridge: CUP, 1993.
- Explosão no Arquivo Regional da Madeira (em atualização). *Jornal da Madeira*. [Em linha]. 4 de junho de 2014. [Consult. 18 jun. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.jornaldamadeira.pt/artigos/explos%C3%A3o-no-arquivo-regional-da-madeira-em-ataliza%C3%A7%C3%A3o>>.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – Coleção: Arte do Livro. [Em linha]. Lisboa: FCG, 2013. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://museu.gulbenkian.pt/Museu/pt/Colecao/ArteDoLivro>>.
- FURTADO, José Afonso – *O livro*. Lisboa: Difusão Cultural, 1995.
- FURTADO, José Afonso – *Uma cultura da informação para o universo digital*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- GILISSEN, Léon – *L'expertise des écritures médiévales: recherche d'une méthode avec application à un manuscrit du XI^e siècle: le Lectionnaire de Lobbes: Codex Bruxellensis 18018*. Gand: E. Story-Scientia, 1973.
- GOMES, S. A – *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage e CHSCUC, 2007.
- LABARRE, Albert – *História do livro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- MANGUEL, Alberto – *Uma história da leitura*. 3.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto. Metodi, problemi, bibliografia recente*. Roma: Viella, 2002.
- NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa. (Recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. 2 Vols. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da FLUL, 2012.
- NEBBIAI, Donatella – *Le discours des livres. Bibliothèques et manuscrits en Europe IXe-XVe siècle*. Rennes: PUR, 2013.
- PORTUGAL. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – Livraria do mosteiro. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2014]. Lisboa: DGARQ, 2008. Disponível na WWW em: <URL:<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4381075>>.
- PORTUGAL. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – Forais. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2014]. Lisboa: DGARQ, 2008. Disponível na WWW em: <URL:<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4485091>>.
- SANTOS, Maria José Azevedo – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*. Lisboa: FCG-JNICT, 1998.
- Une inondation à la BNF endommage plus de 10 000 livres. *Le Monde* [Em linha]. 17 de janeiro de 2014. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na Internet em:

<URL:http://www.lemonde.fr/livres/article/2014/01/15/une-inondation-a-la-bnf-endommage-plus-de-10-000-livres_4348490_3260.html>.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Alma Mater: Biblioteca Geral Digital. [Em linha]. Coimbra: UC, [2010]. [Consult. 16 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://almamater.uc.pt/index.asp?f=BGUCD>>.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA, LOS ANGELES. Center for Medieval and Renaissance Studies – The catalogue of digitized medieval manuscripts. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2014]. Los Angeles: CMRS, 2007. Disponível na WWW em: <URL:<http://manuscripts.cmrs.ucla.edu/about.php>>.

Alguns endereços eletrônicos para acesso a códices e manuscritos digitalizados em linha

ALEMANHA

Dusseldorfer Virtuelle Bibliothek. Rara:

<https://www.uni-dusseldorf.de/ulb/sonders.html>

Internetquellen zu Handschriften (Stad und UB Frankfurt am Main):

<https://www.stub.uni-frankfurt.de/webmania/lhsn.htm>

Mediaevum de Mittelalterliche Handschriften:

<https://manuscripta.medeaevum.de/>

Staatsbibliothek Berlin. Die Virtuelle Welt des alten Buches:

<https://altdrucke.staatsbibliothek-berlin.de/linksammlung/>

VL-Geschichte Handschriftenkunde/Kodikologie:

<https://www.vl-ghw.unimuenchen.de/kodikologie.html>

VL-De Geschichte: Mittelalter: handschriften (Stuart Jenks):

https://www.phil.uni-erlangen.de/~plges/ma/ma_hschr.html

BÉLGICA

Bibliothèque Royale de Belgique:

http://www.kbr.be/collections/manu/catalogues_fr.html

BRASIL

Biblioteca Nacional do Brasil

<http://bndigital.bn.br/>

DINAMARCA

The Royal Library – National Library of Denmark and Copenhagen University Library:

<http://www.kb.dk/en/nb/materialer/haandskrifter/>

ESPAÑA

Biblioteca Nacional de España

<http://digitizedmedievalmanuscripts.org/digital-library-spain/>

Biblioteca Lázaro Galdiano – España

http://www.bibliotecalazarogaldiano.es/Entrada_ListaTitulos.html

FRANÇA

Bibliothèque d'étude et de conservation de Besançon:

<http://www.enluminures.culture.fr/documentation/enlumine/fr/>

Gallica – BnF

<https://gallica.bnf.fr>

GRÃ-BRETANHA

Bodleian Library & Radcliffe Camera

<http://www.bodleian.ox.ac.uk/bodley/finding-resources/special>

British Library

<http://www.bl.uk/manuscripts/>

HoBo:

<https://www.english.ox.ac.uk/hobo/>

HOLANDA

Nationale Bibliotheek van Nederland:

<http://manuscripts.kb.nl/>

Universiteit Leiden:

<http://www.library.leiden.edu/special-collections/manuscripts/subcollections-whs-medieval-mss.html>

ITÁLIA

Firenze University Press

<https://epress.unifi.it/periodici.htm>

Ministero beni e attività culturali. Sistema archivistico nazionale. Sezione rarità:

<https://archivi.beniculturali.it/Biblioteca/indiceraria.html>

Manuscritos italianos

<https://www.youtube.com/watch?v=aYymCab09H4>

PORTUGAL

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

<http://almamater.uc.pt/index.asp?f=BGUCD>

Biblioteca Nacional de Portugal

<http://purl.pt/index/geral/PT/about.html>

Museu Calouste Gulbenkian – Lisboa

<http://museu.gulbenkian.pt/Museu/pt/Colecao/ArteDoLivro>

SUIÇA

Codices:

<http://www.codices.ch/>

Electronici-Codices:

<http://www.e-codices.unifr.ch/>

USA

Catalogue of digitized Medieval Manuscripts – University of California, Los Angeles:

<http://manuscripts.cmrs.ucla.edu/about.php>

Digital Scriptorium – The University of California – Berkely Library

<http://bancroft.berkeley.edu/digitalscriptorium/huntington/search.html>

Labyrinth:

<https://data.georgetown.edu/labyrinth/display/cfm>

Medieval Manuscripts on the Web – University of British Columbia:

<http://faculty.arts.ubc.ca/sechard/512digms.htm>

NYPL – New York Public Library

<http://digitalcollections.nypl.org/>

ORB. The Online Reference Book for Medieval Studies:

<https://orb.rhodes.edu>

The Morgan Library & Museum:

<http://www.morganlibrary.org/>

VATICANO

Biblioteca Apostólica Vaticana

<http://www.mss.vatlib.it/gui/scan/link.jsp>

ANTÓNIO TAVARES LOPES

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

**NOVAS ECOLOGIAS DO CONTROLO BIBLIOGRÁFICO:
UMA PERSPETIVA SOBRE OS FUTUROS DAS
BIBLIOTECAS E DA INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
NOS MEIOS DIGITAIS**

**NEW ECOLOGIES OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL:
A PERSPECTIVE ON THE FUTURES OF BIBLIOGRAPHIC
INFORMATION AND DIGITAL LIBRARIES**

RESUMO: Esta comunicação aborda os esforços de reconceptualização da informação bibliográfica nos atuais contextos de rede e de operacionalidade de sistemas de informação, e o seu contributo estratégico para o reposicionamento e as perceções de valor das bibliotecas, enquanto prestadoras de serviços informacionais. Recorrendo a uma observação de desenvolvimentos e iniciativas em curso na área do controlo bibliográfico, apresenta uma visão da biblioteca ou arquivo digital que não se esgota na transposição de suporte editorial, antes procura replicar e reconfigurar nos novos espaços de rede os princípios e o saber fazer da organização do conhecimento.

Palavras-chave: Controlo bibliográfico; FRBR; Web Semântica; Interoperabilidade; Bibliotecas digitais.

ABSTRACT: This paper addresses the efforts to reconceptualise bibliographic information within the current context of the network and the functionality of information systems, and their strategic contribution to the repositioning and perception of the value of libraries as providers of information services. Drawing on observations of ongoing developments and initiatives in bibliographic control, it presents a vision of the library or digital archive which is not restricted to transposing the editorial format, but instead seeks to replicate the principles and expertise involved in the organisation of knowledge within new networked spaces.

Introdução

Creio ser meu dever começar por justificar o título desta comunicação e o evidente abuso dos plurais. Assumo que alarguei o alvo na esperança de fazer beneficiar a pontaria e o acerto. Olhando para a evolução recente das formas como produzimos e consumimos informação, no entanto, aceitável recorrer a esse cuidado, nesta exploração que o Congresso me dá a honra de poder partilhar, para tentar diminuir os desvios das aproximações por excesso ou por defeito que a singularidade mais facilmente origina. Os futuros, em vez do futuro, as bibliotecas, em vez da biblioteca, os meios digitais, em vez do meio digital.

Uma segunda justificação impõe-se, talvez até de forma mais urgente, pela introdução do termo “ecologia”, também ele protegido pela maior indefinição do plural. Esta usurpação terminológica parecerá deslocada numa comunicação sobre controlo bibliográfico. No entanto, como espero poder saber salienta, o futuro, ou os futuros do controlo bibliográfico, serão marcados – estão a ser marcados – por uma profunda mudança no ambiente operacional da sua aplicação e na interação dos seus agentes com outros agentes, direi organismos, para sustentar a analogia ambiental, que não provém da esfera biblioteconómica. Ecologia, portanto.

Apresentarei no final a minha perspetiva sobre o que considero ser razoável esperar, nos futuros perceptíveis, da evolução da informação bibliográfica. Até lá chegar, farei o percurso que considero relevante para perceber as alterações ambientais mais significativas que sustentam aquelas previsões.

Recomeço, para isso, com um passo atrás: em 1998, ao mesmo tempo que o grupo de trabalho da IFLA que discutiu e preparou a revisão dos princípios do controlo bibliográfico publicava o documento de apresentação dos *Functional Requirements for Bibliographic Records*, o mundo da informação assistia a uma transformação sem precedentes impulsionada pela força emergente da World Wide Web.

A conceção do modelo dos FRBR resultou precisamente da tomada da consciência de que o ambiente de operação do controlo bibliográfico, o conjunto de procedimentos que descreve e identifica os materiais que

são detidos ou referenciados pelas bibliotecas e agências de catalogação com vista ao acesso e à descoberta, se foi tornando cada vez mais rico e complexo ou, melhor dizendo, se foi tornando mais rica e complexa a compreensão das necessidades e solicitações dos utilizadores. E que seria necessário, em consequência, um modelo que soubesse representar melhor esse contexto de complexidade e responder aos seus desafios.

Os serviços de informação bibliográfica e o impacto da Web

A partilha, a troca e a comunicação de informação, que caracterizam de forma basilar a própria ideia da World Wide Web, nunca foram estranhas às bibliotecas. Bem pelo contrário, fazem vincadamente parte da sua matriz fundadora.

Com a inscrição na gestão das bibliotecas de sistemas de informação de base tecnológica, a ideia de partilha deixa de se restringir aos materiais que são objeto do controlo bibliográfico e passa a estender-se à partilha da própria informação sobre esses materiais, àquilo que hoje em dia genericamente designamos, no espaço da rede, por metadados. Se os destinatários da partilha e comunicação dos materiais são as comunidades que servem, os da partilha da informação de controlo começam por ser as próprias bibliotecas constituídas mais ou menos informalmente em redes de âmbito geográfico e tipológico diversificado. Catalogar apenas uma vez e replicar o registo bibliográfico por todas as agências interessadas foi um objetivo generosamente abraçado pela comunidade de bibliotecas e que, devido ao seu investimento, se tornou uma operação de processos formalizáveis e de elevada razoabilidade económica.

Os primeiros instrumentos utilizados para este efeito, e que ainda hoje respondem por grande parte dos procedimentos de troca e comunicação de informação bibliográfica entre bibliotecas e agências catalogadoras, foram concebidos para operarem num ambiente tecnológico específico. A norma de transferência de dados bibliográficos de maior sucesso e capacidade de sobrevivência, que se viria a fixar numa norma ISO – a 2709, foi desenhada para a comunicação em fita magnética e para um ambiente de operação desconectado em que a intervenção humana direta

é fundamental para garantir o sucesso das transações, começando pelo próprio transporte e manipulação dos materiais de suporte. No que a este aspeto interessa, pode dizer-se que a principal e significativa diferença entre esse ambiente tecnológico e o que atualmente predomina é precisamente a introdução hegemónica das aplicações da Internet, em particular a World Wide Web. Esta hegemonia é sustentada pela integração de redes supralocais e supraorganizacionais e pelo desenvolvimento e maturação de várias camadas de protocolos de comunicação entre sistemas que se formalizam na proporção inversa da necessidade de supervisão humana direta. Para o controlo bibliográfico, como para muitos outros processos e domínios técnicos e do conhecimento, esta alteração do ambiente tecnológico significa a necessidade de se ajustar à presença de forças de sentido distintos mas concorrentes: por um lado, a proliferação de fontes e polos de informação material e imaterial reunidos num meio informacional mais ou menos integrado e, por outro, a facilitação e aumento dos meios e fluxos de troca de informação que abrem novos caminhos e oportunidades à exploração da interoperabilidade.

Estas novas condições ambientais em que os sistemas programados assumem predominância, implicam novos padrões de comportamento dos diversos agentes envolvidos. O mais radical no que às bibliotecas importa – e em grande parte preocupa – é que elas viram diminuir dramaticamente os níveis de fidelidade e de exclusividade dos seus utilizadores. Expostos agora a um ambiente desenhado para combinar agilmente a referência, o acesso e o consumo de informação, os tradicionais e potenciais utilizadores das bibliotecas têm razões objetivas para privilegiar e recompensar um comportamento a que atribuem elevadas taxas de sucesso. Este comportamento tende a marginalizar as soluções mediadoras que obrigam a procedimentos adicionais e exteriores aos instrumentos de referência para consumo da informação. Ou seja, os procedimentos que são tradicionalmente os das bibliotecas¹.

¹ OCLC – *Perceptions of libraries and information resources*. Dublin (Ohio): OCLC, 2005. ISBN 1-55653-364-0. OCLC – *Perceptions of libraries: context and community*. Dublin (Ohio): OCLC, 2010. ISBN 1-55653-395-0.

Deixarei de lado a caracterização de algumas respostas das bibliotecas a este problema, que têm sido e continuarão a ser objeto de comunicações neste Congresso, e concentrar-me-ei no que mais toca à informação bibliográfica.

Os FRBR e a reconceptualização do controlo bibliográfico

Num primeiro passo, é a definição dos requisitos funcionais dos registos bibliográficos, identificada pela sigla FRBR, que representa o esforço mais sistemático e estruturante de revisão da conceptualização da informação bibliográfica, incidindo sobre a sua formação e função. Ou seja, sobre o controlo bibliográfico e a aplicação do seu produto na identificação e satisfação das necessidades de pesquisa e exploração de informação dos utilizadores. Conceptualmente, o desenho dos FRBR serve o propósito de redefinir a abordagem e perspectiva das tarefas e funções do controlo bibliográfico e, por isso, situa-se a um nível de abstração não necessariamente próximo da implementação que os sistemas de informação bibliográfica deverão concretizar².

Os FRBR manifestam-se, em primeiro lugar, como um modelo conceptual da informação bibliográfica baseado no modelo relacional Entidade-Relação, em que as diversas entidades se distribuem por três grupos: no primeiro, reúnem-se as entidades que representam os produtos do esforço intelectual e artístico; no segundo, acrescentam-se as que representam as responsabilidades na criação, produção e custódia das entidades do primeiro grupo; no terceiro, a representação como assunto que descreve ou contextualiza as entidades do segundo.

O modelo relacional que orienta a criação dos FRBR não está de todo ausente na formalização dos modelos de dados definidos anteriormente para a expressão das normas bibliográficas patrocinadas pela IFLA, com

² IFLA – *Functional requirements for bibliographic records: final report*. 1997 (revisão até 2009). [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf>. Versão portuguesa: Registos funcionais dos registos bibliográficos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

o UNIMARC, e pela Library of Congress, com o MARC21, e que se tornaram dominantes a nível internacional. Em ambos os casos encontram-se reguladas normas de registo específicas para o controlo bibliográfico, para o controlo de autoridade, para a classificação e para o controlo de existências, estabelecendo-se entre estas diversas entidades (para usar uma terminologia do modelo relacional) associações explícitas determinísticas, ainda que pouco robustas tendo em conta o seu carácter opcional e a predisposição para a redundância não controlada.

Os FRBR vêm introduzir duas revisões fundamentais a esta modelação, operando diretamente sobre o nível do registo do controlo bibliográfico (antes ainda de considerar, portanto, a dimensionalidade que o uso articulado das restantes normas autorizava e que desenvolvimentos do novo modelo mantêm mas que não serão aqui referidas). Em primeiro lugar, os FRBR formalizam conceptualmente um conjunto muito diferenciado e aprofundado de entidades, libertando-as dos limites horizontais do registo bibliográfico tradicional ao mesmo tempo que clarificam e definem as relações que estabelecem entre si; em segundo lugar, e como corolário da primeira revisão, alteram o foco de atenção do controlo bibliográfico do *item* para a *obra*, isto é, do exemplar que está a ser descrito para a criação intelectual ou artística de que é uma representação ou, precisando, para a cadeia da criação intelectual e artística que começa na obra e se pode materializar, finalmente, no *item*.

Segundo os FRBR, estas necessidades são expressas num conjunto de quatro operações genéricas que incidem sobre as entidades definidas pelo modelo, considerando os atributos específicos de cada uma e as relações que estabelecem com as outras entidades. O utilizador pode *encontrar* entidades em resultado da formalização de uma pesquisa; *identificar* uma entidade em relação a outras; *selecionar* uma entidade adequada às suas condições de consumo de informação; e *obter* a informação e o conteúdo que lhe interessa na forma que lhe interessa.

É para responder a estas operações genéricas que o novo modelo conceptual torna discretas as diferentes dimensões do material controlado bibliograficamente: ao modelar a informação bibliográfica de maneira a sugerir formalmente a construção de um conjunto de declarações que

exprimem relações entre entidades conceito e a sua recuperação por um mesmo processo formal, os FRBR procuram que os sistemas de informação bibliográfica ascendam da estrita função de catálogo ou repositório de materiais controlados para uma base de conhecimento sobre estes materiais e sobre o seu contexto de criação e produção.

Implementação dos FRBR: avanços e dificuldades

A mudança de paradigma que recoloca o utilizador como sujeito da atividade do controlo bibliográfico e a criação intelectual ou artística como o seu objeto, e que visa reforçar o valor intrínseco e percebido da biblioteca, ainda que alicerçada numa tradição de conceitos e procedimentos, está, no entanto, longe de encontrar eco real significativo nas nossas práticas de catalogação. Aquilo que se designa por “frbrização” do catálogo – o processo que migra a informação bibliográfica do modelo de dados tradicional para um novo modelo, derivado do modelo conceptual dos FRBR – não ganhou ainda o impulso necessário para se tornar prática generalizada e alterar as condições técnicas de execução do controlo bibliográfico, apesar de algumas iniciativas salientes.

Uma destas iniciativas relaciona-se com a redefinição das regras anglo-americanas de catalogação, as AACR2, pensada de forma a poder suportar os princípios modelares dos FRBR. Este trabalho resultou na produção das regras RDA (*Resource Description and Access*) cujos testes de aplicabilidade decorreram recentemente num conjunto de instituições selecionadas. Uma das conclusões destes testes é a dificuldade em recorrer às normas tradicionais para exprimir a informação bibliográfica segundo a RDA, o que levou ao lançamento da *Bibliographic Framework Transition Initiative*, um projeto que visa a substituição do MARC21 como transportador da informação bibliográfica³.

³ Sítio Web desta iniciativa em: LIBRARY OF CONGRESS – BIBFRAME: Bibliographic Framework Initiative. [Em linha]. Washington, DC: LOC, [s.d.]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.loc.gov/bibframe/>>.

Os mesmos sentimentos e preocupações obrigaram a IFLA a olhar para a sua norma UNIMARC e propor uma revisão que responda a algumas das necessidades de codificação dos FRBR e modelos associados. Essa revisão será motivo para uma nova versão da norma, em substituição da corrente de 2008, pontualmente revista com aquele propósito em mente, mas não se estranhará se uma remodelação mais radical e orientada para os fundamentos dos FRBR venha a acontecer, tal como se prevê para o MARC21⁴.

A perspetiva e desenvolvimento destas redefinições têm sido acompanhados por iniciativas de carácter mais ou menos experimental mas de aplicação imediata, como as da OCLC⁵, destacando-se o *FictionFinder*, uma ferramenta de exploração do seu WorldCat segundo os princípios dos FRBR.

As razões para as dificuldades da “frbrização” decorrem, em primeiro lugar, e de um ponto de vista puramente técnico, da inadequação dos atuais modelos de dados bibliográficos para funcionarem como suporte aos novos modelos conceptuais. Nada impediria, no entanto, que este processo se baseasse em soluções proprietárias ou autónomas, como, aliás, decidiu a OCLC para o desenvolvimento das suas iniciativas. Mas existe igualmente um outro tipo de barreira, decorrente da ausência de uma recompensa perceptível que justifique o esforço, numa altura em que os recursos técnicos à disposição das bibliotecas têm vindo a diminuir e a contração do acesso a novos meios e a mais apoio é generalizada⁶.

Em alternativa às respostas top-down, cuja eficácia, ainda que se possa vir a verificar, não será facilmente transportável para todos os contextos

⁴ LE PAPE, Philippe – Expressing FRBR in UNIMARC: Yes we can! In *World Library and Information Congress: 77th IFLA General Conference and Council*. San Juan (Porto Rico), 2011. [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://conference.ifla.org/past/ifla77/187-pape-en.pdf>>.

⁵ Informação sobre as iniciativas da OCLC em OCLC RESEARCH – OCLC research activities and IFLA's Functional Requirements for Bibliographic Records [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.oclc.org/research/activities/frbr.html>>.

⁶ GRADMANN, Stefan – rdfs:frbr–Towards an implementation model for library catalogs using semantic Web technology. *Cataloging & Classification Quarterly*. 39:3-4 (2005) 63-75. ŽUMER, Maja – FRBR: the end of the road or a new beginning? *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*. 33-6 (2007) 27-29.

nacionais ou organizacionais, cresceu e solidificou-se entre os promotores dos FRBR a ideia de que existe uma oportunidade de valorização e recompensa para esta reconceptualização da informação bibliográfica no espaço da rede mundial de informação digital. Esta oportunidade, cujo programa se pode sintetizar na expressão feliz de Shawne Miksa, “we need to «connect», and not just «represent»”⁷, exige na sua base que se dê um novo passo nas atitudes de partilha, não já com os seus utilizadores, como esteve na fundação das bibliotecas, não já com as seus congêneres, como acompanhou o seu processo de informatização, mas agora indiferenciadamente com os diversos sistemas e serviços de informação no espaço da Web⁸.

A Web Semântica e o novo espaço da troca de informação

O campo de concretização desta oportunidade que se encontra atualmente mais sistematizado é definido pelo movimento que, do lado da Web e sob a bandeira do consórcio W3C, procura criar as condições para a formalização da troca de informação entre sistemas. A Web Semântica é, em primeiro lugar, uma “*web of data*”, ou mais precisamente, uma “*web of linked data*”, um espaço onde dados e o seu contexto semântico são identificados segundo um conjunto de regras estruturais comuns, de forma a poderem ser processáveis por sistemas automáticos.

Peço que entendam esta pequena introdução à Web Semântica com interesse mais declarativo do que explicativo, e apenas no que espero

⁷ MIKSA, Shawne D. – Introduction. *Journal of Library Metadata*. 12:2-3 (2012) 53-60.

⁸ GREENBERG, Jane – Advancing the Semantic Web via library functions. *Cataloging & Classification Quarterly*. 43:3-4 (2007) 203-225. DUNSIRE, Gordon – UNIMARC, RDA and the Semantic Web. In *World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Council*. Milão, 2009. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://conference.ifla.org/past/ifla75/135-dunsire-en.pdf>>. DUNSIRE, Gordon; HILLMANN, Diane; PHIPPS, Jon – Reconsidering universal bibliographic control in light of the semantic Web. *Journal of Library Metadata*. 12:2-3 (2012) 164-176. HOWARTH, Lynne C. – FRBR and linked data: connecting FRBR and linked data. *Cataloging & Classification Quarterly*. 50:5-7 (2012) 763-776. COYLE, Karen – *Linked data tools: connecting on the Web*. Chicago: American Library Association, 2012. (Library Technology Reports).

ser suficiente para me assistir na clarificação do reconhecimento de oportunidade que mencionei acima.

O principal instrumento para a construção da Web Semântica é o RDF (de *Resource Description Framework*), um modelo gramatical que define expressões na forma sujeito-predicado-objeto para descrever os vários elementos de informação que pertencem a uma qualquer base de conhecimento, independentemente da sua dimensão, âmbito, nível de agregação ou outras características que os distingam. Estas expressões têm o nome de triple e associam a um recurso (a coisa sobre a qual sabemos algo) uma propriedade com determinado valor observado, e que é declarado⁹. Por exemplo: “este livro” (sujeito) “tem autor” (predicado) “Fernando Pessoa” (objeto).

A pretendida processabilidade dos dados deve entender-se no quadro operacional da comunicação entre sistemas, e a um nível superior ao da simples compreensão formal da mensagem ou do repositório: considerando dois programas como os pontos – originador e recetor – na comunicação síncrona ou assíncrona de informação na Web Semântica, o modelo RDF serve o propósito de garantir que o recetor, percebendo a estrutura da mensagem ou dos dados, perceba também a informação que estes carregam: a informação é, assim, *legível e processável*.

A capacidade de inteligibilidade dos agentes depende do acesso a uma rede de conhecimentos em domínios relevantes e à competência no uso das ferramentas formais de processamento e comunicação. A acompanhar a regulação dos instrumentos formais, de que o RDF é apenas o ponto de partida, tem sido levado a cabo um grande esforço no sentido de formalizar domínios do conhecimento de maneira que possam ser usados por sistemas computacionais, em particular no quadro da Web Semântica (mas não se limitando aí). Esquemas de metadados, linguagens e vocabulários que exprimem as diversas propriedades que, na perspetiva de um determinado domínio ou de um modo geral de representação, servem

⁹ KLYNE, Graham; CARROLL, Jeremy, eds. – Resource Description Framework (RDF): concepts and abstract syntax. Versão: fevereiro de 2004. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.w3.org/TR/2004/REC-rdf-concepts-20040210/>>.

para descrever os recursos – as coisas – que esse domínio consegue compreender, estão a ser criados, desenvolvidos, sistematizados e publicados.

A identificação por *Uniform Resource Identifiers* (URI) de nomes, objetos, factos, conceitos, propriedades, regras, classes, tipos, todo o conjunto de elementos sobre os quais se formam estes instrumentos, ajuda a manter organizadas as correntes de informação e a garantir entre os sistemas agentes da Web Semântica a transportabilidade e comunicabilidade do conhecimento que temos sobre o mundo, segundo o foco que cada domínio representa. Idealmente, estes identificadores, estes URI, devem ser resolvidos de forma a serem distintamente utilizados por agentes informáticos e humanos.

Sobre estes três instrumentos da Web Semântica – descrição, domínios semânticos, identidade – começa a ser possível fazer aumentar a capacidade para interligar dados e gerar novo conhecimento, aqui entendido como a determinação de informação que não se encontra explícita em qualquer banco de dados, mas que pode ser inferida a partir do cruzamento de vários.

A Web Semântica como oportunidade de afirmação da reconceitualização do controlo bibliográfico

A “rdfização” do catálogo bibliográfico – para utilizar um outro jargão recente que identifica o processo pelo qual determinada informação passa a ser expressa segundo declarações RDF – poderá vir a recorrer a esquemas de metadados já estabelecidos para incrementar a sua inteligibilidade potencial, quer pela reutilização de classes e tipos que se encontram já definidos em outros *namespaces* (isto é, um contexto de identificadores únicos) quer pela aplicação de redundância na expressão dos dados: a utilização da classe *Person* e das suas propriedades do vocabulário FOAF para tipificar a classe *Person* num catálogo FRBR seria um possível exemplo do primeiro; o acompanhamento do atributo *title* da instância de um *Work* num catálogo FRBR por uma instância da propriedade *title* do Dublin Core um exemplo do segundo.

Deixando de lado algumas propostas de carácter mais experimental, quero registar duas intervenções na dinâmica da Web Semântica que emanam da área do controlo bibliográfico e que, podendo igualmente ser entendidas como de natureza propedêutica, pelo seu carácter fundacional terão certamente impacto significativo no sequente desenvolvimento de esquemas e sistemas para operar nesse espaço.

Por um lado, tem-se procurado registar formalmente os identificadores de classes, propriedades, tipos e enumerações que integram os diversos modelos de organização e representação da informação bibliográfica. No *Open Metadata Registry*¹⁰, e no momento em que apresento esta comunicação, encontram-se registados vocabulários relativos ao modelo conceptual dos FRBR, ao modelo de representação da ISBD, aos elementos do sistema de descrição da RDA e mesmo a alguns componentes do MARC21. Mesmo que este esforço venha a necessitar de revisão, ilustra claramente um dos caminhos que terá de ser trilhado para a inscrição do controlo bibliográfico no espaço da Web Semântica.

Por outro lado, sob os auspícios da OCLC criou-se um sistema de autoridades a nível global, o *Virtual International Authority File (VIAF)*¹¹, que reúne as contribuições de um conjunto de organizações de referência e autoridade bibliográfica, entre as quais várias bibliotecas nacionais. Este sistema, que cobre a diversidade de representações de títulos e nomes referenciados em sistemas de informação bibliográfica, proporciona a identificação única desses diversos títulos e nomes no espaço da Web, e associa-os às formas preferenciais de representação tal como os diferentes agentes contribuintes as manifestaram.

O desenvolvimento destas iniciativas tornará possível fazer sair os processos e os produtos do controlo bibliográfico do restrito âmbito biblioteconómico. Neste caminho, e concluindo as diversas direções que nesta comunicação pretendi reunir, tentarei antecipar alterações significa-

¹⁰ Serviço de referência disponível em METADATA MANAGEMENT ASSOCIATES – Open metadata registry. [consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://metadataregistry.org/>.

¹¹ Serviço de referência disponível em OCLC – VIAF: virtual international authority file. 2010-2014. [consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://viaf.org/>.

tivas no futuro da informação bibliográfica. Não se trata de um programa de ação, muito menos de um conjunto de conselhos, que viria sempre a despropósito apresentar a uma Casa que celebra os seus 500 anos de vida.

O que podemos esperar, então, do futuro do controlo bibliográfico?

- Assistiremos a uma desagregação do registo bibliográfico, transformado numa rede ou grafo de declarações informacionais elementares que relacionam objetos e conceitos tanto quanto os descrevem – esta desagregação ocorrerá no nível da organização da informação por parte dos sistemas, atualmente mapeados para as diversas normas MARC, mas será igualmente operacional nos processos de comunicação, para agentes humanos e computacionais. Em conformidade, as normas MARC serão redesenhadas – elas próprias desagregadas num processo que corresponderá efetivamente a uma substituição – de forma a representar mais facilmente o carácter compósito da informação bibliográfica, segundo os princípios dos FRBR e dos seus desenvolvimentos.
- Corolário do ponto anterior, a formatação da informação bibliográfica será muito mais neutra relativamente a aplicações específicas. Por exemplo, veremos desaparecer a contaminação pela pontuação. A produção da descrição bibliográfica passará a ser resultado de um processamento particular dos diversos elementos relacionados com determinada expressão de uma obra.
- A informação bibliográfica extravasará do catálogo e será reutilizada em sistemas de informação e conhecimento, incluindo a biblioteca digital. Contribuirá significativamente para o enriquecimento semântico das bibliotecas digitais, ultrapassando os limites a que hoje assistimos da simples transposição editorial do impresso para o digital, ou de outros suportes analógicos para o digital. Aliás, a lógica do objeto impresso, na sua simulação do físico e na sua unidirecionalidade, impera em muitas das atuais bibliotecas digitais, mesmo quando os objetos são nado digitais. O enriquecimento por via do controlo bibliográfico, de descrição e de análise de conteúdo, será sobretudo relevante no texto científico e permitirá introduzir valor diferenciado nas bibliotecas digitais.

- Em consequência, onde possível, catálogo bibliográfico e biblioteca digital convergirão a ponto de se confundirem: a informação bibliográfica integrará ou estará muito próxima dos objetos digitais e os sistemas de exploração e consumo reconhecerão nessa convergência o potencial para conduzir os agentes consumidores para informação adicional relevante.
- O controlo de autoridades será generalizado e assumido como um procedimento prioritário, ou melhor, fundamental, decorrendo da remodelação da informação bibliográfica inspirada pelos FRBR, e inscrito com particular importância na relação das bibliotecas com as suas comunidades (em particular, a académica). Ainda que local, este controlo tenderá a ser mapeável para estruturas globais de informação e conhecimento.
- Aprofundando: no catálogo bibliográfico tudo será controlo de autoridade. Ou seja, os processos de catalogação, indexação, classificação, serão traduzidos na identificação das propriedades de um determinado objeto nos diversos domínios, nos diversos *namespaces*, para utilizar o conceito da Web. Usando uma expressão feliz de Richard Wallis, deixaremos de catalogar, passaremos a *cataligar*. *Catalinking*, instead of *cataloging*.
- A informação bibliográfica será abundante, aberta e livre, normalmente disponibilizada segundo uma licença *Creative Commons* CC0, e cada vez mais presente, por via direta ou indireta, nos processos de consumo e organização de informação dos diversos públicos.

Conclusão

A associação da informação bibliográfica à construção da Web Semântica representa uma oportunidade que encontra as suas razões não apenas na expectativa de uma valorização, mas sobretudo na inscrição formal do controlo bibliográfico como simultaneamente contribuinte e beneficiário dos sistemas de conhecimento em rede digitais.

Ao inserir-se neste movimento coletivo, ao disponibilizar um produto do seu conhecimento técnico em condições de ser reutilizado, as bibliotecas, em primeiro lugar, inscrevem-se em diversas cadeias de valor do negócio da informação, aumentando a sua visibilidade e relevância; depois, beneficiam do sentido inverso do movimento, ou seja, instalam-se num ambiente muito rico do ponto de vista informacional e do ponto de vista da qualidade dos processos; finalmente, permite que estabeleçam e defendam um padrão de procedimentos cuja qualidade se torna reconhecível fora da sua área específica de negócio.

Ao valorizar a representação da criação intelectual e artística e da cadeia de produção que, finalmente, ganha corpo num item concreto, em detrimento da concepção tradicional de relevar essa materialização, a reconceptualização na formação e aplicação do controlo bibliográfico corresponde muito melhor à nossa perceção da complexidade e da cadeia de conexões que estão na origem dos processos de conhecimento e cultura da humanidade e que hoje encontram, na Web, novo campo de expressão.

Referências bibliográficas

- CALHOUN, Karen; REGISTER, Renee – Next generation cataloging. *Journal of Library Administration*, 49:6 (2009) 651-656.
- COYLE, Karen – *Linked data tools: connecting on the Web*. Chicago: American Library Association, 2012. (Library Technology Reports).
- DANSKIN, Alan – “Tomorrow never knows”: the end of cataloguing? *IFLA Journal*. 33:3 (2007) 205-208.
- DUNSIRE, Gordon – UNIMARC, RDA and the Semantic Web. [Em linha]. In *World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Council*. Milão: IFLA, 2009. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://conference.ifla.org/past/ifla75/135-dunsire-en.pdf>>.
- DUNSIRE, Gordon; HILLMANN, Diane; PHIPPS, Jon – Reconsidering Universal Bibliographic Control in light of the Semantic Web. *Journal of Library Metadata*. 12:2-3 (2012) 164-176.

- GARDNER, Sue Ann – The changing landscape of contemporary cataloging. *Cataloging & Classification Quarterly*. 45:4 (2008) 81-99.
- GRADMANN, Stefan – rdfs:frbr-towards an implementation model for library catalogs using semantic Web technology. *Cataloging & Classification Quarterly*. 39:3-4 (2005) 63-75.
- GREENBERG, Jane – Advancing the semantic Web via library functions. *Cataloging & Classification Quarterly*. 43:3-4 (2007) 203-225.
- HICKEY, Thomas B.; O'NEILL, Edward T. – FRBRizing OCLC's WorldCat. *Cataloging & Classification Quarterly*. 39:3-4 (2005) 239-251.
- HOWARTH, Lynne C. – FRBR and linked data: connecting FRBR and linked data. *Cataloging & Classification Quarterly*. 50:5-7 (2012) 763-776.
- KLYNE, Graham; CARROLL, Jeremy (eds.) – Resource description framework (RDF): concepts and abstract syntax. Versão: fevereiro de 2004. [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.w3.org/TR/2004/REC-rdf-concepts-20040210/>.
- IFLA – *Functional requirements for bibliographic records: final report*. 1997 (revisão até 2009). [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf>.
- IFLA – Versão portuguesa: Registos funcionais dos registos bibliográficos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- LE PAPE, Philippe – Expressing FRBR in UNIMARC: Yes we can! In *World Library and Information Congress: 77th IFLA General Conference and Council*. San Juan (Porto Rico), 2011. [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://conference.ifla.org/past/ifla77/187-pape-en.pdf>.
- LIBRARY OF CONGRESS – BIBFRAME: Bibliographic Framework Initiative. [Em linha]. Washington, DC: LOC, [s.d.]. [Consult. 3 nov.]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.loc.gov/bibframe/>.
- METADATA MANAGEMENT ASSOCIATES – Open metadata registry. [consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:http://metadatarregistry.org/>.
- MIKSA, Shawne D. – Introduction. *Journal of Library Metadata*. 12:2-3 (2012) 53-60.
- NAUN, Chew Chiat – Next generation OPACs: a cataloging viewpoint. *Cataloging & Classification Quarterly*. 48:4 (2010) 330-342.
- OCLC – *Perceptions of libraries and information resources*. Dublin (Ohio): OCLC, 2005. ISBN 1-55653-364-0.

- OCLC – *Perceptions of libraries, 2010: context and community*. Dublin (Ohio): OCLC, 2010. ISBN 1-55653-395-0.
- OCLC – VIAF: virtual international authority file. 2010-2014. [consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://viaf.org/>>.
- OCLC RESEARCH – OCLC research activities and IFLA's Functional Requirements for Bibliographic Records [Em linha]. [Consult. 3 nov.]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.oclc.org/research/activities/frbr.html>>.
- ROSE, Mary Z. – The ship has sailed and we aren't on it: how catalogers could support user tasks and why we won't. *Journal of Library Metadata*. 12:2-3 (2012) 127-139.
- WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C) – *W3C Semantic Web activity*. [Em linha]. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.w3.org/2001/sw/>>.
- ŽUMER, Maja – FRBR: the end of the road or a new beginning? *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*. 33-6 (2007) 27-29.

Página deixada propositadamente em branco.

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

Universidade de Coimbra

University of Coimbra

**A BIBLIOTECA GERAL,
ALEGORIA DA UNIVERSIDADE**

THE MAIN LIBRARY, AN ALLEGORY OF THE UNIVERSITY

RESUMO: Mais do que um equipamento entre muitos outros, a Biblioteca universitária constitui um espaço de estudo e de pesquisa, onde é possível congregar pessoas e saberes. Quando se trata de uma Biblioteca Geral, esse potencial estende-se mesmo a toda a Universidade, desempenhando um papel decisivo no contacto entre as diferentes disciplinas que são investigadas e ensinadas no *campus*. Evoluindo desde a Casa da Livraria (de que existe notícia certa desde 1513) até aos nossos dias, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra é hoje também chamada a promover o encontro com o livro, concebido enquanto unidade discursiva complexa, contrariando a tendência para a recolha de informação fragmentária e muitas vezes não validada, que se instalou no meio estudantil, através de processos de reprodução avulsa, incluindo o espaço cibernético. No cumprimento destas duas importantes missões, a Biblioteca serve assim os ideais de uma Universidade abrangente, no plano do conhecimento e indutora do esforço perseverante, no plano ético.

ABSTRACT: Rather than serving as just one of many facilities, the university library is a space for study and research which brings people and knowledge together. In the case of a main library, this potential extends to the entire university and it plays a decisive role in establishing contacts between the different disciplines that are taught and are the subject of research on the campus. Having developed from the Casa da Livraria (documented since 1513) to the present day, the University of Coimbra Main Library is nowadays also called upon to foster contact with books, understood as complex discursive units, thus countering the trend towards gathering fragmented and often unvalidated information that has instilled itself in the student population through the use of separate reproduction procedures, including those in cyberspace. In fulfilling these two important missions, the library serves the ideals of a university that is comprehensive in terms of knowledge and is also a catalyst for sustained effort, on an ethical level.

1. Em Coimbra, existe um edifício com quase três séculos¹. Foi concebido como biblioteca mas, nos últimos anos, transformou-se também num lugar de atração turística, sendo visitado por mais de 200 mil pessoas em cada ano. A grande maioria sente-se sobretudo tocada pelo aparato visual: os dourados que recobrem as colunas e envolvem o retrato de D. João V, o monarca que dá nome à Biblioteca e que se deixa contemplar em pose de serena majestade. Outros deixam-se impressionar pela grande concentração de madeira entalhada ou então, elevando a vista, reparam nas figuras femininas e nas inscrições latinas dos tetos. Existe também a (considerável) parcela daqueles que se contentam em saber dos morcegos. Morcegos numa biblioteca? Existem realmente ou trata-se apenas de um mero expediente de *marketing*? Quando lhes garantimos que os mamíferos habitam aquele espaço desde há séculos, repartindo-se por duas espécies diferentes que se acolhem por detrás das estantes, logo perguntam quantos são, se comem apenas as larvas e as borboletas que atacam os livros ou se precisam de vir cá fora para variar a ementa. Por fim, há ainda visitantes que perguntam pelos livros: querem saber se ainda são lidos e, sobretudo, se valem todos muito dinheiro.

Com tantos focos de curiosidade, os turistas esquecem que se encontram numa biblioteca universitária ou seja, estão dentro de um edifício que serve para guardar os livros que, ao longo dos séculos, serviram de base de trabalho para investigadores, professores e estudantes. Apurando a atenção, os visitantes podem até verificar que faltam alguns volumes nas estantes. O mais provável é estarem a ser objeto de restauro; mas também podem estar a ser lidos nesse preciso momento, num outro lugar. De facto, embora no edifício se encontrem apenas livros antigos (muitos deles escritos em latim e todos editados até ao ano de 1801) há ainda

¹ Refiro-me especificamente ao edifício da Casa da Livraria, vulgarmente conhecido por *Biblioteca Joanina*, construído entre 1717 e 1728. Com base num documento que certifica o seu funcionamento em 12 de fevereiro de 1513, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra acaba de celebrar 500 anos de existência. Sobre a história acumulada ao longo desses cinco séculos, veio recentemente a público um valioso trabalho, da autoria conjunta de três bibliotecários, sob coordenação de António Eugénio Maia Amaral. Em si mesma, também a Biblioteca Joanina foi recentemente objeto de um trabalho inovador, conjugando texto e fotografia, da responsabilidade dos Doutores Carlos Fiolhais e Paulo Mendes.

leitores que os procuram. Em boa verdade, raro é o dia em que os funcionários não têm que percorrer a distância entre essa biblioteca antiga e um outro edifício mais recente (este inaugurado em 1962), transportando pesados volumes para os colocar na mesa de leitores interessados.

Mas o edifício a que me refiro não serve apenas para acomodar uma parte dos livros antigos da Universidade. Para além dessa função mais visível, ele é também portador de uma doutrina para a instituição, vista no seu todo. Exatamente: a biblioteca a que me refiro foi erigida entre 1717 e 1728, substituindo outras construções mais antigas e dispersas, que já não reuniam condições de segurança. A doutrina dirige-se à universidade, que é, como sabemos, uma das mais antigas que vem atravessando os séculos, sem perda de eficácia ou de prestígio.

A função original (a de guardar os livros ordenadamente) quase faz esquecer essa outra mensagem. Mas basta conhecer um pouco da história da universidade para poder “escutar” e compreender a apologia que surge inscrita nessa portentosa “casa falante”. Foi decerto a pensar nos estudantes e professores daquele tempo concreto que se construiu a *Casa da Livraria*. Mas a oportunidade do que é dito nada perde quando fazemos a transposição para o século XXI. Pelo contrário: ficamos com a sensação de que, passados trezentos anos, a mensagem em apreço conserva toda a pertinência.

Olhemos então para os tetos e reparemos nos “argumentos” que lá foram gravados, de forma sequencial e articulada. Logo na primeira sala, diz-se que o saber da biblioteca vem dos quatro cantos do mundo e não apenas da Europa, onde então se concentrava a esmagadora maioria das tipografias. Quase não é preciso fazer notar que essa mensagem envolve uma visão atualíssima da biblioteca e do conhecimento, que, para além dos materiais impressos, conhece muitos outros tipos de suporte. Diz-se depois, na segunda sala, que a universidade não é apenas uma casa de saber. Longe disso. Necessita muito de conjugar a produção do conhecimento com a observância de princípios morais: a Honra, a Virtude, a Fama, a Fortuna. Finalmente, na terceira sala, o lugar central é ocupado pela Enciclopédia, cabendo os lugares circundantes a quatro Musas que reúnem os saberes professados na Universidade: *Sacra Pagina* (Teologia e

Cânones), *Astrea* (Leis), *Natvra* (Filosofia, Medicina e Matemática) e *Aros* (Gramática e Retórica). Ou seja, os *saberes* particulares de cada faculdade só se transformam em *sabedoria* se contribuírem para um outro tipo de *conhecimento*: o *conhecimento* que justamente não se resume a uma mera soma mas resulta da relação produtiva entre as diferentes parcelas. Como é difícil, ainda hoje, entender e aceitar esta verdade, plasmada naquele edifício de Coimbra!

O propósito da mensagem não deixa lugar para dúvidas: trata-se de superar a visão medieval traduzida na conjunção de escolas, mestres e estudantes. A forma de superação consiste na existência de um ponto central, sempre figurado sob a forma de triunfo: **biblioteca, universidade e enciclopédia** são variações desse mesmo centro subordinante.

Como há pouco dizia, trata-se de um discurso datado, que se compreende em função dos fundamentos estético-filosóficos que antecipam o Iluminismo. Vista no seu conjunto, porém, essa mensagem constitui a resposta a uma das necessidades mais constantes da universidade de qualquer tempo: falo da existência de um *ethos* agregador, capaz de construir uma identidade que seja, ao mesmo tempo, compósita mas organizada. A observância deste princípio nunca foi fácil e, como bem sabemos, essa dificuldade é responsável por boa parte das tensões que ainda hoje se verificam nos órgãos de governo da universidade. Por orgulho ou por fraqueza, cada uma das culturas ou das microculturas que habitam a Academia procura desmentir a paridade espelhada naqueles tetos, em nome de uma qualquer supremacia, que garanta mais prestígio, mais poder e mais dinheiro.

Não estamos perante um acidente de conjuntura. Bem pelo contrário: o tipo de identidade a que me refiro foi e continua a ser um problema maior da instituição universitária. Pode parecer surpreendente mas, no século XVIII, a resposta maior para este problema parecia ser só uma: a biblioteca².

² Sobre a afirmação das bibliotecas enquanto locus central da universidade, veja-se: BARBIER, Frédéric – *Histoire des bibliothèques: d’Alexandrie aux bibliothèques virtuelles*. Paris: Armand Colin, 2013, cap. 5, 6 e 7, cobrindo justamente o período que medeia entre 1547 e 1789.

Pela sua abrangência e também pelo seu prestígio só a biblioteca era reconhecida como espaço necessário a todos, só ela poderia contribuir para apaziguar tensões, neutralizando ou minorando os efeitos das guerras de cultura que se verificavam no seio da universidade.

Assim se explicam, desde logo, os fundamentos apresentados a D. João V pelo Reitor da época quando quis justificar a construção de um edifício que servia para proclamar a unidade do saber. Já não bastava acomodar, em estantes contíguas, os volumes que versavam as diferentes matérias, prendendo-os com cadeados para que não fossem roubados ou deslocados da sua ordem. A intenção era mais ambiciosa e visava idealizar e glorificar a universidade enquanto organismo global e metafísico. Quando, com percentagens variáveis de temor e de entusiasmo, se referem os desafios que hoje se colocam às bibliotecas universitárias, é justo recordar este outro desafio com que as mesmas foram confrontadas há três séculos atrás: a de se assumirem como sinédoque ou alegoria da própria universidade³.

2. Cinco décadas mais tarde, a chamada reforma pombalina haveria de trazer a Coimbra uma mudança profunda que se traduziu na valorização dos novos saberes, de base experiencial e de alcance cosmopolita⁴.

³ A carta datada de 8 de junho de 1716, foi remetida pelo Reitor Nuno da Silva Teles, solicitando autorização para a compra da biblioteca do Dr Francisco Barreto. Logo depois, em 31 de julho do mesmo ano, o Reitor envia nova carta, solicitando autorização para construir um edifício. Os documentos em apreço foram já objeto da análise de alguns historiadores da universidade. Vejam-se, em concreto, as considerações que sobre eles teceu Fernando Taveira da Fonseca em: FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1995, pp. 789-90.

⁴ Refiro-me à Reforma da Universidade iniciada em 1770 e consumada com a outorga dos novos Estatutos, em 28 de Setembro de 1772. Em síntese bem expressiva, Maria Eduarda Cruzeiro refere-se desta forma à natureza e ao impacto da Reforma: “Gesto divino de um poder absoluto, para mais «iluminado», a reforma cai sobre a Universidade como um raio, com os seus poderes complementares de destruição e de revelação. É como se não devesse ficar pedra sobre pedra, como se só sobre as ruínas da cidade maldita se pudesse edificar a nova Jerusalém. E esta foi, literalmente, uma das missões do marquês: não foram só os mestres antigos que se substituíram por outros; não foram só as estruturas administrativas, viciadas, mas pouco visíveis, que deram lugar a outras, racionais; foram muros e paredes que punitiva e purificadamente se arrasaram como símbolos de um poder usurpador que sugara a vida da instituição e a envilecera, para fazer surgir novos espaços e novas divisões, que na nova era deveriam ser uma marca material, e também simbólica, de uma nova existência. É um facto que a reforma para se tornar efectiva implicava grandes

A prioridade era agora a construção de laboratórios, gabinetes experimentais, anfiteatros ou jardins, que servissem de mostruário e guarida de espécies exóticas. Essa lógica setorial originou também a fundação das bibliotecas especializadas (Botânica, Ciências Jurídicas, Astronomia, etc.). Algumas das que foram então criadas em Coimbra chegaram aos nossos dias notavelmente robustecidas⁵. Ainda hoje, a questão está longe de se encontrar resolvida: as lógicas da especialização e da abrangência vêm-se sucedendo uma à outra, quase sempre numa clima de radicalidade. Isto sucede na Universidade, em geral; mas ocorre também no próprio seio das diferentes culturas que a integram, originando “microculturas” especialmente aguerridas⁶.

Dois séculos mais tarde, um outro tipo de mudança chegaria à cidade do Mondego, atingindo, desta vez, sobretudo, os espaços físicos da Universidade. Falo de uma profunda reconversão infraestrutural da cidade universitária que data das décadas de 40 e 50 do século XX. Essa mudança traduziu-se na construção de várias faculdades e viria a incluir também a adaptação do espaço para a nova biblioteca. Previa-se então que esse novo edifício pudesse durar 50 anos e acolher cerca de meio milhão de monografias. O edifício a que agora me refiro resultou do ajustamento da antiga Faculdade de Letras mas era praticamente novo, sendo justo reconhecer que ficou provido de tudo o que de melhor existia: aquecimento central, sala para mais de 200 leitores, mobiliário especialmente desenhado, recintos nobres como o salão de São Pedro,

alterações, entre as quais se contavam a adaptação e a criação de estabelecimentos anexos às Faculdades «naturais», como o Dispensatório Farmacêutico, o Laboratório Químico, o Teatro Anatómico, o Gabinete de Física, dito «das Máquinas», etc. A verdade, também, é que a esta necessidade material, perfeitamente justificada, se procurava dar uma outra dimensão, pela qual se reforçava simbolicamente a acção reformadora. Chegara a vez da Universidade e o voluntarismo pombalino, sustentado pela força do Estado absoluto que se consolidava, devia agora alterar-lhe a face.” (CRUZEIRO, Maria Eduarda – A reforma pombalina na história da Universidade. *Análise Social*. ISSN 0003-2573. 24:100 (1988), p. 182).

⁵ Para além de possuírem um acervo numeroso e atualizado, algumas bibliotecas setoriais são ainda detentoras de uma forte componente de livro antigo. É, entre outros, o caso das Bibliotecas de Matemática, da Faculdade de Direito ou de Medicina, agora associada a áreas contíguas, que, no seu conjunto, formam a Biblioteca das Ciências da Saúde.

⁶ Refiro-me concretamente às três culturas identificadas pelo Professor Jerome Kagan no seu já célebre livro: KAGAN, Jerome – *The three cultures: Natural Sciences, Social Sciences and the Humanities in the 21 st Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

sala de reservados e um quadro de funcionários que chegou a rondar a centena, entre bibliotecários e *contínuos*, como então se designava o pessoal menos graduado. Esta estrutura servia os 1770 estudantes que, na altura, se encontravam matriculados na Universidade (o número de inscritos ronda hoje os 27 mil).

3. Preservar o acervo que se encontra à sua guarda, disponibilizá-lo aos interessados, (presencial e virtualmente), atualizar esse mesmo acervo, descobrir novas formas de atrair estudantes ou facilitar a tarefa de quem investiga ao mais alto nível continuam a ser as preocupações mais importantes de quem trabalha numa biblioteca universitária. Por se tratar de missões discretas, nem sempre são devidamente reconhecidas. Basta uma pequena contrariedade (um original que, por motivos de segurança, já não pode vir à consulta, por exemplo) para que o utente lavre uma queixa no Livro de Reclamações ou escreva uma carta para um jornal, dando repercussão pública à sua indignação. Pouco podemos fazer em tais circunstâncias, a não ser examinar o nosso procedimento para ver se ele pode ser melhorado. Podemos e devemos ainda tentar ler essa atitude à luz da idiosincrasia própria do investigador, em cujo trabalho prevalece o gosto mas também a ansiedade e o sacrifício mal recompensado.

Acomodar livros e outros documentos, chamar a atenção para eles e proporcioná-los a quem os procura em condições de segurança e comodidade representa uma vocação perene, que está para além das mudanças tecnológicas.

Mas a missão de uma biblioteca universitária não pode continuar a cumprir-se da mesma forma. Os estudantes que hoje chegam à Universidade pertencem já à categoria dos *born digital*, os mesmos que praticam a leitura oblíqua e descontinuada em ecrãs, limitada a segmentos de 15 minutos.

Essa nova realidade coloca desafios especialmente exigentes aos professores (terão os bibliotecários consciência dos desafios dramáticos que hoje se enfrentam nos anfiteatros da universidade?). Mas essa mesma realidade não poupa os bibliotecários, que se veem obrigados a lidar com

os mesmos alunos (terão os professores consciência das dificuldades que daí resultam para quem trabalha nas bibliotecas?).

Deve a Biblioteca resignar-se com a situação e transformar-se num *learning center* indiferenciado? Deve preservar-se (ou esconder-se), convertendo-se num santuário de eruditos? Ou deve resistir, teimando na sua tarefa educativa? Nesse caso, pode ainda perguntar-se: até que ponto deve ir esse esforço de adaptação?

Não conheço respostas fáceis e universais para perguntas como estas. A única resposta que arrisco consiste em afirmar que, tal como a universidade, no seu todo, também a biblioteca que serve o público académico deve ter a coragem de contrariar algumas das tendências que a anomia das sociedades vem favorecendo.

É nesse plano de resistência flexível que prefiro situar-me. Refiro, em primeiro lugar, que, tal como no início do século XVIII, a biblioteca pode ainda servir como alegoria (ou cidadela) da própria universidade, no seu todo. Enquanto estrutura complexa, dotada de uma história que pode abranger vários séculos, como é o caso de Coimbra, a universidade continua a necessitar vitalmente de fatores de agregação. Ora, nas universidades modernas não abundam os fatores desse tipo, com prejuízo da multidisciplinaridade sadia e fecunda. Os próprios órgãos de governo da universidade, que, em princípio, parecem talhados para favorecer a coesão entre os diferentes saberes, pouco conseguem fazer para evitar o desconhecimento que subsiste entre as diferentes faculdades, favorecendo a desconfiança que, como bem sabemos, se acentua em momentos de urgência orçamental. Na falta de outras oportunidades de contacto, tanto no plano do ensino como no da investigação, a Biblioteca Geral tem, ainda hoje, condições privilegiadas para continuar a ser um polo de convergência, ou seja, uma **casa** onde toda a comunidade académica pode encontrar-se e conhecer-se⁷.

⁷ Apesar dos (pequenos) passos que vêm sendo dados nos planos da oferta formativa e da investigação, a Universidade de Coimbra não pode ainda comparar-se com algumas congêneres americanas e europeias, onde a circulação de saberes se tornou prática especialmente fecunda.

Inquéritos levados a cabo em algumas universidades europeias parecem comprovar o que já se intuía: que as bibliotecas universitárias gozam de elevado apreço junto das comunidades que servem. Assim sucede também em Coimbra. Ao longo dos 500 anos de vida que comemorámos em 2013, recebemos muitas manifestações de apreço e de carinho. Não faltam, de facto, individualidades nacionais e estrangeiras que associam a Universidade de Coimbra à sua biblioteca, valorizando sobretudo a vertente patrimonial, abrangendo livros, que podem ir desde as farmacopeias mais antigas até atlas de astronomia ou de anatomia, compêndios jurídicos do século XVII ou uma primeira edição de tesouros da Literatura como *Os Lusíadas* ou a *Mensagem*.

Mas não falo só de vínculos afetivos, embora estes não devam ser desprezados. Falo também de laços de natureza intelectual e científica, cuja importância justifica atenção e incentivo. Menciono apenas alguns exemplos. A Biblioteca realiza, por ano, uma média de 8 Exposições, algumas delas com Catálogo, versando temas que vão da Arquitetura, à Botânica, à História, etc. Para mencionar apenas casos recentes, invoco uma mostra sobre as relações que se verificaram ao longo de 5 séculos entre Portugal e a China (exposição que promovemos em colaboração com o Museu da Ciência e o Arquivo da Universidade). Seguiu-se imediatamente uma outra, esta incidindo sobre Soren Kierkegaard, que contou com a colaboração da Embaixada da Dinamarca e a participação de Professores de Filosofia. Logo a seguir, montou-se uma mostra sobre a *Peregrinação* (livro de viagens publicado, pela primeira vez, em 1614 e imediatamente traduzido para as principais línguas europeias). Esta exposição vai ainda ser acompanhada por um Colóquio, dinamizado por um centro de investigação, assinalando os quatrocentos anos da publicação de um dos livros mais importantes da cultura portuguesa.

Em 2015, iniciaremos uma mostra de tesouros bibliográficos, essencialmente destinada à comunidade académica. Aos sábados, de manhã, estará exposto um livro precioso, em suporte impresso e em suporte digital. A explicação da importância do livro estará confiada a um especialista. Terá de ser uma explicação breve e acessível, de modo a que um estudante de Medicina ou de Direito possa compreender o significado de um

tratado de Filosofia ou de Retórica. Em cada uma dessas sessões, haverá ainda lugar para a intervenção de um bibliotecário, que se ocupará do livro enquanto objeto que “fala” a partir da sua materialidade: o papel de que é feito, os tipos que serviram para a sua impressão, a tipografia onde foi concebido, etc.

Nenhuma destas iniciativas é extraordinária. Ainda assim, pode perguntar-se: poderia qualquer uma delas ter sido promovida por uma Faculdade ou por um Departamento? Sem dúvida que sim. Mas não teria a mesma amplitude e, sobretudo, não teria a mesma transversalidade. Promovidas por uma Secção, um Departamento ou mesmo por uma Faculdade, as exposições de que falei seriam entendidas como eventos que não interessariam à comunidade académica, no seu todo. Realizando-se na biblioteca e com a participação ativa dela, é possível obter uma ampliação de impacto. Concretamente, chama-se melhor a atenção para o facto de o encontro entre o Ocidente e o Oriente não interessar apenas aos historiadores; por outro lado, a evocação do grande filósofo dinamarquês, por ocasião da passagem de duzentos anos sobre o seu nascimento, não deve apenas dizer respeito a um setor do saber. De igual modo, a exibição de um exemplar da primeira edição do livro de Fernão Mendes Pinto chama a atenção de toda a universidade para uma efeméride que não deveria passar despercebida num país que viveu boa parte da sua história sob o signo do mar, da aventura e do contacto com o Oriente. Acolhendo e promovendo manifestações desse género, a Biblioteca Geral cumpre uma missão que outras unidades não podem cumprir tão bem, contribuindo para a irradiação de iniciativas culturais que, embora pertencendo mais a um determinado campo do saber, acabam por convocar todo o *campus* académico, dando mais sentido à palavra *universidade*.

Para concluir, permitam que vos fale de uma outra função essencial que a biblioteca universitária é chamada a cumprir nos nossos dias. Refiro-me ao contacto com o livro, enquanto unidade de pensamento e de discurso. Para além das suas metamorfoses materiais, aquilo que melhor caracteriza o livro é justamente o facto de ele constituir uma *unidade*, imputável a um autor, mesmo quando este é desconhecido. Quer sob a forma de rolo quer sob a forma de *codex* quer ainda sob formato

electrónico, o principal oposto do livro continua a ser o *fragmento* e a informação não validada.

Embora possa também guardar fragmentos (que muitas vezes sobram de um livro ou não chegaram a transformar-se nele) e também jornais e revistas, mapas, gravuras, fotografias e até peças numismáticas, a biblioteca guarda sobretudo livros⁸.

Todos sabemos que o nosso tempo favorece o extrato, seja em forma de *capítulo breve*, seja em forma de *paráfrase*, muitas vezes já desligada do autor. Esta mentalidade, que antes apenas prevalecia no Ensino Secundário, tem vindo a ganhar espaço nas universidades. Mesmo em áreas onde se poderia esperar que a sua implantação pudesse ser mais difícil (penso sobretudo nas ciências sociais e nas humanidades) existem já sinais abundantes dessa tendência. O estudante trabalha hoje em frente de um ecrã (de dimensões cada vez mais reduzidas), aciona motores de busca e cria a ilusão de que os dados que recolhe em pouco tempo e sem esforço de pesquisa representam conhecimento fiável. Sabemos que alguns professores desencorajam energicamente estes procedimentos; mas também sabemos que, ainda que de forma inconsciente, outros vão fazendo concessões que crescem de ano para ano. Basta olhar para a contração das listagens de bibliografia da maior parte das cadeiras. Falo agora apenas das cadeiras de Letras, evocando o meu tempo de aluno, quando os programas eram acompanhados de longas listagens de estudos (na sua maioria, constituídos por livros). Para nosso desgosto, essas listagens nem sequer vinham hierarquizadas⁹. Penso, depois, no meu tempo de Assistente (correspondendo aos primeiros anos da década de 90), quando me competia guiar os alunos por entre o emaranhado da bibliografia que o Professor indicava, permitindo dispensar a leitura de metade dos livros a quem se contentava com classificações medianas.

⁸ Não se ignora, evidentemente, a valia do fragmento enquanto forma de representação mental e discursiva que detém uma nobre tradição no Ocidente e no Oriente. Mas infelizmente não é por essa “nobre tradição” (que pode ir dos fragmentos de Arquíloco, aos *Essais* de Montaigne ou aos *Propos* de Alain) que os estudantes manifestam a sua predileção.

⁹ Apesar de tudo, recorro que havia exceções. Nesses casos, sempre muito aplaudidos pelos alunos, os itens bibliográficos surgiam precedidos de 1, 2 ou 3 asteriscos, indiciando o seu grau de importância.

As instruções iam sempre, porém, no sentido de criar um remorso forte naqueles que não lessem tudo.

Hoje, todos o sabemos, prevalece uma outra atitude. As bibliografias que figuram nas plataformas digitais são, desde logo, reduzidas por força das limitações de espaço (raramente se consente que o espaço disponível para o elenco de leituras ultrapasse os cinco mil caracteres). Algumas vezes, essas listagens não chegam a ser significativamente ampliadas no decurso das aulas. De cedência em cedência, desistiu-se de levar o aluno a dialogar diretamente com os Mestres, investigadores e ensaístas que escreveram livros inteiros e construíram conhecimento em primeira mão. Alguns procuram ainda esse diálogo. Mas são cada vez em menor número.

Ora, justamente a promoção do contacto com o livro equivale a uma atitude de resistência de grande alcance. Valorizar a *obra* e não apenas o *excerto* significa enveredar por uma ética pedagógica, marcada pela exigência e pela perseverança. Estimular o aluno a construir o seu próprio conhecimento é torná-lo capaz de reconstruí-lo em cada momento da sua vida. Esse desiderato requer porventura uma inflexão concertada da atitude dos docentes. Mas será mais bem sucedida se contar com colaboração estreita de bibliotecas apetrechadas e dinâmicas, onde o otimismo deve ultrapassar a melancolia e o desencanto¹⁰.

Ao contrário do que possa pensar-se, a perversão que resulta desta cultura fragmentária e estritamente informacional não é de hoje. O tempo das sebatas únicas (ainda não totalmente extinto) constitui já uma expressão dessa cultura simplificada e acrítica. Mas não pode esconder-se que, nos últimos anos, a profusão dos suportes digitais tem contribuído para a intensificação das ilusões esquemáticas, envolvendo a substituição do **livro inteiro** pelos pedaços inorgânicos que aparecem (e desaparecem) no

¹⁰ Na segunda sala da Biblioteca Joanina, a universidade é justamente representada com uma joeira na mão direita, significando a necessidade de que nela subsista a capacidade de distinguir. Trata-se de mais um sinal que, evocando a realidade da época, se repercute nos nossos dias, com evidente atualidade. Já no início do século seguinte, em texto preparado para justificar a fundação da Universidade de Berlim, o filósofo alemão Joachim Fichte, não deixa de apontar como missão crucial da instituição universitária “a arte da crítica, da discriminação entre o verdadeiro e o falso, o útil e o inútil e a subordinação do menos ao mais importante”. (Apud LLOVET, Jordi – *Adiós a la universidad. El eclipse de las humanidades*. Barcelona: Editorial Galaxia Gutenberg, 2011. p. 52).

ecrã, sem se fixarem na memória e no entendimento¹¹. Por último, parece incontestável que a semestralização do período letivo (equivalendo cada semestre a doze semanas de aulas) não favoreceu o tempo de leitura e de maturação. Pelo contrário: confrontado com a necessidade de passar no exame que se realiza apenas três meses depois do início das aulas, o aluno opta sistematicamente pelas sínteses já construídas, abdicando de construir o seu próprio saber a partir de fontes plurais¹².

4. Apesar de continuarem a ser lugares de eleição para alguns, tem de reconhecer-se que as bibliotecas universitárias se tornaram lugares estranhos para uma parcela considerável de estudantes e de professores¹³. Impõem a observância do silêncio, desde logo, o que significa um forte constrangimento para a maior parte das pessoas que vivem no barulho e no *zapping* (prática que não é exclusiva das gerações mais novas). Um livro de Física ou um ensaio de Filosofia de 200 páginas podem demorar 5 horas a ler. E bem sabemos que raramente existem 5 horas de concentração consecutiva ou mesmo intercalada na vida de um leitor jovem. Para mais, a leitura desse ensaio requer continuidade, não consentindo suspensões muito longas. Mas isso não é tudo: a seguir a esse ensaio, será preciso ler outros, uma vez que uma característica essencial dos

¹¹ Sobre os efeitos perniciosos que resultam da substituição do *livro* pelo *fragmento* digital, vejam-se os lúcidos e bem fundamentados trabalhos de: LARIZZA, Olivier – *La querelle des livres. Petit essai sur le livre à l'âge numérique*. Paris: Libella, 2012; DARNTON, Robert – *L'apologie du livre: demain, aujourd'hui, hier*. Paris: Gallimard, 2011 (que, neste mesmo volume, assina outro trabalho notável a esse propósito); e de ROCHE, Florence; SABY, Frédéric, coord. – *L'avenir des bibliothèques : l'exemple des bibliothèques universitaires*. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2013. pp. 20 e ss.

¹² Sobre as alterações verificadas no tempo e na atitude de estudo a partir da entrada em vigor do “Modelo de Bolonha”, vejam-se os três estudos que integram o primeiro capítulo do livro coordenado por: ROCHE, Florence; SABY, Frédéric, coord. – *L'avenir des bibliothèques: l'exemple des bibliothèques universitaires*. pp.11-42.

¹³ No que toca à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (que coexiste com mais 20 bibliotecas especializadas, instaladas no mesmo *campus*), importa dizer que se tem verificado um aumento sustentado da frequência e da requisições de livros. Nos últimos três anos letivos (entre 2010/2011 e 2013/2014), nomeadamente, o volume anual de leitores subiu de 19372 para 22199, tendo o número de obras requisitadas subido ainda mais notavelmente de 20517 para 41826.

bons livros é o de solicitarem o conhecimento de outros **bons livros**, num processo entusiasmante mas sem termo.

A circunstância que mais afasta os jovens do contacto com os livros (sobretudo com os livros *grandes e difíceis*) reside, porém, num outro aspeto menos falado: é que se deixou de insistir na recompensa que pode obter-se com uma tarefa desse tipo. Tratando-se de uma atividade que colide com as tendências naturais (embora reunindo muitos méritos, o livro não deixa de ser uma invenção humana, com tudo o que isso envolve de imperfeição) e com os ritmos instalados na vida dos nossos dias, a leitura de investigação só vale a pena se houver um fim superior que a justifique¹⁴.

Para as gerações menos jovens, esse fim sempre existiu e sempre se bastou a si próprio. Mas hoje deixou de ser assim. Por isso se revela importante não desistir da *moral* que faz do livro (seja em que suporte for) um meio insubstituível para se alcançar a recompensa do conhecimento. Refiro-me ao conhecimento precário e humilde, aquele que se reúne num tratado, num ensaio ou num romance que há de ser superado por outros tratados, outros ensaios e outros romances, que nos acompanham e nos ajudam a crescer.

5. Regresso, por fim, à Biblioteca Joanina da qual comecei por vos falar. Quero agora chamar a atenção para um micro-espço que lá existe e no qual poucos reparam. Penso especificamente nos gabinetes de 3 metros quadrados que se situam à esquerda de quem entra. São pequenos demais para os gostos e os hábitos de hoje mas oferecem outras vantagens: proporcionam vista para o arvoredo e para o rio Mondego e estão equipados com uma cadeira rasa e o tampo inclinado de uma mesa. É necessário entrar e instalarmo-nos para aferirmos de todas as vantagens que nos oferecem: a exiguidade do espaço impõe-nos a concentração no livro que

¹⁴ No seu longo ensaio sobre o assunto, Steiner refere duas formas de resistência mental ao livro: o “pastoralismo radical”, assente na ideia de que o livro nunca consegue reproduzir a experiência autêntica da realidade, e o utilitarismo niilista, que acentua o facto de o livro não servir de remédio aos grandes males que afetam a espécie humana (STEINER, Georges – *Le silence des livres*. Paris: Arlea, 2007. pp. 26 e ss.).

se está a ler. A paisagem permite-nos pequenos intervalos de espírito, tão necessários à assimilação do que se lê; a contemplação do fluir das águas garante-nos o que nunca deveríamos esquecer quando lidamos com o conhecimento: há movimentos que vêm de longe e o tempo continua a correr independentemente dos ruídos do mundo (interior e exterior).

Há estantes mas são pequenas. Ouço dizer que antes eram ainda mais acanhadas. Essa circunstância constitui também um benefício inestimável: impede a dispersão, um dos inimigos mais poderosos da leitura perseverante e atenta.

Pela sua pequenez e pelo ambiente de clausura que evocam, esses gabinetes de investigação lembram os antigos *scriptoria*, onde se recolhiam os intelectuais eclesiásticos da Idade Média, que dedicavam a vida à leitura e à escrita, sem nenhum tipo de limite.

Gostando orgulhosamente de toda a Biblioteca Joanina, devo confessar que nada me atrai tanto nela como aquele micro-espço que passa despercebido aos olhares dos turistas, ocupados com outras atrações. Para mim, o pequeno gabinete representa a utopia da investigação operosa e feliz. Ponho-me a pensar em todas as utopias que os homens construíram, grande parte delas plasmadas na literatura e noutras artes (ilhas afortunadas, cidades ideais, fontes de eterna juventude) e dou-me conta de que aquela outra não tem sido suficientemente destacada, como integrando os mais altos ideais de realização humana. Falo justamente da possibilidade de alguém poder suspender o tempo do relógio para se fechar num gabinete, levando consigo apenas os livros de que precisa (nem obras a mais nem a menos). Pode então dedicar-se a escrever outros livros, dando continuidade ao interminável diálogo humano. Enquanto isso, o rio corre, ao alcance da vista, ilustrando esta verdade suprema: a de que, tal como o curso das águas, também a nossa vida, envolvendo dúvidas, sonhos e anseios, teve precedentes, correndo sempre para uma foz, onde tudo se renova e se dissolve. Poderão dizer que me situo no limiar da utopia. Tenho consciência disso mesmo. Mas também sei que as utopias desempenham uma função muito importante no progresso humano: ajudam-nos a compreender o passado e a modelar o presente, combinando ambição e bom senso. O que de mais importante hoje se

pode pedir à biblioteca talvez seja isso mesmo: combinar essas duas componentes. Nem que para isso seja preciso que tenha de assumir-se como contraponto (ou, pelo menos, como intervalo) à fragilização da ética na pesquisa e à aceleração do tempo mundano.

À luz destes pensamentos, inspirado pela figuração inscrita no teto da segunda sala, o mesmo em que a universidade aparece rodeada pelos valores da Honra e da Virtude, parece realmente possível opor alguma resistência à futilidade, à precipitação e ao ruído. Convenço-me então (quero convencer-me) de que, hoje como há trezentos anos, ainda não existe melhor alegoria para a universidade do que uma biblioteca rica e bem apetrechada. Não podem faltar terminais de computador. Não pode faltar a preocupação com os vários tipos de utente: os que querem ver um manuscrito do século XIII ou os que pretendem requisitar um “e-book”. Será muito aconselhável também que nela exista um espaço agradável, onde os leitores possam encontrar-se para tomar um café e falar de vários assuntos, desde os mais triviais aos mais elevados.

Terá de haver tudo isso na biblioteca da universidade. Mas acima de qualquer serviço antigo ou moderno, a biblioteca tem de continuar a ser um lugar de paz, de curiosidade e de encontro. Permitam que insista num requisito final: sendo possível, não devem faltar janelas abertas e vista para um rio.

Referências bibliográficas

- AMARAL, António Eugénio Maia, (coord.) – *Os livros em sua ordem. Para a história da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014.
- BARBIER, Frédéric – *Histoire du livre*. 2.^a ed. Paris: Armand Colin, 2009.
- BARBIER, Frédéric – *Histoire des bibliothèques: d’Alexandrie aux bibliothèques virtuelles*. Paris: Armand Colin, 2013.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda – A reforma pombalina na história da Universidade. *Análise Social*. ISSN 0003-2573. 24:100 (1988) 165-210.

- DARNTON, Robert – *L'apologie du livre: demain, aujourd'hui, hier*. Paris: Gallimard, 2011.
- FIOLHAIS, Carlos e MENDES, Paulo – *A Biblioteca Joanina*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 2013.
- FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1995.
- LARIZZA, Olivier – *La querelle des livres. Petit essai sur le livre à l'âge numérique*. Paris: Libella, 2012.
- LLOVET, Jordi – *Adiós a la universidad. El eclipse de las humanidades*. Barcelona: Editorial Galaxia Gutenberg, 2011.
- KAGAN, Jerome – *The three cultures: Natural Sciences, Social Sciences and the Humanities in the 21st Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ROCHE, Florence; SABY, Frédéric, coord. – *L'avenir des bibliothèques: l'exemple des bibliothèques universitaires*. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2013.
- STEINER, Georges – *La Haine du livre. Esprit*. Paris. Jan. 2005.
- STEINER, Georges – *Le silence des livres*. Paris: Arlea, 2007.

Página deixada propositadamente em branco.

FABIAN FRANKE

Universitätsbibliothek Bamberg

Universidade de Bamberg

**TEACHING INFORMATION LITERACY:
A (NEW) CORE TASK FOR THE UNIVERSITY
LIBRARIES IN GERMANY**

**ENSINO DA LITERACIA DA INFORMAÇÃO:
UMA (NOVA) TAREFA CENTRAL PARA BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS NA ALEMANHA**

RESUMO: O ensino da literacia da informação tornou-se uma questão central nas bibliotecas universitárias da Alemanha. A Conferência de Reitores Alemã recomendou integrar cursos de literacia de informação nos planos curriculares e reforçar o papel das bibliotecas, com o fim de criar novas estruturas de informação. Esta contribuição fornece uma visão geral das atividades de literacia da informação nas bibliotecas universitárias alemãs, analisando estatísticas nacionais de alfabetização de informação, discutindo os seus padrões e apresentando as melhores práticas em bibliotecas universitárias na Alemanha. Centra-se, em particular, nas iniciativas de cooperação com base em grupos de trabalho regionais de alfabetização de informação e da Comissão Nacional da Associação Alemã de Bibliotecas para a literacia da informação.

ABSTRACT: Teaching information literacy has become a core issue of German university libraries. The German rector's conference has recommended integrating information literacy courses into the curricula and enhancing the role of the libraries in order to create new information structures. This contribution gives an overview over the information literacy activities of the German university libraries. It analyzes the results of the national information literacy statistics, discusses the standards of information literacy in Germany and presents best practice at university libraries in Germany. A special focus lies on the cooperative initiatives based on the regional information literacy working groups and the national Commission for information literacy of the German library association.

Introduction

The Association of College and Research Libraries defines information literacy as a “set of abilities requiring individuals to recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information”¹. Our statement is: Teaching information literacy has become a core task for the university libraries in Germany. We speak of a library core task, if it is widely accepted by science and politics, if it is reflected in large statistical data and if libraries collaborate and cooperate in networks and establish standards in order to fulfill the task. This contribution gives an overview over the information literacy activities of the German university libraries. It analyzes the results of the national information literacy statistics, discusses the standards of information literacy in Germany and proves the initial statement.

Information Literacy in Science and Politics

Information literacy has become a major issue in many prominent papers, resolutions and recommendations of political and scientific panels in Germany. Three examples show the increased relevance of information literacy in the context of lifelong learning:

The German Rectors’ Conference points out an extended understanding of information literacy which includes also data management and organizational processes². The German Rectors’ Conference requires that

- “Courses on teaching information competency should be anchored more firmly in curricula than has been the case until now and should be offered as widely as possible.”

¹ ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES – Information literacy competency standards for higher education. [Em linha]. Chicago: ACRL, 2000. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>>.

² HOCHSCHULREKTORENKONFERENZ – *Hochschulen im digitalen zeitalter: informationskompetenz neu begreifen: prozesse anders steuern*. [Em linha]. Bonn: HRK, 2013. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.hrk.de/fileadmin/redaktion/hrk/02-Dokumente/02-10-Publikationsdatenbank/Beitr-2013-01_Informationskompetenz.pdf>.

- “The fundamentals of recent developments in digital research processes should be taught, i.e. predominantly electronic publishing and open access, digital long-term archiving, dealing with virtual research environments and digital research data.”
- “To improve the management of research data in particular it appears necessary for staff at university libraries and computer centers to expand their skills in the direction of profiles such as “Data Librarian” or “Data Curator”. Higher education institutions should establish courses that will take account of this need for further specialisms.”

The Master plan for Germany’s information infrastructure by the Joint Science Conference recommends to support the university libraries to teach information literacy to students and scientific staff³. The Master plan states that

- “Knowledge of the importance of information literacy must be fixed in all parts of the society. Teaching information literacy must start in schools and continued systematically in universities with modern didactical methods.”
- “The university libraries must be supported in their task providing, basic services for teaching information literacy in all degree programmes and for the scientific staff.”

Finally, the commission “Internet and Digital Society” of the German Bundestag states significant shortfalls concerning the information competency of students and scientists and explicitly asks for the teaching of information literacy at schools and universities⁴. The commission explicitly says that “Teaching information literacy is a big challenge for

³ KOMMISSION ZUKUNFT DER INFORMATIONENINFRASTRUKTUR – *Gesamtkonzept für die informationsinfrastruktur in Deutschland*. [Em linha]. Bonn: 2011. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.allianzinitiative.de/fileadmin/user_upload/redakteur/KII_Gesamtkonzept.pdf>.

⁴ DEUTSCHER BUNDESTAG – *Internet-Enquete: Mai 2010 bis April 2013*“. [Em linha]. Berlin: Deutscher Bundestag. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://webarchiv.bundestag.de/cgi/show.php?fileToLoad=2944&id=1223>>.

teachers and students in nurseries, schools and universities due to the information overflow and the lack of the necessary competencies to find relevant and reliable information.”

In the following chapters it will be analyzed how the German university libraries have accepted this challenge and developed courses and e-learning-programs.

Information Literacy Statistics

The German national library statistics⁵ count the information literacy lessons in university libraries since 2003 and the number of the participants since 2007. Lessons increased from 33.784 hours in 2003 to 50.339 hours in 2011, the number of participating students from 317.053 in 2007 to 527.781 in 2011, However, human resources have not been increased: Contrary, the number of employees in the scientific libraries decreased from 11.871 in 2003 to 11.464 in 2011. Libraries could not employ additional staff members for the new task but had to reorganize the workload.

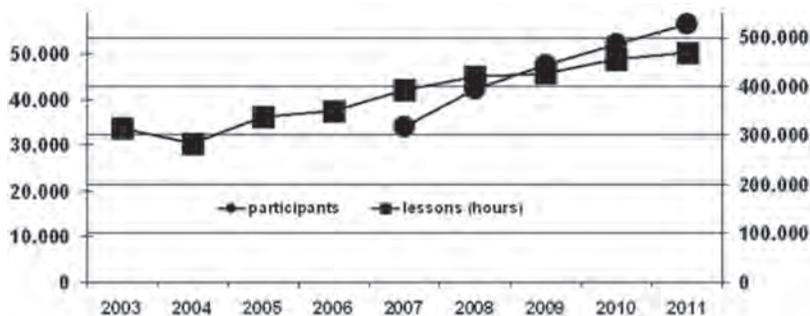


FIGURA 1: German library statistics: Information literacy lessons in university libraries (left axis) and participants(right axis)

⁵ DEUTSCHER BIBLIOTHEKSVERBAND – *Standards der informationskompetenz für studierende*. [Em linha]. Berlin: Deutscher Bibliotheksverband e.V., 2009. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.bibliotheksverband.de/fileadmin/user_upload/Kommissionen/Kom_Dienstleistung>.

In order to describe in detail the information literacy courses, the library networks in the German states Bavaria, Baden-Württemberg und North Rhine-Westphalia developed in 2008 a specific information literacy statistics which contain 9 key figures⁶:

- length of time of the information literacy courses
- number of participants
- field of study/subject of the participants
- course type
- course topics
- didactical methods
- target group
- deployed staff
- curricular integration

In the following, we discuss the results of the libraries in the Bavarian Consortia 2012. Most of the courses focus on library use (66,35%) and particular catalogues and databases (63,17%), but these advanced topics as search strategies in general, internet search and search engines, information and reference management, electronic publishing and legal and ethical issues. 80% are one-time-courses with a duration of 90 minutes.

More than half of the courses of the Bavarian university libraries (63,58%) contains practical exercises or tutorials. Course rooms with training PCs, beamer and/or interactive whiteboards are available in all university libraries. The libraries agree that self-learn-parts are inevitable instructional components in order to fulfill the learning objectives. But just 20% of the courses are integrated into the curricula with credit points.

60% of the participants are bachelor and master students. But also high school students constitute an important target group for the university libraries. More than 20% of the libraries are aimed at high school students or teachers. Normally, two main intentions are connected with

⁶ DEUTSCHE BIBLIOTHEKSVERBAND – *Informationskompetenz-veranstaltungsstatistik*. [Em linha]. Berlin: DBV. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.informationskompetenz.de/veranstaltungsstatistik>>.

the activities for high schools: First, their students already get some skills they need for their university studies and which need not to be taught at the university later. And secondly, library courses can be considered as purposive marketing for the university.

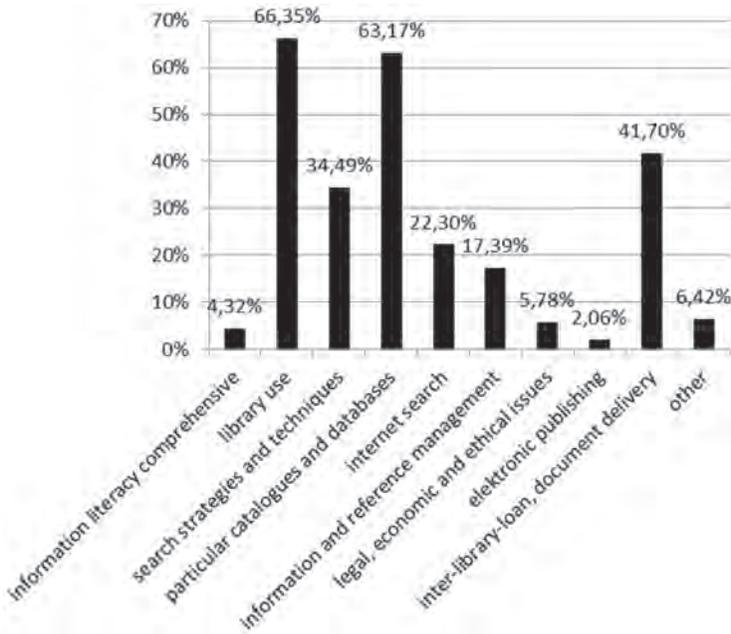


FIGURA 2: Topics of the information library courses in the Bavarian university libraries 2012

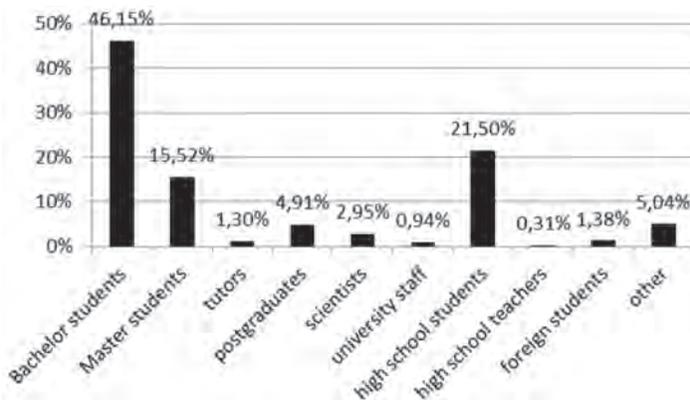


FIGURA 3: Target groups of the information library courses in the Bavarian university libraries 2012

Information Literacy Networks

According to the federal structure of Germany, information literacy working groups have been launched first in the regional library networks since 2002. They support the field librarians, coordinate best practice, organize professional training and publish standards and recommendations. E.g., the Bavarian working group has arranged staff trainings with subjects

- Information Literacy Assessment
- Standards of Information Literacy for High School students
- Teaching Information Literacy to postgraduates.

Furthermore, the Bavarian network has initiated an inter-library peer consulting that turned out to be very successful and now goes into its fourth year. Teaching librarians from different libraries visit each other in groups of 4 or 5 persons. They attend information literacy courses and evaluate the concept and the performance of their colleagues. Workshops at the beginning, after the final round and in the middle (“pit stop”) complete the program.

The main exchange and communication platform for the German teaching librarians is the website www.informationskompetenz.de. The heart of this platform is a database with more than 1.000 concepts, presentations, sample exercises and information literacy courses supplied by libraries that can be downloaded and used without restrictions. The information literacy statistics (see 2.) are located on this website, furthermore standards, position papers, declaration and statements are collected and presented.

The heart of this platform is a database with more than 1.000 concepts, presentations, sample exercises and information literacy courses supplied by libraries that can be downloaded and used without restrictions. The information literacy statistics is situated on this website, furthermore it collects and presents standards, position papers, declaration and statements.

ik
INFORMATIONSKOMPETENZ

www.informationskompetenz.de
Vermittlung von Informationskompetenz an deutschen Bibliotheken

Startseite

Newsarchiv

Standards und Konzepte

Positionspapiere und Erklärungen

Materialdatenbank

Veranstaltungsstatistik

Im Fokus

Regionen

Newsletter

Glossar

Chronik der Plattform

Informationskompetenz ist eine Schlüsselqualifikation der modernen Informationsgesellschaft und ein entscheidender Faktor für den Erfolg in Studium, Forschung und Beruf. Ihre Vermittlung ist eine Kernaufgabe wissenschaftlicher und öffentlicher Bibliotheken.

Das zentrale Portal www.informationskompetenz.de, ein Gemeinschaftsprojekt bibliothekanscher Arbeitsgemeinschaften in mehreren Bundesländern, unterstützt die umfangreichen Ausbildungs- und Supportleistungen, die deutsche Bibliotheken täglich im Bereich Informationskompetenz erbringen.

Als Bindeglied zwischen den regionalen Arbeitsgemeinschaften fördert es aktiv die lokale und überregionale Kooperation zwischen Bibliotheken und stellt eine zentrale Plattform für die Sammlung und den freien Austausch von Informationen und Materialien zur Verfügung. Jede Bibliothek ist eingeladen, Vorhandenes zu nutzen und Neues beizutragen.

Neue Meldungen:

16.02.13 : 2013: Eingabeformular für die Veranstaltungsstatistik
14.12.12 : Medien- und Informationskompetenz in der Grundschule
13.12.12 : Deadline: Dateneingabe zur Veranstaltungsstatistik 2012 bis zum 31.01.2013 möglich
12.12.12 : Konferenz: LILAC im März 2013 in Manchester
12.12.12 : European Conference on Information Literacy (ECIL) im Oktober 2013, Istanbul
10.12.12 : Neue Publikation zur Informationsgerechtigkeit
16.11.12 : Call For Papers: IFLA World Library and Information Congress
13.09.12 : Blog: Librarian in Residence

FIGURA 4: The national exchange and communication platform www.informationskompetenz.de

In 2012, the German Library Association and the Association of German Librarians founded the nationwide Commission for Information Literacy. Their tasks include

- monitoring the information literacy activities of the university and high schools
- acting as central contact for politics, science and libraries
- initiating projects for piloting and evaluating information literacy programs
- raising funding for the platform www.informationskompetenz.de
- organizing conferences to actual questions
- supporting the integration of information literacy into the curricula of universities and high schools

Actually, the commission is preparing a best-practice-competition and a round table in order to discuss, how new profiles like “data librarian” can be integrated into education and training of librarians.

Standards and Best Practice

In 2009 the German Library Association adopted five information literacy standards for students⁷. They based on the Information Literacy Competency Standards for Higher Education of the US Association of College and Research Libraries (ACRL)⁸. Each standard is specified by indicators which describe the corresponding competencies. The German standards include:

1. Students recognize and express their need for information and determine nature and extent of the information needed.
2. Students access needed information effectively and efficiently.
3. Students evaluate information and its sources and select information according to their needs.
4. Students manage information effectively and present the results adopted to their audience with suitable technical means.
5. Students understand their responsibility while using and passing information.
6. The following examples show how the German university libraries handle these standards and transform them into their range of services:
 - The courses of the university library Würzburg are integrated into the curricula of the Bachelor and Master degree programs and include ECTS points.
 - The university library Bamberg offers courses about web-based information management and publishing.
 - The university library Hannover offers workshops for scientific writing and electronic publishing.

⁷ DEUTSCHER BIBLIOTHEKSVERBAND – *Standards der informationskompetenz für studierende*. [Em linha]. Berlin: Deutscher Bibliotheksverband e.V., 2009. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.bibliotheksverband.de/fileadmin/user_upload/Kommissionen/Kom_Dienstleistung>.

⁸ ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES – Information literacy competency standards for higher education. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>>.

- A large number of university libraries offer trainings for reference management systems (Endnote, Citavi, Reference Manager).
- E-Tutorials of the university library Konstanz are integrated into the learning system of the university.
- The Bavarian library network developed cooperative e-tutorials for search strategies in databases.
- The Bavarian university libraries have signed an agreement with the Bavarian State Ministry of Education and Culture and the Bavarian State Ministry of Sciences, Research and the Arts defining the cooperation between libraries and high schools.

More information can be found in the references.

Final Conclusion

The actual achievements of the advancement of information literacy in German university libraries can be evaluated with the help of the nationwide information literacy statics which is one the most specific statistics in this field. There are promising approaches towards a comprehensive understanding of information literacy within the libraries and towards the integration of information literacy courses into the university curricula, which are backed by political and scientific committees in Germany. However, the libraries cannot count on funding for recruiting additional staff. Instead, they have to restructure the work design and to qualify the available staff.

Referências bibliográficas

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES – Information literacy competency standards for higher education. [Em linha]. Chicago: ACRL, 2000. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>>.

- DEUTSCHER BIBLIOTHEKSVERBAND – *Informationskompetenz-veranstaltungsstistik*. [Em linha]. Berlin: DBV. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://www.informationskompetenz.de/veranstaltungsstatik>>.
- DEUTSCHER BIBLIOTHEKSVERBAND – *Standards der informationskompetenz für studierende*. [Em linha]. Berlin: Deutscher Bibliotheksverband e.V., 2009. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.bibliotheksverband.de/fileadmin/user_upload/Kommissionen/Kom_Dienstleistung>.
- DEUTSCHER BUNDESTAG – *Internet-Enquete: Mai 2010 bis April 2013*“. [Em linha]. Berlin: Deutscher Bundestag. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:<http://webarchiv.bundestag.de/cgi/show.php?fileToLoad=2944&id=1223>>.
- HOCHSCHULBIBLIOTHEKSZENTRUM DES LANDES NORDRHEIN-WESTFALEN – *Deutsche bibliotheksstatistik*. [Em linha]. Köln: hbz. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.hbz-nrw.de/angebote/dbs>>.
- HOCHSCHULREKTORENKONFERENZ – *Hochschulen im digitalen zeitalter: informationskompetenz neu begreifen: prozesse anders steuern*. [Em linha]. Bonn: HRK, 2013. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.hrk.de/fileadmin/redaktion/hrk/02-Dokumente/02-10-Publikationsdatenbank/Beitr-2013-01_Informationskompetenz.pdf>.
- KOMMISSION ZUKUNFT DER INFORMATIONSIINFRASTRUKTUR – *Gesamtkonzept für die informationsinfrastruktur in Deutschland*. [Em linha]. Bonn: 2011. [Consult 15 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL:http://www.allianzinitiative.de/fileadmin/user_upload/redakteur/KII_Gesamtkonzept.pdf>.
- SÜHL-STROMENGER, Wilfried – *Teaching library*. Berlin: deGruyter, 2012.
- SÜHL-STROMENGER, Wilfried (ed.) – *Handbuch informationskompetenz*. Berlin: deGruyter, 2012.

Página deixada propositadamente em branco.

TESTEMUNHOS

Página deixada propositadamente em branco.

RUI DE FIGUEIREDO MARCOS

Universidade de Coimbra

**A BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA E A FACULDADE DE DIREITO**

No âmbito das comemorações que assinalaram os cinco séculos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, realizou-se, por benfezeja iniciativa do seu ilustre Director, o Senhor Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, um Congresso Internacional subordinado ao título «*Biblioteca da Universidade: Permanência e Metamorfoses*». Correspondendo a um seu gentilíssimo convite, presidi a uma das sessões desse Congresso. Um convite, aliás, cuja pronta aceitação me soava a imperativo de consciência. Frequento a Biblioteca da Universidade de Coimbra há cerca de quarenta anos e aí colhi abundantes ensinamentos que viriam a alimentar as minhas investigações e o meu magistério jurídico. É uma dívida que nunca se pagará.

Diodoro da Sicília deu-nos conta de que uma antiga biblioteca era fechada por uma porta na qual se lia a seguinte inscrição: «Remédios para a Alma». Não me disponho a discorrer sobre os eventuais remédios para a alma que a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra poderá encerrar. Todavia, já não devo calar os dois propósitos essenciais que animam as breves considerações que se seguem.

O primeiro é, antes de tudo, o de apresentar o orador que, seguramente, concitará a admiração de quantos acudiram a este acto. Escutaremos o testemunho vivo de quem se tornou um frequentador assíduo de bibliotecas e, em especial, da nossa preciosa Biblioteca da Universidade de Coimbra, desvelando algumas páginas cativantes do seu labor disquisitivo. Aludo ao Doutor João Gouveia Monteiro, distinto professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Só reconhece quem conhece. E eu conheço bem o Doutor João Gouveia Monteiro. A nossa amizade alonga as suas raízes aos bancos da Escola. Ora, as amizades que se constroem nos bancos da Escola são aquelas que mais resistem às vicissitudes da vida. São aquelas que nos acompanham até à viagem de onde não há regresso.

O Doutor João Gouveia Monteiro tem-se devotado à história medieval europeia e, sobretudo, à história militar antiga e medieval. Uma disciplina de que se tornou um expoente cimeiro no plano nacional e além-fronteiras. É um investigador cujo talento rivaliza, em grandeza, com a sua operosidade. João Gouveia Monteiro conserva-se agarrado ao trabalho como uma sentinela à sua espingarda. Nada o consegue distrair dos seus planos de estudo meticulosamente traçados. Não admira, pois, que seja um académico múltiplas vezes galardoado.

Parece que todas as migalhas do seu tempo guardam um préstimo. Daí que, sem conceder benevolências ao descanso, ainda logrou exhibir os rostos institucionais de Pró-Reitor para a Cultura e de Director da Imprensa da Universidade de Coimbra. João Gouveia Monteiro tem o futuro por si.

Não posso omitir, na circunstância que passa, a minha condição de Director da Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra. Aproposita-se o ensejo de mostrar os fortes laços que prendem a Faculdade de Direito de Coimbra à Biblioteca Geral da sua Universidade.

A Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra celebrou em 2011 o seu Primeiro Centenário. Escusado será enaltecer a posição destacada que assume no contexto das bibliotecas jurídicas, quer em Portugal, quer na Europa. Mas já se impõe não esquecer o valioso contributo que, na primeira década do século XX, a Biblioteca Geral da Universidade deu à sua construção.

A Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra surgiu com o sentido que lhe imprimia a visão do magistério do direito de 1911. Professava a crença inabalável de que o ensino não devia exaurir a actividade de um docente de Direito. O universitário precisa sempre da investigação para fazer respirar o seu ensino. Uma teia científico-cultural e didáctica que se entretetece de aquisições recíprocas. A este propósito, a Reforma de

1911 exibia uma cintilância bifronte. De um lado, expor a ciência feita e, de outro, mostrar como se faz a ciência.

As sementes sopradas de além-fronteiras voejaram até ao nosso país. Nas universidades alemãs, os seminários constituíram exemplos notáveis de progresso científico. Em Berlim, destacava-se o seminário de direito criminal dirigido por *Von Liszt*, em *Leipzig* avultava o seminário de economia política sob a orientação de *Karl Bücher* e, em *Heidelberg*, ganhou projecção internacional o seminário de direito público do famoso *Jellinek*. O modelo dos seminários jurídicos passou à Itália, designadamente a Pisa e a Pádua e fez carreira na França, em especial, na Faculdade de Direito de Paris, com as chamadas «Salas de Trabalho». Já haviam então alcançado enorme renome a sala de trabalho de direito penal, dirigida por *Garçon*, de direito público, orientado por *Larnaud* e de direito romano que contava com o prestígio de *Cuq* e, sobretudo, *Girard*.

O voto de alimentar a docência com a investigação surdiu estupendas consequências na Faculdade de Direito de Coimbra. A Reforma de 1911 transplantou o modelo estrangeiro, criando um estabelecimento congénere a que deu o nome de Instituto Jurídico.

Assumia todos os contornos de um centro de actividade científica, considerado de suma utilidade a professores e a alunos. Aí se tenderia a implantar um ambiente de fervilhante debate de ideias.

Os trabalhos do Instituto Jurídico consistiam em exercícios, conferências e discussões científicas propícias ao domínio dos métodos de investigação. Do ponto de vista organizativo, o Instituto Jurídico integrava quatro secções, em harmonia perfeita com o mosaico dos grupos de disciplinas. Eis as quatro secções: a 1.^a de História do Direito e de Legislação Civil Comparada, a 2.^a de Ciências Económicas, a 3.^a de Ciências Políticas e a 4.^a de Ciências Jurídicas. Em cada uma delas, surgiram dois tipos de cursos. Um era elementar, para principiantes. O outro, crismado de curso superior, destinava-se à preparação de estudos originais. Como apoio fundamental à missão que lhe foi assinalada, o Instituto Jurídico passava a dispor de uma biblioteca privativa. A Biblioteca da Faculdade de Direito.

A Reforma de 1911 revelou-se deveras audaciosa. A audácia começou, desde logo, no voto primordial de restituir a Escola à sua verdadeira

missão. Em tal óptica, promoveu a separação entre a função docente e a função de julgamento. A primeira pertencia naturalmente à Faculdade e a segunda devia caber a representantes do Estado. O exame tornara-se objecto de infinito culto. O professor sacrificava ao exame o tempo, a energia e até a tranquilidade de espírito necessários à investigação científica. Por seu turno, o estudante via o professor pelo óculo do exame, ou, se se preferir, o exame personificado no professor, o que podia perturbar um saudável ambiente de cordialidade. Impunha-se, por conseguinte, descontaminar a atmosfera da Faculdade de Direito, proporcionando ao professor o sossego mental indispensável à função docente e, do mesmo passo, libertando o espírito do estudante das imagens incómodas que nele desencadeavam as vestes carregadas do professor-examinador. Um novo ambiente académico reclamava outras condições de estudo.

Revelámos o sentido matricial da Biblioteca da Faculdade de Direito. Caminhar de mãos dadas com o Instituto Jurídico, alimentando a investigação, foi o seu lema radioso.

Um aspecto que ressalta com nitidez logo no primeiro fôlego da Biblioteca. Em Congregação de 20 de Novembro de 1911, o Director da Faculdade, o Doutor António Lopes Guimarães Pedrosa lembrou a necessidade de eleger, nos termos do artigo 83.º da Reforma dos Estudos Jurídicos, um professor para bibliotecário privativo da Faculdade. A escolha recaiu no Doutor Álvaro Machado Vilela. Por sinal, aquele que fora o grande mentor da Reforma de 1911. Seguramente, uma benquista coincidência.

De imediato, por alvitre do Director da Biblioteca, constituiu-se um Conselho para o coadjuvar na sua difícil missão edificadora. O desenho escolhido não podia ser mais coerente. Na verdade, o Conselho da Biblioteca integrava um representante de cada um dos quatro grupos de disciplinas em que a Faculdade se encontrava dividida, o que correspondia exactamente às quatro secções que compunham o Instituto Jurídico.

Deputaram-se, pelo 1.º Grupo que recebera a *intitulatio* de História do Direito – Legislação Civil Comparada, o Doutor Artur Montenegro, pelo 2.º Grupo, o de Ciências Económicas, o Doutor Marnoco e Souza, pelo 3.º Grupo, o de Ciências Políticas, o Doutor Guimarães Pedrosa e pelo 4.º Grupo, reservado às Ciências Jurídicas, o Doutor Guilherme

Moreira. A Faculdade, mostrava, assim, o envolvimento das suas figuras de primeira grandeza na construção interior da Biblioteca.

Mas não se quedou por aqui. A Faculdade, a um pronto, deslocou uma importante parcela do seu orçamento para a Biblioteca. Nada menos de um conto de réis se destinou à compra de livros e à assinatura de revistas científicas. À luz da distribuição das receitas, percebe-se que as missões científicas ao estrangeiro, as obras nas salas do Instituto Jurídico e, sobretudo, o desenvolvimento da Biblioteca representavam os lances prioritários da política da Faculdade. No fundo, os votos radiosos na internacionalização dos horizontes académicos e na investigação permanente acomodada em salas amáveis.

Os sinais de apreço pela Biblioteca surgiam a cada passo. O Conselho da Faculdade, por diversas vezes, decidiu reforçar a verba que se consignara à aquisição de livros e à assinatura de publicações periódicas. Tal sucedeu, por exemplo, na Congregação de 5 de Maio de 1914.

Machado Vilela exerceu o cargo de Director da Biblioteca da Faculdade de Direito com inquebrantável entusiasmo, como era seu timbre. E, no fim de 1913, anunciou uma diligência que iria conhecer o maior significado para a nova Biblioteca. Machado Vilela solicitara a catalogação das obras dos praxistas que então se encontravam quase perdidas, reputando-se incontestável o seu interesse para os alunos de Direito. A cedência das obras dos praxistas à Biblioteca da Faculdade de Direito havia sido já prometida pelo Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cargo que, ao tempo, era exercido pelo Doutor Marnoco e Souza.

Em Congregação de 4 de Novembro de 1914, Machado Vilela voltou a insistir na transferência das colecções dos praxistas inseridas na Biblioteca chamada de «S. Pedro». Guilherme Moreira, Reitor da Universidade, declarou que faria o que entendesse conveniente no sentido de ver satisfeito o pedido da Faculdade.

Compreende-se o voto continuado de Machado Vilela. Quando o Director da Biblioteca empregava a designação praxistas, não visava apenas os autores que versavam a prática forense ou mesmo notarial. Sob a capa larga do qualificativo de praxistas, abrigava os chamados reinícolas, ou seja, abrangia todos os antigos jurisconsultos, sem atender à natureza

da sua produção científica. Por isso, a Biblioteca de S. Pedro incluía um largo espectro de autores, sobretudo pertencentes aos séculos XVI, XVII e XVIII. Enfileiravam-se civilistas, canonistas, comentadores do direito pátrio, casuístas, tratadistas e repertoristas.

O desejo de Machado Vilela concretizou-se. Os praxistas habitam agora a nossa bonita Sala Chinesa. Encontram-se devidamente tratados e acomodados. Constituem um fundo indispensável à pesquisa histórico-jurídica nos planos privatista e publicista, bem como ao pensamento filosófico e político, Razão sobeja para que a Faculdade de Direito tribute uma homenagem à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O apego fervoroso à Biblioteca de Direito transpareceu de um episódio histórico deveras expressivo. Corria o ano de 1922. Ainda no rescaldo na Primeira Guerra Mundial, a Reitoria da Universidade de Coimbra solicitou à Faculdade de Direito que se pronunciasse acerca do que entendia dever reclamar à Alemanha a título de reparações em nature, de molde a serem incluídas na lista a apresentar pelo governo português.

E a Faculdade decidiu de forma inequívoca. Apontou, como pretensões cimeiras, as obras fundamentais da bibliografia jurídica alemã, a par da vinda a Coimbra de quatro professores de Direito, um por cada uma das secções em que se dividia a Faculdade, considerando-se indispensáveis um romanista e um criminalista.

Do rosto da sua Biblioteca extraiu-se também um certo modo de ser da Faculdade de Direito. Foi construída com exigências de sentido. Desde logo, incentivar a formação daquilo que se designa por jurista integral. Por isso, observamos, sem espanto, que parte da estantaria da Biblioteca da Faculdade se encontra povoada de livros não jurídicos. Muito do que é direito explica-se, genética e funcionalmente, por aquilo que não o é. O direito não irrompe por actos solitários do génio, nem desaparece, fugidamente, na noite do acaso. Insere-se sempre no recortado contexto constituinte e reconstituente. A própria natureza do direito reclama que o seu ensino o entenda vinculado à existência cultural e histórica do homem.

Não carrear recursos para aquisição de livros implica amarelecer uma biblioteca. Centralizar o sistema de compras com peias burocráticas significa empecer a sua dinâmica. Governar uma instituição não é apenas

medir e calcular. Menos será amortilhar os ânimos com regulamentos de pendor sufocante.

De um ângulo diverso, vários juristas e não poucos professores da Faculdade de Direito de Coimbra inscreveram o seu nome, a título definitivo, na história rútila da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Pretendo aludir àqueles que pertencem à galeria dos ilustres Directores da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Cingirei as minhas observações às três últimas centúrias. Da constelação dos juristas de setecentos, ascenderam a Directores da Biblioteca da Universidade de Coimbra António Ribeiro dos Santos (1777-1796) e Ricardo Raimundo Nogueira (1798-1802). Ambos se notabilizaram no quadro da Reforma Pombalina da Universidade e ambos receberam a incumbência de redigir compêndios adequados às novas directrizes pedagógicas e científicas. Vem de molde encarecer o desvelo do Marquês de Pombal pela livraria jurídica, ao ponto de, numa carta de 25 de Fevereiro de 1774, chamar a atenção do Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos para o envio que ele próprio promovera de um conjunto de «espécies» respeitantes à História do Direito Pátrio. Uma disciplina que considerava indispensável para os mancebos se tornarem capazes «de bem entenderem as Leys, e de bem as executarem».

António Ribeiro dos Santos envolveu-se numa viva polémica com Mello Freire. Foi suscitada pela crítica torrencial que dirigiu ao projecto de Código de Direito Público da autoria de Mello Freire e que visava reformar o livro II das Ordenações Filipinas. Devido a este seu espírito meticuloso e regrador, não admira que Ribeiro dos Santos tenha esquadriñado um importante regimento da Livraria da Universidade de Coimbra, onde, além de definir os fins da instituição, disciplinava a organização da biblioteca. O professor da Faculdade de Leis Ricardo Raimundo Nogueira recebeu e valorizou o legado de Ribeiro dos Santos na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Em 1802, abandonou o cargo, para assumir o lugar de Reitor do Colégio dos Nobres, ascendendo depois os mais altos postos da hierarquia do Estado.

No século XIX, guindaram-se a Directores da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra os professores da Faculdade de Direito Joaquim dos

Reis (1802-1810), Manuel de Serpa Machado (1834-1858), Justino António de Freitas (interino, 1840 – após 1849), Basílio Alberto de Sousa Pinto (1849-1858) e Bernardo de Serpa Pimentel (1858-1894). Cada qual, a seu modo e na sua circunstância, contribuíram para o engrandecimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, no século XX, conheceu à frente dos seus destinos duas das mais prestigiosas figuras da Faculdade de Direito de Coimbra. Em mente temos José Ferreira Marnoco e Souza (1913-1915) e Guilherme Braga da Cruz (1971-1977). Julgo não cometer nenhum delito de inconfidência se revelar um sinal expressivo do imenso carinho que o Doutor Guilherme Braga da Cruz nutria pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Encerra-o uma carta de 23 de Maio de 1961 que o Doutor Braga da Cruz dirigiu ao então Ministro da Educação Nacional, o também professor de Coimbra, Doutor Manuel Lopes de Almeida. Estava em causa a aceitação do cargo de Reitor da Universidade por parte de Braga da Cruz. O Mestre de Direito ousou formular três condições. Uma das que reputava essenciais para assumir o posto cimeiro respeitava precisamente à resolução do importante problema do quadro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Mais. Por ocasião da passagem do primeiro aniversário da abertura ao público do novo edifício da Biblioteca Geral da Universidade, o Doutor Guilherme Braga da Cruz enviou, em 19 de Março de 1963, uma missiva ao Dr. César de Oliveira Pegado, ilustre bibliotecário-chefe, em que mostra bem o elevado apreço que tinha pela Biblioteca Geral e pelo seu corpo de funcionários. Eis as belas palavras do Doutor Guilherme Braga da Cruz: «Sabe Vossa Excelência com quanto carinho e entusiasmo acompanhei, no ano lectivo findo, os preparativos para a abertura da Biblioteca; com quanto orgulho e desvanecimento pelo mais modelar de todos os serviços universitários acompanhei os nossos convidados na visita inaugural e levei depois disso à Biblioteca todos os mais ilustres visitantes da Universidade durante o meu efémero reitorado; e quanta consideração e estima fiquei tendo pelo excelente corpo de funcionários de que a Biblioteca dispõe e de quem sempre tantas provas de dedicação recebi. Nada me poderia, pois, sensibilizar mais, neste dia em que a Biblioteca nova completa um

ano ao serviço, do que a grata e honrosa gentileza que Vossa Excelência e os funcionários sob as suas ordens quiseram ter para comigo e pela qual me confesso imensamente reconhecido».

Enfim, importa rematar este breve e leve apontamento.

A agonia do Estado social magoa. É a paz íntima de todos nós chamados a sacrifícios imprevistos que se inquieta irremediavelmente. É o raciocínio das pessoas bem dispostas e dispostas ao bem que se tolda. Precisamos de esteios humano-culturais.

O estudo dos livros, proclamou-o Séneca, constitui singular refrigério para a tribulação. Um dado da experiência de vida que o nosso erudito quinhentista Frei Heitor Pinto encareceu com todas as suas forças, através de um sincero desabafo: «como me sinto dela acossado e cercado de perigos e entalado com dificuldades logo me socorro aos livros como às asas de Dédalo, para poder sair do cárcere das angústias e voar no alto». Do cimo dos seus cinco séculos de história, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra constitui, fora de dúvida, uma excelente base para levantar voo.

Página deixada propositadamente em branco.

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

Universidade de Coimbra

AS BIBLIOTECAS E A CONSOLAÇÃO DA LEITURA

Começo por vos prevenir de que só aqui estou devido à inexcusável gentileza do Prof. José Cardoso Bernardes, ilustre Diretor da nossa vetusta Biblioteca Geral e a quem aproveito para felicitar, não só por esta realização, mas também por todo o trabalho, dedicação e competência que tem demonstrado, num período tão difícil e em circunstâncias tão adversas, à frente daquela que é, sem dúvida, a jóia de Coroa da nossa Universidade.

Com efeito, reconhecendo a tremenda importância prática e simbólica que uma boa biblioteca tem para qualquer investigador, devo confessar que eu não sou aquilo a que se costuma chamar “um rato de biblioteca”... Por circunstâncias diversas, que resultam da minha própria especialização profissional (na área da história militar antiga e medieval europeias), tenho muito mais experiência de trabalho de arquivo, de campo e de gabinete, do que propriamente ‘vida de biblioteca’. Pode, todavia, ser que este perfil, associado a uma grande paixão pelos livros e pela leitura, bastem para não cometer a deselegância de recusar o convite amável e insistente de um excelente amigo para partilhar convosco algumas reflexões.

É claro que, em momentos diversos da minha carreira, e de forma mais ou menos pontual, trabalhei em bibliotecas ilustres. Posso dizer-vos que a recordação mais intensa que tenho dessa experiência decorre das semanas que vivi dentro da British Library, em Londres, no início dos anos noventa. Eu precisava de estudar o célebre *De Regimine Principum* de Egídio Romano (ou Frei Gil de Roma), um ‘espelho de príncipes’ escrito por volta de 1285 para o futuro rei capetíngio Filipe IV, “o Belo”, de quem o autor era o dedicado mestre. Como geralmente acontece na literatura medieval, a obra encontra-se dividida em três Partes (ou livros),

cada qual com o seu tema e subdividido também em três partes (boa retórica *oblige*). Eu desconfiava que a terceira parte do terceiro livro de Gil de Roma, dedicada à preparação da guerra e da qual conhecia citações pontuais em vários escritos portugueses dos finais da Idade Média, não seria mais do que uma reprodução de longos trechos da *Epitoma Rei Militaris* de Flávio Vegécio Renato, o mais importante tratadista militar latino. Vegécio escreveu por volta do ano 400 d. C., mas a sua obra tornou-se um verdadeiro *best seller* durante todo o milénio seguinte e influenciou decisivamente a cultura medieval europeia. Dela sobreviveram mais de 300 manuscritos latinos e traduções para, pelo menos, sete línguas diferentes. Quase um recorde entre os autores latinos, um valor só superado por Cícero, Ovídio, e Vergílio¹!

Esprei ansiosamente na sala da Northern Library (onde a British Library concentrava muitos dos seus melhores ‘reservados’) que me trouxessem a tradução castelhana de Egídio Romano, preparada em meados do século XIV por Frei Juan García de Castrojeríz (confessor da rainha D. Maria) e impressa em Sevilha em 1494! Ouviram bem, estamos a falar de um precioso incunábulo, designação atribuída às primeiras obras impressas com tipos móveis ainda em registo de imitação dos antigos manuscritos. A sensação foi muito intensa naquelas tardes em que consultei o manuscrito, de que ainda hoje conservo com imenso carinho uma fotocópia encadernada do respetivo microfilme. Além disso, a minha hipótese ficou amplamente confirmada, pois Gil de Roma, naqueles vinte e poucos capítulos da sua obra, praticamente limita-se a reproduzir (resumindo-os e simplificando-os) os principais ensinamentos militares de Vegécio (sem o citar, é claro, tanto mais que a noção moderna de plágio não existia ainda na cultura medieval europeia²). Lembrado da afirmação do cro-

¹ MONTEIRO, João Gouveia; BRAGA, José Eduardo – *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Ed. bilingue (latim-português). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

² Hoje, a noção de plágio está institucionalizada, mas não deixa de ser divertido recordar uma passagem do extraordinário livro do romancista israelita Amos Oz: “O meu pai costumava dizer: copiar as ideias de um livro é muito feio, é considerado plágio, roubo literário. Mas se as copiarmos de dez livros, chamam-nos investigadores, e se for de trinta ou quarenta livros somos investigadores notáveis” (OZ, Amos – *Uma história de amor e trevas*. Lisboa: Asa, 2007. p. 162).

nista Gomes Eanes de Zurara, segundo a qual D. João I mandava muitas vezes ler na sua “câmara” trechos do *De Regimine Principum* (certamente da tradução castelhana, que aliás existia na biblioteca do seu filho D. Duarte, por isso a desejei consultar), fiquei seguro do bom conhecimento de pelo menos parte da *Epitoma Rei Militaris* em Portugal na primeira metade do século XV, ainda que a tradução que Rui de Pina atribui ao infante D Pedro, duque de Coimbra, possa nunca ter chegado a ver a luz do dia (e eu até sou daqueles que acreditam que ela existiu realmente, mas entretanto se perdeu).

E já que falei na livraria de D. Duarte (composta por cerca de oitenta e quatro códices, dos quais vinte em latim e 64 “em linguagem”), deixem-me dizer-vos que uma tarefa que sempre me encantou foi a de estudar a composição das bibliotecas de personagens históricas. Diz-me o que lê, dir-te-ei quem és... Neste género de ‘voyeurismo intelectual’, aprende-se imenso sobre as representações do mundo que enformam as figuras que estudamos, e o caso da biblioteca de D. Duarte (rei entre 1433 e 1438) é especialmente interessante, não só pelo volume de códices ali representado (à escala da sua época e tendo em conta a circunstância de se tratar de uma biblioteca laica), como também pela sua diversidade (crónicas, histórias de heróis da Antiguidade, livros de religião, de filosofia, de medicina e de direito, romances de cavalaria, tratados de direito bélico, obras sobre astrologia, sobre caça e sobre gineta, etc.) e até pela particularidade de vários títulos estarem repetidos, surgindo uma vez em latim e outra em tradução para “língua vulgar” (castelhano ou catalão, nomeadamente).

A respeito da importância do estudo da composição das bibliotecas, gostaria de propor nesta cerimónia comemorativa dos 500 anos da BGUC que se aprofundasse o estudo da coleção da extraordinária Biblioteca Joanina. Seria a melhor homenagem que poderíamos prestar a um espaço que foi decisivo (posso assegurá-lo pelo meu testemunho direto) no lançamento da candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Humanidade (designadamente no que diz respeito à inscrição da UC na chamada ‘lista indicativa’ da Comissão Nacional da UNESCO,

à época – e estamos a falar do ano de 2004 – presidida pelo Dr. José Sasportes). Fica aqui a sugestão.

Continuando a voar sobre o *fil rouge* da paixão de grandes figuras históricas pelos livros e pelas bibliotecas, não posso deixar de evocar aqui a fundação de Alexandria pelo mais célebre discípulo de Aristóteles, Alexandre Magno, o maior general da história do mundo antigo, que passa por ter trazido sempre consigo um exemplar da *Ilíada* de Homero. A história é verosímil, tanto mais que está provado que em 334 a. C., à partida para a sua longa campanha de conquista do mundo persa (campanha que o conduziria até à cordilheira do Hindu Kush, no atual Afeganistão, e às margens do rio Indo, ou seja, para além dos limites do mundo conhecido pelos Gregos de então), Alexandre incluiu na sua comitiva botânicos, geógrafos, exploradores vários e até um historiador, chamado Calístenes e sobrinho do seu mestre Aristóteles.

Mas também Júlio César, três séculos mais tarde, compreendia a importância da função das bibliotecas e terá delineado com o prolífico letrado romano Marco Terêncio Varrão a construção da primeira biblioteca pública de Roma, um projeto que, décadas mais tarde, viria a ser concretizado por Asínio Polião. Não deixa de ser curiosa esta atenção do conquistador das Gálias à cultura e aos livros, pois era também com base em argumentos intelectuais que os seus mais tenazes adversários políticos se opunham, em nome da defesa dos velhos ideais republicanos, à ditadura de César: evoque-se apenas o suicídio de Catão em África, após a derrota averbada na batalha de Tapso, em 46 a. C.; segundo consta, Catão pôs termo à sua vida enquanto lia uma passagem do *Fédon* de Platão sobre a imortalidade da alma...

Pelos vistos, na Roma antiga, o gosto pelos livros era comum aos ditadores, uma vez que, quatro décadas antes de César, já Lúcio Cornélio Sula havia feito questão de incluir no tremendo saque que fizera na Ásia e na Grécia a famosa biblioteca de Appelicon, da qual faziam parte, não só uma antiquíssima cópia da *Ilíada*, mas também obras de Aristóteles e de Teofrasto que se revelariam essenciais para a difusão das doutrinas peripatéticas em Roma.

A importância do saber era, não há dúvida, reconhecida pelos antigos. O que teria sido de Sócrates, de Séneca ou de Boécio sem a ‘consolação da filosofia’, por exemplo?... Recorde-se também o que escreveu, nas *Disputas Tusculanas*, Marco Túlio Cícero, provavelmente o maior prosador latino (e um autor bem representado na livraria do nosso rei D. Duarte e traduzido pelo regente D. Pedro, duque de Coimbra): “Não existe ocupação tão agradável como o saber; o saber é o meio de nos dar a conhecer, ainda neste mundo, o infinito da matéria, a imensa grandeza da Natureza, os céus, as terras e os mares. O saber ensinou-nos a piedade, a moderação, a grandeza do coração; tira-nos as nossas almas das trevas e mostra-nos todas as coisas, o alto e o baixo, o primeiro, o último e tudo aquilo que se encontra no meio; o saber dá-nos os meios de viver bem e felizmente; ensina-nos a passar as nossas vidas sem descontentamentos e sem vexames”³.

Gosto de pensar o problema da importância das bibliotecas, dos livros e do saber também numa perspetiva de diálogo cultural e inter-religioso. Na verdade, as três grandes religiões abraâmicas (Judaísmo, Cristianismo e Islão) são também as três ‘religiões do livro’, e isso desde logo evoca algo que é muito querido à Universidade de Coimbra, à sua tradição medieval e à matriz ecuménica da velha urbe mondeguina, tão bem traduzida na sua importante comunidade moçárabe do século XI. De facto, se o livro é fonte de conhecimento, o conhecimento é essencial para a compreensão do outro, e a compreensão do outro é uma condição *sine qua non* do diálogo imprescindível para a construção da paz entre homens de todas as etnias, de todas as culturas, de todas as religiões e de todos os níveis de desenvolvimento económico e tecnológico. Nos seus *Ensaios*, escritos em meados do século XVI, Michel de Montaigne (1533-1592) recorda a conquista do Novo Mundo pelos Espanhóis, lembra que, em menos do meio século, a população dessa região do globo caiu de perto de oitenta para apenas dez milhões, e evoca a chacina dos Aztecas e dos Incas pelos homens de Hernán Cortés e de Francisco

³ CÍCERO, Marco Túlio – *Disputas Tusculanas*. Ed. bilingue (latim-espanhol). Cidade do México: Universidad Nacional Autonoma De Mexico, 2009.

Pizarro, convencidos de que sabiam o que era um ser humano ‘normal’: “Não conseguíamos entender uma palavra da sua língua; os seus modos e até mesmo o seu aspeto e roupas eram muito diferentes dos nossos. Qual de nós é que não os tomaria por brutos e selvagens? Qual de nós é que não atribuiria o seu silêncio a estupidez e bruta ignorância? Afinal de contas, eles desconheciam o nosso beija-mão e as nossas profundas e complexas vénias”⁴.

Desta tribuna saúdo, pois, a iniciativa da Reitoria da Universidade de Coimbra de criação de um Centro Multiculto, assinalando as comemorações do início do governo de D. Sesnando, o alvazil moçárabe a quem Fernando I “o Magno” entregou o controlo dos campos de Coimbra (e não só) após a reconquista cristã da nossa cidade, em 1064. Essa postura de fomento do diálogo de civilizações, pela qual há tantos anos me bato, só pode enobrecer a nossa instituição e a nossa cidade. Ela é digna da memória dos grandes centros de tradução de obras relevantes da Antiguidade (gregas, latinas e árabes) instalados durante a Idade Média em cidades multiculturais como Palermo ou Toledo, graças aos quais se difundiram (e se salvaram!) muitas das mais preciosas obras que a mão humana compôs, mau grado o alarme daqueles que – como no caso do bibliotecário do romance de Umberto Eco, *O Nome da Rosa*⁵ – temiam o debate de ideias, a renovação do saber e a ressurreição do riso como expressão do intrinsecamente humano.

Deixem-me acrescentar, neste ponto, que tenho uma enorme apreensão relativamente aos atuais níveis de leitura convencional por parte dos nossos jovens. É preciso apostarmos muito forte em ações de sensibilização para a importância dos livros e da leitura entre aqueles que serão os nossos cidadãos, os nossos professores, os nossos governantes de amanhã. Como explicou um dia Harold Bloom (doutor *honoris causa* por esta universidade) a internet e os jornais dão-lhes muita *informação*, mas só o livro (seja no formato tradicional, seja em e-book ou outro qualquer)

⁴ Apud BOTTON, Alain de – *O consolo da filosofia*. 5.^a ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001. p. 167.

⁵ ECO, Umberto – *O nome da Rosa*. Lisboa: Editora Difel, 2004.

lhes garante a *sabedoria* a que eles têm direito para viverem plenamente a sua vida intelectual. Os nossos jovens precisam de se emocionar diante das grandes criações artísticas, literárias e musicais da Humanidade! E nós temos de os ajudar, motivar, despertar para que tal aconteça. Vejo com muita apreensão as dificuldades que diversas secções culturais e organismos autónomos da Associação Académica de Coimbra (ligados à música, ao teatro, à dança, à leitura) atravessam hoje por falta de apoios e de membros, e não raro me assusto quando descubro que, na minha sala de aula, menos de 10% dos presentes desenvolve alguma atividade cultural (ou até desportiva ou social) com caráter de regularidade. Haja imaginação para (por exemplo, em torno de grandes livros, ou de grandes filmes), inverter esta situação e rasgar os horizontes dos nossos jovens, permitindo-lhes passar a ver a cores aquilo que tantos deles, atualmente, veem apenas a preto e branco.

Claro que os livros não são a única fonte de conhecimento e de sabedoria. Montaigne também nos alertou para isso. Os livros não se pronunciam sobre muitas matérias e as nossas experiências extraliterárias também são essenciais ao conhecimento pleno da vida e à compreensão aberta e arejada do mundo. Vejamos a história e a cultura servindo-nos da imagem de um palimpsesto, esse manuscrito que se pode sempre rasurar e escrever de novo. Saibamos servir-nos das bibliotecas não como ponto de chegada, mas sim como ponto de partida e motor de arranque do nosso crescimento intelectual, ético e humano, com o mesmo espírito disponível para a mudança e a autotransformação que o filósofo francês de origem lituana Emmanuel Lévinas, falecido em 1995, atribui a Abraão, quando o compara com Ulisses. Aqui o recorde, para finalizar, servindo-me da versão portuguesa do meu sábio amigo Anselmo Borges:

“Ulisses, depois da guerra de Troia, de volta a casa, vive a aventura de encontros múltiplos com outros, experiências variadas. Travou combates, enfrentou obstáculos sem fim, conheceu o diferente. Coberto de vitórias e glória, regressa. Mas chegado a casa, mesmo disfarçado, ‘diferente’ do Ulisses que partira, é ainda o ‘mesmo’, que o seu cão, pelo faro, e Penélope, pelo amor, reconhecem. Ulisses representa o herói do regresso,

que contactou com o diferente apenas para, num mundo domesticado e assimilado, reduzi-lo ao mesmo.

Abraão, pelo contrário, ouviu uma voz que o chamava e partiu da sua terra, para nunca mais voltar. A sua viagem vai na direção do novo, do não familiar, do diferente, do Outro. Ninguém o espera num regresso ao ponto de partida. Há só uma palavra de promessa que o chama para um futuro sempre mais adiante. Abraão ouve, caminha, transcende. A sua identidade transfigura-se a cada passo, é processual, histórica. Rompe com o passado, e o seu êxodo vai no sentido de um futuro imprevisível e novo”⁶ ...

Referências bibliográficas

BORGES, Anselmo – *Religião e Diálogo Inter-Religioso*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.

BOTTON, Alain de – *O consolo da filosofia*. 5.^a ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001.

CÍCERO, Marco Túlio – *Disputas Tusculanas*. Ed. bilingue (latim-espanhol). Cidade do México: Universidad Nacional Autonoma De Mexico, 2009.

ECO, Umberto – *O nome da Rosa*. Lisboa: Editora Difel, 2004.

MONTEIRO, João Gouveia; BRAGA, José Eduardo – *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Ed. bilingue (latim-português). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

OZ, Amos – *Uma história de amor e trevas*. Lisboa: Asa, 2007.

⁶ BORGES, Anselmo – *Religião e Diálogo Inter-Religioso*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010. pp. 132-133.

CINCO SÉCULOS DA BIBLIOTECA GERAL

Cinco séculos de uma Biblioteca é tempo de memória e de reconhecimento. Conheço muito bem a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o seu valor e prestígio. Aí se encontra, aliás, o escritório e um núcleo fundamental da biblioteca de Oliveira Martins, que assim ficou associado para sempre à Universidade, apesar de ser um dos únicos membros da chamada Geração de Setenta que não frequentou a Alma Mater. Passei longas e aprazíveis tardes nesse lugar de exceção, graças à amizade e generosidade do meu saudoso amigo Professor Aníbal Pinto de Castro. E sei muito bem como estes quinhentos anos são simbólicos, uma vez que nos reportamos apenas à referência mais antiga que chegou até nós à antiga «livraria do Estudo», através da tão citada ata de 1513, onde se fala, simplesmente, de «consertar uns canos que deixavam entrar água» no lugar onde estavam colocados os livros. O certo é que já antes de 1503 havia «setenta livros de toda ciência que estavam na dita livraria das Escolas Velhas», existindo já cerca de 739 volumes no final da centúria. Fernão Lopes de Castanheda foi guarda do cartório e livraria e os Estatutos de 1591 afirmavam que «uma das cousas mais importantes à Universidade é ter boa livraria, para ela se poder conservar e aumentar» – e o reitor estava obrigado a comprar para o dito acervo «cem cruzados de livros dos que nela não houver, e os melhores e mais proveitosos que no tal tempo se acharem», à custa da Universidade. E não o fazendo assim «perderia a sua fazenda cinquenta cruzados para a dita livraria». Sem uma Biblioteca ou um conjunto de bibliotecas atuais e diversificadas não podemos falar de uma Universidade aberta ao mundo. Hoje discute-se o livro e o seu futuro. Ele não estará em causa. Importa, sim, compreender que

esse precioso instrumento de cultura está disponível de diversos modos. A verdade é que se lê mais, pelas melhores qualificações das pessoas, mas generalizadamente porventura lê-se pior, sendo que, paradoxalmente, os melhores leitores por certo leem melhor. Eis por que razão celebrar uma biblioteca é saudar o futuro aberto do saber e do progresso. Comemorar cinco séculos da «livraria do Estudo» é celebrar o caminho, a memória, a complexidade, a continuidade, o conhecimento e a compreensão. Estamos, afinal, num centro, por excelência, de saber e comunicação, que hoje se abre à inovação e ao progresso. Quinhentos anos são motivo de exigência e de responsabilidade!

LUÍS REIS TORGAL

Universidade de Coimbra

A BIBLIOTECA E O MEU MUNDO

A Biblioteca foi um dos mundos científicos e culturais da minha profissão de professor e investigador. Não é que não fosse também o Arquivo, mas, como tenho trabalhado em história das ideias, foi sobretudo o livro o meu principal meio de formação e de estudo.

Mas a Biblioteca Geral não começou para mim no lugar onde hoje está, que sucedeu ao edifício republicano da Faculdade de Letras, que por sua vez ocupou o sempre incompleto Teatro Académico, o qual foi construído ou se ia construindo sobre as ruínas do Colégio de S. Paulo O Apóstolo. Onde requisitei livros pela primeira vez, em 1960 – depois de o ter feito na biblioteca do Liceu D. João III, administrada pelo meu melhor professor de História, Alberto Martins de Carvalho, e nas notáveis bibliotecas ambulantes da Fundação Gulbenkian, na aldeia onde vivi até aos vinte anos –, foi na Biblioteca Joanina ou, mais precisamente, num edifício construído nas suas traseiras, que servia de sala de leitura. Até que um ano depois foi inaugurado o edifício da Biblioteca Geral, integrado na Cidade Universitária salazarista, onde passei a instalar-me com armas e bagagens. Pouca gente que vai à sala de leitura olha com atenção para o painel cerâmico sobre o tema da Universidade, de Jorge Barradas, que nunca deveria deixar de ser apreciado, pois é de um dos artistas mais interessantes da época do Estado Novo.

Claro que percorri muitas outras bibliotecas em Portugal e no Estrangeiro: a Biblioteca da Faculdade de Letras e dos institutos (que nunca deveriam ter desaparecido como estruturas organizadas), a Biblioteca Municipal de Coimbra, a então chamada Biblioteca Nacional de Lisboa (para as bandas do Chiado e depois no Campo Grande), a Biblioteca Pública do

Porto, a *Bibliothèque de la Sorbonne* e a *Bibliothèque Nationale de Paris* (que também conheci em dois lados diferentes e com construções bem distintas), a *Biblioteca Nacional de Madrid*, a *Library of the University of Birmingham*, a *Biblioteca Nazionale di Roma* e não sei quantas mais, por onde passei mais breve tempo, nos Estados Unidos ou no Brasil. Todavia, o meu mundo esteve, sobretudo, centrado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Aí passei horas e dias, a ler, a investigar, a pensar, a escrever..., ali encontrei amigos, conversei com bibliotecários e funcionários (como os recordo com gosto!). Fiz dela um dos meus centros da carreira universitária (de estudante e docente), de cerca de cinquenta anos, e da minha vida, para já com mais de setenta.

Pode dizer-se que a minha tese de licenciatura e a minha tese de doutoramento (que nos preparavam para a pesquisa e abriam as portas da carreira de professores e investigadores) foram ali construídas, tendo, no último caso, ao lado, nos *boxes* da galeria, o meu grande amigo Doutor Joaquim Ferreira Gomes e também as minhas colegas sempre presentes Maria Manuela Ribeiro, Maria Helena Coelho e muitos outros, com quem discutia nos intervalos do estudo, sobre tudo e nada. Sim, porque a biblioteca é também um lugar de convívio e de tertúlia cultural, científica e até política (recorde-se o significado do “Grupo da Biblioteca Nacional”). E foi, por outro lado, em bibliotecas universitárias estrangeiras abertas ao leitor, em que podia percorrer à vontade os seus depósitos, onde podia procurar os próprios livros nas estantes, e outros, até mais importantes, que ali estavam próximos, que consegui em menos tempo construir capítulos inteiros de obras que vim a escrever ou em que vim a colaborar.

O que se tem perdido com a falta do contacto material com o livro e, no caso de se tornar uma obsessão, com o livro digitalizado e *on line*, ou até com o jornal, ou ainda com as redes sociais da *internet!* Ganho também? Sem dúvida. Como é fácil agora descobrir um livro ou um autor numa biblioteca, encontrar uma frase que sabemos de cor e que está num livro que esquecemos ou desconhecemos, construir uma bibliografia sobre um tema, tirar uma dúvida com um colega ou um especialista que nem conhecemos...! Porém, tem-se deixado de lado um certo universo de saber e de debate, mesmo aquele que é nosso, a nossa biblioteca pessoal,

que construímos à custa do nosso dinheiro, que gastámos e gastamos em livros (agora menos, porque nos tiraram parte do nosso vencimento ou da nossa pensão), livros que ocupam os nossos escritórios, as nossas salas, os sótãos das nossas casas e até as garagens, sempre com o drama não só de perguntarmos onde os arrumar, mas para onde irão depois da nossa vida. Sobretudo, depois de sabermos que muitos livros dos nossos colegas, que foram deixados ou vendidos por preços simbólicos às instituições onde ensinaram ou que lhes eram próximas, se encontram encaixotados em parte incerta... Por isso alguns de nós, agora, os vão deixando em pequenas vilas, cidades ou até aldeias, onde serão (porventura) menos lidos, mas ficarão melhor preservados.

Livros, bibliotecas, livrarias (agora, em alguns casos, depósitos monopolistas de livros, que se vendem como vendem batatas ou perfumes, ordinários ou caros, livros muitas vezes afixados só em “destaque” à custa de pagamentos das editoras, na fúria de ganhar, como sucede com tudo neste mundo capitalista)... – mundos de realidades e de ilusões, no universo de paradoxos em que vivemos.

Homenageemos a BGUC, os seus directores, bibliotecários e funcionários e ouçamos os testemunhos da Doutora Maria Manuela Delille e do Doutor Fernando Taveira. Cada um, a seu modo, tem feito do livro parte importante da sua vida.

Página deixada propositadamente em branco.

MARIA MANUELA GOUVEIA DELILLE

Universidade de Coimbra

**O PROJECTO «ORGANIZAÇÃO DO ESPÓLIO
DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS
E CATALOGAÇÃO DO RESPECTIVO EPISTOLÁRIO»**

Começo por agradecer ao Professor Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) e meu prezado Colega, o convite para participar neste Congresso, convite esse que aceitei com muito gosto porque me daria ensejo a recordar as gratas memórias que, desde os meus tempos de Assistente da Faculdade de Letras (anos 60 do século passado), guardo da nossa Biblioteca. Por manifesta falta de tempo, não irei hoje, porém, dispersar-me por memórias antigas, mas sim procurar dar testemunho de um trabalho relativamente recente aqui desenvolvido, designadamente o Projecto intitulado “Organização do Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Catalogação do respectivo Epistolário”, o qual decorreu, sob a minha coordenação científica, entre Novembro de 2009 e os primeiros meses de 2012. Parece-me tanto mais oportuno o presente testemunho porque na fase final do Projecto, que coincidiu com a mudança de Direcção da Biblioteca, não se proporcionou a organização de uma sessão pública em que se desse a devida conta do trabalho realizado.

O Projecto em causa nasceu no contexto de um Projecto mais amplo denominado “Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: um Encontro de Culturas e de Saberes”, que, sob a coordenação geral do Senhor Engenheiro Carlos Michaëlis de Vasconcelos, bisneto do casal, do Senhor Dr. Luís Cabral, representante da Câmara Municipal do Porto, e de mim própria, começou a ser concebido em finais de 2008/inícios de 2009 e envolveu nesse ano de 2009 e nos dois anos seguintes diversas instituições e entidades de Coimbra e do Porto, abrangendo a realização de três

Exposições e de um Colóquio Internacional sobre a vida e a obra desses dois eruditos, que se distinguiram no meio cultural, científico e artístico da sua época e deixaram rasto para tempos futuros¹.

O Projecto de Organização do Espólio e Catalogação do Epistolário foi apresentado através da BGUC ao concurso anual da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) para recuperação, tratamento e organização de acervos documentais, e – tendo obtido aprovação em meados de 2009 – pôde começar a ser executado em Novembro desse mesmo ano.

A coordenação institucional foi assumida pelo então Director da Biblioteca, Professor Doutor Carlos Fiolhais, a coordenação científica esteve a meu cargo, a da gestão financeira a cargo do Doutor Jorge Pais de Sousa e a coordenação técnica foi assegurada pela Bibliotecária Dr.^a Isabel João Ramires. A FCG financiou uma bolsa durante um ano, a Dr.^a Dina Dinis, e por cinco meses segunda bolsa, a Dr.^a Teresa Montes. Por minha iniciativa e graças ao voluntariado de alguns Colegas interessados na matéria tratada, três Centros de Investigação com sede na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) – o Centro de Investigação em Estudos Germanísticos (CIEG), o Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA) e o Centro de Literatura Portuguesa (CLP) –, o Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC), sediado na BGUC, e ainda o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM), integrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto², prontificaram-se a agir como entidades parceiras da BGUC, prestando apoio científico e/ou financeiro ao Projecto, o qual compreendeu o tratamento do Espólio documental e, em paralelo, a catalogação do respectivo Epistolário.

¹ *Vd.* uma descrição mais completa do Projecto, in: DELILLE, Maria Manuela Gouveia – Catálogo da Exposição Bibliográfica e Documental: “A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Evocação e Homenagem”, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. p. 31, e “Exposição Bibliográfica e Documental – A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Evocação e Homenagem”, *Rua Larga*. n.º 27, Janeiro de 2010, pp. 27-30.

² O apoio financeiro do CITCEM, do CIEC e do CIEG permitiu prolongar por mais quatro meses e meio (respectivamente, de Setembro a Novembro de 2010, de Janeiro a Março de 2011 e de 13 a 31 de Maio de 2011) o tempo de trabalho da segunda bolsa.

Antes da descrição necessariamente sumária das duas partes nucleares do Projecto, permitam-me uma breve história da aquisição do Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos pela BGUC.

Após a compra da biblioteca particular de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Joaquim de Vasconcelos à Família pela FLUC em 1944, os manuscritos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos foram, em 1945, doados, juntamente com os de Joaquim de Vasconcelos, à mesma Faculdade pelo Senhor Engenheiro Joaquim Ernesto de Vasconcelos, neto de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de Joaquim de Vasconcelos. Todo esse Espólio (juntamente com a maioria dos volumes pertencentes à biblioteca particular de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de Joaquim de Vasconcelos) transitou em 1951 do velho edifício da FLUC para o novo, onde permaneceu por tratar durante mais de duas dezenas de anos. Em 1975, os manuscritos acabaram por ser entregues pela FLUC à BGUC, tendo-se aí mantido, também sem tratamento adequado (ou com tentativas esporádicas de inventariação muito parcial e empírica) até ao ano de 2009. Diga-se ainda que, nos anos 90, a BGUC adquiriu em leilão, por iniciativa do então seu Director, o Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro, um significativo conjunto de cartas dirigidas a Carolina Michaëlis de Vasconcelos da autoria de escritores portugueses (alguns deles membros da Geração de 70) e de romanistas italianos, que em muito veio enriquecer o Epistolário.

1.ª Parte: Organização do Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos

A realização da Primeira Parte do Projecto – Organização do Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – compreendeu três fases:

1.ª Fase

A 1.ª fase, que decorreu entre Novembro de 2009 e Maio de 2010, consistiu na **macrotriagem** de todo o conjunto documental, constituído

por documentos produzidos e reunidos por Carolina Michaëlis no decurso da sua vida e da sua actividade científica, conjunto esse que incluía documentação inédita e publicada, de dimensão e tipologia muito diversas:

- manuscritos da Autora (planos de obras e artigos, rascunhos, originais para impressão, apontamentos pessoais em cadernos ou em folhas avulsas, notas de leitura, referências bibliográficas, comentários, glossários em fichas e em cadernos, listas de autores, anotações em fragmentos de papel);
- textos impressos da Autora (provas tipográficas, resenhas, impressos com anotações autógrafas);
- manuscritos e impressos de terceiros;
- retratos.

Esse conjunto apresentava-se num estado altamente desordenado, para não dizer caótico. Na verdade, ele fora acondicionado em pastas ou maços (ca. 75), com um número muito variável de documentos cada. Regra geral, constatou-se o carácter altamente heterogéneo das várias pastas e a sua desorganização intrínseca.

Na maioria dos casos as pastas ou maços originais em que as peças se encontravam não traziam qualquer identificação dos conteúdos; nos casos em que existiam referências nas etiquetas ou anotações sobre as pastas, estas não correspondiam ao conteúdo das mesmas. Na mesma pasta e nos vários conjuntos documentais que a integravam acumulavam-se, p. ex., apontamentos, rascunhos e originais (várias versões), não ordenados, de um ou vários textos publicados, misturados com papéis de carácter particular, com facturas, recibos, folhetos, e até com cartas ou rascunhos de cartas.

Após definição das principais áreas sobre que incidiram os estudos científicos e a actividade pedagógica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, partindo sempre da bibliografia michaëliana bem como dos dados biográficos da Autora, procurei elaborar uma grelha interna, em que alistei dez séries temáticas e respectivas subséries, destinada a servir de guia na identificação e organização do material do Espólio:

Série A: Estudos de Línguas Românicas, com especial incidência nas Línguas Hispânicas, muito especialmente na Língua Portuguesa

Principais áreas de investigação:

- Etimologia
- Lexicologia
- Fonética Histórica
- Morfologia e Sintaxe
- Semântica
- Ortografia
- Outras

Série B: Estudos Literários

B.1. Literatura portuguesa

B.1.1. Literatura medieval

- Literatura trovadoresca galaico-portuguesa/Cancioneiros/Romanceiro
- Crónicas
- Prosa narrativa ficcional
- Poesia palaciana/Cancioneiro Geral de Garcia de Resende

B.1.2. Gil Vicente e Escola Vicentina

B.1.3. Literatura renascentista

- Bernardim Ribeiro/Cristóvão Falcão
- Sá de Miranda
- Francisco de Moraes
- Jorge Ferreira de Vasconcelos
- Pêro de Andrade Caminha
- Jorge de Montemayor
- Luís de Camões
- António Ferreira
- Frei Agostinho da Cruz
- Diogo Bernardes

B.1.4. Literatura do século XVII

- Francisco Rodrigues Lobo
- Francisco Manuel de Melo

B.1.5. Literaturas setecentista e oitocentista

B.1.6. Fim-de-século/Neo-romantismo

B.1.7. História da Literatura Portuguesa e Antologias de Poesia Portuguesa

B.2. Literatura espanhola

B.3. Literatura hispano-portuguesa

B.4. Outras literaturas românicas

B. 5. Outras literaturas

Série C: Estudos Etnográficos

Série D: Estudos Históricos (e.o. figuras históricas como: Inês de Castro, o Condestável D. Pedro, a Infanta D. Maria, Públia Hortênsia de Castro, Uriel da Costa), Estudos Culturais e Outros

Série E: Estudos sobre a Mulher

Série F: Estudos sobre Deveres Maternos, Educação Infantil (Ensino e Literatura)

Série G: Actividade Pedagógica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

(Lições de Filologia Portuguesa, Filologia Românica, Gramática Comparada das Línguas Românicas, Língua e Literatura Alemãs I, II e III e arguições de teses)

Série H: Colaboração em Dicionários Luso-Alemães e em Manuais de Conversação de Alemão-Português

Série I: Notas autobiográficas, bibliográficas, retratos e outra documentação

Série J: Varia (manuscritos e impressos)

J.1. Cadernos de apontamentos

- J.2. Manuscritos de terceiros
- J.3. Impressos, números avulsos de jornais e revistas portuguesas e de jornais e revistas alemãs, espanholas e britânicas
- J.4. Recortes de jornais
- J.5. Monografias e separatas de terceiros
- J.6. Bilhetes, cartazes, programas, prospectos e catálogos de livreiros
- J.7. Documentos vários por classificar
- J.8. Documentos não pertinentes

À medida que íamos vendo um a um os documentos de cada uma das pastas, procedia-se à sua distribuição por estes dez núcleos ou séries temáticas e respectivas subséries.

Os trabalhos supra-referidos foram efectuados por mim e pela Dr.^a Isabel João Ramires com a colaboração assídua do Professor Doutor João Nuno Corrêa-Cardoso e da Dr.^a Maria Alice Amado Mendes, professora aposentada da Escola Secundária Infanta D. Maria, e o apoio pontual da Bibliotecária Dr.^a Graça Toscano e da bolsreira Dr.^a Dina Dinis.

2.^a Fase

– De Junho de 2010 a Abril de 2011: Análise da documentação seriada

Uma vez seriados, os processos foram distribuídos para análise por mim, pela Dr.^a Isabel João Ramires e pelos membros dos Centros de Investigação que colaboraram no Projecto, nomeadamente pelos Professores Doutores Cristina Martins, Isabel Santos e João Nuno Corrêa-Cardoso do CELGA, pela Professora Doutora Ana Maria Machado e os Doutores Alexia Dotras Bravo e Sara Augusto do CLP, tendo todos podido contar com o apoio das bolsreiras Dr.^a Dina Dinis e Dr.^a Teresa Montes.

Dessa análise resultou a indicação mais precisa da série ou subsérie em que os documentos deviam ficar integrados e, muito frequentemente, não só a indicação da matéria dos documentos e a identificação dos textos,

mas também, sempre que possível, a menção da respectiva publicação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Encontram-se descritos 1.177 *conjuntos documentais*, constituídos por um ou mais documentos.

3.ª Fase

– De Maio de 2011 até Março de 2012: Acondicionamento e inventário

Tarefa executada exclusivamente pela Dr.ª Isabel João Ramires: acondicionamento dos documentos em capilhas (papel *acid-free*) e das séries em caixas *acid-free*. No total, 29 caixas + 1 caixa de jornais. Há séries que ocupam duas ou três caixas.

2.ª Parte: Catalogação do Epistolário de Carolina Michaëlis de Vasconcelos

Catalogação online – De Novembro 2009 a Dezembro de 2011

No início do Projecto sobre o Fundo documental de Carolina Michaëlis de Vasconcelos estavam contabilizadas como pertencentes ao Epistolário cerca de 724 peças (cartas, bilhetes, bilhetes-postais, telegramas, cartões de visita). No decurso da catalogação do Epistolário vieram juntar-se a este número mais 764 itens, resultantes da triagem dos documentos do Espólio e provenientes de outros Fundos em tratamento na BGUC, num total de 1488 registos bibliográficos, incluindo correspondência recebida e cartas de terceiros, e excluindo rascunhos de cartas de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e sobrescritos sem conteúdo endereçados a/por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, cuja contagem não é ainda definitiva.

Nos primeiros meses foi dada ênfase ao tratamento técnico da correspondência, numa tentativa de disponibilizar rapidamente ao público a informação sobre a existência do Epistolário e respectivos correspon-

tes. Para esse efeito, procedeu-se a uma descrição básica de cada item, tendo sido possível avançar rapidamente com a catalogação de toda a correspondência recebida, a qual ficou concluída em Novembro de 2010. No entanto, a partir de Maio de 2010, no sentido de melhor explorar a riqueza do Epistolário, muito especialmente a chamada «correspondência erudita» (*Gelehrtenkorrespondenz*), de manifesto interesse e utilidade na perspectiva dos investigadores, procedeu-se a uma análise mais atenta do conteúdo dos documentos e à elaboração dos respectivos resumos. Tal implicou uma leitura minuciosa das cartas, bem como um trabalho moroso de investigação relativo à identificação e sucinta caracterização dos emissores/autores, bem como de obras e temas relevantes. É de sublinhar a multiplicidade de assuntos encontrados, assim como as dificuldades impostas pelas caligrafias apresentadas na maioria dos manuscritos, os quais se encontram em diversas línguas (português, alemão, espanhol, italiano, francês e inglês).

O catálogo do Epistolário de Carolina Michaëlis de Vasconcelos encontra-se disponível no Catálogo Integrado das bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIIB): <http://webopac.sib.uc.pt>.

No índice de autores existente antes de 2009, com 236 autores identificados, foram corrigidos alguns dos nomes e acrescentados ao longo do projecto mais 108 novos autores, num total de 344 correspondentes. Quanto às línguas utilizadas nesta correspondência, registámos os seguintes números: 976 espécies em português, 219 em alemão, 90 em espanhol, 78 em inglês, 63 em francês e 59 em italiano.

A criação dos registos bibliográficos no sistema *on line* do Catálogo Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra esteve a cargo da Dr.^a Isabel João Ramires e das bolseiras Dras. Dina Dinis e Teresa Montes, assim como a análise e resumos da correspondência em português, espanhol e inglês, com o apoio das Dras. Maria Alice Amado Mendes e Maria Celeste Saraiva de Sousa. Os resumos da correspondência em língua alemã, e alguns em língua espanhola, foram elaborados pelo Professor Doutor Karl Heinz Delille e por mim (216 itens) e pelo Professor Doutor Rogério Madeira (3 itens), os resumos da correspondência em língua francesa, pelo Professor João Nuno Corrêa-Cardoso e pela Dr.^a Isabel João Ramires (63 itens), a

correspondência em língua italiana, pelo Doutor Alberto Sismondini (38 itens) e pelos Professores Doutores João Nuno Corrêa-Cardoso (9 itens) e Manuel Ferro (12 itens).

A descrição catalográfica e os resumos da correspondência foram revistos pela Dr.^a Isabel João Ramires e por mim, tendo a revisão ficado concluída em finais de 2011.

O acondicionamento das cartas (da inteira responsabilidade da Dr.^a Isabel João Ramires) foi feito em capilhas (papel *acid free*) com uma capilha por autor. As capilhas estão acondicionadas em cinco caixas *acid free*, quatro de correspondência recebida e uma com rascunhos de cartas e correspondência de terceiros.

Concluindo: A organização e classificação do espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – que, como Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 1912 e 1925, foi a primeira mulher a ocupar uma cátedra numa universidade portuguesa e um dos maiores vultos da Filologia Românica a nível nacional e internacional – abre indubitavelmente numerosas pistas de investigação aos estudiosos, veiculando-lhes informação minuciosa, quer sobre a génese e conteúdo da obra monumental michaëliana, que constitui um inexcedível exemplo do rigoroso método histórico-comparativo da ciência filológica germânica daquela época, quer sobre a acção exercida por esta grande erudita como mediadora entre a Alemanha e Portugal no campo das letras e da cultura em geral. No presente Espólio, reflexo da vida pessoal e profissional de D. Carolina, da sua rede de relações sociais e intelectuais, e da sua acção cívica, encontram-se ainda, nomeadamente sob este último aspecto, diversos documentos e apontamentos inéditos que testemunham o seu empenho em prol da instrução e da educação da Mulher e da Criança em Portugal, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Seja por último sublinhada a especial relevância, no conjunto do Espólio, do extenso núcleo de correspondência trocada com importantes figuras do meio literário e académico português e estrangeiro.

Entre os escritores e romanistas estrangeiros destacam-se os nomes de Aubrey Bell, Tommaso Cannizzaro, Arturo Farinelli, Foulché-Delbosc, Carl Goldbeck, Gustav Gröber, Henry Lang, Menéndez y Pelayo, Menéndez Pidal, Alfred Morel-Fatio, Antonio Padula, Edgar Prestage, Joseph Pribsch, Karl Gustav Vollmöller, Eduard Wechsler. Quanto aos escritores, professores, académicos e eruditos portugueses, cumpre mencionar os seguintes: Joaquim de Araújo, Teófilo Braga, Agostinho de Campos, Cláudia de Campos, Alberto Osório de Castro, Eugénio de Castro, Joaquim de Carvalho, Maria Amália Vaz de Carvalho, Manuel Gonçalves Cerejeira, Adolfo Coelho, João da Providência Costa, Jaime Cortesão, Epifânio da Silva Dias, Manuel da Silva Gaio, Delfim Guimarães, Ricardo Jorge, Maximiano Lemos, Cândido Nazaré, José Joaquim Nunes, Ana de Castro Osório, Alfredo Pimenta, Antero de Quental, Olga Morais Sarmiento, António Sérgio, José Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Afonso Lopes Vieira e Francisco Marques de Sousa Viterbo.

Página deixada propositadamente em branco.

SUZETE MOEDA MATTOS¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**BIBLIOTECÁRIA DE UNIVERSIDADE BRASILEIRA:
TESTEMUNHO DE EXPERIÊNCIA**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que me foi feito pelos organizadores do Congresso Internacional “A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses”, em especial a José Augusto Cardoso Bernardes e Carla Ferreira. Devo adiantar que participar de um evento dessa magnitude é, sem dúvida, o grande sonho de qualquer bibliotecário brasileiro. Por sua vez, o tema do evento é *sui generis*, já que a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra vem se mantendo viva por um espaço temporal de quinhentos anos. O tema “permanência e metamorfoses” me remete de imediato para uma citação do famoso arcebispo brasileiro Dom Hélder Câmara, segundo o qual “um sonho sonhado por poucos é apenas um sonho, mas um sonho sonhado por muitos é o início da realidade.”

O meu primeiro contato com o universo da Biblioteconomia se deu aos 14 anos de idade, em 1969, quando, numa aula inaugural do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense – UFF, assisti a uma palestra proferida pela professora Leda Motta, cuja erudição e eloquência me atraiu a atenção para esse curso, me levando ao gosto pela leitura. Quatro anos mais tarde, em 1973, eu ingressava no Curso de Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação dessa mesma universidade – UFF, onde trabalhei por 20 anos como bibliotecária, atuando no setor de Referência e Processamento Técnico. No exercício profissional, pude acompanhar as transformações tecnológicas da Universidade, desde o mimeógrafo a álcool até a digitalização de documentos, incluindo a Web.

¹ A Autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

O Núcleo de Documentação, órgão gerenciador das bibliotecas universitárias da UFF, até a minha aposentadoria, em 1995, funcionava com 18 bibliotecas setoriais, e hoje conta com 27. O Núcleo era responsável pela formação e desenvolvimento de coleções, pelo processamento técnico e pela comutação bibliográfica, feita por meio de bônus da UNESCO, já que, na época, as universidades não tinham autonomia para importar material bibliográfico. Por oito anos atuei no processamento técnico do Núcleo, que até então era centralizado.

No meu trabalho de Referência, especificamente na biblioteca da Faculdade de Veterinária da UFF, realizei uma pesquisa com cinco alunos usuários de biblioteca, utilizando o método de observação direta. Foi nessa pesquisa que enfatizei a necessidade de autonomia por parte do usuário na busca da informação desejada. Apoiei-me no pensamento de Denis Grogan, para o qual um Serviço de Referência pode ser considerado como efetivo quando o bibliotecário se torna inútil.

Há aproximadamente doze anos o Ministério da Educação e Cultura do Brasil – MEC, vem realizando uma avaliação nas universidades brasileiras com uma metodologia bastante interessante, sob duas dimensões, uma individual e outra institucional. O primeiro é o Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE; o segundo avalia a estrutura organizacional das universidades, tais como laboratórios, bibliotecas, espaço físico, projeto pedagógico e corpo docente.

Durante o período em que exerci a profissão de bibliotecária, eu percebia que a biblioteca estava à parte do processo decisório da universidade. Isso fazia com que o bibliotecário fosse um profissional pouco valorizado na comunidade acadêmica, com reflexo negativo na sua remuneração salarial.

A partir de 1995, com o mestrado em Administração pela UFF já concluído, me aposentei como bibliotecária e ingressei na carreira docente. Em 2005, concluí o doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, sem deixar, contudo, de prestigiar as bibliotecas universitárias, com as quais mantenho vínculo ao longo do tempo, até porque, como professora da Universidade Federal do Estado

do Rio de Janeiro – UNIRIO, não poderia deixar de reconhecer o valioso trabalho desse organismo.

Após ter ouvido vários testemunhos no Congresso Internacional “A biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses” promovido pela Universidade de Coimbra em Portugal, é possível levantar uma questão que aflige a todos nós: qual seria a missão da biblioteca universitária? Arrisco dizer que ela é um espaço de aprendizagem cuja investigação parte de seus atores, bibliotecários/usuários. Ambos são colocados como sujeitos do processo que potencializa a biblioteca universitária como um lugar (sítio) de busca, criação e produção do conhecimento. Seria ainda possível questionar qual o papel do bibliotecário nesse contexto? Eu diria: romper com a forma de relação tradicionalista de doação de saberes, para o que é necessária a busca de um novo modelo de relação com a produção do conhecimento. Cabe ao bibliotecário um papel especial e único, com características próprias para o desenvolvimento de suas potencialidades como agente de mudanças e transformação.

Penso que a permanência da biblioteca universitária, entre outros fatores, está diretamente ligada à construção de uma outra significação (metamorfose) de biblioteca junto às universidades, e esta tarefa pertence a todos que participam do ofício impossível que é educar, inclusive do bibliotecário e à própria Escola de Biblioteconomia. Exemplo disso é a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Concluo meu testemunho com uma oportuna citação do professor Roland Barthes:

“Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento impossível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo na própria encruzilhada de sua etimologia: “Sapiência”. Nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível”.

Página deixada propositadamente em branco.

MARIA JOSÉ PAIVA FERNANDES CARVALHO

Universidade de Coimbra

**VIVÊNCIAS, VOZES E TESTEMUNHOS DOS ALUNOS
DOS PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO EM PARCERIA
COM O CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES)**

Antes de mais, agradeço ao Sr. Professor José Augusto Bernardes, Diretor da BGUC, o convite que me endereçou para participar no evento das Comemorações dos 500 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra e aproveito para cumprimentar os membros da Comissão Organizadora, os/as conferencistas, colegas e o público, em geral. É meu privilégio apresentar este pequeno contributo em resposta a esse convite.

Antes de iniciar a minha comunicação propriamente dita, porque a minha amiga Kátia Cardoso, doutoranda do CES, me alertou para a coincidência, chamo a vossa atenção para a sigla BUC (Biblioteca da Universidade de Coimbra), cuja fonética se confunde com a fonética da palavra inglesa *Book*. Esta não deixa de ser uma coincidência interessante já que, para além de pretendermos celebrar a(s) história(s), os momentos, as pessoas, é também de acervos bibliográficos e de livros (*books*) que falamos, a propósito dos 500 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, tendo em conta o “*valioso acervo (rondando dois milhões de livros, manuscritos e incunábulo)*, a torna na maior Biblioteca universitária de todo o mundo lusófono”¹.

Compete-me, aqui, falar de uma mais recente e mais modesta biblioteca; a Biblioteca Norte|Sul do Centro de Estudos Sociais ou BNS, como

¹ BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Quinhentos anos de Biblioteca da Universidade de Coimbra: uma celebração justa e necessária. [Em linha]. Coimbra: BGUC. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.uc.pt/bguc/500anos/Apresentacao>>.

é mais conhecida. A BNS pretende oferecer um acervo bibliográfico alternativo – prioritariamente, mas não exclusivamente constituído por monografias e publicações periódicas – resultante da produção científica realizada nos países do hemisfério Sul (o chamado “terceiro mundo”) na área das ciências sociais e humanas, a qual, em geral, é pouco conhecida nos países do Norte. Comporta uma ampla variedade temática: povos indígenas; lutas contra-hegemónicas; identidades e etnicidades; direitos humanos e outros princípios de dignidade humana; questões económicas, organizacionais e empresariais; desenvolvimento democrático sustentável; conhecimentos alternativos e biodiversidade; alternativas à globalização neoliberal; justiça social e inclusão social; estudos feministas e questões de diferença sexual. Inclui ainda produção científica dos países do Norte sobre os países do Sul e é um projeto em fase de expansão como se pode ver pelo gráfico de crescimento do acervo entre 2002 e 2013.

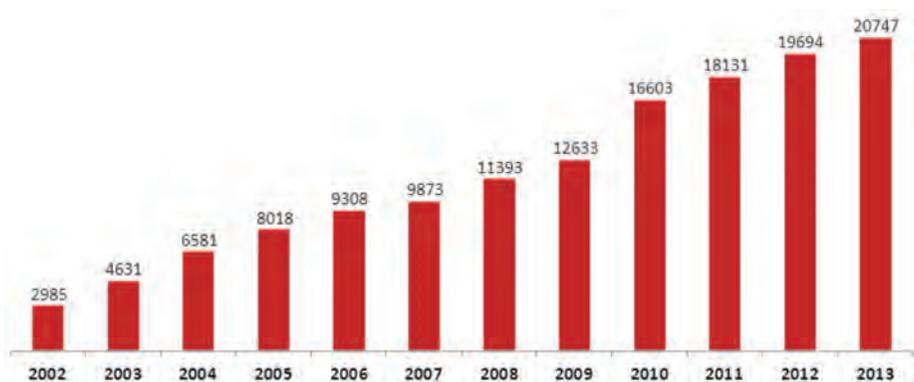


GRÁFICO 1: Crescimento do acervo monográfico (2005-2013)

Introdução

Perante o tema de trabalho que me foi proposto, “dar um testemunho” enquanto bibliotecária que colabora com o Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIBUC), concluí que a partilha de uma experiência pessoal seria sempre demasiado “umbilical”, pela proximidade entre o exercício da profissão e as próprias bibliotecas.

Pareceu-me mais expressivo obter os testemunhos de quem, dia após dia busca respostas nos nossos recursos bibliográficos, físicos e humanos, validando os 500 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra (BUC) e a existência das bibliotecas a ela associadas. Criada em 1998, a BNS não existe em vácuo! Ela existe em articulação com o SIBUC, é parceira de todas as bibliotecas da Universidade de Coimbra e dialoga com a diversidade de utilizadores neste meio de ensino superior, constituindo-se como um espaço de interação multilinguística e multicultural. Assim, com o intuito de melhor compreender o valor das bibliotecas da Universidade Coimbra, em geral, e da Biblioteca Norte|Sul em particular, e as relações estabelecidas entre os alunos dos programas de doutoramento do CES e as referidas bibliotecas, pediu-se a colaboração destes alunos em forma de testemunho. A estratégia para recolha da informação passou pelo contacto direto, em pessoa e por correio eletrónico, com os alunos do CES, uma comunidade de grande diversidade geográfica, linguística e cultural constituída por portugueses e estrangeiros, provenientes de países como Argentina, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Itália, Rússia, etc., que aqui partilham as suas memórias e vivências, **dando voz a quem**, hoje, recorre aos serviços das bibliotecas da UC.

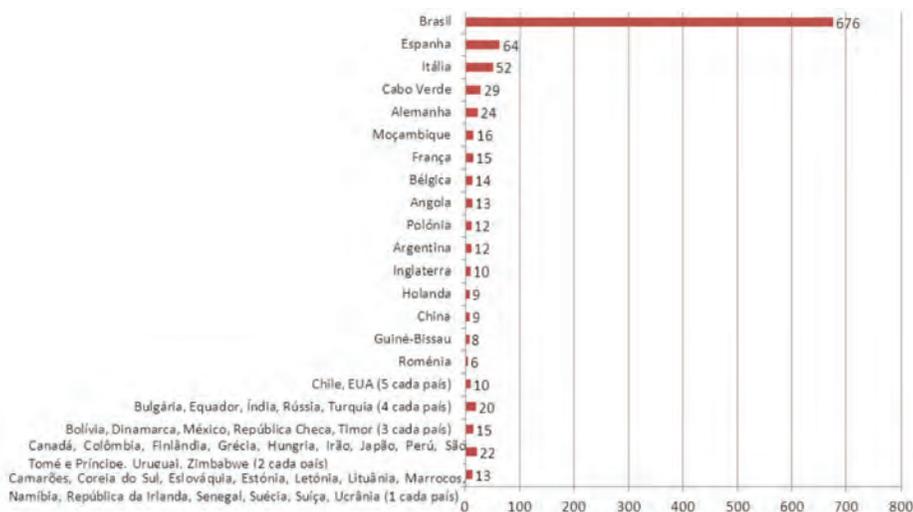


GRÁFICO 2: Total de utilizadores estrangeiros por país (2005-2013)

A confirmar o como as nossas bibliotecas foram e são “frequentada(s) por gerações sucessivas de investigadores, nacionais e estrangeiros...², apresentamos o testemunho de **Olga Solovova**, uma doutoranda da Universidade de Coimbra, originária da Rússia, que ilustra bem como as nossas bibliotecas são espaços de confluência de uma comunidade académica diversificada:

“Ao longo dos meses a trabalhar na BNS acabo por ir fazendo observação participante do multilinguismo na biblioteca:

- A ouvir pessoas a falar em português, russo, ucraniano, inglês, francês, espanhol, italiano, finlandês e mandarim, em várias vozes, registos e sotaques;
- A ver as escritas que coabitam o espaço em ação: em românico, em cirílico, em caracteres chineses.

Hoje tive uma experiência inédita de corrigir um texto redigido em português por uma mestranda macaense, a comentar em inglês e português (!)

Coimbra em plena superdiversidade!”³

Qual a perceção dos utilizadores no que concerne ao valor das nossas bibliotecas?

As bibliotecas universitárias, em geral, e as bibliotecas dos Centros de Estudos Avançados, em particular, desempenham um papel vital no processo de formação dos seus utilizadores. Assim é o caso da Biblioteca Norte|Sul, onde os *utilizadores*, internos e externos, e o *apoio personalizado* se estabelecem como prioridades. Através de um plano de formação individualizada, dada no momento da chegada, tendo em conta a ampla diversidade linguística e cultural dos utilizadores, com o objetivo

² BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Quinhentos anos de Biblioteca da Universidade de Coimbra: uma celebração justa e necessária. [Em linha]. Coimbra: BGUC. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.uc.pt/bguc/500anos/Apresentacao>>.

³ Работая в библиотеке нашего центра, наблюдаю неуклонный рост многоязычия. Посетители и сотрудники библиотеки общаются между собой на португальском, английском, французском, испанском, немецком, русском, украинском, финском и китайском – все это вразноголосьи стилей, акцентов и говоров. Переписываются же они с помощью латиницы, кириллицы и иероглифов. Коимбра живет в эру супер-разнообразия! Tradução de Olga Solovova

de desenvolver o conhecimento sobre os espaços, serviços e recursos existentes, promove-se a utilização autónoma das nossas bibliotecas.

Por experiência, enquanto cidadãos/ãs, sabemos que o primeiro contacto com as bibliotecas começa em criança, na biblioteca pública, fixa ou itinerante, ou na biblioteca escolar, seguindo-se o contacto com as bibliotecas académicas enquanto se “embarca” em projetos de vida que contemplam uma licenciatura, um mestrado, um doutoramento ou até um pós-doutoramento.

Como já mencionámos, procuramos aqui, partilhar as relações estabelecidas entre os doutorandos do CES, as Bibliotecas da Universidade de Coimbra, em geral, e a Biblioteca Norte|Sul, em particular. Não se trata, contudo, de apresentar um estudo minucioso, trata-se sim de mostrar como estes utilizadores representam e que valor dão à(s) **“sua(s) biblioteca(s)”**.

Assim, no contexto das Comemorações dos 500 anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, partilhamos convosco alguns desses testemunhos dados pela diversidade de utilizadores das nossas bibliotecas, neste caso específico, e como já referido, alunos dos programas de doutoramento do Centro de Estudos Sociais em parceria com a FEUC, a FDUC, a FLUC, e o Instituto de Investigação Interdisciplinar (III), que falam das **suas bibliotecas** como: *“quase “uma segunda casa” ...”*; *“...uma ferramenta preciosa para a investigação”*; *“... um verdadeiro lugar de encontros”*; *“...da elevada competência técnica ...”*; *“...um acervo acumulado de conhecimento”*; *“...um espaço de encontros e desencontros...”*; *“...incomparáveis, pela magnitude, dimensão e tipo de repositório que lhes está confiado”*; *“... um local “mágico” onde o silêncio fala alto.”*; *“um misto de magia e de estímulo.”*; *“...lugares onde se partilha o saber.”*; *“...fortalecendo os diálogos interculturais...”*; *“...personalizado, empático,”*; *“Espaços de resistências e de libertações”*; *“...espaço de encontros múltiplos, ...”*; *enfim,”* *“... uma rede que cobre toda a cidade e a enriquece”*.

Partilho, agora, convosco alguns dos testemunhos dos nossos utilizadores:

Alexandra Martins Silva (Brasil)

Na minha trajetória acadêmica, as bibliotecas da UC marcaram as diferentes etapas que atravessei entre o mestrado e o doutoramento. Destaco em especial, a biblioteca da FEUC e a biblioteca Norte/Sul do Centro de Estudos Sociais (CES), espaços fundamentais para que eu pudesse estudar, requisitar livros e trocar experiências. A importância de uma biblioteca durante a realização de um trabalho acadêmico é imprescindível e talvez por não ter podido usufruir desta experiência durante a licenciatura, guardo memórias maravilhosas da época que frequentei estas duas bibliotecas ao longo da realização do mestrado. Para um aluno(a) estrangeiro(a), a biblioteca é quase “uma segunda casa”, na qual além de estudar, você tem a possibilidade de conhecer pessoas e partilhar as suas “angústias” acadêmicas.

Estas duas bibliotecas foram sem dúvida uma “segunda casa” para mim e me enriqueceram enquanto estudante e também enquanto pessoa, através da relação de amizade que mantive com os outros estudantes e também com os seus funcionários. Os alunos da Universidade de Coimbra são privilegiados por terem a oportunidade de frequentar bibliotecas que além da riqueza bibliográfica, também são espaços repletos de história, como é o caso da Biblioteca Geral. Desta forma, enquanto uma aluna brasileira, sinto até hoje que estes espaços fizeram e fazem parte do meu processo de formação, independente do tempo que fique afastada de Coimbra”.

Ana Neno (Portugal)

A Biblioteca do CES tem sido uma ferramenta preciosa para a investigação, no âmbito da minha tese de doutoramento. Sempre que tive necessidade de consultar publicações não disponíveis nas bibliotecas da UC, os funcionários da Norte/Sul sempre se disponibilizaram para fazer os pedidos e as aquisições necessárias.

O sistema de digitalização de documentos oferecido pela Norte/Sul tem sido também imprescindível, facilitando a mobilidade, uma vez que me encontro ao abrigo de um acordo de cotutela e necessito com frequência de consultar publicações não disponíveis em Marrocos. Através deste ser-

viço posso criar o meu próprio arquivo digital, sem impedimentos e levá-lo comigo para o estrangeiro.

Para mim a Norte/Sul é, não só, a melhor biblioteca da UC em termos de qualidade dos seus serviços, mas também pelas qualidades humanas do seu pessoal, que nos acolhem com um sorriso e com toda a disponibilidade e dedicação.

Ana Raquel Matos (Portugal)

As bibliotecas são, por definição, conjuntos de livros, lugares que nos remetem ao silêncio, à tranquilidade e a objetos ordenadamente dispostos de que se vai à procura. Durante quatro anos, porém, a biblioteca Norte|Sul foi, para mim, um espaço privilegiado de transgressão: porque me ofereceu leituras que me obrigaram a travar verdadeiros debates, diálogos entre abordagens e confrontos entre perspetivas que fizeram desse lugar tudo menos um espaço de silêncio, de silêncio interior; porque foi aí que desarrumei ideias, conceitos e perspetivas que jamais voltarão ao lugar onde ordenadamente as arrumava; porque mais do que um lugar de procura, foi, e ainda é, um verdadeiro lugar de encontros. Mas talvez a maior transgressão seja aquela que lhe faço caber no nome já que, sendo um espaço designado Norte|Sul, foi aí que viajei ao sabor da rosa-dos-ventos, passando por todos os pontos cardeais, navegando com sentido.

Cristiano Gianolla (Itália)⁴

A biblioteca da Universidade de Coimbra não é feita apenas de gabinetes, arquivos e salas de estudo. A melhor forma de a representar é através

⁴ La biblioteca dell'Università di Coimbra non è fatta di stanze, archivi e sale di studio. Essa è meglio rappresentata da una rete che prende tutta la città e la arricchisce. La mia esperienza è di una sorprendente ricchezza di materiali, in modo particolare libri ed articoli di riviste scientifiche, che coprono le aree della conoscenza e non soltanto in merito alla letteratura principale. Per chi vuole approntare uno studio critico è fondamentale poter contare su questa rete ricca e dinamica, che continua ad evolversi col tempo. Il sistema informatico che permette di accederla è un ottimo supporto ma il vero valore aggiunto sono le persone che la curano e che vi lavorano. Esse mostrano un modo umano di fare scienza, anche quando questa passa da uno studio solitario. Un esempio su tutti sono Maria José, Acacio ed Ana della biblioteca Norte | Sul del Centro di Studi Sociali, che è il polo bibliotecario da cui più attingo. Ma come detto, la biblioteca dell'università di Coimbra è come una rete ed in essa gli echi migliori si odono ovunque. Tradução livre de Patrícia Branco

da figura de uma rede que cobre toda a cidade e a enriquece. A minha experiência é a de uma surpreendente riqueza de materiais, em especial livros e artigos de revistas científicas, que abrangem todas as áreas do conhecimento e não só e apenas a literatura principal.

Para quem quer fazer um estudo crítico é fundamental poder contar com esta rede rica e dinâmica, que continua a evoluir com o passar do tempo. O sistema informático que permite aceder-lhe é um ótimo suporte, mas a verdadeira mais-valia é constituída pelas pessoas que a gerem e que aí trabalham. As mesmas demonstram uma forma humana de fazer ciência, mesmo quando esta não passa de um estudo solitário. Um exemplo em relação a todos é o da Maria José, Acácio e Ana da Biblioteca Norte/Sul do Centro de Estudos Sociais, que é Pólo bibliotecário que mais utilizo. Mas como referi, a biblioteca da Universidade de Coimbra é como uma rede na qual os melhores ecos se ouvem em qualquer parte.

Hector Afonso Costa (São Tomé e Príncipe)

Ora, eu sou utilizador da Biblioteca Norte/Sul, desde primeiros anos da minha Licenciatura em Sociologia até a data presente. O seu desenvolvimento gradual quer em termos do conforto espacial e térmico, quer em termos da qualidade e da quantidade dos livros temáticos disponíveis, quer em termos da elevada competência técnica dos seus profissionais, faz-me rotulá-la, como a melhor Biblioteca temática que já frequentei em Portugal, como Sociólogo.

Isabel Tobon Giraldo (Colômbia)⁵

A biblioteca da Universidade de Coimbra é um acervo acumulado de conhecimento que se reflete nos diferentes espaços da cidade que tem esse

⁵ La biblioteca de la Universidad de Coimbra es acervo acumulado de conocimiento que se refleja en los diferentes espacios de la ciudad con tiene ese encanto de fado que se renueva y a la vez conserva su profundidad y tradición. Desde la antigua Conímbriga y las grutas subterráneas abajo del museo Machado de Castro pasando por la espléndida Joanina hasta la Norte – Sur del la sede del Centro de Estudios Sociales en el Colegio San Jeronimo, la Universidad de Coimbra alberga la producción investigativa de académicos que se involucran con los esfuerzos emancipatorios del mundo. Como espacio de trabajo, las relaciones del interior de la biblioteca Norte -Sur con el paisaje de la ciudad propician el recogimiento intelectual y el pensamiento. La presencia amable de Maria José y Acacio

encanto de fado que se renova e dialoga com profundidade e tradição. Desde a Conímbriga antiga, às grutas do Museu Machado de Castro passando pela esplêndida Joanina até à Norte|Sul, do Centro de Estudos Sociais, a Universidade de Coimbra alberga a produção científica de académicos que dialogam com os esforços emancipatórios do mundo.

Como espaço de trabalho, a relação do interior da biblioteca Norte|Sul com a paisagem da cidade propicia o recolhimento intelectual e o pensamento. A presença amável da Maria José, do Acácio e da Ana são fundamentais para os processos de divulgação científica e de cooperação com os investigadores da Universidade. Permanecem em mim saudades da biblioteca, da Universidade, da maravilhosa cidade de Coimbra e de Portugal.

Jonas Van Vossole (Bélgica)⁶

Ode á Biblioteca

Comparemos a biblioteca ao espaço onde a colisão entre átomos leva á criação de novas partículas – às vezes desconhecidas; a biblioteca é um espaço de conhecimento como exponente de conflitos, diálogos e debates. É um espaço de encontros e desencontros, entre investigadores e fontes, novatos rebeldes e velhos clássicos, entre história e futuro, entre teoria e pratica.

Onde associamos a biblioteca aos livros, ironicamente é muitas vezes a fuga delas, uma fuga da sua solidão. Vê-la como buraco de verme, um

son fundamentales para los procesos de divulgación científica y de cooperación entre los investigadores de la Universidad. Permanecen en mí saudades de la biblioteca, de la Universidad, de la maravillosa ciudad de Coimbra y de Portugal. Tradução livre de Maria José P. F. Carvalho.

⁶ Ode aan de BibliotheekVergelijk het met de plaats waar de botsing tussen atomen leidt tot nieuwe partikels, de bibliotheek is een plaats van kennis, kennis als een exponent van conflict en debat. De bibliotheek is in eerste plaats die ontmoetingsplaats; een plaats van ontmoetingen tussen onderzoekers en hun bronnen, tussen nieuwelingen en grote klassiekers, tussen geschiedenis en heden, tussen theorie en praktijk. Waar we bibliotheken met boeken associëren is het ironisch genoeg vaak een vlucht weg van de boeken, de vlucht uit de eenzaamheid van het wetenschappelijk onderzoek. Zie het als een soort worm-hole, een shortcut tussen het universum van de interne dialoog tussen geest en en schrift naar een plaats van dialoog met mensen van vlees en bloed. Ooit het extravagante kenniscentrum van een imperium imperium is het vandaag een plaats van contacten met alle hoeken van de wereld, rond een simpele koffiemachine. Tradução de Jonas Van Vassole.

atalho entre o universo do diálogo interno entre a mente e a escrita e o espaço de diálogo com pessoas de carne e osso; um dia o extravagante centro de conhecimento dum império, hoje um sítio de contactos com gente de todos os cantos do mundo à volta duma simples máquina de café.

José Eduardo Catalão Ferreira (Portugal)

Quem, como eu, utiliza quase diariamente os recursos disponibilizados pelas bibliotecas, depara-se com duas dificuldades. A primeira é sentir-se à vontade para usar todos os recursos da biblioteca, poder circular e perguntar seja o que for às técnicas e técnicos que ali trabalham, sem ter de estar preocupado se está a incomodar. A outra, muito importante, é poder manter um diálogo permanente e beneficiar da ajuda e orientação de quem ali trabalha. Daí que, a grande diferença entre uma biblioteca proactiva e uma biblioteca estática, é uma servir os interesses de quem a utiliza e a outra ser somente um balcão de atendimento e um depósito de livros e recursos bibliográficos. Neste sentido, não são só os espaços, a simpatia e a disponibilidade das pessoas que trabalham nas bibliotecas que importa, é muito mais o uso das competências específicas de quem lá trabalha em favor dos/as utilizadores/as – isso é que marca a diferença da Biblioteca N|S, do CES. Obrigado, pelo vosso excelente trabalho!

Ainda assim, há que distinguir bibliotecas como a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Trata-se, pela sua dimensão, tipo de repositório e fluxo de utentes, de um caso aparte. Não seria justo, por isso, comparar esta biblioteca com outras de muito menor dimensão, em todos os aspectos, menos ainda, pensar que se trata somente de um depósito de livros e outros recursos bibliográficos. Além dos aspetos referidos, que são muito importantes e que se aplicam à maioria das bibliotecas, o tipo de profissionalismo e a gestão de uma biblioteca, como a Biblioteca Geral, são: por um lado, incomparáveis, pela magnitude, dimensão e tipo de repositório que lhes está confiado; e, por outro, pela responsabilidade institucional, enquanto imagem da Universidade de Coimbra. Uma e outra tarefas são, por isso, de uma responsabilidade incomensurável. Parabéns à Biblioteca da UC, pelos seus 500 anos, e parabéns a quem a dirige e lá trabalha, por conseguir cumprir, tão bem, esta difícil tarefa!

Katia Cardoso (Cabo Verde) revela que:

“Não precisa saber tudo, só precisa saber como encontrar tudo”. Este é um dos lemas dos bibliotecários.

Efetivamente, os bibliotecários sabem como e onde encontrar tudo. São melhores motores de busca que a Google. Mas também sabem tudo... tudo sobre como conquistar os utilizadores, com a sua competência, sentido de humor, taça dos reбуçados...;)

Para comprovar o que estou a dizer basta, por exemplo, dar uma vista de olhos pela sessão dos agradecimentos das teses de doutoramento do CES concluídas nos últimos anos. Qual é o agradecimento comum a todas elas? “Aos bibliotecários da BNS...”. À primeira vista até se pode pensar que se trata de um regulamento interno da instituição de acolhimento, mas não. Trata-se de um reconhecimento sincero de que se poderia ter feito a tese sem a BNS mas que não seria, definitivamente, a mesma coisa. A Universidade de Coimbra também não seria a mesma sem a sua Biblioteca. Parabéns pelos 500 anos. Que continue nos próximos 500 a acolher utilizadores ilustres e a ser um local “mágico” onde o silêncio fala alto.

Maria João Guia (Portugal)

As bibliotecas que a Universidade de Coimbra coloca ao dispor dos estudantes e académicos têm um misto de magia e de estímulo. Bem organizadas, atuais, com horários alargados, dispendo de funcionários de um profissionalismo e altruísmo exemplares, representam um dos pilares mais importantes para a ajuda da construção do conhecimento de quem as utiliza. Recordo da Biblioteca Geral a imensidão de uma partilha silenciosa de devoção por quem a frequenta. Sem precisar de trocar uma palavra, replica-se o incentivo de saber que, ao nosso lado, está outro alguém a munir-se das reflexões de quem já fez aquele percurso e que agora partilha o seu saber através dos livros ali depositados. As luzes de cada mesa cintilam brilhantes e enlaçam-se num afã plural de levar mais longe Coimbra, deixando uma marca indelével em quem aqui passa.

A Biblioteca Norte Sul é, para mim, um local único; só quem o vive pode compreender a profundidade com que marca os que têm o privilégio de coabitar as mesmas horas de entrega ao saber. Ali encontro os que

partilham as mesmas angústias de quem dá à luz uma nova linha de pensamento; ali sei que quem está ao meu lado se dedica singularmente a ser único e a revestir o seu saber com o manto de Coimbra; ali entrego boje os meus livros, sentindo o maior orgulho em imaginá-los folheados por quem quer fazer o percurso audaz e resiliente de encontrar caminhos por percorrer; ali, toda a resposta que nos é dada nos momentos de 'psicose' produtiva, em que as ideias brotam e se entrecruzam, multiplicando-se no nosso íntimo, selvagens, adolescentes e ganhando vida própria, é sentida como um bálsamo de aconchego.

Para a eternidade perduram as memórias daquele livro que para nós foi único, entregue no momento certo em que a produção corria o risco de se esfumar, etérea e insinuante...

Martina Matozzi (Itália)

Não é fácil, em Coimbra, encontrar uma biblioteca tão provida, atualizada e acolhedora como a Biblioteca Norte/Sul do Centro de Estudos Sociais. Além dos materiais disponíveis nas instalações, a mais-valia deste espaço são as pessoas: as que vão lá para estudar e investigar, mas sobretudo as que lá trabalham, seres que sabem acerca dos livros, conhecem os utilizadores e partilham conhecimento e experiência.

As bibliotecas não são exclusivamente espaços taciturnos onde se catalogam e guardam livros, mas também lugares onde se partilha o saber. Como utilizadora, posso dizer que grande parte do meu trabalho de investigação foi e está a ser realizado graças à riqueza humana e científica que a biblioteca Norte/Sul oferece.

Natacha Guala (Argentina)⁷

A Biblioteca Norte|Sul do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra constitui um espaço único para o desenvolvimento da ativi-

⁷ La Biblioteca Norte/Sul del Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra constituye un espacio único para el desarrollo de la actividad académica que como estudiantes de doctorado e investigadores realizamos. El dinamismo y la vitalidad creativa generados en espacios de intercambio abiertos, como los seminarios y mesas de debate, permiten y estimulan la reflexión compartida y el aprendizaje a partir de las experiencias que con-

dade acadêmica que, como estudantes de doutoramento e investigadores, realizamos. O dinamismo e a vitalidade criativa gerados em espaços de intercâmbio abertos, como os seminários e encontros de debate, permitem e estimulam a reflexão partilhada e a aprendizagem a partir de experiências que ali se congregam de partes distintas do mundo, neste espaço plural de trabalho e formação.

A facilidade de acesso aos materiais disponíveis na Biblioteca, tanto fisicamente como em formato digital, gera muita fluidez e comodidade no trabalho, preparando também para uma abordagem intuitiva às novas e variadas fontes e referências de conhecimento e estudo. Desta forma, a boa disposição que os dedicados trabalhadores da Biblioteca Norte|Sul têm para quem escolhe trabalhar ali imprime um entusiasmo ao ambiente que nos convida a apropriarmo-nos do espaço e a voltar sempre.

Por estas razões, dou um valor profundo à oportunidade de continuar a minha formação pessoal e profissional neste espaço enriquecedor, desejando que cada vez sejam mais os colegas e companheiros que, ocupados em estudar a participação em experiências sociais emancipatórias (características das linhas de investigação do CES) se acerquem da Biblioteca Norte|Sul, fortalecendo os diálogos interculturais necessários para a construção de uma ciência social comprometida com a mudança social.

Nuno Grancho (Portugal)

A biblioteca Norte/Sul cumpre a função de expandir o conhecimento, pois diversifica o acervo e é um lugar de descoberta. Também na Norte/Sul é possível valorizar a produção própria dos alunos e estimular a leitura apenas pelo seu próprio prazer. Não dispenso a Norte/Sul.

A BGUC é para mim a referência mundial em termos históricos e no lato senso. É o lugar onde está depositado o original da primeira repre-

fluyen desde distintas partes del mundo en este espacio plural de trabajo y formación. La facilidad de acceso a los materiales disponibles en la Biblioteca, tanto físicamente como en formato digital, genera mucha fluidez y comodidad en el trabajo, habilitando además el acercamiento intuitivo a nuevas y variadas fuentes y referencias de conocimiento y estudio. Asimismo, la buena predisposición que los dedicados trabajadores de la Biblioteca Norte/Sul tienen para con quienes elegimos trabajar allí, imprime una calidez al ambiente que invita a apropiarse del espacio y regresar siempre.

sentação de Diu, o mote da minha tese (Roteiro de Goa a Dio, D. João de Castro, 1531). Não dispense a UCBG.

Sandra Guerreiro Dias (Portugal)

A minha experiência enquanto investigadora na biblioteca Norte/Sul é a melhor possível. Nela encontrei, ao longo dos já vários anos de pesquisa, o melhor ambiente de trabalho de todas as bibliotecas da Universidade de Coimbra. Este facto prende-se com vários aspetos: a ergonomia do local, bastante acolhedor, arrumado, confortável, iluminado, o material disponível, bastante atualizado e especializado e, sobretudo, os profissionais que nela trabalham. O atendimento é personalizado, empático, verdadeiramente interessado nas solicitações que lhes são dirigidas, profissional. Por várias vezes tive a oportunidade de encontrar soluções e ter acesso a pistas de pesquisas fundamentais para o meu trabalho por via da ajuda e disponibilidade destes profissionais. Esta experiência que descrevo contrasta largamente com a experiência que tenho nas restantes bibliotecas da universidade, pelo que julgo que o seu exemplo deve ser amplamente divulgado, valorizado e reforçado.

Sandra Silva Carvalho (Portugal)

As bibliotecas são feitas de conhecimentos e saberes, de pessoas e de partilhas. Entre os que escrevem e os que leem acontece o perpétuo movimento das aprendizagens, dos projetos e dos sonhos. Que autor nunca leu, ou foi inspirado por outros? E que leitor nunca escreveu ou sonhou com as suas leituras? Espaços de resistências e de libertações, as bibliotecas têm este papel fundamental na construção e desconstrução dos saberes e na criação das condições para tornar os sonhos possíveis.

A Biblioteca da Universidade de Coimbra cumpre agora 500 anos deste perpétuo movimento.

Há uns meses atrás, na minha caminhada para o doutoramento, resolvi vir morar para Coimbra, e que aposta tão ganha! Ganha por muitos motivos. Ganha pela riqueza bibliográfica que encontrei, pelas pessoas que reencontrei, por aquelas que entretanto conheci e com quem tanto partilhei. Os lugares destes encontros foram invariavelmente as bibliote-

cas da Universidade, nomeadamente a Biblioteca Geral e, em especial, a Biblioteca Norte|Sul do Centro de Estudos Sociais. Aqui encontrei uma fonte quase inesgotável de recursos e profissionais excepcionais. Dedicados, amáveis e sempre, sempre disponíveis para me ajudar e orientar na minha busca. À Biblioteca Geral e à Universidade de Coimbra apenas desejo que se cumpram pelo menos mais 500 anos de vida. Os tempos difíceis que atravessamos são desafiadores mas a Universidade não pode vacilar.

Tulio Muniz (Brasil)

A Biblioteca N/S do CES é um espaço de encontros múltiplos, não apenas de saberes e pesquisas, mas de pessoas de diferentes contextos que, em comum, têm a busca por reflexões no campo contra-hegemónico. Nesse sentido, a N/S é um espaço paradoxalmente diferenciado, pois seu público é, ao mesmo tempo que diversificado, é também afinado no sentido de busca da construção do conhecimento académico. E, evidente, os funcionários da N/S são os grandes responsáveis pela permanência e manutenção desse arejamento das ideias, onde o rigor biblioteconómico se faz acompanhar de alegria e estímulo aos pesquisadores, recebidos com competência acompanhada de bons afetos e sorrisos.

Reflexão final

Segundo a História e Memória da Biblioteca da Universidade de Coimbra⁸: “Em Coimbra, a biblioteca continuaria a ser pensada pelos Estatutos de 1544 com livros encadeados, com correntes, varões e fechaduras”. Estes cadeados, correntes, varões e fechaduras foram posteriormente substituídos por armários fechados à chave ou a cadeado. O saber estava lá mas estava encarcerado.

Na Biblioteca Norte|Sul (BNS), em Novembro de 2002, a minha primeira atividade foi precisamente “abrir” a coleção e permitir o livre acesso, um

⁸ BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Quinhentos anos de Biblioteca da Universidade de Coimbra. História e Memória: do livro “encadeado” até ao empréstimo domiciliário. [Em linha]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.uc.pt/bguc/500anos/Apresentacao>>.

pequeno contributo para desencarcerar as coleções e facilitar o encontro com o conhecimento imprevisto.

Os testemunhos dos nossos utilizadores revelam que **as nossas bibliotecas** são muito mais do que “conjuntos de livros”, espaços onde os “objetos” se encontram “ordenadamente dispostos”. Elas são lugares de “estímulo à leitura”, “de troca de experiências”, “pilares ... importantes para a ajuda da construção do conhecimento”, “lugares de perpétuo movimento das aprendizagens” e “têm um papel fundamental na construção e desconstrução dos saberes e na criação das condições para tornar os sonhos possíveis”. Elas são instrumentais para que as metamorfoses entre o não-saber e a expansão do conhecimento se operem.

Durante 5 séculos, a BUC esteve em permanência histórica como um espaço incontornável onde gerações após gerações de alunos, professores e investigadores, nacionais e estrangeiros, buscaram e continuam a buscar conhecimento, tal como comprova os testemunhos apresentados. Se ao longo da sua existência a BUC demorou algum tempo a “abrir” as portas, hoje, resta-lhe dinamizar as metamorfoses que garantam ainda maior acesso ao conhecimento às gerações atuais e às vindouras!”

E termino com as reflexões de Maria João Guia.

“As luzes de cada mesa cintilam brilhantes e enlaçam-se num afã plural de levar mais longe Coimbra, deixando uma marca indelével em quem aqui passa”.

BIBLIOTECA
UMA TRAJECTÓRIA NORTE/SUL

Gonçalo Canto Moniz Maria José Carvalho Acácio Machado Ana Correia

ces

- 129 investigadores
- 80 investigadores juniores
- 25 funcionários
- 370 estudantes de doutoramento
- 76 pós-doutorandos
- 12 programas de doutoramento

BNIS Biblioteca Norte | Sul

Conceção: Carlos Nolasco

Horário: Segunda a Sexta-feira das 09:30 às 20h
biblioteca@ces.ucp.pt

Referências bibliográficas

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Quinhentos anos de Biblioteca da Universidade de Coimbra: uma celebração justa e necessária*. [Em linha]. Coimbra: BGUC. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.uc.pt/bguc/500anos/Apresentacao>>.

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Quinhentos anos de Biblioteca da Universidade de Coimbra. História e Memória: do livro “encadeado” até ao empréstimo domiciliário*. [Em linha]. Coimbra: BGUC. [Consult. 5 jan. 2014]. Disponível na WWW em: <URL: <http://www.uc.pt/bguc/500anos/Apresentacao>>.

Página deixada propositadamente em branco.

MARIA DA GRAÇA SIMÕES

Universidade de Coimbra

**QUINZE ANOS NA BIBLIOTECA GERAL:
UM PERCURSO DE APRENDIZAGEM E DE AFETOS**

Quando o Senhor Diretor da Biblioteca Geral, Prof. Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, me convidou para participar no Congresso – A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses, relativo aos seus quinhentos anos de existência, senti-me especialmente honrada, pelas razões óbvias e comuns a todos aqueles que, tal como eu, tiveram o privilégio de serem convidados para este evento, mas em particular, pelo facto de ter sido nesta Casa Maior da Cultura e do Saber, que tive a imensa sorte de ter iniciado a minha carreira profissional, mesmo antes de ter terminado o meu Curso no tempo, como bolseira. Foi aqui, onde também comecei a dar os primeiros passos, embora, de forma ingénua e inconsciente na minha carreira científica, que iria culminar no Doutoramento. Pelas razões aduzidas sinto-me “imensamente impelida” a registar o meu breve testemunho, porém, intenso, no que concerne à aprendizagem e sobretudo aos afetos que, naturalmente, fui construindo nesta Casa e que hoje, tal como ontem, me ligam de uma forma singular a ela.

Em 1991, entrei na Biblioteca Geral a convite da Dra. Teresa Pinto Mendes, à época, figura ímpar na área da Biblioteconomia, e minha Professora no Curso de Especialização de Ciências Documentais da Faculdade de Letras, que muito me orientou e sensibilizou para as problemáticas de natureza teórica e metodológicas, em especial no que concerne à representação da informação por assunto. De tal modo que esta matéria viria a constituir-se como principal objeto de estudo da minha tese de Doutoramento, tema, que de resto, ainda hoje representa a primeira linha da minha investigação.

Confesso, que tal convite, na altura, me aterrou. Aterrou-me, porque a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na época, virgem relativamente às novas tecnologias da informação e da comunicação, reunia na Sala do Catálogo, na Sala de Leitura e nas Boxes, os nomes dos académicos mais relevantes, essencialmente, no que se refere à Faculdade de Letras e à Faculdade de Direito, que aí desenvolviam as suas investigações e que, de algum modo nos impunham respeito. O silêncio sepulcral, que se “ouvia” depois de se passar a porta do Catálogo, que nada ou pouco tinha a ver com o ambiente jovial que eu vivia, como aluna da Faculdade de Letras, nas Bibliotecas dos extintos Institutos, onde costumava estudar, constituía-se também um elemento intimidador que era necessário considerar, na minha decisão. Os ricos fundos que abrigava, mas que para nós, estudantes de Licenciatura, inexperientes na arte da investigação, se constituíam acervos de pouca serventia, sendo apenas, de quando em vez, usados para engordar a lista de referências bibliográficas, de algum trabalho de final de Curso, ou para lhes dar um aspeto mais erudito. O facto de a maioria dos funcionários serem seniores e de semblante circunspecto concorria, também, para nos sentirmos pouco à vontade. Acrescia o facto de a Biblioteca Geral possuir um excelente corpo de bibliotecários, com quem, a posteriori, aprendi com o saber e, em especial, com a sua sabedoria, desde os conhecimentos mais básicos aos mais complexos do percurso biblioteconómico, muitos dos quais, devo dizer, nunca encontrei nos livros técnicos que fui lendo ao longo da minha trajetória profissional. Os maiores especialistas e corpus desta área do conhecimento (Catalogação e Indexação) eram funcionários desta Biblioteca e também Professores destas matérias no Curso de Especialização em Ciências Documentais. Sobre eles, atrevo-me mesmo a dizer que, à época, seriam os melhores do país, e que por essa circunstância, impunham respeito técnico aos demais Colegas.

Por último, e tal qual, uma cereja no topo do bolo encontrava-se o Senhor Diretor da Biblioteca, que era tão conhecido, entre os seus pares, tanto pela sua reputação científica, como pelo seu temperamento particular, característica que nunca influenciou a minha franca e jovial relação com ele. Assim, devo dizer que ao longo da minha permanência nesta

instituição, mantive, com ele, as mais gratificantes relações pessoais, quer na qualidade de amiga quer pelo facto de ter confiado sempre em mim enquanto técnica desta Casa.

Após um largo período de ponderação, no qual as resistências eram uma constante, aceitei o convite, porém, com uma ideia fixa na cabeça – a data do terminus do contrato.

Esperava-me, como primeiro trabalho, um conjunto de miscelâneas da Biblioteca Joanina, que se encontravam no 1º piso do Salão nobre desta Biblioteca. Competia-me, nesta empresa, o levantamento das obras e o seu tratamento técnico, sob a orientação de uma Colega mais experiente. Desta tarefa, recordo-me, da árdua empreitada que era a identificação da autoria e a determinação da rubrica uniforme de algumas destas obras, muitas das quais aparentemente anónimas ou de autoria expressa de forma imprecisa. Era um verdadeiro trabalho de investigação, quase comparado à descoberta da caixa negra de um avião. A concretização deste processo passava, entre outras etapas técnicas, pela consulta no Catálogo interno da Sala do Catálogo, à qual se somavam aquelas que fazia aos Catálogos impressos, especialmente, ao Catálogo da Biblioteca Nacional de Paris, vulgo Catálogo de Paris, localizado na Secção de Manuscritos e ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva, constituído por 24 tomos, do qual conhecia, à força de tanto uso, o seu índice, como as palmas das minhas mãos. Neste, geralmente, localizava os autores cuja autoria aparecia expressa de forma imprecisa, muitas das vezes apenas com duas ou três iniciais, como se de um código se tratasse. Após uma análise mais pormenorizada, concluí que tal facto se encontrava associado à circunstância de alguns destes textos terem sido concebidos na conturbada época das Revoluções liberais. Resolver estas autorias era como decifrar um enigma, o que me deixava, confesso e, perdoe-se a parca modéstia, inchada como um peru nas vésperas de Natal... Ainda, no que concerne ao tratamento técnico de tais raridades, a determinação do assunto, para atribuição da respetiva classificação, era para mim uma aventura, pois descobria com o assombro, que é comum a quem se depara com o desconhecido, temas que eram, para mim, absoluta novidade. Assim, nestas miscelâneas, e pela mão de Brotero

e outros estudiosos entrei no mundo da Botânica, pois a maioria destes pequenos textos, encadernados de forma avulsa, de acordo com os caprichos do encadernador, versavam matérias sobre o Jardim Botânico da Universidade, alguns dos quais em latim. O contacto com as classes, com as espécies e com as subespécies de plantas em que, entre outros naturalistas, Lineu e Buffon categorizaram o Reino vegetal, era para mim um momento muito especial. A designação científica destas espécies, que eu, como leiga, apenas conhecia, pela sua nomenclatura vernácula, constituía um grande foco de interesse. Desta classificação taxonómica ficar-me-ia gravada na memória a espécie das Rosáceas, (da qual fazem parte as rosas) que eram primas, em grau indeterminado, das Dicotiledóneas. As pequenas peças de teatro, cuja maioria era de teatro de cordel, também mereciam a minha atenção, pois sempre retratavam situações assaz rocambolescas. Outros textos havia, porém, que pouca atenção me solicitavam, aos quais, por este facto, applicava de forma implacável, as técnicas de análise documental: eram lidos na diagonal, pois o propósito era apenas identificar o assunto principal com a segurança conceptual possível, para lhes poder atribuir uma classificação idónea.

Mas nem tudo era árduo, no tratamento destas obras. A oportunidade que tinha em as levantar na Biblioteca Joanina, constituía, para mim, um dos momentos mais gratificantes e por isso o mais aguardado deste meu primeiro ano de trabalho na Biblioteca Geral, de tal modo que não posso deixar de o descrever.

Chegada à Biblioteca Joanina, depois de me conseguir infiltrar, através da orla de turistas nipónicos, que aguardavam a visita a esta Biblioteca, tocava à campainha três vezes, sistema que era usado por todos os funcionários da Biblioteca, (nunca soube se a escolha deste código se teria baseado na novela de James M. Cain: O carteiro toca sempre duas vezes). Atendia um funcionário muito gracioso nos comentários que fazia relativamente à Biblioteca Joanina e aos turistas. Aberta a porta, passava à frente destes, que ficavam perplexos e um pouco irritados com este meu comportamento abusivo, mas que rapidamente suavizavam quando este funcionário repetia automaticamente, sucessivamente e em tom firme: The boss; the boss, the boss... E logo, ainda eu não me tinha recomposto

desta cena hilariante, e já ele apontava com o indicador em riste para o Magnânimo, e repetia, em inglês ou em francês, conforme a nacionalidade dos turistas: Eh voilà! Jean Cinqüème ou Is John de Five... comportamento, ao qual o Real retratado assistia impávido e com um olhar seráfico à alternância idiomática, do seu nome, cujo critério se baseava, tão só, na nacionalidade de quem o visitava.

Foi neste ambiente que passei o meu primeiro ano na Biblioteca Geral, ao fim do qual vi o meu contrato renovado. O segundo e os anos seguintes foram decisivos na minha vida profissional. As dúvidas que tinha em abraçar esta profissão e a resistência inicial que tinha em trabalhar nesta Casa começaram a dissipar-se. Para este volte-face contribuíram as novas responsabilidades que assumi, mesmo na qualidade de bolseira e, sobretudo as amizades que se começaram a afirmar com os meus novos/as Colegas, a maioria das quais se mantêm até hoje de forma muito estreita.

A entrada no segundo ano coincidiu com a conclusão da minha Pós-graduação em Estudos Europeus na Faculdade de Direito desta Universidade. Esta circunstância concorreu para o facto de me ter sido atribuída a coordenação técnica das obras que recebíamos a título de depósito (gratuito) das Organizações Internacionais (ONU, GATT/OMC, AEN, UNICEF, PNUD, OCDE ...). Foi um período muito intenso e de grande aprendizagem talvez o maior pelo qual passei nesta Biblioteca e ao longo da minha vida profissional. A par desta aprendizagem técnica, não posso deixar de manifestar o conhecimento que fui assimilando relativamente às matérias abordadas que, se caracterizavam, por um lado, por reunirem pouco consenso e, por outro, pela sua contemporaneidade. O facto de ter trabalhado com estas matérias, abriu-me o mundo para outra leitura, bem diferente daquela que eu tinha dele até então. A aprendizagem técnica, que desenvolvi durante todo este tempo veio a culminar, passados três anos, num convite para substituir a professora da cadeira de Catalogação no Curso de Especialização em Ciências Documentais. A entrada para a vida académica, embora, em regime parcial, fez-me encarar a profissão de uma outra forma, agora muito mais consciente e responsável. A aplicação da técnica pela técnica e limitar-me à consulta de manuais de referência e catálogos, tornou-se insuficiente. Havia que contextua-

lizar e conceptualizar essa técnica, de a enquadrar em moldes teóricos, conferir-lhe substância. Para tal,urgia que fizesse leituras refletidas, de modo a encontrar os fundamentos, os princípios e o porquê da aplicação de uma determinada técnica. Neste percurso de concetualização, comecei a privar com os autores que faziam parte do espólio do Gabinete do Dr. Jorge Peixoto. Assim, estes anónimos começaram, discretamente, a povoar e a perturbar o meu espírito, que até aqui era pacífico e intelectualmente frugal, pois saciava-se apenas com a prática. A consolidar esta nova atitude profissional, concorreu o facto de em finais de 90, ter sido convidada para substituir a minha antiga Professora de Indexação, agora, e nesta Biblioteca, minha Colega Dra. Maria Teresa Pinto Mendes. Esta Colega e grande Amiga foi, sem dúvida, o motor que impulsionou a partir de então, a minha vida profissional e académica. Sob a sua orientação não só assumi novas responsabilidades na Biblioteca Geral, como também consolidei a nova atitude face ao estudo – tal como o provérbio chinês, também comecei a empreender que a prática, tinha a mesma utilidade do que um pente para os carecas. Face a esta nova atitude, comecei, de modo sistemático, a aprofundar os meus estudos teóricos e metodológicos, que iriam concorrer a curto prazo, para o Mestrado e mais tarde para o Doutoramento nesta área. Nesta nova etapa, em colaboração com uma Colega e, naturalmente de acordo com as diretivas metodológicas e técnicas da Dra. Teresa Pinto Mendes, reorganizei a Sala de Leitura, arrumação que, de resto, ainda hoje se mantém. As obras até então, com um sistema de cota no qual era registado (Piso, sala, estante e número sequencial que ocupavam na estante) passavam agora a ter uma cota classificada, isto é: a cota traduzia o assunto que versava essa obra, conferindo deste modo jus ao livre acesso, sistema de arranjo próprio de uma biblioteca universitária. Foi um trabalho árduo e contínuo, no qual tivemos de ultrapassar algumas resistências. Nesta tarefa a fase preliminar, foi, para mim, a mais interessante, pois a sua conceção obrigava-me a ter reuniões semanais com esta minha antiga Professora, cujo propósito consistia em adequar as potencialidades do Sistema de classificação, (CDU) ao acervo e às necessidades reais e potenciais do utilizador. Neste período desenvolvi, sobremaneira, as minhas compe-

tências cognitivas e técnicas. Foi, sobretudo com esta experiência, que comecei a considerar na Biblioteca Geral como uma Escola, na qual não só aprendia prática, mas também aprendia a apreciar o valor da teoria e das abordagens metodológicas como meios estratégicos de resolver novas situações.

Era prática da Casa intercalar os novos projetos com outros trabalhos de rotina. Neste sentido, não posso deixar de referir, talvez a maior de todos e o mais esperado e que, para mim, constituía um bálsamo cultural – A indexação do Depósito Legal. O dia da chegada do Depósito Legal à Secção de Catalogação, apesar de ter uma periodicidade mensal, era sempre singular, tanto pela azáfama que trazia a todos os funcionários envolvidos neste processo, como também pelas novidades que aportava. Todos nós gostávamos de “coscuvilhar” as novidades editoriais, mesmo quando já não eram, assim tão “novidade” como seria desejável! Nos últimos anos que passei na Biblioteca Geral, o seu atraso era já considerável relativamente ao período expectável, circunstância que, para os mais atentos, já se evidenciava como um dos muitos indicadores da crise nacional! A este mau presságio económico-financeiro, acrescia outro muito similar, cuja escala era muito maior, e que por isso mesmo, denunciava uma outra crise, esta a nível internacional: estou a falar do decréscimo do número de obras que eram oferecidas pelas agências internacionais, muitas das quais, passariam num ápice da modalidade de oferta a aquisição. Quando ocorreu esta situação, fiquei profundamente confrangida, pois deixei de trabalhar com os livros da OCDE, através dos quais tinha apreendido tantos conceitos e tantas ideias que até aí supunha serem reféns de determinados profissionais, tais como economistas, gestores e outros profissionais afins. Neste sentido, os conhecimentos que aprendi destes textos, foram responsáveis, para bem e para mal, no entendimento mais lúcido e real que comecei a ter do mundo. Os meandros da política e da economia internacional, antes tão obscuros tornavam-se agora transparentes. Através da análise destes textos e, sobretudo, da observação atenta das estatísticas que, quase todos continham, comecei a empreender, no meu espírito, de uma forma muito clara que, efetivamente, tal como acontece com as pessoas, também existiam países mais livres e

mais iguais do que outros. Foi nesta circunstância que a hipocrisia, que até aqui considerava no abstrato, começou a ganhar rosto.

Do mesmo modo que se desenvolviam e fortaleciam os meus conhecimentos técnicos e científicos, também os afetos se tornavam cada vez mais estreitos com as pessoas com quem privava. Para muito contribuíram as discussões profissionais com os/as Colegas, a maioria, agora amigos/as. Havia, contudo um Serviço que a Biblioteca Geral prestava e continua a prestar à comunidade académica que, de uma forma geral, nos aproximava de uma maneira muito singular, no que concerne aos afetos: era o Serviço noturno. As pessoas que faziam este Serviço, na maioria dos casos, trabalhavam 12 horas, por dia, no dia em que lhes competia fazê-lo. Todo este esforço concorria, naturalmente, para uma certa vulnerabilidade, que se por um lado convergia, em alguns casos, para situações menos agradáveis, por outro, e na sua maioria, conduzia à partilha de afetos. Foi neste contexto, mais intimista do que profissional, que estreitei relações profissionais e onde fiz as amizades que ainda hoje perduram. Para ilustrar a particularidade deste ambiente, lembro apenas que, no final de cada período escolar, havia sempre um jantar, que era realizado por cada turno. Lembro-me, em especial, de um deles que era confeccionado por um funcionário já sénior. Nesse dia, a partir das onze da manhã já o cheiro que se fazia sentir nos depósitos, denunciava a tão célebre iguaria: os ossos com orégãos do Senhor Simões, aos quais nenhuma dieta resistia... Imperdíveis! Tantos e tantos outros momentos de convívio se seguiam a este, cujo denominador comum era uma solidariedade gratuita e um carinho incomensurável.

Na qualidade de permanente aluna desta Casa, referência primeira da Universidade de Coimbra, quero expressar o meu profundo agradecimento, a título póstumo, a uma Colega com quem nunca trabalhei mas que deixou, contudo, uma marca indelével na minha formação, de modo que, ainda hoje, continuo a considerar muitíssimo os seus reparos. Refiro-me à Dra. Maria Luísa Lemos, Bibliotecária erudita, que tinha sido responsável pela Secção dos Manuscritos, e que, à minha chegada à Biblioteca, exercia a função de Responsável pela Secção das Músicas. Com a generosidade que é própria dos Grandes, soube partilhar comigo o seu

sentido de rigor metodológico, a sua permanente inquietude científica, a sua cultura humanista e, sobretudo, a sua imensa humildade intelectual.

Para a maioria dos funcionários, esta Senhora era uma figura anacrónica, talvez uma personagem extraída de um filme de época, no caso concreto uma Bibliotecária do início do século XX. Na verdade, assim não era! Era uma pessoa que estava muito para além do seu tempo! A primeira vez que assinei um manifesto ecologista fi-lo pela iniciativa da Dra. Maria Luísa, que se insurgiu, por esta via, contra o derrube de uma árvore secular, na Praça da República desta cidade. Porém, e em abono da verdade, o seu aspeto físico e a sua rotina diária contribuía em muito para essa falsa ideia. De extrema magreza, a tanger o estado de anorexia, de tez muito pálida (fosse de Inverno ou de Verão) e com uma saia, invariavelmente até aos tornozelos, chegava às oito horas da manhã. Depois de tomar um café duplo no Bar das Letras, dirigia-se à Biblioteca, de onde apenas voltaria a sair por volta das oito da noite, e muitas vezes pelas 11 horas. Tinha por hábito, pela estima que votava à investigação e a quem a ela se dedicava, abdicar do mês de Agosto de férias, para atender os investigadores estrangeiros. Nesta circunstância, muitas vezes a Dra. Luísa Lemos dizia: – Amanhã tenho de receber um PH.D. Era com esta familiaridade académica que se referia aos investigadores estrangeiros que aproveitavam as férias para se deslocarem ao nosso país, em particular à Secção dos Manuscritos, com o fim de desenvolverem os seus estudos e que ela tanto apoiava nas suas pesquisas, não sendo raras as vezes que, a expensas suas, lhes enviava para os seus países, o material que ficava a fotocopiar.

Pronunciava-se sobre as coisas simples da vida com a mesma ênfase com a qual se pronunciava sobre as de elevado valor, situação que indicia por si, o quanto a Dra. Maria Luísa Lemos considerava a relatividade das coisas. O seu discurso, erudito muitas vezes mesclado de figuras de estilo, onde as metáforas predominavam, era, por vezes, para nós, os mais novos, semanticamente obscuro, porque não a conseguíamos entender.

Por forças da investigação, dirigia-se muito à Seção onde eu trabalhava, sendo rara a vez, nessas idas e vindas, em que não se esquecia de algo, sobre os velhos Catálogos internos. Foi devido a esta sua característica que

vivi um dos momentos mais hilariantes da minha permanência nesta casa. Uma vez, numa noite de inverno, marcada por uma tempestade medonha, encontrando-me sozinha a fazer serviço noturno, entrou a Dra. Maria Luísa, a procurar de forma exaurida o Bomtempo. Eu, absorta, em outras realidades mais contemporâneas e práticas, talvez a indexar um livro da OCDE, não entendia, porque me perguntava se eu tinha visto algures o Bomtempo, quando lá fora caía uma enorme tormenta... Fiquei tão perplexa que não consegui oferecer-lhe ajuda. Após uma busca incessante aos locais mais recônditos da Secção, surgiu com um ar radioso e com uma tese de Doutoramento nas mãos, que era sobre o nosso compositor João Domingos Bomtempo, tese que mais uma vez tinha olvidado em cima de um Catálogo de Autores e Títulos...

Demorei, também, algum tempo a identificar uma obra, que amiúde a Dra. Maria Luísa, consultava nesta Secção e, que muito naturalmente, como se do título original da obra se tratasse, denominava: Bíblia dos burros. Era a Enciclopédia Luso-brasileira. Não que tivesse nada contra esta obra em particular, apenas não entendia como ela se constituía a base de estudo para a elaboração de muitos trabalhos académicos, por parte dos alunos!

É a esta permanente memória, povoada, sobretudo, por afetos, que recorro hoje para entender as metamorfoses próprias da vida, e que por ser tão especial para mim, entendi partilhar.

MÁRIO BERNARDES

Universidade de Coimbra

METAMORFOSES COM TICS

O convite que me foi formulado pelo Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, para presidir à conferência “Retorno ao Futuro, 500 Anos Depois”, integrada no Congresso Internacional “A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses”, revestiu-se de um significado especial por diversos motivos. Para além do privilégio de me permitir participar nas comemorações dos 500 Anos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, este convite proporcionou também uma oportunidade para reflexão não só sobre as metamorfoses no contexto das tecnologias da informação e comunicação (TIC), que tive oportunidade de acompanhar nos últimos 30 anos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e do Serviço Integrado de Bibliotecas da UC (SIBUC), como também sobre as metamorfoses presentes e futuras que trazem novas perspetivas e expectativas dos serviços bibliotecários e, ao mesmo tempo, colocam também enormes desafios. Assim, neste breve texto descrevo, de forma necessariamente resumida, as fases (ou metamorfoses) que, ao longo destes anos, identifiquei como mais relevantes para a Biblioteca Geral da UC (BGUC), designadamente a etapa inicial de aproximação às TIC e a consequente adoção de sistemas aplicativos mais evoluídos, a implementação de repositórios digitais de acesso aberto e, finalmente a etapa mais atual, contemporânea da gestão de conteúdos digitais e dos livros eletrónicos.

No início dos anos oitenta registou-se a primeira grande metamorfose de adoção de TIC na BGUC com a utilização muito significativa do Porbase MiniMicro CDS/ISIS, uma aplicação desenvolvida pela UNESCO e adaptada pela Biblioteca Nacional. Sendo uma aplicação para compu-

tadores pessoais com sistema de operação MS-DOS, não podia reunir as funcionalidades do que então se designava por um sistema integrado de gestão de bibliotecas (SIGB).

Contudo, o Porbase MiniMicro CDS/ISIS não era uma aplicação desenhada para dar resposta aos requisitos de bibliotecas com a dimensão da BGUC e das bibliotecas de instituições de ensino superior em geral, pelo que foi necessário avaliar alternativas. Com este objetivo, a Universidade de Coimbra e a IBM Portugal desenvolveram um protocolo para avaliar o sistema integrado de gestão de bibliotecas DOBIS LIBIS, desenvolvido pela Universidade de Lovaina, por forma a permitir a sua utilização nas bibliotecas do SIIB-Centro, um consórcio constituído pela Universidade da Beira Interior, bibliotecas municipais, institutos politécnicos e pela UC. Tendo-se registado diversas dificuldades técnicas de integração na rede da UC em resultado da tecnologia proprietária utilizada pelo DOBIS LIBIS, assim como dos elevados custos de exploração e dificuldade de adaptação às normas portuguesas de bibliotecas, o projeto foi terminado em 1994.

Após esta experiência a BGUC lançou um concurso público para aquisição de um novo sistema integrado de gestão de bibliotecas, em resultado do qual foi adquirido o SLS Libertas que, pela primeira vez, permitiu disponibilizar em rede o catálogo da maioria das bibliotecas da UC. O sistema era explorado sobre o sistema de operação VAX/VMS da Digital Equipment e oferecia uma interface de utilização baseada em caracteres, isto é, não gráfica. No entanto, este sistema já oferecia uma interface adicional simples para pesquisa bibliográfica orientada para a Web. O Libertas entrou em produção em 1997 e foi utilizado na UC durante cerca de dez anos.

No fim deste período, a necessidade de atualização tecnológica e o percurso da empresa responsável pelo desenvolvimento do Libertas levaram a BGUC a reavaliar as soluções disponíveis tendo sido lançado novo concurso público do qual resultou a adoção do Millennium, um produto com uma tecnologia mais evoluída, suportado por uma base de dados relacional, com uma interface gráfica em modelo cliente-servidor e com uma interface web para acesso público ao catálogo (Online Public Access

Catalog, OPAC). O Millennium entrou em produção em 2007, permitiu reunir num único catálogo todas as bibliotecas da UC, sendo o sistema em utilização na UC na presente data.

Os sistemas integrados de gestão em exploração na generalidade das bibliotecas são orientados para a gestão de conteúdos físicos, como livros e periódicos em suporte de papel. Contudo, o rápido desenvolvimento das tecnologias Internet registado a partir do início do século XXI colocou as bibliotecas, arquivos e organizações em geral perante uma nova metamorfose: a gestão de conteúdos armazenados em suporte digital. Também nesta etapa a BGUC esteve presente, dando resposta a vários projetos de conteúdos digitais ao longo dos últimos anos.

Em 2008, decorrente da iniciativa nacional de acesso aberto (Open Access), nasce o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). A Universidade de Coimbra aderiu a esta iniciativa e implementa um repositório digital da produção científica designado por Estudo Geral, cujo objetivo consiste em divulgar conteúdos digitais de natureza científica de autores ligados à Universidade.

Em 2010, em resultado da integração de várias bibliotecas digitais da UC, vários tipos de fundos (livro antigo, filmes, fotografias, correspondência, etc.) são agregados num novo repositório, designado por Alma Mater.

Mais recentemente, em 2012, a Imprensa da UC manifestou interesse para disponibilizar na web as suas edições, o que deu origem à UC Digitalis, um repositório de agregação suportado pelo SIBUC, que disponibiliza atualmente toda a publicação digital da UC, designadamente a produção científica e o arquivo de livros antigos.

Neste contexto, é fácil compreender como, num curto intervalo de tempo e em resultado nos novos serviços que prestam à comunidade, a BGUC e o SIBUC se tenham tornado em importantes utilizadores de recursos de TIC, com importantes requisitos de processamento, armazenamento e disponibilidade, que lhe são fornecidos pelos serviços de informática da UC. Para além das infraestruturas necessárias à exploração dos serviços, as bibliotecas da UC e os seus técnicos são hoje confrontados com a imperiosa necessidade de adaptação a uma nova realidade, extremamente exigente em competências na área das TIC. A formação de

recursos humanos na área de TIC constitui, por isso, um dos principais desafios que se colocam às bibliotecas no momento presente.

É neste enquadramento que se tem desenvolvido uma importante colaboração e troca de experiências na gestão de conteúdos digitais entre o SIBUC e os serviços de informática da UC. Tenho a expectativa de que o futuro próximo proporcionará um aprofundamento desta aproximação, determinando um alinhamento de terminologias e a adoção de boas práticas de gestão de conteúdos físicos e digitais.

Para concluir quero agradecer o convite que me foi formulado pelo Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor José Augusto Bernardes, assim como à Coordenadora do SIBUC, Dra. Ana Miguéis, e à minha colega Eng.^a Ana Luísa Silva, não só pela sua contribuição para a construção desta breve memória de metamorfoses, mas também pela permanente disponibilidade e interesse para colaborar nos projetos de gestão de conteúdos digitais que temos partilhado.

José Augusto Cardoso Bernardes é Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Diretor da Biblioteca Geral da Universidade

Ana Maria Eva Miguéis é coordenadora do Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra

Carla Ferreira é bibliotecária nos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Série Documentos
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2015

